



Chanceler

Dom Angelo Pignoli

Diretor Geral

Professor Livre-Docente Manoel Messias de Sousa

Diretora Acadêmica

Maria Dias Cavalcante Vieira

Diretora Administrativo-Financeira

Idalete Deolide Fabiani

Revisão Técnica dos Textos

Professora Doutora Stânia Nágila Vasconcelos Carneiro

Revisão Ortográfica e Normalização

Wendel de Sousa Nogueira

Bibliotecária Responsável

Maria do Livramento Ribeiro

Capa e Contracapa

Francisco Jhonny de Sousa - Setor de Marketing da FCRS

Editoração Eletrônica e Impressão

IMPRECE

EDITORA GERAL

Stânia Nágila Vasconcelos Carneiro

CONSELHO EDITORIAL

Abrahão Cavalcante Gomes de Souza Carvalho

Faculdade Católica Rainha do Sertão

Adriana Rolim Campos Barros

Universidade de Fortaleza

Anamaria Cavalcante e Silva

Faculdade CHRISTUS

Carlos Eduardo de Azevedo Souza

Universidade Federal do Ceará

Cristiana Brasil Almeida Rebouças

Universidade Federal do Ceará

Edilberto Cavalcante Reis

Universidade Estadual do Ceará

Expedito Eloisio Ximenes

Universidade Estadual do Ceará

Elisangela André da Silva Costa

Universidade Estadual do Ceará

José Deribaldo Gomes dos Santos

Universidade Estadual do Ceará

Ivana Ferreira Gomes Rodrigues

Faculdade Católica Rainha do Sertão

Leo Kriger

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Manoel Messias de Sousa

Faculdade Católica Rainha do Sertão

Marcílio Sampaio dos Santos

Universidade Federal do Ceará

Maria Dias Cavalcante Vieira

Faculdade Católica Rainha do Sertão

Maria Lirida Calou de Araújo Mendonça

Faculdade Católica Rainha do Sertão/Universidade de Fortaleza

Regilane Matos da Silva Prado

Faculdade Católica Rainha do Sertão

Renato Moreira Abrantes

Faculdade Católica Rainha do Sertão

R454 Revista Expressão Católica / Faculdade Católica Rainha do Sertão. – Vol.3, n.1, (jan./jun. 2014). – Quixadá, CE, Brasil: IMPRECE, 2014. 174 p.

V.3 : Il.

Publicação Semestral.
ISSN2237-8782

1.Periódico Científico – Faculdade Católica Rainha do Sertão. I. Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS.

CDU 050

Volume 3 – Número 1

SUMÁRIO

EDITORIAL

Revista FCRS	5
Manoel Messias de Sousa	

ARTIGOS

ANÁLISE DO IMPACTO FÍSICO APRESENTADO POR CUIDADORES INFORMAIS DE PACIENTES COM DOENÇA CRÔNICA NO AMBIENTE HOSPITALAR	9
Raquel Maria Ferreira dos Santos, Fábila Azambuja Pereira Salviano, Ana Karina Monte Cunha Marques, Jamille Soares Moreira Alves, Anairtes Martins de Melo	

ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA EM PACIENTES PÓS-CIRURGIA DO CÂNCER DE MAMA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	16
Denilson de Queiroz Cerdeira, Thaís Teles Veras Nunes, Amene Cidrão Lima, Marphisa Rachel de Siqueira Rego, Gisnay Ribeiro Coutinho	

ERGONOMIA: CONSCIÊNCIA CORPORAL DOS ALUNOS DO CURSO DE ODONTOLOGIA DA FACULDADE CATÓLICA RAINHA DO SERTÃO NA PRÁTICA ODONTOLÓGICA	22
Mairla Amara Monteiro Felix de Lima, Carlos Santos de Castro Filho, Paula Ventura da Silveira	

METODOLOGIA ATIVA NA CONSTRUÇÃO DE UM PROCESSO EDUCATIVO CRÍTICO REFLEXIVO COM DISCENTES DO CURSO DE FARMÁCIA	30
Karla Bruna Nogueira Torres Barros, Regilane Matos da Silva Prado, Anny Natércia da Costa Loureiro, Danielle Santiago da Silva Varela, Karla Deisy Moraes Borges, Maria de Fátima Antero Sousa Machado	

PROCESSO DE ENFERMAGEM: OPINIÃO DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM DO INTERIOR DO CEARÁ	34
Ítala Barbosa Machado, Rebeca Silveira Rocha, Anne Fayma Lopes Chaves, Hérica Cristina Alves de Vasconcelos	

REVISÃO DE LITERATURA: SITUAÇÃO NUTRICIONAL DO PACIENTE EM UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA	40
Rose-Eloíse Holanda, Rafaella Pessoa Moreira	

A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO PRESBITERAL NO BRASIL: DO TEMPO COLONIAL AO IMPÉRIO	49
Pe. Antonio Marcos Chagas, Marlene Gomes Guerreiro	

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA TOMADA DE DECISÕES: UM ESTUDO COM OS SERVIDORES DO CENTRO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO (CAF) DO MUNICÍPIO DE QUIXADÁ-CE	59
Almeida Cavalcante, Lilian Mara Lopes de Melo, Francisco Valdovir H. Almeida	

A IMPORTÂNCIA DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIO EM UMA EMPRESA NO SEGMENTO DE MOVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA NA CIDADE DE QUIXADÁ-CE	67
Naria de Oliveira Silva, Valter de Souza Pinho, Stânia Nágila Vasconcelos, Danival Sousa Cavalcante	

COMPORTAMENTO MORAL ORGANIZACIONAL NO SERVIÇO PÚBLICO	76
Emilia Suitberta de Oliveira Trigueiro, Maria do Socorro de Sousa Rodrigues	
CONTRIBUIÇÃO DAS CONCEPÇÕES AVALIATIVAS PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA	84
Denize de Melo Silva, Mônica Regina de Oliveira Fernandes, Ana Paula Vasconcelos de Oliveira Tahim, Gabrielle Silva Marinho, Marcos Antonio Martins Lima	
CONTRIBUIÇÕES DA MEMÓRIA DE PROFESSORES PARA UMA PEDAGOGIA UNIVERSITÁRIA	90
Maria Marina Dias Cavalcante, Maria Dias Cavalcante Vieira	
EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE: ÓBICES POLÍTICO-ECONÔMICOS E A INTERVENÇÃO DO JUDICIÁRIO	95
Lunara Farias Lima, Marcos Vinicius dos Santos Junior	
INOVAÇÕES CURRICULARES: UMA DISCUSSÃO SOBRE PRINCÍPIOS, CONCEPÇÕES E MÉTODOS	104
Elisangela André da Silva Costa, Maria Socorro Lucena Lima, Ana Lourdes Lucena de Sousa	
O AMICUS CURIAE NO CONTROLE CONCENTRADO SOB A NOVA ÓPTICA DA DOUTRINA CONSTITUCIONAL	112
Emanoel Pereira Carneiro, Pedro Rafael Deocleciano Malveira	
O DESAFIO DO EMPREENDEDORISMO LOCAL: Uma perspectiva cultural e familiar em narrativas	117
Maria Semirames de Almeida Queiroz, Valter de Souza Pinho, Stânia Nágila Vaconcelos Carneiro	
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM INSTITUIÇÃO PÚBLICA: ESTUDO APLICADO NA ÁREA TÉCNICA DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ	127
Teresa Rejane Rolim Queiroz, Maria Amélia Holanda Cavalcante, Márcia Maria B. de Santana Peixoto	
QUE É A TEORIA PURA DO DIREITO?	136
Roberto Ney Fonseca de Almeida	
UMA REDEFINIÇÃO DE PROGRESSO E A RECONCILIAÇÃO DO HOMEM E NATUREZA NAS IMAGENS ÓRFICO-NARCISISTAS EM MARCUSE	144
John Karley de Sousa Aquino, Alberto Dias Gadanha	
MODELAGEM DE PROCESSOS UTILIZANDO O BPMN NA FACULDADE CATÓLICA RAINHA DO SERTÃO	153
Antonio Neuton da Silva Júnior, Carlos Henrique Leitão Cavalcante, Gabriela Cíntia Cavalcante de Lima, Thiago Almeida Costa, Stephanie Barros de Freitas	
TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS: UM CENÁRIO PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INOVADORA	161
Leonardo Rocha Moreira, Francisca Linéia de Lima Cavalcante, Alandson Mendonça Ribeiro Meireles	
NORMAS PARA SUBMISSÃO DE MANUSCRITOS NA REVISTA EXPRESSÃO CATÓLICA DA FACULDADE CATÓLICA RAINHA DO SERTÃO	170

Prof. LD Manoel Messias de Sousa
Diretor Geral
Faculdade Católica Rainha do Sertão

A **Revista Expressão Católica** é editada semestralmente, em Abril e Outubro. Seu principal objetivo é publicar trabalhos teóricos, práticos e de pesquisas desenvolvidos nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Saúde e Engenharias. Para tanto, está aberta a pesquisadores, professores, estudantes e profissionais destas áreas.

O expediente da revista é formado por alunos de graduação, de pós-graduação, com supervisão e orientação de professores da instituição, além das produções de nossos docentes e daqueles de outras Instituições de Ensino Superior. A **Revista** conta, ainda, com um Conselho Editorial, formado por professores de instituições públicas e privadas nacionais, uma Comissão Julgadora para os textos de criação, composta por profissionais reconhecidos na área crítica que acompanham a produção da revista. Os textos são avaliados por pareceristas *ad hoc*, no sistema “blind review”, em que o autor ou autores não são de conhecimento do parecerista.

Em seu Volume 3, Número 1, esta revista traz vinte e um artigos, decorrentes dos trabalhos de iniciação científica desenvolvidos no ano de 2013. Dos artigos apresentados, em treze provêm das pesquisas desenvolvidas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, envolvendo temas que vão desde *a verificação de que forma o processo de cargos e salário é aplicado e reconhecido pelos funcionários de uma empresa*, perpassando para *a compreensão da dimensão da cultura e sua identidade na ação empreendedora e toda influência existente de uma determinada empresa para o desenvolvimento local* sendo o artigo relatado, por meio da história de vida, informações essenciais que designam melhor esse empreendimento, até uma reflexão sobre o *“que é a teoria pura do direito?”*. *Suas origens, seus idealizadores, perquirindo sua razão de ser, aquilo que a individualiza, quando posta no confronto com outras teorias do direito.*

Há seis artigos relacionados à área da Saúde que contemplam desde *a análise do impacto físico apresentado por cuidadores informais de enfermos crônicos internados*, até *a obtenção da opinião de acadêmicos de enfermagem sobre o Processo de Enfermagem em uma instituição de ensino superior*.

Na leitura, deparamo-nos também com bons artigos, dois, mais abrangentes que tecem uma reflexão sobre *a educação e suas tecnologias*, além de *uma discussão sobre princípios, concepções e métodos nas inovações curriculares*.

Mais do que falar sobre a variedade de temas e diversidade das áreas de conhecimento envolvidas, este editorial gostaria de chamar a atenção do leitor para o aumento significativo de trabalhos apresentados neste número, se comparado com as edições anteriores. Tal aumento parece denotar um crescimento na produção acadêmica em iniciação científica nesta unidade de ensino, além de uma maior preocupação com a publicação das pesquisas individuais e coletivas. Precisamos estar atentos a isto e reconhecer que o alcance desses resultados ocorreu graças ao empenho dos discentes e docentes desta Instituição de Ensino Superior.

O lançamento desta edição da **Revista Expressão Católica** traz mais motivos para comemoração, já que agora também temos **a versão eletrônica da revista** que vai oferecer acesso livre e imediato ao público com a disponibilização gratuita da produção científica. Tal versão representa um avanço da pesquisa nos cursos no empenho demonstrado pelos alunos e professores de terem um veículo para publicar artigos científicos de graduandos, pós-graduandos e professores das diversas instituições do país, em outras palavras, um esforço institucional em constituir espaço para a publicação de suas pesquisas em suas diversas áreas.

Esperamos que a confiança depositada nesta revista, como um dos meios para a socialização desses resultados de pesquisa, se renove, propiciando uma maior visibilidade à produção acadêmica local, concorrendo para que ela se torne efetivamente pública, mesmo em nível de iniciação científica. Afinal, entendemos que é aí, nesse processo de iniciação, que os princípios éticos de responsabilidade para com o público começam a fazer um pouco mais de sentido, articulando-se a outras práticas formativas e alicerçando as bases para a vida do profissional e do futuro pesquisador.



Ciências da Saúde

CATÓLICA DE QUIXADÁ

ANÁLISE DO IMPACTO FÍSICO APRESENTADO POR CUIDADORES INFORMAIS DE PACIENTES COM DOENÇA CRÔNICA NO AMBIENTE HOSPITALAR

**Raquel Maria Ferreira dos Santos
Fábia Azambuja Pereira Salviano
Ana Karina Monte Cunha Marques
Jamille Soares Moreira Alves
Anairtes Martins de Melo**

RESUMO

Doenças crônicas são consideradas principais causas de morte e incapacidade no mundo. O cuidador revela-se um ator importante na dinâmica dos cuidados sociais necessários às atividades de vida diária dos portadores de lesões. Essa investigação busca analisar o impacto físico apresentado por cuidadores informais de enfermos crônicos internados. Para tanto, desenvolveu-se um estudo exploratório e transversal com abordagem quantitativa, realizado na unidade de clínica médica hospitalar em Fortaleza – CE no período de Fevereiro a Junho/2013. A População foi composta de cuidadores informais de pacientes crônicos e neurológicos associados a outras co-morbidades. A amostra constou de 11 cuidadores (50% da população). Instrumento utilizado foi um “Questionário de Avaliação da Sobrecarga para cuidadores Informais - QASCI” de autoria de Martins, Ribeiro e Garret (2003), adaptado pela pesquisadora. A coleta de dados deu início após parecer favorável (número 301.196) concedido pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Independente do Nordeste. Os resultados apontam que 63,6% eram do gênero feminino; 54,5% com idade superior a 40 anos; 45,4% casados. Nível de escolaridade mais evidente: ensino fundamental incompleto (45,4%). Em relação à sobrecarga física do ato de cuidar, 35% dos entrevistados referem algumas vezes sentirem cansaço ou esgotamento físico na atividade de cuidar; 54,54% referenciam que algumas vezes sentem ter capacidade física para continuar a exercer a atividade de cuidar por mais tempo e 54,54% referem sempre sentirem-se sobrecarregados no ato de cuidar. Considera-se que os cuidadores apresentam fragilidades físicas, tornando-se necessário o desenvolvimento de estudos para identificar as necessidades destes, além de buscar estratégias para amenizar as sobrecargas que o cuidado gera.

Palavras-chave: Cuidadores. Doença crônica. Unidade Hospitalar.

ABSTRACT

Chronic diseases are considered major causes of death and disability worldwide. The caregiver appears to be an important actor in the dynamics necessary to daily activities of patients with lesions social care. This research aims to analyze the physical impact presented by informal caregivers of chronically ill hospitalized. To this end, we developed an exploratory cross-sectional study with a quantitative approach, performed in a medical unit hospital in Fortaleza - CE from February to June / 2013. The population was composed of informal caregivers of chronic neurological patients and associated with other co - morbidities. The sample consisted of 11 caregivers (50 % of the population). Instrument used was a “Questionnaire Assessment Surcharge for informal caregivers - QASCI” authored by Martins Ribeiro and Garret (2003), adapted by the researcher. Data collection began with the assent (number 301,196) awarded by the Northeast Independent School Research Ethics Committee. S The results indicate that 63.6 % were female, 54.5 % aged over 40 years, 45.4 % were married. Level of schooling evident: incomplete primary education (45.4 %). Regarding the physical burden of giving care , 35 % of respondents refer sometimes feel fatigue or physical exhaustion

in caregiving activities ; 54.54 % refer that sometimes feel they have the physical ability to continue to engage in the activity of caring for longer and 54.54 % reported always feel overwhelmed in caring . It is considered that carers have physical weaknesses, making it necessary to develop studies to identify their needs and to pursue strategies to mitigate overloads that care generates.

Keywords: Caregivers. Chronic Disease. Hospital Unit.

1 INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) destaca como doenças crônicas: as do sistema cardiovascular, diabetes, obesidade, cancro e doenças do sistema respiratório, onde devem ser observados e destacados fatores de risco, para que estas se instalem. Dados informam que estas doenças são as principais causas de morte e incapacidade no mundo (BRASIL, 2013).

Diante de doenças crônicas, o indivíduo acometido se torna incapaz de gerir o auto cuidado e a partir daí o papel do “cuidador” se torna evidente ao provimento de cuidados de saúde em prevenção, proteção e recuperação da saúde ou serviços sociais para outros. Estes cuidadores podem atuar de maneira formal ou informal (PORTAL HOME CARE, 2013).

Para o termo cuidador formal, temos aquele indivíduo que em geral recebe remuneração em troca de seus serviços e possui conhecimentos adquiridos em treinamentos direcionados ao cuidar. Já o informal é representado pelo segmento leigo, onde com pouco ou quase nenhum conhecimento técnico assume a responsabilidade do cuidar, dedica grande parte do seu dia a dia a rotinas de cuidado em resposta às necessidades que as condições de vida lhe impõem. Em nossa realidade, o cuidador informal normalmente é um membro familiar e recebe a denominação de *familiar cuidador* (FC) (MARQUES, 2007).

Ainda sobre esta temática Yuaso (2007) relata que o cuidador revela-se como ator social principal na dinâmica dos cuidados sociais necessários às atividades de vida diária dos portadores de lesões, que têm sua independência comprometida. Na maioria das vezes, os cuidadores prestam todos os cuidados necessários sem nenhum tipo de ajuda.

O mesmo autor complementa que estes indivíduos podem assumir esse papel por instinto, vontade, capacidade ou conjuntura. Este último item parece ser o mais frequentemente encontrado em nosso meio. Quando pertencente ao contexto familiar, o cuidador assume funções para as quais não foi preparado e as executa muitas vezes sem interrupções ou substituições. É o grande depositário das orientações da equipe multiprofissional, responsável pelo atendimento domiciliário.

No dia a dia do papel de cuidador alguns sentimentos positivos ou negativos podem aflorar. A sobrecarga física pode ser um exemplo de elemento negativo, enquanto o seu grau de satisfação ao cuidar daquela pessoa querida pode ser elemento positivo. Sendo ambos componentes independentes, eles poderão se converter em potenciais preditores de qualidade de vida do cuidador (MARTÍN; RONCON, 2000).

Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo geral analisar o impacto físico de cuidadores de pacientes com doenças crônicas e objetivos específicos: caracterizar os cuidadores de pacientes crônicos no ambiente hospitalar; conhecer as mais relevantes alterações físicas evidenciadas pelos cuidadores de pacientes crônicos através de aplicação de um questionário semiestruturado adaptado de Martins, Ribeiro e Garret (2003).

O interesse pelo estudo dos cuidadores refere à experiência vivenciada na disciplina de Estágio Supervisionado Hospitalar em Fisioterapia, onde em um setor de atendimento a pacientes neurológicos foi percebido a necessidade de um olhar diferenciado ao cuidador, além de um apoio no que se refere às orientações para melhora da assistência e reabilitação dos pacientes.

Destacamos a relevância deste estudo tanto pela identificação dos cuidadores que estão presentes no ato de cuidar do paciente com doença crônica no ambiente hospitalar, quanto à identificação de pontos críticos nesta relação cuidador-paciente com doença crônica, como forma de visualizar os impactos físicos e aperceber-se que estes cuidadores exercem uma influência na assistência destes doentes na participação como coadjuvantes no cuidado terapêutico. Os profissionais da saúde podem se amparar nestes indivíduos e elaborar políticas de favorecimento da qualidade de vida destes.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Estudo do tipo exploratório e transversal com abordagem quantitativa, realizado no setor de clínica médica de um hospital terciário localizado na cidade de Fortaleza – Ceará no período de fevereiro a junho de 2013.

O setor escolhido para esta pesquisa atende a pacientes que necessitam permanecer por mais tempo na instituição de saúde devido ao agravo a que foi submetido.

do. A população deste estudo foi composta de cuidadores informais de pacientes crônicos e neurológicos associados a outras co-morbidades, internos no referido hospital da pesquisa e a amostra constou de 11 cuidadores que aceitaram participar da pesquisa; correspondendo a 50% da população, pois no dia da coleta de dados havia 2 leitos vagos, portanto sem acompanhantes e 2 pacientes sem a presença de seus acompanhantes, portanto, ausentes no período da coleta de dados.

Foram incluídos na pesquisa indivíduos masculinos e femininos, maiores de 18 anos, cuidadores informais de pacientes crônicos e que aceitaram participar da pesquisa. Excluídos da pesquisa os cuidadores formais, e aqueles com distúrbios emocionais ou dificuldades de comunicação que impossibilitem a aplicação do instrumento da pesquisa.

A coleta de dados foi dividida em três momentos: no primeiro os cuidadores foram abordados pela pesquisadora e convidados a participar da pesquisa. No segundo momento após a expressão de aceite a pesquisadora fez a leitura e os esclarecimentos sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa. Neste momento houve a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido oficializando a participação no estudo. No terceiro momento foi aplicado o instrumento da pesquisa que consistiu de um questionário nomeado “Questionário de Avaliação da Sobrecarga para cuidadores Informais - QASCI” de autoria de Martins, Ribeiro e Garret (2003), adaptado para esta pesquisa. A primeira parte refere aos dados de identificação do cuidador (gênero, idade, estado civil, nível de escolaridade, atividade profissional, grau de parentesco com o paciente), número de dias que presta cuidados ao paciente por semana, número de horas que disponibiliza para cuidar do paciente e tipos de cuidados prestados. A segunda parte trata de perguntas relacionadas ao impacto da capacidade física dos participantes da pesquisa relacionados ao ato de cuidar (totalizando 06 perguntas). Cada uma das 6 questões foram adaptadas em relação às opções de respostas: nunca, algumas vezes e sempre; com o intuito de simplificar a interpretação do entrevistado. Estas opções mantêm um escore quantificado a partir das numerações zero(0), um (01) e dois (02) que podem ser somados e representar uma quantidade numeral.

Os participantes da pesquisa foram abordados e o questionário foi aplicado antes ou após qualquer procedimento intra-hospitalar, para que se evitassem prejuízos na assistência prestada pelo cuidador ao paciente internado. Para o processamento de dados foi utilizado o programa *Microsoft Word e Excel* (versão 2007). Para fins de organização e análise dos dados, estes foram agrupados em gráficos e tabelas para facilitar a apresentação. Posteriormente houve a discussão respaldada em literatura atualizada e pertinente à temática.

Considerando o estabelecido na Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde-Ministério da Saúde (CNS/MS), critérios éticos foram obedecidos de maneira que, a fase de coleta de dados iniciou-se após serem prestados esclarecimentos acerca: do propósito da pesquisa e da conduta ética a ser adotada pelo pesquisador, inclusive para proteger a privacidade e assegurar total anonimato aos informantes, a ser realizado com o auxílio do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”. O projeto foi registrado na Plataforma Brasil e recebido aprovação junto ao Comitê de ética em pesquisa da Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR) com parecer de número 301.196.

3 RESULTADOS

A coleta de dados se deu no turno da tarde, no referido hospital da pesquisa, dia 05 de junho do ano de 2013. A data foi escolhida pelos pesquisadores de acordo com a disponibilidade dos mesmos.

Foram entrevistados onze (11) cuidadores informais, que se encaixavam nos critérios de inclusão. No dia da coleta de dados, a enfermaria escolhida para aplicação do estudo mantinha 91,6% de taxa de ocupação (24 leitos no total com 2 vagas). Foram excluídos seis (6) seis acompanhantes devido aos seus pacientes não possuírem diagnóstico de doença crônica e houve uma recusa de resposta ao questionário, além de dois (2) acompanhantes não estarem presentes no momento da coleta de dados da pesquisa.

Com relação à distribuição de gênero, idade, estado civil e nível de escolaridade, foi evidenciado em nosso estudo que sete (07) – 63,6% eram do gênero feminino e apenas quatro (04) – 36,4% masculino. Quatro (04) – 36,4% cuidadores tinham idade entre 20 e 30 anos, um (01) – 9,1% de 30 a 40 anos, e seis (06) – 54,5% possuíam idade superior a 40 anos. Quanto ao estado civil cinco (05) – 45,4% eram casados, na mesma proporção eram os solteiros e apenas uma (01) – 9,1% era viúva. No que refere ao nível de escolaridade a maioria, cinco (05) – 45,4% , dos entrevistados possuíam ensino fundamental incompleto; dois (02) – 18,2% ensino médio incompleto e um (01) – 9,1% Superior Completo, seguido da mesma proporção para os que possuíam Ensino Médio Completo (9,1%) e Analfabeto (9,1%). Estes resultados estão expostos na tabela 1.

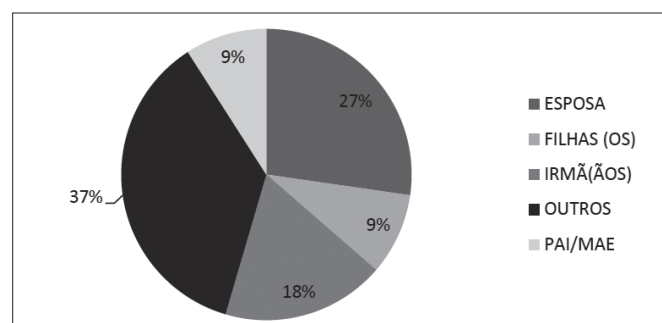
Tabela 1 – Distribuição quanto ao gênero, idade, estado civil, nível de escolaridade dos entrevistados.

CUIDADORES INFORMAIS	N	%
GÊNERO	11	100%
Masculino	4	36,4%
Feminino	7	63,6%
IDADE	11	100%
20 a 30 anos	4	36,4%
30 a 40 anos	1	9,1%
Superior a 40 anos	6	54,5%
ESTADO CIVIL	11	100%
Casado	5	45,4%
Solteiro	5	45,4%
Viúvo	1	18,2%
Divorciado	0	0%
NÍVEL DE ESCOLARIDADE	11	100%
Analfabeto	1	9,1%
Ensino fundamental completo	1	9,1%
Ensino fundamental incompleto	5	45,4%
Ensino médio incompleto	2	18,2%
Ensino médio completo	1	9,1%
Ensino superior incompleto	0	0%
Ensino superior completo	1	9,1%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Quanto ao grau de parentesco dos cuidadores entrevistados, três (03) – 27% eram marido/esposa; dois (02) – 18% irmãos/irmãs; um (01) – 9% filho/filha, na mesma proporção (9%) mãe/pai, e quando assinalado outros foi evidenciado a maioria com representatividade de 37%, onde a maioria eram amigos três (03) e uma (01) era sobrinha, como exposto no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Distribuição quanto ao grau de parentesco.

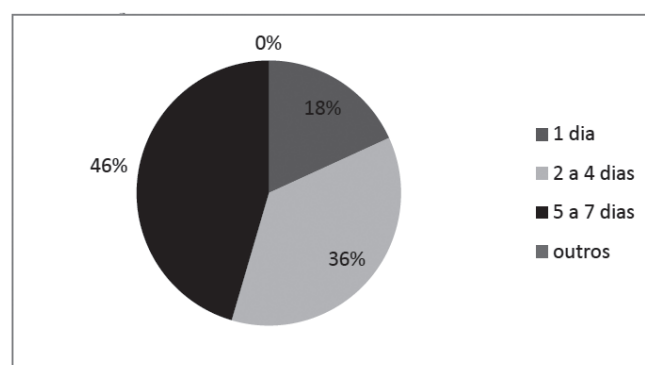


Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Com relação número de dias que o cuidador presta cuidados ao paciente (gráfico 2) e o número de horas que o cuidador disponibiliza para cuidar do paciente por dia (gráfico 3) foi verificado que: cinco (05) – 46% permanece de 5 a 7 dias neste cuidado; enquanto quatro

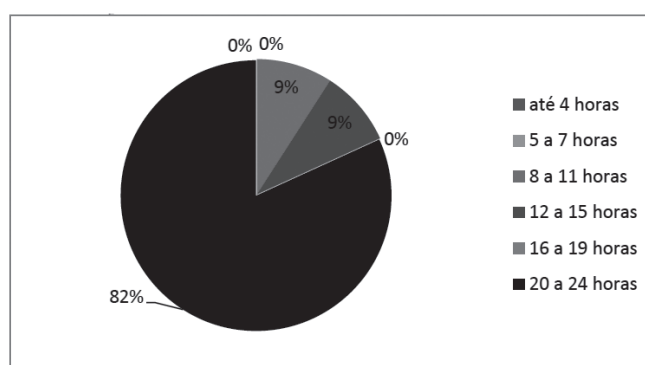
(04) – 36% de 2 a 4 dias e somente dois (02) – 18% cuidadores disponibilizam um dia da semana para o cuidado ao seu doente. Já em referência as horas disponibilizadas para o ato de cuidar a grande maioria, nove (09) – 82% dedicam de 20 a 24 horas por dia no cuidado do doente. Observou-se também que os cuidados mais prestados pelos cuidadores aos doentes são cuidados relacionados à alimentação, banho, higiene pessoal, vestir/despir-se, necessidades fisiológicas, companhia, e em alguns casos, eram prestados serviços no auxílio à medicação.

Gráfico 2 – Número de dias que o cuidador presta cuidados ao paciente por semana.



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Gráfico 3 – Número de horas que o cuidador disponibiliza para cuidar do paciente por dia.



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Diante das perguntas relacionadas ao impacto físico obtivemos os seguintes resultados:

Na maioria das entrevistas, quando perguntado ao cuidador informal sobre o cansaço ou esgotamento físico referente à atividade de cuidar, três (03) referiram sempre sentir-se cansados, enquanto quatro (04) algumas vezes referem o cansaço ou esgotamento e na mesma proporção responderam nunca se sentirem esgotados ou cansados realizando esta atividade. Na pergunta relacionada ao esforço exigido no papel de cuidador a maioria, cinco (05) respondeu que sempre dispensa grande esforço ao ato de cuidar, seguido de

quatro (04) que responderam algumas vezes e dois (02) relataram nunca ser exigido grande esforço no ato de cuidar. Na pergunta que refere a percepção da alteração do estado de saúde do cuidador pela atividade do cuidar foi verificado que a maioria, seis (06), relata que algumas vezes percebe esta alteração e três (03) não percebem que seu estado de saúde se altera devido o ato de cuidar do seu doente. Na pergunta que referencia a capacidade física para continuar a exercer a atividade de cuidar por muito mais tempo, seis (06) dos entrevistados responderam que algumas vezes se sentem com esta capacidade, seguido de quatro (04) assinalando sempre e somente um (01) não se sente com capacidade física suficiente para exercer o ato de cuidar por muito mais tempo. Na última pergunta que avalia o impacto físico a maioria dos entrevistados, seis (06) referem sempre sentir sobrecarga devido o ato de cuidar, seguido de três (03) algumas vezes e dois (02) nunca (Tabela 2).

Tabela 2 – Respostas referentes ao impacto físico.

IMPACTO FÍSICO			
PERGUNTAS	NUNCA (0)	ALGUMAS VEZES (1)	SEMPRE (2)
CANSAÇO	4	4	3
GRANDE ESFORÇO	2	4	5
PERCEPÇÃO DA ALTERAÇÃO SAUDE	3	6	2
CAPACIDADE FÍSICA PARA CONTINUAR A CUIDAR	1	6	4
SENTIR-SE SOBRE-CARREGADO	2	3	6

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

4 DISCUSSÃO

Com relação aos achados de caracterização dos indivíduos da pesquisa os autores Martins, Ribeiro e Garrett (2003) em seu estudo relataram que a maioria dos cuidadores informais compunha o gênero feminino e na sua maioria mantinham grau de parentesco como: filhas ou esposas dos doentes e ainda neste estudo há referência que os cuidadores dedicavam-se a cuidados integrais aos pacientes sendo estes dependes de seus cuidados, indo ao encontro de nosso estudo. Para Sasaki (2012) a família é elemento importante no cuidado, é fundamental proporcionar ao doente um espaço de enfrentamento e ressignificação das mudanças vividas, sendo a família primordial para esse processo.

Além do papel da família no cuidado de enfermos, Perracini e Fló (2011) enfocam que a sociedade brasileira atual sofre adaptações devido a decorrente queda

da taxa de natalidade e a partir disso, novas arranjos se permitem. É aí onde entram os amigos para assumir o papel de cuidadores informais. Os laços afetivos de pertencimentos fazem parte de uma realidade social que se admite o termo família modificada sendo definida como aquela que agrega além de parentes, os amigos íntimos e vizinhos.

Em relação ao envolvimento prolongado do cuidador na atividade de prover cuidados parece ter um efeito negativo sobre a saúde física e emocional do cuidador, embora, geralmente, ele assuma este papel com grande satisfação e carinho. O enfrentamento da situação estressante, principalmente diante do paciente crônico faz com que o cuidador assuma este papel por um período extenso de sua vida, podendo acarretar uma maior sobrecarga (PORTAL HOME CARE, 2013). Como em nosso estudo a maioria dos cuidadores entrevistados passa em média de 20 a 24 horas do dia e de 5 a 7 dias por semana na atividade do cuidar pode-se supor que esta carga de trabalho o levará a impactos negativos mais evidentes.

Para complementar, Marques (2007) relata que o conceito de sobrecarga na literatura é a condição de perturbação em que se encontra uma pessoa, resultante de ter que lidar ininterruptamente com a dependência física e a incapacidade mental do indivíduo doente e ainda complementa que a consequência da sobrecarga é o esgotamento emocional, com manifestações de fadiga e perda gradativa da energia vital.

Paula, Roque e Araújo (2008) mostram que a sobrecarga física e psíquica dos cuidadores informais, os expõe a problemas sociais, piora da saúde física e psíquica, o que pode gerar no próprio doente impacto negativo. Todos estes fatores tornam a tarefa do cuidador informal um grande desafio.

No estudo acima referido foi citado também que cuidadores informais relatam cansaço, desgaste, revolta, depressão e somatizações. Os autores destacam os altos índices de morbidade nos cuidadores informais e que mulheres que cuidam de idosos em estágio avançado de demência experimentaram maior sobrecarga e, conseqüentemente, piora da qualidade de vida (PAULA; ROQUE; ARAÚJO, 2008).

Outro problema destacado por Duarte, Melo e Azevedo (2008) é o fato de que o cansaço físico e mental transforma o cuidador em um doente em potencial. Aumento ou redução de peso, dores diversas, distúrbios do sono, estresse e fadiga são relatos frequentes. Segundo as autoras, a síndrome de *Burnout* é descrita em cuidadores de pacientes com demência, caracterizada pela presença de sintomas funcionais, psíquicos e comportamentais (irritabilidade, fadiga intensa, exaustão, cefaléia, depressão, postura crítica e pressa em realizar as atividades), capazes de levar ao esgotamento do cuidador.

Para o autor Sasaki (2012) além do impacto físico outro fator estressor nos cuidadores informais diz respeito às modificações na organização financeira, pois além de gastos extras ou despesas contínuas ao orçamento familiar, existe a possibilidade de o paciente deixar de ser o provedor da família, adicionado ao fato de um membro parar de trabalhar para cuidar do paciente.

No que se refere à absorção de várias tarefas pelo cuidador informal os autores Bandeira, Calzavara e Castro (2008) identificaram através de revisão da literatura que o cuidador informal tolera mudanças em sua vida social e profissional, colocando as necessidades dos pacientes em primeiro lugar, deixando suas próprias necessidades em segundo plano. Mostraram, também, que a sobrecarga é agravada pela falta de informação a respeito da doença do paciente, do tratamento e das estratégias mais adequadas para lidar com os problemas comportamentais.

Ainda com relação a toda amplitude de fatores que possam levar a sobrecarga do cuidar a autora Marques (2007) retrata em seu estudo que o cuidar para o familiar ou para o cuidador informal é um ato interpretado como condição onde se impõe perdas, envolvendo renúncia e determinando quebra ou restrição das redes sociais. As cuidadoras entrevistadas em sua pesquisa denotaram pesar relativo à impossibilidade de frequentar festas comemorativas (final de ano, natal, aniversários), dedicar-se a atividades prazerosas e de lazer (viajar, frequentar praia, bares, sair com os amigos).

A mesma autora constatou em sua pesquisa que os cuidadores descreveram o cuidado como atividade “complicada”, que “dá muito trabalho”, devido ao fato do familiar estar fortemente influenciado por uma realidade contextual em que o cuidado acontece de forma acumulativa e muito solitária. Indo ao encontro do que diz Gonçalves, Alvarez e Santos (2005): Apesar da maioria das pessoas que desempenham esta função referirem que este é um papel lhes proporciona um grande sentimento de prestabilidade e satisfação é também uma missão de grande cansaço e desalento. Complementam que muitos cuidadores informais ou cuidadores familiares referem frequentemente problemas de falta de apoio e falta de tempo para si próprios. Os sentimentos de solidão, tristeza e depressão são comuns. Muitos descuidam do seu próprio auto-cuidado ou dos cuidados de seus dependentes (como os seus filhos, por exemplo), em detrimento do cuidado do outro.

Ainda para Marques (2007) a vivência dos sofrimentos expostos aos cuidadores, muitas vezes está presente em pessoas já fragilizadas com situações de ameaça tipo a proximidade com a morte ou adversidades na vida cotidiana.

5 CONCLUSÕES

Este estudo, como qualquer pesquisa, apresenta alguns limites. O principal deles refere-se ao número restrito de entrevistados.

Com o aumento da expectativa de vida, haverá em todo mundo um aumento do número de doentes que necessitarão de cuidados especiais, de cuidadores capacitados para ajudá-los em suas necessidades.

Assim os cuidadores também necessitam de assistência para que suas sobrecargas sejam limitadas ou pelo menos minimizadas. Em nosso estudo foi verificado que os cuidadores entrevistados apresentam fragilidades do ponto de vista físico com relação ao cansaço pelo ato de cuidar. Sendo assim, torna-se essencial que profissionais, principalmente da área da saúde, detenham uma atenção para o cuidador informal desenvolvendo estudos para identificar suas necessidades e com isso buscando estratégias para amenizar as sobrecargas que o cuidado gera.

Portanto, cuidar desses cuidadores passa a ser uma necessidade presente, e extremamente importante sendo cada vez mais necessário voltar o olhar para o cuidador informal, pois o mesmo representa um importante papel, dentro do núcleo familiar.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, M.; CALZAVARA, M. G. P.; CASTRO, I. Estudo de validade da escala de sobrecarga de familiares cuidadores de pacientes psiquiátricos. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 98-104, 2008.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portal Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/saude/2011/09/doencas-cronicas-nao-transmissiveis-sao-a-maior-cao-de-morte-no-mundo-diz-oms>>. Acesso em: fev. 2013

DUARTE, J. E.; MELO, R. V.; AZEVEDO, R. S. Cuidado do cuidador. In: MORAES, E. N. **Princípios Básicos de Geriatria e Gerontologia**. Belo Horizonte: Coopmed, 2008.

GONÇALVES, L. H. T.; ALVAREZ, A. M.; SANTOS, S. M. A. Os cuidadores leigos de pessoas idosas. In: DUARTE, Y. A. O.; DIOGO, M. J. D. **Atendimento domiciliar: um enfoque gerontológico**. São Paulo: Atheneu, 2005.

MARQUES, A. K. M. C. **Apoio social na experiência do familiar cuidador de pessoas com doença crônica**. 96 f. Dissertação (mestrado) – Universidade de Fortaleza, 2007.

MARTÍN, M.; RONCON, P. **O cuidador e o ser cuidado**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

MARTINS, T.; RIBEIRO, J. P.; GARRETT, C. Estudo de validação do questionário de avaliação da sobrecarga para cuidadores informais. **Psicologia, saúde & doenças**, Porto, v. 4, n. 1, p. 131-148, 2003.

PAULA, J. A.; ROQUE, F. P.; ARAÚJO, F. S. Qualidade de vida em cuidadores de idosos portadores de demência de Alzheimer. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 283-287, 2008.

PERRACINI, Mônica Rodrigues; FLÓ, Cláudia Marina. **Funcionalidade e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2011.

PORTAL DA SAÚDE. **Ministério da Saúde**. Doenças Crônicas. Disponível em:

<<http://www.portaldasaude.pt/portal/conteudos/enciclopedia+da+saude/doencas/doencas+cronicas/doencascronicas.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

PORTAL HOME CARE. **Cuidador Formal e Informal**. Disponível em: <<http://www.portalthomecare.com.br/pagina.php?pagina=21>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

SASAKI, A. C. et al. **Condutas Práticas em Fisioterapia Neurológica**. 1. ed. Barueri: Manole, 2012.

YUASO, D. R. Cuidadores de idosos dependentes no contexto domiciliário. In: PAPAEO NETO, M. **Tratado de gerontologia**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2007. p. 711-717.

SOBRE AS AUTORAS:

Raquel Maria Ferreira dos Santos

Discente curso de Fisioterapia Fanor DeVry Brasil.
E-mail: raquelmsantosf@gmail.com.

Fábia Azambuja Pereira Salviano

Fisioterapeuta. Mestranda em Ensino na Saúde (CME-PES – UECE – Universidade Estadual do Ceará). Docente Faculdade Nordeste Fanor DeVry Brasil.
E-mail: fsalviano@fanor.edu.br.

Ana Karina Monte Cunha Marques

Fisioterapeuta. Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Docente Faculdade Nordeste Fanor DeVry Brasil.

Jamille Soares Moreira Alves

Fisioterapeuta. Mestre em Ciências Fisiológicas pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Docente Faculdade Nordeste Fanor DeVry Brasil.
E-mail: jalves2@fanor.edu.br.

Anairtes Martins de Melo

Fisioterapeuta. Orientadora. Mestranda em Ensino na Saúde (CME-PES – UECE – Universidade Estadual do Ceará). Docente curso de Fisioterapia da Faculdade Nordeste Fanor DeVry Brasil.
E-mail: amelo@fanor.edu.br.

ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA EM PACIENTES PÓS-CIRURGIA DO CÂNCER DE MAMA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Denilson de Queiroz Cerdeira
Thaís Teles Veras Nunes
Amene Cidrão Lima
Marphisa Rachel de Siqueira Rego
Gisnay Ribeiro Coutinho

RESUMO

O câncer de mama é a neoplasia de maior ocorrência entre as mulheres, sendo considerado um problema de saúde pública. Consequentemente é uma das causas de morbidade e mortalidade na mulher. Objetivou-se buscar informações sobre a atuação da Fisioterapia em pacientes pós-cirurgia de câncer de mama, conhecendo os aspectos desta atuação e como tem sido empregado na documentação bibliográfica. Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica no período correspondente aos últimos 15 anos (1998 a 2013), nas bases Medline, Lilacs, Scielo, Pubmed e PEDro, utilizando-se as palavras chave: Oncologia, Fisioterapia, Reabilitação, Mastectomia. Foram incluídos na pesquisa estudos de sujeitos com idade superior a 18 anos, idioma inglês, português e espanhol. Foram excluídos artigos que não descreviam a atuação da Fisioterapia adequadamente e estudos de casos. Foram encontrados 337 artigos, dos quais 30 foram selecionados, sendo 08 artigos de revisão, 13 estudos transversais e 09 ensaios clínicos. A revisão de literatura evidenciou a importância do tratamento fisioterapêutico em pacientes no pós - operatório de câncer de mama. Os estudos demonstram que a Fisioterapia desempenha um papel fundamental na prevenção ou diminuição de possíveis sequelas advindas do pós-operatório, como complicações respiratórias, circulatórias e osteomioarticulares.

Palavras-chave: Oncologia. Fisioterapia. Reabilitação. Mastectomia.

ABSTRACT

Breast cancer is the most frequent cancer among women, and is considered a public health problem, and consequently is one of the causes of morbidity and mortality in women. The objective was to seek information about the physiotherapy performance in patients after surgery for breast cancer, knowing the aspects of performance and how it has been used in the scientific literature. It was a literature search for the period corresponding to the last 15 years (1998-2013), Medline, Lilacs, SciELO, PubMed and PEDro using the keywords: Oncology, Physiotherapy, Rehabilitation, Mastectomy. The research included studies of subjects aged over 18 years, English, Portuguese and Spanish. We excluded articles that did not describe adequately the performance of Physiotherapy and case studies. 337 articles were found, of which 30 were selected, 08 review articles, 13 cross-sectional studies and 09 clinical trials. The literature review highlighted the importance of physical therapy in patients post - operative breast cancer. Studies show that physical therapy plays a key role in the prevention or reduction of possible consequences arising from the post - operative complications such as respiratory, circulatory and musculoskeletal.

Keywords: Oncology. Physiotherapy. Rehabilitation. Mastectomy.

1 INTRODUÇÃO

Segundo o Ministério da Saúde (2007), o câncer de mama é um problema mundial de saúde pública e nos países ocidentais é uma das principais causas de morte em mulheres. As estatísticas indicam o aumento de sua frequência, tanto nos países desenvolvidos, quanto nos países em desenvolvimento.

De acordo com o INCA (2004), a estimativa da incidência do câncer de mama no Brasil é de aproximadamente 49 casos novos para 100 mil mulheres no ano de 2010. Na Região Sudeste, esse é o tipo mais incidente (65/100 mil), seguida das regiões Sul (64/100 mil), Centro-Oeste (38/100 mil) e Nordeste (30/100 mil). O risco para o câncer de mama está estreitamente ligado ao estilo de vida e também à longevidade. 80% das mulheres com câncer de mama tem idade maior de 50 anos e/ou estão na pós-menopausa (MOURÃO et al., 2008).

Segundo o relato de Mourão e colaboradores (2008), a localização geográfica, menarca precoce, menopausa tardia, idade acima de 32 anos no primeiro parto, obesidade, exposição à irradiação, consumo de álcool, alimentação inadequada e consumo excessivo de conservantes, contraceptivo oral em idade jovem antes da 1ª gravidez, terapia de reposição hormonal, tabagismo, idade e histórico familiar também estão entre os fatores de risco para a doença.

O diagnóstico do câncer de mama em estágio inicial possibilita um tratamento mais efetivo e menos agressivo. O aumento global na sobrevivência de mulheres com câncer de mama ocorre principalmente para os casos em que a doença encontra-se em estágios clínicos iniciais (GUERRA et al., 2009).

Guerra e colaboradores (2009) relatam que nos Estados Unidos, considerando a sobrevivência de 1,3 milhões de mulheres com câncer de mama em 10 anos de seguimento (1985 a 1996), apenas 5% a 12% das pacientes em estágio inicial (0, I ou II) morreram. Porém, para os casos mais avançados (III ou IV) cerca de 90% foram a óbito. O câncer de mama apresenta um prognóstico relativamente bom, se diagnosticado e tratado oportunamente.

Nos últimos anos, as terapêuticas foram muito modificadas, em nome da tecnologia e dos novos conhecimentos agregados ao tratamento das pacientes com câncer de mama. As cirurgias, assim como as terapêuticas complementares – radioterapia, quimioterapia e hormonioterapia – procuram estabelecer uma relação adequada e equilibrada entre dosagem, efeitos secundários e eficácia de tratamento (FERREIRA et al., 2005).

Segundo Ferreira e colaboradores (2005), a evolução do tratamento médico do câncer de mama, tornou-se imprescindível a abordagem multidisciplinar dessas pacientes, considerando não só o quadro patológico,

mas também a reabilitação global, física, psicológica, social e profissional, além de se preocupar com a manutenção e melhora da qualidade de vida das pacientes.

Os autores referenciados no parágrafo anterior relatam que a equipe multidisciplinar deve ser composta por médico, enfermeiro, fisioterapeuta, assistente social, psicólogo, nutricionista e terapeuta ocupacional, sendo cada profissional responsável pelas condutas dentro da sua área de competência. Tais condutas, no entanto, devem sempre ser discutidas com toda equipe.

Durante o tratamento do câncer, várias complicações são relatadas na literatura, sendo assim, a fisioterapia desempenha um importante papel na prevenção, minimização e tratamento dos efeitos adversos do tratamento do câncer da mama. A implantação da rotina de atendimento fisioterapêutico para pacientes submetidas a tratamento para câncer da mama tem como objetivo principal a prevenção de complicações através de condutas e orientações domiciliares, e o diagnóstico e intervenção precoce, visando melhorar a qualidade de vida e a redução dos custos pessoais e hospitalares (MARCELINO; COSTA; BRAZ, 2003).

Na população brasileira, a maioria dos diagnósticos de câncer de mama é realizada em estádios tumorais mais avançados, onde se faz necessário instituir tratamentos mais radicais, com aumento significativo da morbidade e pior qualidade de vida. O linfedema de membro superior é a principal complicação decorrente do tratamento do câncer de mama, sendo definido como um acúmulo de linfa nos espaços intersticiais, causado pela destruição dos canais de drenagem axilar, provocados pela cirurgia e/ou radioterapia (INCA, 2004).

O presente trabalho buscou maiores informações e explorou detalhes sobre a atuação da Fisioterapia em pacientes pós-cirurgia de câncer de mama, quais aspectos esta atuação aborda, e como foi empregado na documentação bibliográfica sobre o tema.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Tratou-se de um estudo exploratório e descritivo. Para Gil (2009), a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza dessa relação. A pesquisa descritiva é, juntamente com a exploratória, as que habitualmente realizam os pesquisadores preocupados com atuação prática (GIL, 2009).

Quanto ao meio de investigação, o estudo tratou-se uma pesquisa bibliográfica. Segundo o autor citado no parágrafo anterior, a pesquisa bibliográfica é desen-

volvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas.

Foi realizada uma revisão bibliográfica no período correspondente aos últimos 15 anos (1998 a 2013), nas bases Medline, Lilacs, Scielo, Pubmed e PEDro, utilizando-se as palavras chave: Oncologia, fisioterapia, reabilitação, mastectomia.

Como critério de inclusão foi estabelecido estudos de sujeitos com idade superior a 18 anos, idioma inglês, português e espanhol. Foram excluídos artigos que não descreviam a atuação da Fisioterapia adequadamente e estudos de caso.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No Pubmed e Medline foram encontrados 337 artigos, dos quais 30 foram selecionados, sendo 08 artigos de revisão, 13 estudos transversais e 09 ensaios clínicos de periódicos com alto fator de impacto foram definitivamente incluídos.

Autores observaram através de seus estudos, que a cinesioterapia aumentou significativamente a amplitude de movimento do membro superior e reduziu significativamente a dor no MS homolateral à cirurgia para tratamento do CM ao longo do tratamento, especialmente no início da intervenção (RETT *et al.*, 2012).

Ao analisar os efeitos do tratamento fisioterapêutico na biomecânica morfofuncional no pós-operatório do câncer de mama, observou-se que a Fisioterapia contribuiu para a prevenção e minimização da morbidez do tratamento para o câncer de mama, proporcionando uma melhor qualidade de sobrevivência ao ser - doente (FERRO, *et al.*, 2004).

Um estudo bibliográfico realizado por Mendonça e colaboradores (2008), constatou que a Fisioterapia pode ser fundamental no tratamento do paciente com diagnóstico de câncer de mama ao oferecer acompanhamento às diversas alterações que podem ocorrer, mesmo diante de muitos comprometimentos que se apresentam, como: linfedema, edema de membros, alterações musculares, neurológicas e respiratórias, dores musculares por disfunções posturais, dores teciduais, cicatriciais, tendinosas e articulares, alterações ósseas, circulatórias e vasculares.

A Fisioterapia, com seus amplos recursos, ainda é a escolha mais eficiente no tratamento do linfedema pós-mastectomia, pois consegue não só melhorar como manter a funcionalidade da circulação linfática, além de prevenir recidivas de infecções (DURVALINA; CONCEIÇÃO, 2011).

Tendo em vista não somente a extirpar o câncer, mas também a reabilitação global no âmbito físico, a Fisioterapia desempenha um papel fundamental nesta nova etapa da vida da mulher operada, pois além de significar um conjunto de possibilidades terapêuticas físicas passíveis de intervir desde a mais precoce recuperação funcional, até a profilaxia das sequelas, além de diminuir o tempo de recuperação, com retorno mais rápido às atividades cotidianas e ocupacionais, colaborando com sua reintegração à sociedade, sem limitações funcionais (JAMAL; MACHADO; RODRIGUES, 2008).

A pesquisa de Baraúna e colaboradores (2004), verificou, através da biofotogrametria computadorizada, que a amplitude de movimento de ombro ficou comprometida mesmo após 6 meses de cirurgia, salientando a relevância da Fisioterapia junto à equipe multidisciplinar na avaliação fisioterapêutica para elaboração de um programa de reabilitação relacionado aos achados pré e pós-operatórios, objetivando a manutenção da força e amplitude muscular e da postura das mulheres mastectomizadas.

Ferreira e colaboradores (2005) verificaram que cerca de 65% das pacientes analisadas em seu estudo, tiveram por intervenção cirúrgica a mastectomia radical com esvaziamento axilar e, as complicações advindas deste procedimento. Os autores afirmam que através da orientação da paciente, reabilitação especializada e prevenção das complicações pós-cirúrgicas, houve contribuição para o retorno funcional, readaptação e reintegração da mulher à sociedade.

Barboza (2009) afirma que a intervenção precoce da fisioterapia, aplicada ainda no ambiente hospitalar, não só ajuda a prevenir as complicações pós-cirúrgicas, como também reabilita as pacientes mais cedo para as atividades da vida diária (AVD), e ainda, permite a elas que possam se valer da colaboração e do incentivo da equipe médica para o tratamento.

Baseado na literatura pesquisada constatou-se que a Fisioterapia pode ser fundamental no tratamento do paciente com diagnóstico de câncer de mama ao oferecer acompanhamento às diversas alterações que podem ocorrer, mesmo diante de muitos comprometimentos que se apresentam, como: linfedema, edema de membros, alterações musculares, neurológicas e respiratórias, dores musculares por disfunções posturais, dores teciduais, cicatriciais, tendinosas e articulares, alterações ósseas, circulatórias e vasculares.

Dentre os procedimentos fisioterapêuticos que podem ser empregados para o tratamento fisioterapêutico do câncer de mama destaca-se: a drenagem linfática, alongamentos, exercícios ativos, passivos e resistidos, exercícios respiratórios para funcionamento diafragmático e retirada de secreções; treino de marcha, de equi-

lívrio e reeducação postural, readaptação domiciliar e ocupacional, caso haja necessidade.

As pacientes com câncer de mama submetida ao tratamento fisioterapêutico diminuíram seu tempo de recuperação e retornaram mais rapidamente às suas atividades cotidianas, ocupacionais e desportivas, readquirindo amplitude em seus movimentos, força, qualidade postural, coordenação, autoestima e, principalmente, minimizaram as possíveis complicações pós-operatórias e aumentaram a qualidade de vida (SILVA, 2004).

Além disso, o tempo de intervenção está correlacionado com a qualidade da resposta, quanto mais precoce forem orientados os exercícios, mais rapidamente a mulher responderá ao tratamento. Segundo a pesquisa de Jamal, Machado e Rodrigues (2008), fica estabelecido que no pós-operatório (PO) imediato ao PO de 15 dias, os exercícios de mobilização precoce do membro superior deverão ter a sua amplitude limitada, devem ser incluídos exercícios posturais simples e dinâmicos, além da técnica de drenagem linfática. A partir do PO 15 em diante, a reabilitação funcional é mais ativa, a amplitude de movimentos deve ser alcançada no menor espaço de tempo possível, levando-se sempre em conta as dificuldades individuais. (JAMMAL; MACHADO; RODRIGUES, 2008).

O autor citado no parágrafo anterior afirma que a Fisioterapia pós-operatória no câncer de mama possui vários benefícios. Primeiramente, ela irá permitir a eliminação ou o não surgimento de um problema articular inaceitável, num contexto já sobrecarregado de consequências físicas e psicológicas. Secundariamente, facilitará a integração do lado operado ao resto do corpo e as atividades cotidianas. Finalmente, irá auxiliar na prevenção de outras complicações comuns na paciente operada de câncer de mama.

Gutiérrez e colaboradores (2007) avaliaram a adesão em um programa de reabilitação precoce em uma amostra de 28 mulheres mastectomizadas, e observaram que 64,2% das pacientes aderiram ao programa e 82,1% referiram dificuldades para execução dos exercícios, principalmente devido à dor. A maioria das pacientes que aderiram ao programa e realizaram as atividades de vida diária sem dificuldade. Logo, concluíram que a adesão das pacientes promoveu um melhor controle da dor e diminuição do período de recuperação.

Em consequência do processo da mastectomia, comumente as pacientes apresentam uma hipotrofia ou até mesmo atrofia de músculos que estabilizam o complexo do ombro como: serrátil anterior, peitoral maior e menor, rombóides, músculos do manguito rotador e outros. A reeducação da cintura escapular e do membro superior é uma necessidade básica na paciente operada de câncer de mama, seja qual for a técnica cirúrgica empregada. Seu objetivo principal é restabelecer o mais

rapidamente possível a função do membro. (JAMMAL; MACHADO; RODRIGUES, 2008).

A Cinesioterapia precoce, por meio de exercícios de alongamento, exercícios ativo-livres e ativo-assistidos do membro superior (MS) auxiliam na profilaxia e terapêutica dos sintomas algícos, sendo ferramenta indispensável para o restabelecimento da função física e reinserção laboral, social e funcional destas mulheres (RETT *et al.*, 2012).

Pereira e colaboradores (2009) avaliaram eletromiograficamente os músculos serrátil anterior e trapézio, onde constataram na avaliação pós-operatória imediata que houve um decréscimo da atividade mioelétrica do músculo serrátil anterior pela lesão do nervo torácico longo (neuropaxia). Com isso observou-se uma consequente compensação muscular do trapézio superior em relação ao déficit do músculo serrátil anterior.

Ferro e colaboradores (2004) analisaram dois grupos de cinco pacientes, onde foi comparado o grupo submetido à intervenção fisioterapêutica com o sem intervenção, utilizando-se dos seguintes parâmetros: angulação e circunferência dos membros superiores, dor, teste de função muscular do ombro e escápula. O estudo concluiu que a Fisioterapia apresentou uma relevante contribuição na recuperação funcional para as pacientes mastectomizadas.

Heckert (1995) em seu estudo afirma que à medida que a mastectomizada passa por um tratamento fisioterapêutico com o objetivo de recuperar função do segmento afetado, a autoimagem que ainda está em processo de formação, passa por um processo de readaptação associada à imagem / esquema corporal devido à mutilação causada pelo procedimento cirúrgico.

O linfedema é uma consequência importante do tratamento do câncer de mama, que deve ser diagnosticado e tratado o mais precocemente possível. A Fisioterapia, com seus amplos recursos, ainda é a escolha mais eficiente no tratamento do linfedema pós-mastectomia, pois consegue não só melhorar como manter a funcionalidade da circulação linfática, além de prevenir recidivas de infecções (DURVALINA; CONCEIÇÃO, 2011).

Um estudo realizado por Durvalina e Conceição (2011) demonstrou que as terapias que sozinhas conseguiram melhores resultados para o tratamento do linfedema foram: Fisioterapia complexa descongestiva (FCD); drenagem linfática manual; exercícios; drogas; cuidados gerais e hidroterapia. No entanto, a redução de edema conseguida somente com as drogas foi mais lenta do que quando estas foram associadas com a FCD. O mesmo aconteceu com os exercícios, que obtiveram maiores reduções quando combinados com outras terapias. Compressão pneumática intermitente, vestuários de compressão, bandagens, laser e drenagem linfática

mecânica conseguiram melhores resultados quando associados com outras terapias.

Segundo Mendonça e colaboradores (2008), os últimos graus de amplitude articular são importantes para a prevenção de complicações, como o linfedema do membro superior homolateral à cirurgia, uma vez que, a contração muscular é um dos fatores que influencia o transporte da linfa, favorecendo a sua aspiração para dentro do vaso. Se a amplitude de movimento não estiver totalmente recuperada, a contração das fibras musculares da cintura escapular não será normal, aumentando o risco de desenvolver o linfedema.

Ferro e colaboradores (2004) constataram que restrições funcionais ocorreram em todas as pacientes do estudo, mas com a intervenção fisioterapêutica precoce estas restrições não perduraram, além disso, o protocolo de tratamento fisioterapêutico contribuiu para a prevenção de complicações, como a compensação postural, tensão cervical, aderência, encurtamento, fibrose, parestesia, edema, perda da função muscular e dor.

Rett e colaboradores (2012) realizaram um estudo com mulheres submetidas ao tratamento cirúrgico e com queixa de dor no membro superior (MS) homolateral à cirurgia, utilizando um protocolo de Cinesioterapia para os membros superiores (MMSS) envolvendo alongamento de cervical de MMSS e movimentos ativos -livres de flexão, extensão, abdução, adução, rotação interna e rotação externa dos ombros, isolados ou combinados. Os autores concluíram que a Cinesioterapia melhorou a ADM e reduziu a dor no MS, especialmente no início da intervenção, evidenciando a importância da abordagem inicial da Fisioterapia.

É nesse contexto que se reflete a importância de um tratamento fisioterapêutico visando recuperar a função de determinado segmento, levando em consideração fatores psíquicos, emocionais, sociais, e físicos para a inclusão / reinclusão destes pacientes as suas atividades de vida diária, contribuindo com a qualidade de vida e proporcionando maior interação e participação em atividades psicossociais e culturais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O câncer de mama é considerado um problema de saúde pública por apresentar altíssimas taxas de incidência e mortalidade entre as neoplasias que acometem as mulheres brasileiras.

Ainda hoje, o câncer é uma doença que fragiliza e amedronta o ser humano. Este trauma devastador afeta, não somente aquele que é acometido por ela, mas também os membros da família e amigos, influenciando-os não apenas em relação às questões físicas e orgânicas, mas também em relação às questões sociais, psicológicas, afetivas e emocionais.

Pode-se concluir que, quanto mais adiantado estiver o estado do tumor, maiores serão as possibilidades de complicações no pós-cirúrgico. Isso se deve à maior radicalidade cirúrgica necessária para tumores mais avançados. A tendência atual é de se optar por técnicas conservadoras sempre que isso for possível. Em cirurgias radicais as modalidades de complicações pós-cirúrgicas mais frequentemente observadas são a limitação de movimentos e o edema linfático.

Há alguns anos, a grande preocupação da equipe médica em relação ao câncer era a sobrevivência dos pacientes. Atualmente, o foco do tratamento mudou, ou seja, a preocupação passou a ser também a qualidade de vida que o paciente vai ter durante e após o tratamento oncológico. Nesse sentido, a fisioterapia vem sendo adotada, em todos os tipos de câncer, a partir do diagnóstico, no pré-operatório, no pós-cirúrgico, como também durante todo o tratamento.

A revisão de literatura evidenciou a importância do tratamento fisioterapêutico em pacientes no pós - operatório de câncer de mama. Os estudos demonstram que a Fisioterapia desempenha um papel fundamental na prevenção ou diminuição de possíveis sequelas advindas do pós - operatório, como complicações respiratórias, circulatórias e osteomioarticulares.

O tratamento fisioterapêutico possibilita ainda, um menor tempo de recuperação funcional do membro superior homolateral à cirurgia, favorecendo o retorno mais rápido às atividades diárias e laborais, bem como, contribuindo com a reintegração social sem limitações funcionais.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à direção da Faculdade Farias Brito e à Coordenação do curso de Especialização em Traumatologia e Ortopedia e Reumatologia da instituição.

REFERÊNCIAS

- BARAÚNA, M. A.; CANTO, R. S. T.; SCHULZ, E.; SILVA, R. A. V.; SILVA, C. D. C.; VERAS, T. M. S.; FREITAS, V. R.; SILVA, V. C. C.; BARAÚNA, K. M. P.; BARAÚNA, P. M. P. Avaliação da Amplitude de Movimento do Ombro em Mulheres Mastectomizadas pela Biofotogrametria Computadorizada. **Revista Brasileira de Cancerologia**. v. 50, n. 1, p. 27-31, 2004.
- BARBOZA, R.C.M. **Bases Reabilitativas de Fisioterapia no Câncer de mama**. Rio de Janeiro, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Controle do Câncer de Mama Documento Consenso**. Rio de Janeiro: INCA, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Estimativas de Câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA, 2007.

DURVALINA, N. L.; CONCEIÇÃO, A. G. Recursos fisioterapêuticos em linfedema Pós-Mastectomia: uma revisão de literatura. **Fisioterapia e Movimento**. v. 24, n. 1, p. 191-200, jan./mar. 2011.

FERREIRA, P. C. A.; NEVES, N. M.; CORREA, R. D.; BARBOSA, S. D.; PAIM, C.; GOMES, N. F. Educação e Assistência Fisioterapêutica às Pacientes pós-cirurgia do Câncer de Mama. In: **Anais do 8º Encontro de Extensão da UFMG**. Belo Horizonte, 2005.

FERRO, A. D. M.; GONTIJO, A. D. M.; BOTTARO, M.; VIANA, J. **Os efeitos do tratamento fisioterapêutico na biomecânica morfofuncional no pós-operatório do câncer de mama**. Pós-graduação Lato-Sensu em Fisiologia do Exercício e Avaliação Morfofuncional. Universidade Gama Filho, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

GUERRA, M. R.; MENDONÇA, G. A. S.; BUSTAMANTE – TEIXEIRA, M. T.; CINTRA, J. R. D.; CARVALHO, L. M.; MAGALHÃES, L. M. P. V. A sobrevida em cinco anos e fatores prognósticos em uma coorte de pacientes com câncer de mama tratadas em Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, v. 25, n. 11, p. 2455-2466. Rio de Janeiro, 2009.

GUTIÉRREZ, M. G. R.; BRAVO, M. M.; CHANES, D. C.; VIVO, M. C. R. SOUZA, G. O Adesão de mulheres mastectomizadas ao início precoce de um programa de reabilitação. **Acta Paulista de Enfermagem**. v. 20, n. 3, p. 249-54, 2007.

HECKERT, U. Reações Psíquicas à mastectomia. **Revista de Psiquiatria clínica**, v. 30, n. 5, p.10-11, 1995.

JAMMAL, M. P.; MACHADO, A. R. M.; RODRIGUES, L. R. Fisioterapia na reabilitação de mulheres operadas por câncer de mama. **O Mundo da Saúde**. São Paulo; v. 32, n. 4, p. 506-10, 2008.

MARCELINO, D. R.; COSTA, T.; BRAZ, M. M. Atuação da Fisioterapia em paciente submetida à Tumorectomia. **Revista Fisioterapia Brasil**, v. 3, n. 10, p. 13-14, 2003.

MENDONÇA, A. P.; DUARTE, T.; PEREIRA, F.; MARTINS, H.; PIRES, V. A.; XAVIER, M. **A Importância da Intervenção fisioterapêutica no tratamento pós - operatório de câncer de mama**. XIII Encontro de Iniciação Científica. Universidade do Vale do Paraíba, 2008.

MOURÃO, C. M. L.; SILVA, J. G. B.; FERNANDES, A. F. C.; RODRIGUES, D. P. **Perfil de pacientes portadores de câncer de mama em um hospital de referência no Ceará**. Fortaleza, 2008.

PEREIRA, T. B.; BERGMANN, A.; RIBEIRO, A. C. P.; SILVA, J. G.; DIAS, R.; RIBEIRO, M. J. P.; THULER, L. C. S. Padrão da atividade mioelétrica dos músculos da cintura escapular após linfadenectomia axilar no câncer de mama. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetria**. v. 31, n. 5, p.224-9, 2009.

RETT, M.T.; SIMÕES, J. A.; HERRMANN, V.; GURGEL, M. S. C.; MORAIS, S. S. A cinesioterapia reduz a dor no membro superior de mulheres submetidas à mastectomia ou quadrantectomia. **Revista Dor**. São Paulo, v. 13, n. 3, p. 2001-2007, jul./set. 2012.

SILVA, M. P. P. **Movimento do Ombro após Cirurgia por Carcinoma Invasor da Mama: estudo randomizado prospectivo controlado de exercícios livres versus limitados a 90° no pós operatório**. RBGO. v. 26, n. 2, 2004.

SOBRE OS AUTORES:

Denilson de Queiroz Cerdeira

Mestre em Ciências da Educação (UTIC-PY), Fisioterapeuta, Co-Orientador, Docente dos Cursos de Fisioterapia, Odontologia e Psicologia da Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS e do Curso de Fisioterapia do Instituto Superior de Teologia Aplicada – INTA.
E-mail: denilsonqueiroz@fcrs.edu.br.

Thaís Teles Veras Nunes

Mestre em Saúde Coletiva (UNIFOR), Fisioterapeuta, Docente do curso de Fisioterapia da Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS e do Instituto Superior de Teologia Aplicada - INTA.
E-mail: fcrs0560@fcrs.edu.br.

Amene Cidrão Lima

Mestre em Reabilitação do Assoalho Pélvico (UNIFESP / EPM), Fisioterapeuta, Docente do curso de Fisioterapia da Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS.
E-mail: amenelima@fcrs.edu.br.

Marphisa Rachel de Siqueira Rego

Mestranda em Ciências da Saúde (UNICSUL), Fisioterapeuta, Docente do curso de Fisioterapia da Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS.
E-mail: marphisarachel@fcrs.edu.br.

Gisnay Ribeiro Coutinho

Fisioterapeuta, Graduanda do Curso de Especialização em Traumatologia e Ortopedia e Reumatologia da Faculdade Farias Brito (FFB).

ERGONOMIA: CONSCIÊNCIA CORPORAL DOS ALUNOS DO CURSO DE ODONTOLOGIA DA FACULDADE CATÓLICA RAINHA DO SERTÃO NA PRÁTICA ODONTOLÓGICA

Mairla Amara Monteiro Felix de
Lima

Carlos Santos de Castro Filho
Paula Ventura da Silveira

RESUMO

As análises dos processos de trabalho tornam a interdisciplinaridade e a integralidade exigências intrínsecas. Na prática, esse esforço de entender para intervir no processo de trabalho em relação com a saúde e a doença encontra barreiras entre os conceitos. O objetivo dessa pesquisa foi descrever o conhecimento dos alunos do curso de Odontologia da Faculdade Católica Rainha do Sertão sobre a consciência corporal na prática odontológica. Foi realizado um estudo do tipo transversal, descritivo e quantitativo. A pesquisa realizou-se na própria instituição e entre agosto e setembro de 2012 foram coletados os dados com os alunos do oitavo semestre do curso de Odontologia matriculados no período 2012.2. Foi aplicado um questionário, com questões que abordaram aspectos sobre o perfil social dos alunos e de sua consciência corporal em relação à sua profissão. Com isso, foi observado que a faixa etária dos alunos variou entre 20 a 32 anos e que a maioria era do gênero feminino e solteiro. Foram analisadas atividades desenvolvidas pelos alunos para reconhecimento de aspectos relacionados à existência da consciência corporal dos alunos. Em relação a existência de conhecimento sobre consciência corporal, observou-se que 100% relatam conhecer o assunto, porém, 70,3% dos alunos não realizam nenhuma atividade física. Todos os alunos responderam que sabem o que é ergonomia e 85,1% responderam que sentem dor ou algum desconforto em diferentes partes do corpo. Conclui-se que os alunos tem conhecimento sobre a importância da consciência corporal na prática odontológica.

Palavras-chave: Consciência Corporal. Ergonomia. Odontologia.

ABSTRACT

The analyses of the process of work become the interdisciplinary and integrality extrinsic demands. In practice, however, this effort of understand to step in the process of work in related with healthy and the disease finds obstacles of compatibility of concepts. The objective of this search was to describe student's knowledge of the odontology course of the Catholic College about corporal conscious in dental practice. Was made a kind of side study of descriptive nature and quantify character. The search happened in FCRS in Quixadá – Ceará of August until September period and was collected data with eighteenth semester students of the same course enrolled in 2012.2 period. Was applied a questionnaire, containing questions that approach aspects related the profile construction of the students and of their corporal conscious related their profession. With this, was observed the age of the students that is between 20 and 32 years old and that majority was female sex and single. Were analyzed activities developed by students to recognition of aspects related existence of the corporal conscious of the students. In related the existence of corporal conscious was observed that 100% tell to know this subject, however, 70, 3% don't do any physical activities. Every students answered who know what is ergonomics and 85, 1% answered who feel pain or uncomfortable in different parts of the body. Then, we can conclude that all students have a knowledge about corporal conscious importance in dental practice.

Keywords: Corporal conscious. Ergonomics. Dentistry.

1 INTRODUÇÃO

Um conceito moderno de saúde é oferecido pela Organização Mundial de Saúde, no qual consiste em um bem estar físico, mental e social e não uma mera ausência de moléstia ou enfermidade (OMS, 1978). Canguilhem (1982) sugere pensar saúde como a capacidade que possuímos de instaurar novas formas em situações adversas, não só capacidade adaptativa. Para Canguilhem, as “infidelidades do meio”, os fracassos, os erros e o mal-estar, fazem parte constitutiva de nossa história porque este mundo é um mundo de acidentes possíveis. A saúde está diretamente ligada ao processo de trabalho realizado e é, por natureza, um campo interdisciplinar. As análises dos processos de trabalho, pela sua complexidade, tornam a interdisciplinaridade e a integralidade exigências intrínsecas. Na prática, porém, esse esforço de entender para intervir no processo de trabalho em relação com a saúde e a doença encontra barreiras arraigadas de compatibilização dos conceitos.

Baseados nesta idéia estariam os cirurgiões-dentistas instaurando novas normas a algumas das situações adversas a que se submetem no exercício da profissão, numa tentativa de buscar a direção da saúde. Além disso, as condições de trabalho podem determinar e condicionar a aparição e distribuição de enfermidades nos cirurgiões-dentistas (SANTOS FILHO & BARRETO, 2001).

Quando se faz uma análise sumária de alguns processos de trabalho e de algumas das condições em que os cirurgiões-dentistas encontram-se submetidos no exercício de sua profissão, observa-se que muitas vezes estes profissionais conseguem realizar um ajuste dinâmico satisfatório às forças que tendem a perturbá-lo, ou melhor, muitas vezes o organismo consegue apresentar uma resposta ativa no sentido de ajustar-se frente a possíveis forças perturbadoras. Porém, esta resposta, apesar de ser no sentido de representar que o corpo está em movimento, está respondendo, está se ajustando, pode ser uma resposta limitada, ou até, muitas vezes, este ajuste do organismo em algumas áreas pode ocorrer em detrimento de outras que podem estar sendo sacrificadas.

Ao longo da prática odontológica, o profissional tem adotado diferentes posturas de trabalho com repercussões para a saúde do mesmo. Uma dessas posições adotadas pelos dentistas foi a de pé e o paciente deitado, nessa posição há uma grande carga de pressão concentrada sobre os membros inferiores. Atualmente os cirurgiões-dentistas trabalham sentados permitindo uma melhor acomodação do paciente e do profissional, permitindo uma maior aproximação do profissional o que facilita a visão di-

reta do campo de trabalho, permitindo um ângulo de 90° dos membros inferiores do profissional do solo (SAQUY; PÉ CORA; 1996).

Os cirurgiões dentistas que permanecem sentados por um período prolongado, podem ter suas posturas afetadas pelo trabalho. De acordo com Kisner & Colby (1998), no adulto são necessários bons hábitos posturais para evitar síndromes dolorosas e disfunções.

Postura pode ser definida como sendo a disposição relativa do corpo no espaço em um determinado momento (MAGEE, 2002). Entendemos como postura estática a disposição entre os segmentos que compõem o corpo. O alinhamento postural ideal é aquele cuja manutenção exige o mínimo de esforço e que provoca um mínimo de tensão no nível das articulações. Qualquer anomalia no alinhamento de um dos segmentos do esqueleto resulta em modificações compensatórias nas regiões vizinhas (BARROS FILHO & BASILE JÚNIOR, 1995). Cada indivíduo adota uma postura diferente, que pode ser influenciada por fatores estruturais, o que significa dizer que ela pode ser alterada por causas anatômicas ou fatores posicionais, que estão relacionadas aos hábitos posturais do indivíduo (BIENFAIT, 2000). A postura estabelecida pelo profissional tem relação com a sua consciência corporal.

Para Le Boulch (1987), a consciência corporal corresponde a uma certa forma de atenção levada por um indivíduo para sua própria atividade. Esta conscientização consiste em tomar sua própria atividade como objeto de pensamento. A conscientização do corpo em movimento é a interiorização. A interiorização representa, portanto, uma consciência de si em suas relações com o meio. E a ergonomia retrata essa adaptação do meio ao homem.

Após décadas de pesquisas acerca da ergonomia aplicada à odontologia, ainda se verifica um hiato entre as descobertas científicas e os resultados dos alcanços no cotidiano acadêmico e profissional das clínicas odontológicas. Embora crescente, a produção do conhecimento da Ergonomia na Odontologia não alcançou o *status* necessário, quer seja, o reconhecimento da extensão de sua importância em interferir nos resultados almejados quando se pensa em odontologia contemporânea. Deste modo, embora a ergonomia contemporânea tenha coerentemente elevado o olhar para além da ergonomia ocupacional, o reflexo pragmático das pesquisas neste campo da ergonomia na realidade das universidades brasileiras de odontologia caminha a passos lentos.

Pretende-se após este estudo contribuir para as referências necessárias que evidenciarão o conhecimento dos alunos do curso de Odontologia da Faculdade Católica Rainha do Sertão sobre a consciência corporal na prática odontológica.

2 MATERIAL E MÉTODO

• TIPO DE PESQUISA

Este estudo é do tipo transversal, natureza descritiva e caráter quantitativo.

• LOCAL E PERÍODO DA PESQUISA

A pesquisa do presente estudo realizou-se na Clínica de integrada IV da Faculdade Católica Rainha do Sertão em Quixadá-Ceará. Nos meses de agosto a setembro foram coletados os dados para a realização da presente pesquisa.

• POPULAÇÃO E AMOSTRA

Alunos do Oitavo Semestre do Curso de Odontologia da Faculdade Católica Rainha do Sertão que estavam devidamente matriculados no período 2012.2.

A amostra foi composta por todos os alunos que aceitaram participar da pesquisa e que atenderam aos critérios de inclusão do estudo.

• CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

- Todos os alunos do Oitavo Semestre do Curso de Odontologia da Faculdade Católica Rainha do Sertão devidamente matriculados no período 2012.2.
- Foram excluídos da pesquisa aqueles que apresentaram desinteresse pela pesquisa e os que não estavam devidamente matriculados no período 2012.2.

Todos os colaboradores da pesquisa foram esclarecidos dos objetivos do estudo, da confidencialidade de sua identidade e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C).

• COLETA DE DADOS

Foi aplicado um questionário semiestruturado (Apêndice D) pela aluna Mairla Amara Monteiro Felix de Lima, contendo questões que abordaram aspectos relacionados à construção do perfil dos alunos e de sua consciência corporal em relação à sua profissão.

- A aplicação do questionário ocorreu da seguinte forma:
- Foi escolhida uma disciplina na qual estavam inseridos os alunos da turma do último semestre no período da coleta de dados;
- Foi solicitado verbalmente ao professor que estava com a turma dessa determinada disciplina no momento da coleta de dados à realização da pesquisa com os alunos;

- A aluna Mairla Félix explicou a pesquisa a cada aluno e entregou o Termo de Consentimento para ser assinado pelos mesmos;
- Logo após a explicação, o questionário foi entregue a cada aluno para que este fosse respondido;
- O tempo previsto para que os alunos respondessem ao questionário foi de quinze minutos;
- Logo após, a aluna Mairla Amara Monteiro Felix de Lima recolheu os questionários e os termos de consentimento devidamente preenchidos.

• TABULAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram tabulados e apresentados a partir de gráficos e tabelas elaborados a partir do programa *Excel 2007* para uma melhor compreensão da amostra. Os dados foram analisados de acordo com os objetivos propostos pela pesquisa.

• PROCEDIMENTOS ÉTICOS

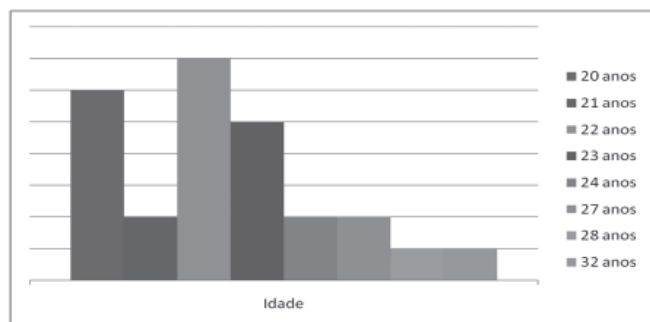
O presente estudo seguiu as normas e diretrizes da resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e foi enviado ao Comitê de Ética da Faculdade Católica Rainha do Sertão e aprovado com o número de protocolo 20120045 para a execução do estudo. Cada participante após ser devidamente esclarecido sobre o estudo consentiu com a sua participação por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O estudo foi delineado com base na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que rege a realização de pesquisas envolvendo seres humanos. Todos os alunos concordaram na participação do presente estudo, mediante assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. Uma aluna não concordou a participar do presente estudo e outros não compareceram no dia da pesquisa.

3 RESULTADOS

Foram pesquisados 27 alunos do oitavo semestre do curso de Odontologia de um total de 38 alunos. Um dos alunos se recusou e 10 alunos não compareceram na clínica no dia da coleta.

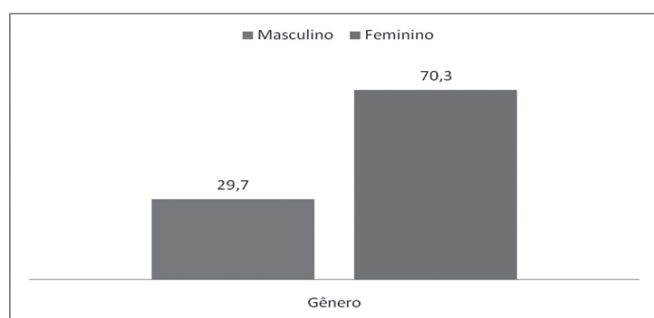
Os resultados foram analisados em gráficos e tabelas que seguem abaixo.

Foi observado que a faixa etária dos alunos do oitavo semestre de Odontologia da FCRS variou entre 20 a 32 anos, tendo um maior percentual (10 alunos) com 22 anos (Gráfico 1).

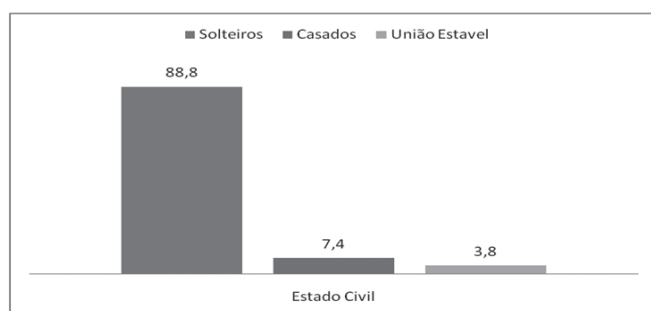
Gráfico 1 – Faixa etária dos alunos do 8º Semestre de Odontologia da Faculdade Católica Rainha do Sertão.

Fonte: Faculdade Católica Rainha do Sertão.

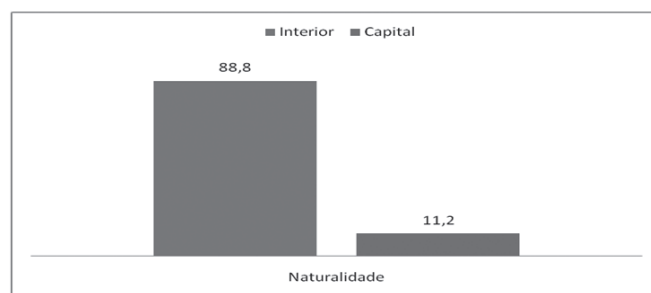
No gráfico 2, observa-se também que a maioria dos alunos do oitavo semestre de odontologia da FCRS era do gênero feminino com 70,3% e 29,7% do sexo masculino. Observou-se no gráfico 3 que o estado civil dos alunos estava mais concentrado em solteiros com 88,8% dos alunos, sendo 7,4% dos alunos casados e 3,8% dos alunos em união estável. Quanto a naturalidade foi observado no gráfico 4 que a maioria dos alunos tem naturalidade no interior do estado do Ceará (88,8%) e 11,2% na capital do estado (Fortaleza). Estes dados compõem então, o perfil do aluno do curso de Odontologia do oitavo semestre da FCRS.

Gráfico 2 – Gênero dos alunos do 8º semestre de Odontologia da Faculdade Católica Rainha do Sertão.

Fonte: Faculdade Católica Rainha do Sertão.

Gráfico 3 – Estado Civil dos alunos do 8º semestre do curso de Odontologia da Faculdade Católica Rainha do Sertão.

Fonte: Faculdade Católica Rainha do Sertão.

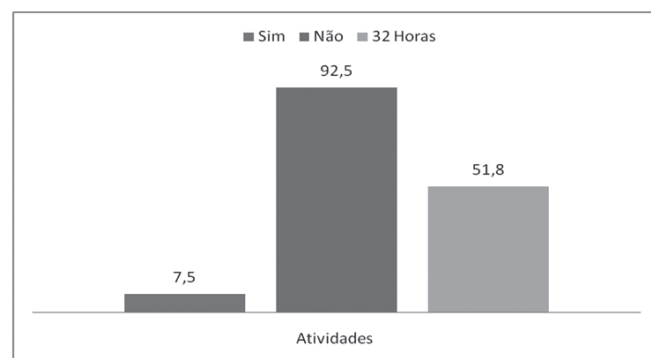
Gráfico 4 – Naturalidade dos alunos do 8º semestre de Odontologia da FCRS.

Fonte: Faculdade Católica Rainha do Sertão.

Foram analisadas atividades desenvolvidas pelos alunos do oitavo semestre de odontologia da FCRS para reconhecimento de aspectos relacionados à existência da consciência corporal dos alunos do curso de Odontologia da Faculdade Católica Rainha do Sertão.

Diante disso, observou-se que 92,5% dos alunos não desenvolvem nenhuma outra atividade além do estudo, já 7,5% dos alunos trabalham. Observou-se que 51,8% dos alunos totalizaram 32 horas de estudo e atividades práticas laborais desenvolvidas na clínica da Faculdade (Gráfico 5).

No que diz respeito à existência de conhecimento sobre consciência corporal, observa-se no gráfico 4 que 100% dos alunos sabem o que é consciência corporal. Já em relação à postura adotada na prática clínica, 100% dos entrevistados relata adotar a postura sentada. Foi perguntado se eles realizavam alguma atividade física, porém apenas 29,7% dos alunos realizam (musculação, caminhada, natação e corrida, sendo realizado entre duas e três vezes por semana) e 70,3% dos alunos não realizam nenhuma atividade física.

Gráfico 5 – Atividades semanais desenvolvidas pelos os alunos do 8º semestre de Odontologia da Faculdade Católica Rainha do Sertão.

Fonte: Faculdade Católica Rainha do Sertão.

Tabela 1 – Consciência Corporal dos alunos do 8º Semestre de Odontologia da Faculdade Católica Rainha do Sertão.

Você sabe o que é consciência corporal?	Porcentagem
Sim	100%
Não	0%
Qual a sua postura ergonômica adotada na Clínica?	
Em pé	0%
Sentado	100%
Você realiza alguma atividade física?	
Sim	29,7%
Não	70,3%
Quais as atividades ?	
Academia, Caminhada, natação e corrida	
3 a 4 vezes por semana	

Fonte: Faculdade Católica Rainha do Sertão.

Para descrever o conhecimento sobre ergonomia dos alunos do curso de Odontologia da Faculdade Católica Rainha do Sertão foram abordadas algumas questões (Gráfico 7). No qual se observou que:

Todos os alunos responderam que sabem o que é ergonomia e 100% desses alunos realizavam suas atividades na clínica nos turnos manhã e tarde. Sendo que os alunos responderam que essas atividades são realizadas três vezes (14,8%), quatro vezes (66,7%) e cinco (14,5%) vezes por semana. Observou-se que o número de atendimento na clínica é de um paciente (25,9%) ou dois pacientes (74,1%) por dia. Também se observou que esses atendimentos tem a duração média de 3 horas (7,5%) a 4 horas (92,5%). São realizadas atividades como: dentística restauradora, cirurgia, endodontia e periodontia (100%).

O lado da cadeira que os alunos normalmente utilizam durante o atendimento é o direito (92,5%) e o esquerdo (7,5%), mantendo uma distância do equipamento para o mocho de menos de um metro (100%). A visão adotada pelos os alunos na prática clínica é na maioria a visão direta (85,1%), com uma pequena porcentagem na visão indireta (14,0%). Os alunos relatam realizar atividades de descanso durante os atendimentos, sendo que a maioria não realiza (62,9 %).

Tabela 2 – Dados Ergonômicos dos alunos do 8º semestre de Odontologia da Faculdade Católica Rainha do Sertão.

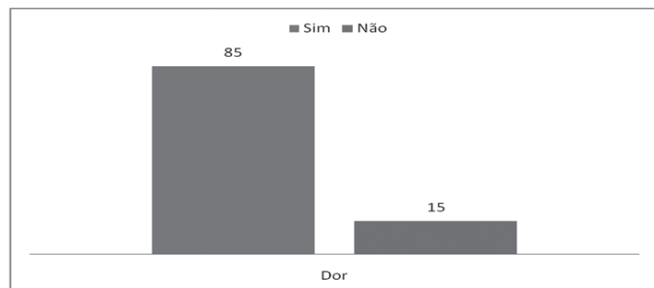
Você sabe o que é ergonomia?	Porcentagem
Sim	100%
Não	0%
Quais turnos você realiza atividades práticas na clínica da faculdade?	
Manhã/ Tarde	100%
Quantas vezes por semana ocorrem essas atividades na clínica?	
Três	14,8%
Quatro	66,7%
Cinco	14,5%
Quantas horas em media por dia você realiza atendimento na clínica?	
Três	7,5%
Quatro	92,5%
Número de atendimentos realizados na clínica por dia?	
1 atendimento	25,9%
2 atendimentos	74,1%
Tipos de atividades desenvolvidas nas clínicas?	
Dentística, Periodontia, Endodontia e Cirurgia	100%
Qual o lado da cadeira você atua normalmente?	
Direito	92,5%
Esquerdo	7,5%
Distância do equipamento para o mocho?	
Menos de um metro	100%
Visão adotada durante o atendimento?	
Direta	85,1%
Indireta	14,0%
Realiza intervalo de descanso durante o atendimento?	
Sim	37,1%
Não	62,9%

Fonte: Faculdade Católica Rainha do Sertão.

Como complementação ao quesito ergonomia foi questionada aos alunos a existência de dor ou desconforto durante a prática clínica e 85,1% dos alunos responderam que sim (Gráfico 6). Sendo que essa dor ou desconforto ocorre em diferentes partes do corpo: na coluna 37%, coluna e ombro 11%, coluna e joelhos 7%, coluna/ tornozelos e pés 7%, coluna e ombro 11%, ombro/ punhos e mãos e tornozelos e pés 7%,

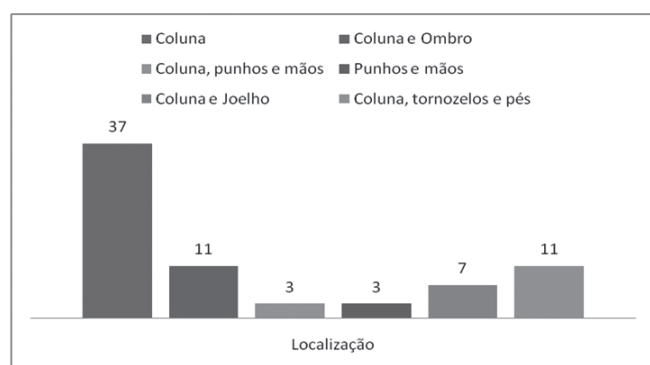
ombro 3%, punhos e mãos 3% e coluna/punhos/mãos 3% (Gráfico 7).

Gráfico 6 – Avaliação de dor ou desconforto dos alunos do 8º semestre de odontologia da Faculdade Católica Rainha do Sertão.



Fonte: Faculdade Católica Rainha do Sertão.

Gráfico 7 – Localização da dor ou desconforto dos alunos do 8º semestre de odontologia da Faculdade Católica Rainha do Sertão.



Fonte: Faculdade Católica Rainha do Sertão.

4 DISCUSSÃO

Foi observado que a faixa etária dos alunos do oitavo semestre de Odontologia da FCRS variou de 20 a 32 anos, o que confirma com os achados de Brustolin (2006) que em sua pesquisa ressalta a formação de alunos com média de idade de 22 anos nos cursos de odontologia.

Observou-se também que a maioria dos alunos era do gênero feminino, com estado civil mais concentrado em solteiros. O que também se assemelha aos achados de Brustolin em 2006.

A consciência corporal é uma espécie de autocohecimento, ou seja, de entendimento do que o corpo é capaz de fazer, bem como suas limitações. Muitas doenças surgem do fato de levar o corpo além do que ele é capaz de suportar ou realizar e de maneira brusca. Conhecer e respeitar os limites do corpo pode, não apenas evitar doenças, como também mostrar que talvez a modalidade de exercícios físicos escolhida, não seja a melhor opção para o organismo. Com isso, tomando

consciência do corpo, se desperta ferramentas internas para o combate de males e para o desenvolvimento de posturas e atitudes que melhoram a qualidade de vida e até mesmo o relacionamento interpessoal.

Na presente pesquisa foi detectado que a maioria dos alunos exerce em média 32 horas semanais de atividades odontológicas e que 62,9% não realizam atividades de descanso durante os atendimentos. Confirmando com os achados de Quintana (2010) e de Brustolin (2006), em pesquisas com profissionais da saúde, o que de certa forma é preocupante, pois de acordo com os achados de Kisner (1998), a odontologia é uma profissão passível de distúrbios osteomusculares e posturais, tornando-se de grande relevância desde a fase de preparação para a profissão (na graduação), descanso durante as atividades e diminuição na sobre carga laboral, de maneira a prevenir e/ou minimizar os distúrbios posturais osteomusculares decorrente do trabalho do cirurgião-dentista.

No que diz respeito à existência de conhecimento sobre consciência corporal, 100% dos alunos sabem o que é consciência corporal. Achados de Olivier (1995) também relatam que profissionais da saúde sabem o que vem a ser essa consciência corporal. Já em relação à postura adotada na prática clínica, 100% dos entrevistados relatam adotar a postura sentada.

Nesse aspecto postural, segundo Santos e Barreto (2001) a odontologia tem sido considerada uma profissão “estressante”, sendo frequentemente associada a agravos à saúde, tanto de ordem física como psíquica. A alta incidência de desconfortos posturais nessa classe profissional relaciona-se com sua tendência para um padrão de atividade especializado e repetitivo. Estudos sistemáticos sobre os distúrbios músculo-esqueléticos em cirurgiões dentistas vêm sendo realizados desde a década de 50, e são responsáveis pelas primeiras propostas de modificações no processo de trabalho dos dentistas, inclusive a mudança do trabalho da posição ortostática para a posição sentada (SANTOS, 2001).

Entretanto, permanecer sentado durante horas a fio, mesmo em atividades pouco exaustivas, pode causar fadiga, distúrbios circulatórios e dores físicas. E, com a atenção voltada ao trabalho e concentração na tarefa realizada, cria-se tensões e, consequentemente, fica fácil assumir, com o passar do tempo, posturas que serão prejudiciais à saúde (CHAFFIN, ANDERSON; MARTIN, 2001). O ideal segundo esse autor é a alternância postural durante as atividades laborais na prática odontológica.

Apenas 29,7% dos alunos realizam alguma atividade física regularmente. Segundo Barbosa (2003), um estilo de vida saudável complementa a adequação ergonômica do trabalho, proporcionando saúde e prevenção dos problemas já mencionados, além de outras

doenças como as cardiovasculares, o estresse e suas inúmeras consequências. É importante que o cirurgião-dentista incorpore na sua prática diária atividades físicas, tanto aeróbicas, quanto de alongamento, evitando o sedentarismo que é um dos principais fatores para os problemas musculoesqueléticos.

Todos os alunos responderam que sabem o que é ergonomia e que a maioria adota a visão direta (85,1%), durante o atendimento e este é realizado por 92,5% pelo lado do equipo, mantendo uma distância do equipamento para o mocho de menos de um metro (100%).

Ergonomia, antes de tudo, é uma atitude profissional que se agrega à prática de uma profissão definida. Modificam-se os sistemas de trabalho para adequá-los às atividades neles existentes, às características, às habilidades e limitações das pessoas com vistas ao seu desempenho eficiente, confortável e seguro (ABERGO, 2000).

A conjugação adequada de fatores ergonômicos permite projetar ambientes seguros, saudáveis, confortáveis e eficientes no trabalho de diversos profissionais e difere de outras áreas do conhecimento pelo seu caráter interdisciplinar que pela a sua natureza aplicada. O caráter interdisciplinar significa que a ergonomia se apóia em diversas áreas de conhecimento humano. O caráter aplicado configura-se na adaptação do posto de trabalho e do ambiente às características e necessidades do trabalhador e a uma postura correta (DUL& BERNARD, 2004). Esses autores ressaltam que essa adaptação da posição do cirurgião-dentista em relação ao equipo e a visão utilizada durante os atendimentos são ajustes ergonômicos realizados pelos mesmos para melhoria do processo de trabalho.

Os alunos (85,1%) relataram a existência de dor ou desconforto durante a prática clínica. Sendo que essa dor ou desconforto ocorre em diferentes partes do corpo, mas a maioria é na região de coluna. O que confirma com achados de Gonçalves (2005) que relata a existência de dores na lombar de cirurgiões-dentistas em São José dos Campos-SP.

Um trabalho de Szymańska (2002), apresentou a porcentagem de CDs com dor em diversas regiões do corpo consideradas. A maior parte (60%) apresentou dor na região lombar. Dado esse muito similar com o encontrado no presente estudo.

Um estudo de Mileard encontrou maior frequência de sintomas entre os CDs quando comparados com a população geral ou com outros profissionais de saúde e a chance de apresentar sintomas osteomusculares foi 12 vezes maior em CDs quando comparados aos profissionais de farmácia, na Suécia (MILEARD, 1990).

Acredita-se ser de grande importância que os futuros cirurgiões-dentistas incorporem na prática diária atividades físicas, aumentando a produtividade e melhor

qualidade do trabalho com a eliminação de manobras não produtivas e desnecessárias.

O presente estudo ressaltou alguns resultados importantes que servem de alerta aos futuros e/ou profissionais CDs sobre a importância de se adotar medidas ergonômicas como, a tomada da consciência corporal, indispensáveis para a eficiência e qualidade da sua prática odontológica.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se que o perfil social dos alunos do oitavo semestre de odontologia da FCRS é formado por alunos de faixa etária entre 20 a 32 anos de idade, tendo um maior índice com 22 anos, sendo a maioria do gênero feminino e natural do interior do estado do Ceará.

Em relação ao conhecimento dos alunos quanto à consciência corporal, observou-se que eles relatam ter conhecimento sobre o tema e que adotam posturas adequadas nas clínicas, porém um baixo percentual dos alunos realiza alguma atividade física no seu dia a dia e prática repouso durante o atendimento. Provavelmente devido essas atitudes uma grande parte dos alunos relata sentir dor ou algum desconforto em diferentes partes do corpo.

Observou-se que os alunos sabem o que é ergonomia, e que durante o atendimento mantém uma distância razoável entre o equipamento e mocho, porém a maioria deles adota a visão direta durante o atendimento, ou seja, não utilizam o espelho para facilitar o atendimento.

REFERÊNCIAS

- ABERGO. **A certificação do ergonomista brasileiro**: Editorial Boletim 1/2000, Associação Brasileira de Ergonomia, 2000.
- BARROS FILHO, T. E. F. de, BASILE JÚNIOR, R. **Coluna vertebral**: diagnóstico e tratamento das principais patologias. São Paulo: Sarvier, 1995.
- BARBOSA MBC, C. A. F.; MARQUES J. A. M.; MUSSE, J. O. **Odontologia em Debate**: Ergonomia e as Doenças Ocupacionais. 2. ed. Feira de Santana: UEFS, 2003.
- BIENFAIT, M. **As bases filosofia da terapia manual**. 1. ed. São Paulo: Summers, 2000.
- BRUSTOLIM, J.; TOASSI, R. F. C.; KUHNEN, M. Perfil do acadêmico de Odontologia da universidade do Planalto Catarinense – lages – SC, Brasil. **Revista da ABE-NO**, v. 6, n. 1, p. 70-6, 2006.
- CANGUILHEM, G. **O Normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

CHAFFIN, D. B.; ANDERSON, G. B. J.; MARTIN, B. J. **Biomecânica ocupacional**. Belo Horizonte: Ergo, 2011.

DUL, J.; BERNARD, W.; **Ergonomia prática**. Tradutor Itiro Iida. 2. ed. Ver E ampl. São Paulo: Ed Gard Blun-cher, 2004.

GONÇALVES, E. M. B.; OLIVEIRA, A. E. O processo de trabalho do cirurgião dentista na estratégia saúde da família: uma contribuição à construção do SUS. Espírito Santo: **Revista brasileira de pesquisa**, 2005.

LE BOULCH, J. **O desenvolvimento psicomotor** – do nascimento até 6 anos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

KISNER, C.; COLBY, L. A. **Exercícios terapêuticos: Fundamentos e técnicas**. Tradução Lilia Breternitz Ri-beiro 3. ed. São Paulo: Monole, 1998.

MAGGE, D. J. Avaliação postural in: Magge, D. J. **Dis-função mucoesquelética**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2002.

MILEARD E, E. L. Symptoms of the neck and upper extremities in dentists. **Scand Journal Work Environ Healt**, v. 16, n. 2, p. 129-34, 1990.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **II Conferência Nacional de Saúde**. Relatório Final, Brasília, 1978.

OLIVIER, G.G.F. **Um olhar sobre o esquema corpo-ral, a imagem corporal, a consciência corporal e a corporeidade**. Campinas: UNICAMP, 1995.

QUINTANA, R. **Consciência Corporal**. Disponível em: <www.fioterapiaquintana.blogspot.com>. Acesso em: 06 mai. 2012.

SAQUY, P.C.; PÉCORA, J.D. **Orientação profissional em Odontologia**. São Paulo: Livraria Santos, 1996.

SANTOS FILHO, S. B.; BARRETO, S. M. Atividade ocu-pacional e prevalência de dor osteomuscular em cirur-giões-dentistas de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil: Contribuição ao debate sobre os distúrbios osteomus-culares relacionados ao trabalho. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p. 181-193. 2001.

SZYMANSK, A. How to trace the growth in learner's active vocabulary. In: KETTERMAN, B, MARKO, G. **Teaching and Learning by Doing Corpus Analysis**. Proceedings of the Fourth International Conference on Teaching and Language Corpora, 1. ed. Amsterdam; Edition Rodopi B V. p. 217-30, 2002.

SOBRE OS AUTORES:

Mairla Amara Monteiro Felix de Lima

Graduação em Odontologia pela Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS.

Carlos Santos de Castro Filho

Docente na Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS. Mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR.

E-mail: carlosabotce@yahoo.com.br.

Paula Ventura da Silveira

Docente na Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS. Mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR.

E-mail: pajo_rj@yahoo.com.br.

METODOLOGIA ATIVA NA CONSTRUÇÃO DE UM PROCESSO EDUCATIVO CRÍTICO REFLEXIVO COM DISCENTES DO CURSO DE FARMÁCIA

Karla Bruna Nogueira Torres Barros
Regilane Matos da Silva Prado
Anny Natércia da Costa Loureiro
Danielle Santiago da Silva Varela
Karla Deisy Moraes Borges
Maria de Fátima Antero Sousa
Machado

RESUMO

A graduação em Farmácia requer o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes específicas a esta área. A escolha da metodologia adequada é fundamental para preparar os discentes às demandas dos serviços em saúde. Assim, o objetivo deste foi relatar a experiência da aplicação do arco de Maguerez junto aos discentes do curso de Farmácia. A prática realizou-se em maio de 2013, com sete alunos do curso de Farmácia de uma instituição privada em Quixadá, como atividade do módulo de Metodologias Ativas de Ensino Aprendizagem do Curso de Mestrado Profissional Ensino na Saúde da UECE. Consistiu na aplicação do Arco de Maguerez, seguindo as etapas de observação da realidade, elaboração dos pontos-chave, teorização, hipóteses de solução e aplicação na realidade. O problema formulado pelos discentes foi: “ansiedade em relação às dificuldades profissionais que se pode enfrentar enquanto farmacêuticos recém-formados.” Para explicar o problema destacam-se os seguintes pontos-chaves: falta de preparo para a prática profissional, ênfase em conteúdos em detrimento de uma aproximação com a realidade e novas responsabilidades exigidas pelo mercado. A teorização foi realizada através do relato de experiências das facilitadoras e a utilização de artigos científicos. Em seguida foram apontadas hipóteses de solução para o problema: reestruturação curricular e mudanças de posturas de docentes e discentes. O método finalizou com a aplicação na realidade que se deu através da elaboração de um plano de atividades a serem desenvolvidas no curso e os estudantes apresentaram entusiasmo e interesse na construção do arco.

Palavras-chave: Metodologias Ativas. Arco de Maguerez. Processo Ensino-Aprendizagem.

ABSTRACT

A graduate in Pharmacy requires the development of competencies, skills and attitudes specific to this area. The choice of the appropriate methodology is crucial to prepare students for the demands of health services. Thus, the aim of this was to report the experience of applying arc Maguerez next to students from the Pharmacy. The practice was held in May 2013 with seven students of Pharmacy from a private institution in Quixadá as the Active Teaching and Learning Methodologies module Course Professional Master of Education in Health UECE activity. Consisted of the application of the Arch of Maguerez, following the steps of observation of reality, preparing key-points, theorizing, possible solutions and application in reality. The problem was formulated by the students: “Anxiety in relation to professional difficulties which may face while newly trained pharmacists.” To explain the problem we highlight the following key points: lack of preparation for professional practice, emphasis on content rather than an approximation to reality and new responsibilities required by the market. The theory was performed by reporting the experiences of facilitators and the use of scientific articles. Curricular restructuring and changes in the positions of teachers and students: Then possible solutions to the problem were identified. The method finished with the application that actually occurred through the development of a plan of activities to be developed in the course and the students showed enthusiasm and interest in the construction of the arch.

Keywords: Methodologies Active. Arc Maguerez. Teaching-Learning Process.

1 INTRODUÇÃO

A Farmácia enquanto ciência é bastante complexa, não exata e fragmentada em diferentes áreas de atuação, tendo assim um processo educativo caracterizado por essa complexidade, e requer do discente uma saber teórico e prático, para uma atuação como foco na qualidade de vida de uma determinada população. Assim, no processo educativo em Farmácia, o docente precisa orientar o discente a buscar os conhecimentos teóricos para desenvolver uma prática clínica consciente e cumprir sua função social, atendendo a todos sem privilégios e discriminação. Desta forma, o modelo de ensino-aprendizagem centrado na demanda dos serviços em saúde, apresenta aspectos muito diferenciados daqueles aprendidos somente em sala de aula, devido a isto os processos de formação em saúde vêm merecendo, nas últimas décadas, um novo olhar e um novo fazer de modo a atender as necessidades da população.

Ao longo dos anos foi se percebendo que as concepções pedagógicas utilizadas para o ensino superior de profissionais da saúde, até então não estavam dando conta de todas as necessidades exigidas pela sociedade contemporânea. Deste modo tais concepções e metodologias, entendidas como tradicionais, vêm sendo substituídas por outras, que apontam para a necessidade de uma formação que seja capaz de ajudar no processo de transformação deste aluno em profissional crítico reflexivo capaz de se inserir ativamente em uma realidade social, com objetivo de transformar as injustiças e desigualdades ali presentes (PRADO et al., 2012).

Neste propósito, as metodologias ativas de ensino-aprendizagem, representadas pelos métodos da aprendizagem baseada em problemas e problematização, apontam para uma mudança de paradigma no ensino de saúde e para a formação de profissionais críticos e reflexivos e que associem o ensino com a pesquisa e o envolvimento comunitário. Essas metodologias buscam um rompimento com aquela antiga postura do professor como aquele que transmite informações e em que os alunos participam passivamente do processo ensino-aprendizagem. Como diria Freire as novas metodologias procuram conceber a educação como prática de liberdade, distanciando de uma educação como prática de dominação (CYRINO; TORALLES-PEREIRA, 2004).

De acordo com Prado et al. (2012), as metodologias ativas tem formas fundamentais de organização: a Problematização e a Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL). Ambas entende que o conhecimento deve ser construído de maneira significativa e cuja raiz alicerça-se em um problema a fim de resolvê-lo.

A problematização constitui uma verdadeira metodologia, entendida como um conjunto de métodos, técnicas, procedimentos ou atividades

intencionalmente selecionadas e organizadas em cada etapa, de acordo com a natureza do problema em estudo e as condições gerais dos participantes (BERBEL, 1998 apud CYRINO; TORALLES-PEREIRA, 2004).

Os resultados da Problematização voltam-se para uma compreensão crítica da realidade que fora estudada com o objetivo de promover uma transformação desta, mediante propostas de intervenções (CYRINO; TORALLES-PEREIRA, 2004), ou seja, o aluno parte da realidade, reflete sobre ela, tenta compreender os motivos, cria hipóteses de intervenção e volta a realidade a fim de modificá-la. Desta forma esta baseia-se no aumento da capacidade do aprendiz/aluno de se inserir na realidade como agente ativo e transformador (MITRE et al., 2008).

O Método do Arco, conhecido como Arco de Maguerez, em homenagem ao seu criador, Charles Maguerez, é utilizado por Bordenave e Pereira (2002). Tal método consiste em cinco etapas, a saber: 1) Observação da Realidade, onde o estudante faz uma leitura da realidade a partir da observação; 2) Pontos-Chaves, na qual o estudante é capaz de realizar uma análise crítica, tentando entender os porquês daquela realidade, de modo a compreender melhor o problema; 3) Teorização, momento de analisar e avaliar as informações para saber se realmente são capazes de resolver o problema; 4) Hipóteses de Solução, momento de usar da criatividade e imaginação livre, pensando de maneira inovadora para resolver o problema observado na realidade; 5) Aplicação à Realidade, execução das soluções encontradas em grupo (MITRE et al., 2008).

Frente às mudanças nos cenário de ensino - aprendizagem, o presente trabalho tem por objetivo relatar o desenvolvimento de um processo crítico reflexivo com os discentes do curso de graduação em Farmácia de uma faculdade privada do Ceará, por meio da utilização do Arco de Maguerez. O tema proposto para o desenvolvimento de tal processo foram as dificuldades a serem vivenciadas por futuros egressos de um curso de farmácia no mercado de trabalho.

2 RELATO DE CASO

A atividade foi realizada com um grupo de alunos do curso de Farmácia de uma instituição privada do município de Quixadá, Ceará. A aplicação da metodologia com os discentes ocorreu durante o período de maio de 2013. Participaram desta atividade sete estudantes do curso de graduação em Farmácia. Para aproximar os envolvidos com a metodologia, realizou-se uma breve exposição sobre a técnica, de forma a lhes fornecer subsídios para a participação.

Para a realização do processo educativo crítico reflexivo utilizou-se de uma metodologia ativa como referencial teórico metodológico, o método do Arco de Maguerez, constituído das seguintes etapas: observação da realidade, pontos – chaves, teorização, hipóteses de solução e aplicação da realidade. Estas etapas proporcionam aos participantes uma reflexão crítica por meio da problematização da realidade sobre o tema a ser discutido (BERBEL, 1998; BORDENAVE, 2002).

3 DISCUSSÃO

Para a realização do Arco de Maguerez partimos da observação da realidade, por meio de questionamentos aos discentes sobre a sua realidade, como:

- Tendo como base a realidade em que vocês estão inseridos atualmente enquanto acadêmicos pré-concludentes do curso de farmácia, qual dificuldade vocês poderiam apontar?

Nesse momento tem seu ponto de partida na realidade vivenciada pelo discente a cerca do problema levantado, o processo de ensino e aprendizagem se relaciona com aspectos que o estudante observa minuciosamente, expressando suas percepções e realiza uma leitura sincrética da realidade (BERBEL, 1998; BORDENAVE, 2002).

O grupo construiu o seguinte Problema:

- Possíveis dificuldades a serem vivenciadas no exercício profissional enquanto farmacêuticos recém-formados.

A segunda etapa é constituída pelo levantamento dos pontos-chave, onde seleciona-se o que é relevante e essencial para a representação da realidade observada, identificando as variáveis que podem contribuir para a compreensão e solução do problema (BERBEL, 1998; BORDENAVE, 2002).

Nessa etapa, os discentes citaram todos os pontos-chave que achavam pertinentes, em seguida realizou-se a discussão destes pontos levantados para que houvesse um consenso entre os participantes dos pontos que realmente eram relevantes. A partir desta discussão foi elaborada uma lista final dos pontos-chave que representariam a realidade em questão, sendo estes:

- Falta de preparo para a prática profissional;
- Insegurança diante do novo;
- Metodologias inadequadas com ênfase nos conteúdos em detrimento de uma aproximação com a realidade prática;
- Distanciamento entre teoria e realidade;
- Pouca inserção na prática;
- Novas responsabilidades exigidas pelo mercado;

- Mercado competitivo;
- Trabalho em equipe pouco vivenciado na faculdade ou vivenciado de modo fragilizado;
- Dificuldade de acesso a educação permanente (escassez de cursos na região).

A terceira etapa de teorização foi o momento em que as informações foram analisadas, buscando explicações acerca da realidade observada e a compreensão dos pontos-chave, possibilitando algumas conclusões que viabilizarão a etapa seguinte (BERBEL, 1998; BORDENAVE, 2002).

Para auxiliar nesta etapa foram disponibilizados artigos que possibilitaram um maior suporte teórico aos participantes, contribuindo com o processo de teorização. O desenvolvimento ocorreu pela exposição dialogada, entre as docentes que coordenavam a metodologia do Arco e os discentes participantes, por meio da utilização de recurso áudio visual.

As discussões se concentraram nas metodologias utilizadas em sala de aula em relação ao preparo para o mercado de trabalho, cujos discentes levantaram aspectos sobre a maneira e o foco do desenvolvimento de cada tipo de metodologia e como estas influenciavam em sua futura prática profissional.

A quarta etapa é a formulação de hipóteses para a solução de problemas, essas devem ser construídas a partir da profunda compreensão do problema, utilizando-se a criatividade e originalidade dos estudantes, para buscar novas maneiras para a resolução desses, durante o desenvolvimento desta etapa, deve-se atentar para a avaliação da possibilidade de aplicação da hipótese de solução levantada na realidade observada inicialmente (BERBEL, 1998; BORDENAVE, 2002).

Neste momento houve uma interação ainda maior entre os envolvidos, pois na medida em que as ideias de possibilidade de hipóteses eram levantadas por um participante ocorria a intervenção dos demais presentes contribuindo com a ideia inicial, possibilitando o aprimoramento e a lapidação, tornando-a ainda mais interessante para o resultado esperado.

As hipóteses formuladas para o questionamento inicial se remeteram a necessidade de reestruturação curricular para propiciar ao aluno maior proximidade com a prática e consequentemente maior segurança quando da inserção no mercado de trabalho, bem como mudanças de posturas de docentes e discentes a fim de acolher metodologias que contribuam para contextualizar cenários de prática e assim possam diminuir a insegurança gerada diante da eminência da vida profissional.

A quinta etapa se refere à aplicação das hipóteses à realidade, aplica-se as soluções eleitas como viáveis e o estudante aprende a generalizar o aprendido para utilizá-lo em diferentes situações, permitindo que ele

saia do âmbito intelectual e volte a sua realidade, aplicando uma resposta ao problema levantado, buscando transformá-lo de alguma maneira (BERBEL, 1998; BORDENAVE, 2002).

Essa etapa é visualizada e vivenciada pelos discentes, no momento em que esses ao saírem do grupo de discussão e emergirem novamente em seus ambientes de trabalho apliquem aquelas hipóteses levantadas por eles e as vejam como eficazes ou não para sua realidade, sendo necessário a realização de um plano de atividades a serem realizadas, que permitisse a execução de ações, tendo em vista o problema identificado.

Percebe-se então, que o uso do Arco de Maguerez se mostrou uma excelente estratégia para o desenvolvimento de um processo que buscava a visão crítica reflexiva. Este referencial teórico metodológico foi fundamental, pois permitiu problematizar a realidade dos participantes, fazendo com que esses se sentissem parte essencial para a consolidação do processo. Assim a discussão, o debate de ideias se fortaleceu durante todo o processo, sendo vislumbrada a interação e a integração entre os participantes envolvidos no grupo.

Este processo possibilitou a exposição da percepção individual sobre o tema proposto, o debate entre as diversas percepções encontradas e a formulação de uma nova percepção do grupo, bem como a discussão sobre as dificuldades a serem vivenciadas por futuros egressos de um curso de farmácia no mercado de trabalho.

AGRADECIMENTOS

Deixamos aqui nossos agradecimentos aos alunos que tão prontamente aceitaram participar da prática e as professoras do módulo de Metodologias Ativas do Mestrado Profissional em Ensino na Saúde - UECE, em especial a professora Maria de Fátima Antero.

REFERÊNCIAS

BERBEL, N. N. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v. 2, n. 2, p. 139-154, 1998.

BORDENAVE, J. D. E; Pereira A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CYRINO, E. G., TORALLES-PEREIRA, M. L. Trabalhando com estratégias de ensino aprendizagem por descoberta na área da saúde: a problematização e a aprendizagem baseada em problemas. **Cad. Saúde Pública**, v. 20, n. 3, p. 780-788, maio./jun. 2004.

MITRE, S. M; BATISTA, R. S; MENDONÇA, J. M. G; PINTO, N. M. M; MEIRELLES, C. A. B; PORTO, C. P;

MOREIRA .T; HOFFMANN,L. M. A. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 13, sup. 2, p. 2133-2144, 2008.

PRADO, M. L. et al. Arco de Charles Maguerez: refletindo estratégias de metodologia ativa na formação de profissionais de saúde. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, mar. 2012.

SOBRE OS AUTORES:

Karla Bruna Nogueira Torres Barros

Docente na Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS. Farmacêutica, Especialista em Farmacologia Clínica e Mestranda em Ensino na Saúde Universidade Estadual do Ceará – UECE.

E-mail: karlabruna1@hotmail.com.

Regilane Matos da Silva Prado

Docente na Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS. Farmacêutica, Doutora em Farmacologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC.

E-mail: regimatosilva@hotmail.com.

Anny Natércia da Costa Loureiro

Terapeuta Ocupacional, Especialista, Mestranda em Ensino na Saúde Universidade Estadual do Ceará – UECE.

E-mail: annynatercia@hotmail.com.

Danielle Santiago da Silva Varela

Docente na Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS. Fisioterapeuta, Mestranda em Ensino na Saúde Universidade Estadual do Ceará – UECE.

E-mail: bsdanielle@yahoo.com.br.

Karla Deisy Moraes Borges

Docente na Faculdade Juazeiro do Norte – FJN. Farmacêutica, Mestre em Farmacologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC.

E-mail: karladeisymborges@yahoo.com.br.

Maria de Fátima Antero Sousa Machado

Docente e Coordenadora na Universidade Regional do Cariri – URCA. Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará – UFC.

E-mail: fatimaantero@uol.com.br.

PROCESSO DE ENFERMAGEM: OPINIÃO DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM DO INTERIOR DO CEARÁ

Ítala Barbosa Machado

Rebeca Silveira Rocha

Anne Fayma Lopes Chaves

Hérica Cristina Alves de Vasconcelos

RESUMO

O Processo de Enfermagem (PE) é um instrumento metodológico que possibilita identificar, compreender, descrever e/ou prever as necessidades da pessoa, família ou coletividade humana, demandando o cuidado profissional de enfermagem. Objetivou-se conhecer a opinião de acadêmicos de enfermagem sobre o Processo de Enfermagem. Pesquisa transversal, exploratória, realizada com 145 acadêmicos de enfermagem de uma instituição de ensino superior do município de Quixadá-Ceará. A melhoria na qualidade da assistência foi o benefício mais citado pelos acadêmicos (80,7%). Quanto às facilidades, a existência de referenciais teóricos foi predominante (72,4%). A falta de interesse, por sua vez, foi a dificuldade mais relatada (67,6%). Sugere-se a abordagem da temática, de maneira personalizada e aprofundada, ainda na academia a fim de incentivar a aplicação da metodologia na vivência prática dos acadêmicos.

Palavras-chave: Cuidados de enfermagem. Estudantes de enfermagem. Prática profissional.

ABSTRACT

The Nursing Process (PE) is a methodological tool that helps identify, understand, describe and / or predict the needs of the person, family or community human, requiring professional care nursing. The objective was to know the opinion of nursing students on the Nursing Process. Cross-sectional, exploratory study, conducted with 145 nursing students of a higher education institution in the city of Quixadá-Ceará. The improvement in quality of care was the benefit most cited by scholars (80.7%). Regarding facilities, the existence of theoretical was predominant (72.4%). The lack of interest in turn, was the difficulty most mentioned (67.6%). It is suggested to address the issue in a personalized way and deepened during the graduation in order to encourage the application of the methodology on practical experience of the students.

Keywords: Nursing care. Students. Nursing. Professional practice.

1 INTRODUÇÃO

O cuidado humano, objeto da enfermagem, deve ser realizado com planejamento e de forma sistematizada por meio da implementação do processo de enfermagem (PE). Para tanto, considera-se importante que enfermeiros desenvolvam o pensamento crítico e a capacidade de tomar decisões por serem reconhecidamente agentes de transformação das condições de vida, atuando diretamente no processo saúde-doença e no bem-estar dos indivíduos (LIMA et al., 2006).

O PE é um instrumento metodológico que possibilita identificar, compreender, descrever e/ou prever as necessidades da pessoa, família ou coletividade humana, demandando o cuidado profissional de enfermagem. Quando executado de modo sistemático e deliberado, define as necessidades, orienta o cuidado e documenta os resultados obtidos com a ação executada, contribuindo com a visibilidade e o reconhecimento profissional (GARCIA; NÓBREGA, 2009).

Considerando que o processo de formação do enfermeiro visa desenvolver competências que incluem conhecimento, habilidades e atitudes exigidas frente às demandas da prática profissional, o ensino do PE na graduação faz parte do conteúdo programado ao longo do curso e perpassa por disciplinas do componente básico ao componente profissional (FONTES; LEADEBAL; FERREIRA, 2010).

Dessa forma, a percepção do acadêmico de enfermagem sobre o PE poderá influenciar na utilização do mesmo em sua prática diária como futuro enfermeiro. Quando o acadêmico acredita na aplicabilidade do PE, ele poderá utilizá-lo em sua prática como forma de oferecer um cuidado qualificado, holístico e direcionado às necessidades individuais do ser humano. Assim, interessa no presente estudo conhecer a opinião de acadêmicos de enfermagem no interior cearense acerca da implementação do PE.

2 MATERIAL E MÉTODO

O proposto estudo seguiu o modelo de pesquisa transversal, com abordagem quantitativa, realizado em uma instituição de ensino superior privada do município de Quixadá-Ceará.

A coleta de dados foi realizada nos meses de setembro e outubro de 2011. A instituição possuía uma população de 193 acadêmicos de enfermagem matriculados entre o quarto e o nono semestre. Estipulou-se o quarto semestre como mínimo devido ao fato de ser o momento em que os alunos começam a ter o embasamento teórico sobre o PE. A amostra foi constituída por aqueles que aceitaram participar do estudo.

Os resultados foram obtidos por meio de um questionário contendo perguntas sobre os principais benefícios, facilidades e dificuldades relacionadas à utilização do PE, além das oportunidades que os acadêmicos tiveram para colocarem o processo em prática. O instrumento possuía perguntas com opções de respostas.

Os dados sofreram dupla digitação no programa Excel. Para a análise, foram utilizados procedimentos da estatística descritiva (média e porcentagens, de modo que fossem denotadas as informações ou dados que ocorreram com maior frequência). A ferramenta de informática utilizada foi o software Epi-Info®.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Católica Rainha do Sertão (Protocolo 201100690) e todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

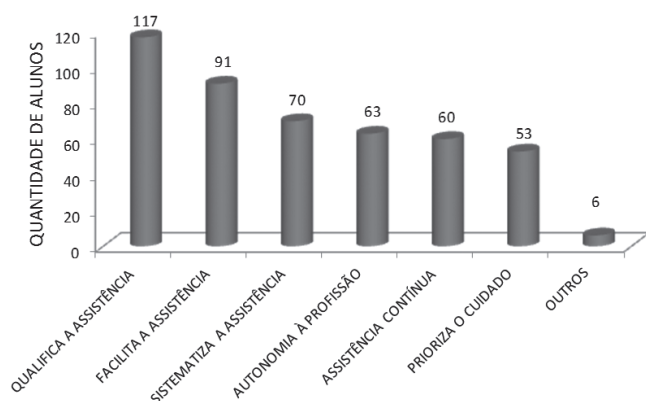
3 RESULTADOS

Participaram do estudo 145 acadêmicos do curso de graduação em Enfermagem, com idades que variaram de 18 a 45 anos e média de 23 anos. A maioria dos participantes era do sexo feminino (86,2%) e cursava entre o 4º e o 6º semestres (51,7%). No tocante à ocupação, predominaram os que eram apenas acadêmicos (89,0%). Doze deles (8,3%) eram auxiliares ou técnicos de enfermagem, além de acadêmicos e outros quatro (2,7%) possuíam outra ocupação.

Após a identificação, os acadêmicos foram questionados quanto aos aspectos relacionados ao PE, tais como os benefícios que ele traz para a assistência de enfermagem; as facilidades e as dificuldades relacionadas à utilização do mesmo; e ainda as oportunidades que eles já haviam tido de aplicar o Processo. O questionário respondido pelos acadêmicos possuía múltiplas escolhas para cada aspecto e eles poderiam marcar mais de uma opção de resposta, caso fosse do seu interesse.

Conforme se percebe no Gráfico 1, dentre os benefícios citados, a melhoria na qualidade da assistência teve um maior índice. Embora tenha havido múltiplas opções de resposta, uma pequena parcela optou por citar outros benefícios que não se encontravam nas opções disponibilizadas, quais sejam: a melhora na comunicação e confiança entre profissional e paciente, a satisfação profissional e, por fim, a diminuição de custos nas instituições.

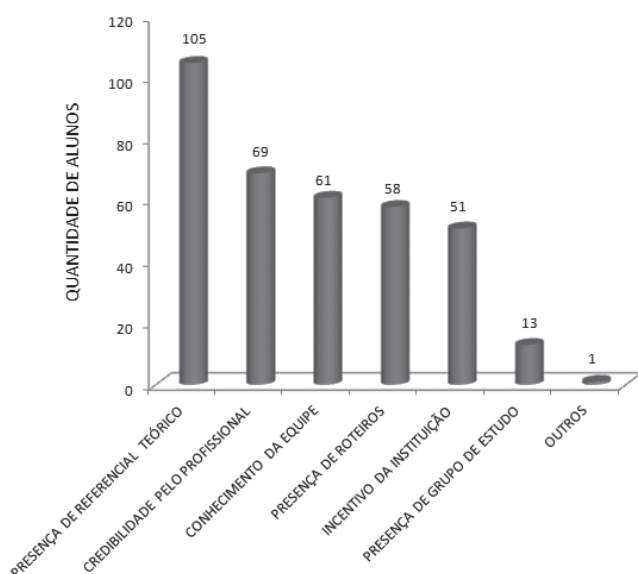
Gráfico 1 – Benefícios do Processo de Enfermagem à assistência, segundo opinião dos acadêmicos



Fonte: Discentes do curso de enfermagem da Faculdade Católica Rainha do Sertão.

Os acadêmicos também foram questionados quanto às facilidades relacionadas à utilização do PE, sendo as respostas apresentadas no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Facilidades relacionadas à utilização do Processo de Enfermagem, segundo opinião dos acadêmicos



Fonte: Discentes do curso de enfermagem da Faculdade Católica Rainha do Sertão.

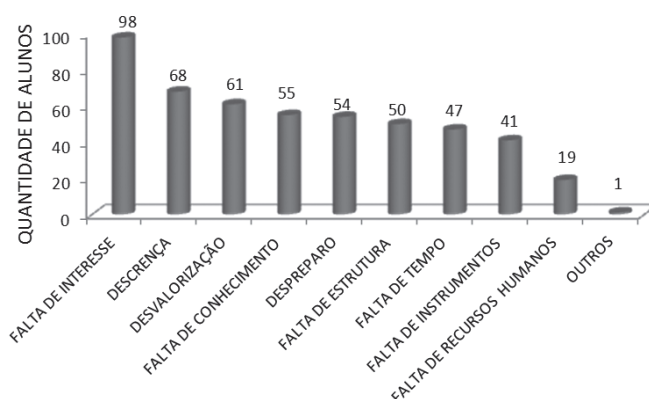
No que diz respeito às facilidades, todas as opções de resposta disponibilizadas foram pontuadas pelos acadêmicos. Conforme se percebe, a presença de referenciais teóricos, que tornam a assistência ao paciente mais direcionada e sistematizada, foi a facilidade mais citada pelos acadêmicos, seguida pela credibilidade do enfermeiro no processo.

A exemplo do questionamento quanto ao benefício, alguns acadêmicos também responderam exis-

tir outras facilidades relacionadas à execução do PE, sendo a existência de um sistema informatizado com os diagnósticos uma delas.

Em contrapartida, os acadêmicos também foram questionados quanto às dificuldades relacionadas à utilização do PE, sendo os resultados apresentados no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Dificuldades relacionadas à utilização do Processo de Enfermagem, segundo opinião dos acadêmicos



Fonte: Discentes do curso de enfermagem da Faculdade Católica Rainha do Sertão.

No que se refere às dificuldades, embora tenha havido pontuação em todas as opções disponibilizadas no questionário, a falta de interesse do profissional foi o mais relatado pelos acadêmicos, fator que torna difícil a aplicabilidade do PE.

Uma das dificuldades relatadas pelos acadêmicos e que não estava disponível no questionário foi a questão cultural dos enfermeiros, que pode funcionar como barreira para a aplicabilidade do PE.

Por fim, os acadêmicos foram questionados quanto às oportunidades prévias para a aplicabilidade do PE. Dessa forma, 90 (62,1%) alunos informaram terem aplicado o processo de enfermagem durante os estágios práticos da faculdade e 110 (75,9%) afirmaram a utilização do processo de enfermagem em estudos de casos das disciplinas no decorrer do curso. A aplicabilidade do PE em estágios extracurriculares foi citada por apenas 14 (9,7%) participantes (dados não demonstrados).

A maioria dos estudantes citou o ambiente acadêmico como local onde as oportunidades foram mais incentivadas. A disciplina mais citada como propiciadora da utilização do processo foi semiotécnica, citada por 36 alunos, seguida da saúde do adulto, da saúde mental e da saúde do idoso. As disciplinas de estágios supervisionados foram menos citadas quanto à aplicabilidade do processo, fator preocupante, já que os indi-

víduos estão mais próximos do mercado de trabalho, momento em que deveriam estar utilizando o PE com mais frequência.

4 DISCUSSÃO

Observou-se maior participação na pesquisa de acadêmicos do sexo feminino, situação comum nos cursos de graduação em enfermagem. Estudiosos afirmam que, com base nos aspectos sociais da história da enfermagem, esta profissão surge como um serviço organizado pela instituição das ordens sacras, estando diretamente relacionada com o cuidado doméstico às crianças, aos doentes e aos velhos, associado à figura da mulher-mãe que desde sempre foi curandeira e detentora de um saber em práticas de saúde. Esta associação faz com que a enfermagem tenha seu exercício institucional predominantemente feminino (LOPES; LEAL, 2005).

Inicialmente, os acadêmicos forneceram informações a respeito dos benefícios que o PE pode proporcionar à assistência de enfermagem. Conforme exposto, a melhoria da qualidade da assistência foi o principal benefício para o cuidar individualizado de cada cliente. Esse resultado vai de acordo com a afirmativa de estudiosos ao mencionarem que, no meio de todas as tecnologias e instrumentos utilizados na prática do enfermeiro, o PE destaca-se oferecendo diretrizes para o desenvolvimento da assistência, embasado cientificamente e com o objetivo de identificar as necessidades humanas do cliente e implementar a adequada terapêutica de enfermagem (GERALDI et al., 2011).

Em acréscimo, outros estudiosos complementam afirmando que a utilização do PE desemboca no aperfeiçoamento do cuidado, ao mesmo tempo, que estimula a construção de conhecimentos teóricos e científicos tendo como base a prática assistencial e permitindo o acompanhamento do processo de restabelecimento em saúde (SANTANA et al., 2011). Além disso, o PE deve estar inter-relacionado e constantemente avaliado conforme as alterações ocorridas com o paciente, objetivando identificar suas reais necessidades, para poder assim realizar as devidas intervenções, proporcionando a qualificação das ações da equipe de enfermagem (ALMEIDA; ARAÚJO; GHEZZI, 1998).

Também foram relatados benefícios como: a promoção da facilidade da assistência, a determinação dos problemas que necessitam de cuidado profissional, a sistematização da assistência, o favorecimento de uma assistência contínua, e a promoção da autonomia, da independência e da especificidade à profissão.

A sistematização da assistência como benefício do processo de enfermagem também foi relatada por

outros estudiosos (FOSCHIERA; VIEIRA, 2004; HERMIDA, 2004), assim como a promoção da autonomia e independência profissional (NASCIMENTO et al., 2008; MENEZES; PRIEL; PEREIRA, 2011) e a continuidade da assistência (NASCIMENTO et al., 2008).

Embora não apresentados no Gráfico 1, os acadêmicos incluíram como benefícios ainda: a melhora da comunicação e da confiança entre o profissional e o paciente, sendo esses benefícios confirmados por estudiosos que afirmaram que o PE funciona como o instrumento de trabalho mais conhecido e aceito no mundo pelo fato de facilitar a troca de informações entre enfermeiros de várias instituições (ANDRADE; VIEIRA, 2005).

Os acadêmicos expuseram ainda suas opiniões sobre as facilidades relacionadas à utilização do PE. A maior frequência de respostas foram relacionadas à existência de referenciais teóricos que propiciam uma maior agilidade na utilização do PE. Sobre isso, vale ressaltar que os sistemas de classificação estão passando por muitos avanços, mostrando que a enfermagem não está alheia ao seu desenvolvimento (NOBREGA; GUTIÉRREZ, 2000).

Outra facilidade para a utilização do PE referida pelos acadêmicos foi o fato da equipe ter conhecimento acerca do processo. Estudiosos ressaltam que é de extrema importância que um profissional tenha conhecimento sobre o PE para que assim possa vir a aplicá-lo eficazmente, adaptando-o às necessidades do paciente, resultando em intervenções com resultados satisfatórios (FOSCHIERA; VIERA, 2004).

Posteriormente, os alunos foram indagados a respeito das dificuldades encontradas para a aplicação do PE, havendo maior destaque para a falta de interesse dos profissionais. Além deste, fatores como falta de estrutura, de instrumentos operacionais e de recursos humanos, preparo inadequado dos enfermeiros, falta de tempo, desvalorização da prescrição de enfermagem, além da questão cultural dos próprios enfermeiros, também foram citados como dificuldades para a aplicação do PE nas instituições.

Em pesquisa sobre o desvelamento da implementação da assistência de enfermagem, estudiosa afirma que alguns autores reconhecem que existem ordens diferentes de fatores que interferem na aplicação do PE. Esses fatores podem estar relacionados a normas e políticas das instituições, ou por fatores que estão presentes no cotidiano dos próprios profissionais (atitudes, crenças, valores, habilidades técnicas e intelectuais). Ela cita ainda como fator a forma como o instrumento tem sido operacionalizado nos serviços (HERMIDA, 2004).

A falta de conhecimento pelo profissional de enfermagem também foi citada por outros pesquisado-

res como uma barreira para a sua adesão à operacionalização do PE nas instituições de saúde (SANTANA et al., 2011).

Estudo sobre o PE sob a ótica de enfermeiras de uma maternidade constatou que a maioria das participantes até tinha interesse em implementar o PE na prática cotidiana, porém, fatores inerentes a instituição interferiam na sua aplicabilidade, tais como: falta de tempo, excesso de trabalho, rotatividades dos pacientes na unidade, carência de profissionais, falta de incentivo da instituição para com a aplicabilidade do método, despreparo profissional, bem como a falta de estímulo dos gerentes das unidades e do serviço de enfermagem geral (FREITAS; QUEIROZ; SOUZA, 2007). Conforme se percebe, embora em realidades e públicos diferentes, diversos aspectos citados na pesquisa supracitada também foram encontrados no estudo em tela.

Por fim, os acadêmicos foram questionados sobre as oportunidades pregressas de tornar possível a aplicação do PE, sendo os estudos de casos das aulas práticas das disciplinas curriculares os mais relatados pelos acadêmicos. Conforme apresentado, a disciplina em que eles mais tiveram a oportunidade de aplicar o processo foi semiotécnica, momento que eles têm a oportunidade de aprender detalhadamente sobre o PE.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou conhecer a opinião de acadêmicos de enfermagem sobre o Processo de Enfermagem. De uma forma geral, observou-se que os acadêmicos reconhecem os benefícios, as facilidades e as dificuldades que estão relacionadas diretamente ao PE, além de identificarem oportunidades de colocá-lo em prática.

Como principal benefício foi citada a promoção da qualidade da assistência. A presença de modelos teóricos foi a principal facilidade relatada pelos acadêmicos e a falta de interesse profissional e de estrutura foram relatadas como principais dificuldades.

Vale destacar que, embora o PE seja um assunto muito discutido, não foi possível identificar muitas publicações que abordassem a temática sob a ótica dos acadêmicos, sendo esta uma limitação que impediu comparações mais aprofundadas. Apesar disso, vale destacar que os resultados ora apresentados poderão contribuir com a literatura científica sobre a temática e com a realização de adequações personalizadas na abordagem do PE na graduação, favorecendo melhoria na qualidade da assistência profissional.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. A.; ARAÚJO, V. G.; GHEZZI, M.I.L. Dor em pacientes com próteses de quadril: diagnóstico de enfermagem. **Rev. Gaúcha Enfermagem**. v. 19, n. 1, p. 33-37, 1998.
- ANDRADE, J. S.; VIEIRA, M. J. Prática assistencial de enfermagem: problemas, perspectivas e necessidade de sistematização. **Rev Bras Enferm**. v. 58, n. 3, p. 261-265, 2005.
- FONTES, W. D.; LEADEBAL, O. D. C. P.; FERREIRA, J. Á. Competências para Aplicação do Processo de Enfermagem: autoavaliação de discentes concluintes do curso de graduação. **Rev. Rene.**, Fortaleza, v. 11, n. 3, p. 86-94, 2010.
- FOSCHIERA, F.; VIEIRA, C. S. O diagnóstico de enfermagem no contexto das ações de enfermagem: percepção dos enfermeiros docentes e assistenciais. **Rev. Eletr. Enf.** Goiânia, v. 6, n. 2, p. 189-198, maio./ago. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fen>>. Acesso em: 30 set. 2013.
- FREITAS, M. C.; QUEIROZ, T. A.; SOUZA, J. A. V. O Processo de Enfermagem sob a ótica das enfermeiras de uma maternidade. **Rev Bras Enferm**. v. 60, n. 2, p. 207-212, 2007.
- GARCIA, T. R.; NÓBREGA, M. M. L. Sistematização da assistência de enfermagem: há acordo sobre o conceito? **Rev. Eletr. Enf.**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 233, maio./ago., 2009. Disponível em: <<http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n2/v11n2a01.htm>>. Acesso em: 30 out. 2013.
- GERALDI, A. P.; MACHADO, J. C.; BALESTRIN, F.; OTTOBELLI, C. Aplicando o processo de enfermagem dentro do ambiente hospitalar. In: **IX Semana acadêmica de enfermagem Oncologia e suas interfaces**, Rio Grande do Sul, Brasil, p. 6-8, 2011.
- HERMIDA, P. M. V. Desvelando a implementação da sistematização da assistência de enfermagem. **Rev Bras Enferm**, Brasília (DF), v. 57, n. 6, p. 733-737, 2004.
- LIMA, L. R.; STIVAL, M. M.; LIMA, L. R.; OLIVEIRA, C. R.; CHIANCA, T. C. M. Proposta de instrumento para coleta de dados de enfermagem em uma Unidade de Terapia Intensiva fundamentado em Horta. **Rev. Eletr. Enf.**, Goiânia, v. 8, n. 3, p. 349-357, set./dez., 2006. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/revista8_3/v8n3a05.htm>. Acesso em: 30 out. 2013.
- LOPES, M. J. M.; LEAL, S. M. C. A feminização persistente na qualificação profissional da enfermagem brasileira. **Cadernos Pagu**, v. 24, p. 105-125, 2005.

MENEZES, S. R. T.; PRIEL, M. R.; PEREIRA, L. L. Autonomia e vulnerabilidade do enfermeiro na prática da Sistematização da Assistência de Enfermagem. **Rev Esc Enferm USP**. São Paulo, v. 45, n. 4, p. 953-958, 2011.

NASCIMENTO, K. C.; BACKES, D. S.; KOERICH, M. S.; ERDMANN, A. L. Sistematização da assistência de enfermagem: vislumbrando um cuidado interativo, complementar e multiprofissional. **Rev Esc Enferm USP**. São Paulo, v. 42, n. 4, p. 643-648, 2008.

NOBREGA, M. M. L.; GUTIÉRREZ, M. G. R. Sistemas de Classificação na Enfermagem: avanços e perspectivas. In: GARCIA, T. R.; NOBREGA, M. M. L. (Org.). **Sistemas de Classificação em Enfermagem**: um trabalho coletivo. João Pessoa: Idéias, 2000.

SANTANA, M. E.; CONCEIÇÃO, V. M. C.; SOUSA, R. F.; SILVA, S. É. D.; ARAUJO, J. S.; SANTOS, L. M. S. A percepção do acadêmico de enfermagem sobre a sistematização da assistência de enfermagem. In: **16º Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem**, Mato Grosso do Sul, Brasil, p.19-22, 2011.

SOBRE AS AUTORAS:

Ítala Barbosa Machado

Enfermeira, graduada na Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS.

E-mail: itinha20enfermagem@hotmail.com.

Rebeca Silveira Rocha

Enfermeira. Mestre em Saúde Pública pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Ceará. Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS.

E-mail: bekinharocha@hotmail.com.

Anne Fayma Lopes Chaves

Enfermeira. Doutoranda em Enfermagem pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Ceará – UFC. Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS.

E-mail: annefayma@yahoo.com.br.

Hérica Cristina Alves de Vasconcelos

Enfermeira. Doutoranda em Enfermagem pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Ceará – UFC. Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS.

E-mail: hekinha@hotmail.com.

REVISÃO DE LITERATURA: SITUAÇÃO NUTRICIONAL DO PACIENTE EM UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

Rose-Eloíse Holanda
Rafaella Pessoa Moreira

RESUMO

A Unidade de Terapia Intensiva surgiu a partir da necessidade de aperfeiçoamento e concentração de recursos materiais e humanos para o atendimento a pacientes graves, em estado crítico. Tendo em vista o risco nutricional do paciente, é fundamental que haja o estabelecimento de uma oferta de alimentos adequada para o controle da desnutrição. O enfermeiro e sua equipe têm um importante papel em identificar os pacientes que estão na unidade de terapia intensiva. O estudo teve como objetivo identificar, na base de dados LILACS, todas as produções sobre o suporte nutricional do paciente em unidade de terapia intensiva. Revisão bibliográfica do tipo narrativa, realizada em 2011. Para organização e análise dos artigos foi utilizado o formulário do estudo de Ursi. Como resultado, observou-se que todos os artigos falavam sobre terapia nutricional enteral e parenteral, visando sempre a melhora do prognóstico de várias doenças clínicas e cirúrgicas em doentes crônicos, agudos e críticos. Percebe-se, ainda, a importância do cuidado integral aos pacientes críticos internados em uma unidade de terapia intensiva utilizando o suporte nutricional adequado, fundamental nos cuidados dispensados ao paciente crítico, devido às evidências científicas que comprovam que o estado nutricional interfere diretamente na sua evolução clínica.

Palavras-chaves: Enfermagem. Pacientes. Unidades de Terapia Intensiva.

ABSTRACT

The Intensive Care Unit grew out of the need for improvement and concentration of human and material resources to meet the serious patients in critical condition. In view of the patient's nutritional risk, it is essential that there is the establishment of an adequate food supply for the control of malnutrition. The nurse and her team have an important role in identifying patients who are in Intensive Care Unit. The study aimed to identify the database LILACS all productions about the nutritional support of patients in intensive care unit. Literature review of type narrative, held in 2011. For organization and analysis of the articles was used the form of the study of Ursi. As a result, it was observed that all the articles spoke about enteral and parenteral nutritional therapy, always aiming to improve the prognosis of multiple clinical and surgical diseases in chronic, acute and critical patients. It is clear, also, the importance of the integral care to critical patients admitted to an Intensive Care Unit using the appropriate nutritional support, essential in the care provided to the patient, due to scientific evidence proving that the nutritional state interferes directly in their clinical course.

Keywords: Nursing. Patients. Intensive care units.

1 INTRODUÇÃO

A Unidade de Terapia Intensiva (UTI) surgiu a partir da necessidade de aperfeiçoamento e concentração de recursos materiais e humanos para o atendimento a pacientes graves, em estado crítico (VILLA; ROSSI, 2002).

A UTI é definida pelo Ministério da Saúde como um conjunto de elementos agrupados, destinado ao atendimento de pacientes graves ou de risco, que exijam assistência médica e de enfermagem ininterruptas, além de equipamentos e recursos humanos especializados (BRASIL, 1998).

Os pacientes da UTI estão internados em resposta de fase aguda, que é a resposta metabólica ao estresse. Envolve intenso catabolismo, mobilização de proteínas para reparo de tecidos lesados e fornecimento de energia, sobrecarga fluida, intolerância à glicose entre outras alterações. Assim, nos pacientes graves, a depleção nutricional é característica (ARANJUES *et al.*, 2008).

O paciente internado na UTI necessita de cuidados multiprofissionais de excelência, dirigidos não apenas para os problemas fisiopatológicos, mas também para as questões psicossociais, ambientais e familiares que se tornam intimamente interligadas à doença física. A essência da enfermagem em cuidados intensivos não está nos ambientes ou nos equipamentos especiais, mas no processo de tomada de decisões, baseado na sólida compreensão das condições fisiológicas e psicológicas do paciente (VILLA; ROSSI, 2002).

Tendo em vista o risco nutricional do paciente em UTI, é fundamental que haja o estabelecimento de uma oferta nutricional adequada para o controle da desnutrição e suas consequências. A terapia nutricional, segundo vários autores, deve ser iniciada entre 24 e 48 horas após admissão em pacientes hemodinamicamente estáveis (ARANJUES *et al.*, 2008).

O estado nutricional expressa o grau no qual as necessidades fisiológicas por nutrientes estão sendo alcançadas, para manter a composição e funções adequadas do organismo, resultando do equilíbrio entre ingestão e necessidade de nutrientes. As alterações do estado nutricional contribuem para aumento da morbimortalidade. Assim sendo, a desnutrição predispõe a uma série de complicações graves, incluindo tendência à infecção, deficiência de cicatrização de feridas, falência respiratória, insuficiência cardíaca, diminuição da síntese de proteínas a nível hepático com produção de metabólitos anormais, diminuição da filtração glomerular e da produção de suco gástrico (ACUÑA; CRUZ, 2004).

A avaliação do estado nutricional é importante para o diagnóstico médico da desnutrição, principalmente nas fases iniciais ou ainda quando há dúvidas na interpretação de dados subjetivos. Para avaliação do estado nutricional, utilizam-se parâmetros, como história clínica, dietética, exames laboratoriais e medidas antropométricas, para que se possa, efetivamente, chegar a um diagnóstico com segurança. Pesquisadores têm envidado esforços no sentido de desenvolver um modelo de avaliação utilizável em qualquer parte do mundo, de metodologia simples, facilmente reproduzível e que possa ser executado a baixo custo na maioria das localidades (GARCIA *et al.*, 2007).

Diante disso, surgiu o seguinte questionamento: o que os artigos têm trazido em relação à situação nutricional dos pacientes internados em UTI?

Para obtenção da avaliação nutricional do paciente, o enfermeiro deve conhecer a sua história clínica, principais queixas, doenças atuais ou passadas. Também é necessário conhecer da história nutricional, a presença de anorexia, ageusia, disgeusia, anosmia, uso de álcool, uso de dentadura, modismo alimentar, problemas de mastigação e deglutição, refeições fora de casa e frequência, interação drogas e nutrientes, restrições alimentares por motivos religiosos ou culturais (tabus), incapacidade de se alimentar por mais de sete dias, mudanças no paladar e dependência alimentar (CAVALCANTE, 2010).

De acordo com Guimarães (2010), o enfermeiro tem um papel importante na UTI, desde o momento da admissão, como obter a história do paciente, realizar o exame físico, dar continuidade ao tratamento e orientar sobre a manutenção da saúde. Deve sempre cuidar do indivíduo nas diferentes situações críticas dentro da UTI, de forma integrada e contínua com os membros da equipe de saúde. Para isso, o enfermeiro de UTI precisa pensar criticamente os problemas e encontrar soluções para os mesmos, assegurando sempre sua prática dentro dos princípios éticos e bioéticos da profissão.

O enfermeiro e sua equipe têm um importante papel em identificar os pacientes que estão na UTI que são desnutridos e também aqueles que apresentam determinadas características sabidamente associadas a problemas nutricionais.

A partir dos dados identificados neste trabalho, espera-se que o enfermeiro possa dedicar uma atenção ao aspecto nutricional dos pacientes internados na UTI, com o intuito de melhorar a situação clínica do paciente, diminuindo, quando possível, o tempo de internação. Sendo assim, o presente estudo tem o objetivo de identificar, na base de dados LILACS, todas as produções sobre o suporte nutricional do paciente em unidade de terapia intensiva.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo é uma revisão bibliográfica do tipo narrativa. Segundo Cordeiro, *et al.* (2007), a revisão narrativa é uma ampla apresentação e discussão do tema investigado que dificilmente parte de uma questão específica bem definida, não exigindo um protocolo rígido para sua confecção; a busca das fontes não é pré-determinada e específica, sendo frequentemente menos abrangente.

A coleta de dados foi realizada por meio de uma busca ampliada em revistas indexadas na biblioteca virtual BIREME, na base de dados LILACS (Literatura Latino-Americana em Ciências de Saúde).

O levantamento das produções foi realizado nos meses de março a maio de 2011 e foram utilizados os descritores de saúde (Nutrição and Pacientes and Unidades de Terapia Intensiva), controlados pela BIREME/BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), sem restrição de ano.

Estabeleceram-se como critérios de inclusão: produções disponíveis eletronicamente; no idioma Português; produções completas de pesquisa que abordavam a situação nutricional do paciente; pacientes internados com idade superior a 18 anos.

Na primeira busca foram identificadas 27 produções. Destas, 20 não atendiam aos critérios de inclusão, sendo descartadas. Assim, foram analisados 06 artigos e 01 dissertação de mestrado.

Para organização e análise das produções que atenderam aos critérios de inclusão, foram utilizados alguns itens do formulário do estudo de Ursi (2005). O formulário permitiu a obtenção de informações sobre identificação, tipo de periódico, tipo de estudo; objetivo ou questão de investigação; tamanho da amostra e suas características metodológicas; intervenções propostas; resultados e análise.

Após a leitura das produções, os dados foram categorizados e divididos em quadros com tópicos referentes ao objeto de investigação, resultados e conclusão.

O trabalho não foi enviado para o comitê de ética em pesquisa, por se tratar de uma pesquisa exclusivamente bibliográfica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o levantamento realizado, foram analisadas 06 publicações de artigos e 01 dissertação. Os achados que se seguem foram extraídos, levando-se em consideração o objetivo da pesquisa.

Em relação ao tipo de revista, todas são da área da saúde, sendo 01 Revista de Terapia Intensiva, 01 Re-

vista de Ciências Farmacêuticas, 04 são Revistas sobre assuntos diversos da Saúde e 01 dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Fisiopatologia Clínica e Experimental.

As áreas para as quais os estudos estavam direcionados eram: Enfermagem (01) e Nutrição (06). As profissões dos (as) autores (as) que prevaleceram foram: Nutricionista (12), Acadêmicos de nutrição (03), Enfermeiros (02) e Médicos (02).

Todos os artigos são de data posterior a 2002. Dos artigos analisados, todos abordavam a terapia nutricional, parenteral ou enteral no título.

Segue a caracterização de todos os estudos organizados nos quadros de 01 a 07.

Quadro 1 – Artigo: Terapia nutricional parenteral em UTI: aplicação dos indicadores de qualidade.

Autores e Profissão:	Aline Yukari Kurihayashi – Acadêmica de Nutrição Lúcia Caruso – Nutricionista. Mestre em Nutrição Francisco Garcia Soriano – Médico UTI. Livre-Docente
Ano de publicação:	2009
Publicação:	O Mundo da Saúde
Objeto de investigação:	Avaliar a Terapia Nutricional Parenteral (TNP) de pacientes internados na Unidade de Terapia Intensiva adultos, que receberam nutrição exclusivamente por via parenteral, com aplicação de indicadores de qualidade.
Metodologia:	Estudo de caráter retrospectivo, com dados levantados das fichas de acompanhamento nutricional no período de janeiro a dezembro de 2008, com a participação de pacientes de ambos os sexos, acima de 18 anos, admitidos na Unidade de Terapia.
Principais resultados:	A amostra (todos os pacientes acompanhados durante o ano de 2008) foi composta de 64% do gênero masculino, com idade média de 64,4 anos, sendo 96% pacientes cirúrgicos e 4% clínicos. Com relação à análise dos exames bioquímicos, 74% dos pacientes apresentavam todos os exames antes do início da TNP. Do total de pacientes, 44% evoluíram para a via oral (meta >30%).
Conclusão:	Concluiu-se que a aplicação dos indicadores de qualidade permitiu a avaliação da TNP com a perspectiva de elaboração de estratégias para melhor adequação da TNP na prática clínica.

Quadro 2 – Artigo: Terapia nutricional enteral e parenteral: complicações em pacientes críticos - uma revisão de literatura.

Autores e Profissão:	Deyse Lucy Luiz e Castro – Nutricionista Magda Marques de Freitas – Nutricionista Ana Lúcia Ribeiro Salomon Zaban – Nutricionista
Ano de publicação:	2009
Publicação:	Com. Ciências Saúde
Objeto de investigação:	Identificar as principais complicações decorrentes das terapias enteral e parenteral utilizadas em pacientes críticos internados em Unidades de Terapia Intensiva, bem como a influência dessas complicações na evolução clínica do paciente.
Metodologia:	Levantamento bibliográfico em livros didáticos e em artigos científicos publicados no período de 1998 a 2008.
Principais resultados:	A partir da pesquisa, a nutrição enteral, apesar de seus benefícios, apresenta riscos de complicações mecânicas, infecciosas, metabólicas e gastrointestinais, sendo estas as mais prevalentes. A nutrição parenteral é a alternativa quando o trato gastrointestinal não pode ser utilizado. Nesta via, há riscos de complicações infecciosas, mecânicas e metabólicas. As complicações da terapia nutricional originam um balanço energético negativo, podendo agravar a desnutrição e o quadro clínico do paciente, com aumento da incidência de infecções e da mortalidade, além de aumentar os dias de internação e os custos hospitalares. A nutrição enteral apresenta como principais complicações diarreia e volume residual gástrico alto. Na nutrição parenteral, a complicação predominante é a hiperglicemia.
Conclusão:	Conclui-se que a terapia nutricional é fundamental ao paciente crítico, podendo aumentar sua sobrevivência. Não sendo isenta de riscos. Deve-se ter atenção ao manejo da terapia nutricional, pois as complicações são capazes de interferir negativamente na recuperação do paciente, podendo causar óbito.

Quadro 3 – Artigo: Terapia nutricional enteral em pacientes graves: revisão de literatura.

Autores e Profissão:	Vanessa Fujino – Enfermeira. Especialista UTI Lucimar A.B.N.S. Nogueira – Enfermeira. Mestre
Ano de publicação:	2007
Publicação:	Arquivos de Ciências da Saúde
Objeto de investigação:	Discorrer sobre os principais fatores que limitam a administração da Terapia Nutricional Enteral a pacientes graves internados em Unidade de Terapia Intensiva.

Metodologia:	Consiste em uma revisão bibliográfica com análise e discussão. Realizou-se pesquisa, por meio da busca de material sobre o tema em revistas, periódicos, manuais, teses, livros e base de dados eletrônicos (Lilacs, Medline e Scielo).
Principais resultados:	As referências bibliográficas analisadas demonstraram que as principais razões que limitam a administração da terapia nutricional enteral nos pacientes graves, são: o refluxo, os procedimentos médicos e de enfermagem, diarreia, distensão abdominal, problemas com a sonda e náuseas/vômitos, consequentemente resultando em baixo aporte calórico a esses pacientes.
Conclusão:	O conhecimento e o controle de alguns fatores pela equipe multiprofissional permitem a adoção de medidas, como o seguimento de protocolos de infusão que podem aperfeiçoar a administração da terapia nutricional enteral, possibilitando o melhor fornecimento dos nutrientes aos pacientes graves.

Quadro 4 – Artigo: Monitoração da terapia nutricional enteral em UTI: indicador de qualidade?

Autores e Profissão:	Ana Luíza Aranjues – Nutricionista Ana Carolina de Castro Teixeira – Nutricionista Lúcia Caruso – Nutricionista. Mestre em Nutrição Francisco Garcia Soriano – Médico UTI Livre-Docente
Ano de publicação:	2008
Publicação:	O Mundo da Saúde
Objeto de investigação:	Monitorar a Terapia Nutricional Enteral (TNE) em pacientes de UTI em dois períodos distintos e compará-los, visando utilizar a avaliação de adequação da TNE como indicador de qualidade assistencial.
Metodologia:	Estudo de caráter prospectivo observacional da oferta nutricional e intercorrências em pacientes admitidos na UTI adulto com TNE exclusiva por período superior às 72h, nos anos de 2005 e 2006.
Principais resultados:	Foram avaliados 30 pacientes em 2006 e 33 em 2005. As médias dos valores de energia e proteínas calculados, prescritos e administrados, não apresentaram diferença estatística significativa. A adequação calculado/prescrito foi próxima a 100% e dos valores administrados/ prescritos foram de 74% em 2005 e em torno de 80% em 2006. O número de pausas na infusão da TNE, em 2006 foi de 93, tendo como principal causa os procedimentos, e, dentre estes, a extubação orotraqueal. Já em 2005 foram 139 pausas, sendo a principal as interrupções de rotina.
Conclusão:	Os resultados encontrados estão de acordo com o preconizado pela literatura e indicaram a continuidade na qualidade da assistência. A porcentagem de adequação da TNE é um indicador de qualidade possível de ser empregado diante das dificuldades na obtenção de outros parâmetros para avaliação nutricional de pacientes graves.

Quadro 5 – Artigo: Avaliação Nutricional de Paciente Crítico.

Autores e Profissão:	Carmen Sílvia Machado Fontoura – Nutricionista Assistencial Denise Oliveira Cruz – Acadêmica de Nutrição Lisiane Guadagnin Londeiro - Acadêmica de Nutrição Renata Monteiro Vieira - Acadêmica de Nutrição
Ano de publicação:	2006
Publicação:	Revista Brasileira de Terapia Intensiva
Objeto de investigação:	Buscar um método de avaliação para pacientes críticos que permita uma avaliação mais adequada e contribua para melhorar no seu cuidado.
Metodologia:	Foi realizada a revisão na literatura existente.
Principais resultados:	Os estudos realizados apresentaram o índice de massa corporal (IMC) como um bom método de avaliação e concluiu que o Baixo IMC é um preditor de mortalidade e que o alto IMC parece estar associado com resultados favoráveis, independente dos preditores convencionais. Sendo que, a maioria desses estudos salienta as limitações do método, visto que, pacientes críticos têm seu peso alterado devido às alterações dos compartimentos intra e extracelulares. Na literatura, o número de estudos acerca do uso de diferentes métodos de avaliação nutricional especificamente no paciente crítico não é muito expressivo.
Conclusão:	Os diferentes métodos de avaliação nutricional sofrem restrições quando se trata de paciente crítico. Não há consenso entre os autores sobre o melhor método de avaliação nutricional, não sendo aconselhável a eleição de apenas um.

Quadro 6 – Artigo: Aspectos atuais na terapia nutricional de pacientes na Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

Autores e Profissão:	Maria Izabel Lamounier de Vasconcelos – Nutricionista Júlio Tirapegui - Nutricionista
Ano de publicação:	2002
Publicação:	Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas
Objeto de investigação:	Avaliar o tratamento de pacientes gravemente enfermos através da terapia nutricional, visando prevenir a desnutrição calórico-proteica e determinando as necessidades nutricionais de forma mais adequada possível.
Metodologia:	Levantamento bibliográfico.

Principais resultados:	Diversos estudos têm examinado os efeitos das dietas capazes de melhorar a resposta imune em diversos tipos de pacientes. Muitos dos estudos têm demonstrado melhora em pelo menos algumas determinações da função imune. A maioria, porém, tem sugerido alguma melhora nos resultados clínicos. As pesquisas clínicas continuam, para tentar conseguir a dosagem exata e os alcances de sua aplicação terapêutica. Embora seja proposta antiga, a terapia nutricional, utilizando formulações específicas ou suplementos, está tendo, nos últimos anos, rápida evolução na terapêutica dos pacientes críticos.
Conclusão:	Diante de tantos pacientes críticos com alto risco de complicações infecciosas, a nutrição enteral precoce é considerada a rota fisiológica recomendada.

Quadro 7 – Dissertação: Características do suporte nutricional como preditores de sobrevida em pacientes graves.

Autores e Profissão:	Carla Loureiro Mourilhe Silva - Nutricionista
Ano de publicação:	2008
Publicação:	Dissertação
Objeto de investigação:	Avaliar o efeito das características relacionadas à qualidade do suporte nutricional enteral (SNE) no prognóstico de pacientes críticos.
Metodologia:	Estudo observacional prospectivo conduzido em uma Unidade Hospitalar particular, no período de janeiro de 2004 a dezembro de 2006. Foram estudados pacientes clínicos ou cirúrgicos em suporte nutricional enteral pleno e internados por mais de 5 (cinco) dias no Centro de Terapia Intensiva (CTI). A qualidade da terapia em questão foi avaliada pelos seguintes fatores: tempo de jejum, tempo médio para se alcançar à meta nutricional, proporção de ingestão calórica e proteica, de acordo com a meta, e presença de efeitos adversos.
Principais resultados:	A amostra foi composta de pacientes graves. A mortalidade observada foi 35,2%. Em média, a meta calórica calculada para os pacientes foi cerca de 25 Kcal/Kg e de proteínas 1,25g/Kg de peso ideal. Dentre os efeitos adversos do suporte nutricional estudados, a presença de resíduo gástrico elevado diminuiu a sobrevida dos pacientes mesmo após o ajuste para outros fatores relacionados ao prognóstico, assim como, o tempo de jejum prolongado. O tempo médio para alcançar a meta nutricional não interferiu no prognóstico clínico.
Conclusão:	As características relacionadas à qualidade do suporte nutricional enteral avaliadas no presente estudo interferem no prognóstico de pacientes críticos com exceção do tempo médio para se alcançar à meta nutricional.

Ao analisar as produções, percebeu-se que todos tratam sobre terapia nutricional enteral e parenteral. Muitos são bem específicos, falando sobre a importância da nutrição de cada paciente.

Segundo Ferreira (2007), a terapia nutricional é peça fundamental nos cuidados dispensados ao paciente crítico, devido às evidências científicas que comprovam que o estado nutricional interfere diretamente na sua evolução clínica, visando sempre a melhora do prognóstico de várias doenças clínicas e cirúrgicas em doentes crônicos, agudos e críticos.

Aranjues *et al.* (2008), em seu estudo se preocupam com a subnutrição de pacientes na UTI, visando à adequação da Terapia Nutricional Enteral (TNE) como indicador de qualidade, nos pacientes internados acima de 72 horas.

É importante a necessidade em rever o tempo para introdução da nutrição parenteral, considerando sempre os indicadores de qualidade aplicados, que são primordiais para a assistência nutricional.

Aranjues *et al.* (2008), sugerem que a comparação de levantamentos de periódicos relacionados à monitoração da TNE pode ser adotada como indicador da qualidade da assistência nutricional prestada pela equipe multidisciplinar. Essa proposta assume papel importante quando são consideradas as dificuldades para obtenção de parâmetros nutricionais viáveis para pacientes de UTI em reação de fase aguda.

O estado nutricional de pacientes hospitalizados influi em sua evolução clínica. A avaliação nutricional é exigida como parte do cuidado integral do paciente. É bom sempre ter o cuidado de se evitar complicações ao paciente, como a desnutrição.

A via de administração da terapia nutricional, o tipo e a quantidade de dieta ofertada devem ser criteriosamente avaliados para diminuir o aparecimento de complicações (FERREIRA, 2007).

A Terapia Nutricional tem um papel fundamental para pacientes gravemente enfermos, visando prevenir a desnutrição calórico-proteica, avaliando e determinando as necessidades nutricionais de forma mais adequada.

Após analisar todos os artigos, pode-se perceber a importância do cuidado integral aos pacientes críticos internados em uma Unidade de Terapia Intensiva utilizando o suporte nutricional adequado.

4 CONCLUSÃO

O estudo foi realizado com produções encontrados em revistas indexadas na biblioteca virtual BIREME e na base de dados LILACS. Foram estudadas 27 produções, sendo que 20 não atendiam aos critérios de inclusão, sendo estes descartados. Assim, foram ana-

lisados 06 artigos e 01 dissertação de mestrado. Todas as produções se referem à terapia nutricional realizada em pacientes críticos na Unidade de Terapia Intensiva.

Uma das limitações do estudo foi a busca em apenas uma base de dados. Este fato ocorreu por ter sido feita a opção de identificar artigos na língua portuguesa. No entanto, o estudo foi importante para conhecer como estão sendo feitas as pesquisas relacionadas à nutrição de pacientes em UTI no Brasil.

Nesta perspectiva, percebe-se o número reduzido de publicações. Também se observa que a maioria das produções foi publicada por nutricionistas. Diante disso, faz-se necessário que os enfermeiros produzam mais nesta área, já que são responsáveis pelo cuidado integral do paciente durante 24 horas. Dentre o cuidado, ele é responsável pela administração ou supervisão da administração da nutrição.

Gomes (1988) ressalta que o enfermeiro de UTI precisa estar capacitado a exercer atividades de maior complexidade, para as quais é necessária a autoconfiança respaldada no conhecimento científico para que este possa conduzir o atendimento do paciente com segurança. Para tal, o treinamento deste profissional é imprescindível para o alcance do resultado esperado, que é o de termos profissionais cada vez mais capacitados.

O estudo é importante, pois poderá contribuir para melhoria do atendimento ao paciente crítico que necessita de uma avaliação nutricional adequada. Em nossa realidade, muitos são os pacientes que necessitam do tratamento nutricional adequado e de uma avaliação mais criteriosa para conseguir manter-se com níveis estáveis durante todo o tratamento.

REFERÊNCIAS

- ACUÑA, K; CRUZ, T. Avaliação do Estado Nutricional de Adultos e Idosos e Situação Nutricional da População Brasileira. **Arq Bras Endocrinol Metab**, v. 48, n. 3, p. 345, jun. 2004.
- ARANJUES, A.L; CARUSO, L; TEIXEIRA, A.C.C; SORIANO, F.G. Monitoração da terapia nutricional enteral em UTI: indicador de qualidade? **O Mundo da Saúde**. São Paulo, v. 32, n 1, p. 16-23, jan./mar. 2008.
- CASTRO, D. L.L; FREITAS, M.M; ZABAN, A.L.R. Terapia nutricional enteral e parenteral: complicações em pacientes críticos - uma revisão de literatura. **Com. Ciências Saúde**. Brasília v. 20, n 1, p. 65-74, 2009.
- CAVALCANTE, V.A. **Terapia nutricional no paciente grave**. Disponível em <http://valeriaaraujocavalcante.blogspot.com/2010/07/apostila-de-terapia-nutricional-no_21.html>. Acesso em: 10 jan. 2011.

CORDEIRO, A. M.; OLIVEIRA, G. M.; RENTERÍA, J. M.; GUIMARÃES, C. A. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Rev. do Colégio Brasileiro de Cirurgias**, v. 34, n. 6, p. 428-431, nov./dez. 2007.

FERREIRA, I.K.C. Terapia Nutricional em Unidade de Terapia Intensiva. **Rev. Brasileira de Terapia Intensiva**, v. 19 n. 1, jan./mar. 2007.

FONTOURA, C.S.M; CRUZ, D.O; LONDERO, L.G; VIELRA, R.M. Avaliação Nutricional de Paciente Crítico. **Rev. Brasileira de Terapia Intensiva**. Porto Alegre, vol. 18 n 3, p. 298, jul./set. 2006.

FUJINO, V; NOGUEIRA, L. A.B.N.S. Terapia nutricional enteral em pacientes graves: revisão de literatura. **Arq Ciênc Saúde**. São Paulo, v. 14, n. 4, p. 220-6, out./dez. 2007.

GARCIA, A.N.M; ROMANI, S.A.M; LIRA, P.I.C. Indicadores antropométricos na avaliação nutricional de idosos: um estudo comparativo. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 20, n. 4, p. 371-378, jul./ago. 2007.

GOMES, A. M. **Enfermagem na unidade de terapia intensiva**, 2. ed. p. 3-5, 17-31. São Paulo: EDU, 1988.

GUIMARÃES, M.R. **O papel do enfermeiro na UTI**. Disponível em: <<http://www.acesmed.com.br/v1/2010/04/04/o-papel-do-enfermeiro-na-uti>>. Acesso em: 08 fev. 2011.

KURIHAYASHI, A.Y; CARUSO. L; SORIANO, F.G. Terapia nutricional parenteral em UTI: aplicação dos indicadores de qualidade. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 480-487, 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Regulamento técnico para o funcionamento dos serviços de tratamento intensivo. **Diário Oficial da União**. jun. 1998.

SILVA, C. L. M. Características do suporte nutricional como preditores de sobrevida em pacientes graves. 2008. **Dissertação (Mestrado em Fisiopatologia Clínica e Experimental)** - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

URSI, E. S. Prevenção de lesões de pele no perioperatório: revisão integrativa da literatura. 2005. **Dissertação (Mestrado em Enfermagem Fundamental)** - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto.

VASCONCELOS, M.I.L; TIRAPEGUI, J. Aspectos atuais na terapia nutricional de pacientes na Unidade de Terapia Intensiva (UTI). **Rev. Brasileira de Ciências Farmacêuticas**. São Paulo. vol. 38, n. 1, p. 23, jan./mar. 2002.

VILA, VSC, ROSSI, L.A. O significado cultural do cuidado humanizado em unidade de terapia intensiva: muito falado e pouco vivido. **Rev. Latino-am Enfermagem**, v. 10, n. 2, p. 137-44, mar./abr. 2002.

SOBRE AS AUTORAS:

Rose-Eloíse Holanda

Graduação em Enfermagem pela Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS. Especialista em Terapia Intensiva pela Faculdade Farias Brito – FFB.
E-mail: r_eloiseh@hotmail.com.

Rafaella Pessoa Moreira

Graduação em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Especialista em diabetes e hipertensão pela Escola de Saúde Pública do Ceará. Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará – UFC.
E-mail: rafaellapessoa@hotmail.com.



Ciência Humanas/Sociais Aplicadas

CATÓLICA DE QUIXADÁ

A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO PRESBITERAL NO BRASIL: DO TEMPO COLONIAL AO IMPÉRIO

Pe. Antonio Marcos Chagas
Marlene Gomes Guerreiro

RESUMO

A história da Igreja do período colonial ao império ocupa um espaço significativo na história do Brasil. Na história da Igreja Católica, a formação das vocações presbiterais é um ponto altamente decisivo no seu desenvolvimento integral. No tempo da colônia, os reis portugueses quiseram unir a evangelização e a colonização. Os jesuítas exerceram neste contexto, até sua expulsão, um papel relevante e decisivo para a formação dos futuros pastores no Brasil. Entretanto, houve fechamento para com as vocações locais. No império, as ingerências do governo limitaram e inibiram muito a expansão da Igreja, fomentando situações de conflito e gradativo afastamento. O presente artigo discorrerá sobre estes pontos que marcaram a história da formação presbiteral neste período.

Palavras-chave: Formação Presbiteral. Período colonial. Império. Igreja.

ABSTRACT

The History of the Church from the Colonial period to the Imperial period occupies a significant place in the history of Brazil. In the history of the Catholic Church, the formation of priestly vocations is a highly decisive point in their integral development. In colonial times the Portuguese kings wanted to join evangelization and colonization. The Jesuits engaged in this context, until their expulsion, an important and decisive role for the formation of future priests in Brazil. However, there was closed with the local vocations. In the empire, the interference of the government very limited and inhibited the expansion of the Church, fostering conflict and gradual distance. This article will discuss these points that marked the history of priestly formation at this time.

Keywords: Priestly formation. colonial period. Empire. Church.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo abordará o desdobramento da formação vocacional ao longo da história da Igreja do Brasil, uma história que se mescla e se insere num contexto macroscópico na sua universalidade, sem deixar de ter suas peculiaridades locais. Tais peculiaridades serão objeto da presente abordagem.

Os alunos e seminaristas constituem um elemento representativo da longa história desta Instituição marcada por séculos de intensa vivência como é o caso da Igreja Católica. As marcas desta história permitem um entendimento do ideário católico de formação sacerdotal e um modelo que se construiu em meio aos percalços do tempo no qual se inserem as tramas e os dramas de conquistas e retrocessos de etapas que se sucedem. Linhas de continuidade e contraste podem ser coletadas nas investigações efetuadas de modo a se ter uma panorâmica de como se implanta e se organiza uma Instituição eclesial. Mudanças lentas, prudentemente discernidas são as marcas das transformações. Enquanto mistério de fé, sob a ação do Espírito do Ressuscitado, a Igreja acontece e afeta os países e culturas onde se faz presente. Revisitando e analisando com o devido respeito à mentalidade dos homens e mulheres de cada tempo, perceber-se-ão aspectos criticáveis e imaturos, bem como os avanços e virtudes, até mesmo atitudes heroicas. E todos esses elementos se inserem e se contextualizam na realidade brasileira, numa delimitação temporal que vai dos tempos de colônia aos tempos do império. As relações com o poder e de poder, a inserção em um ambiente plural com forte presença de nativos, como foi o caso dos índios e os que vinham da África - os negros - e as miscigenações oriundas destes grupos raciais, além dos brancos portugueses, obviamente, dá-nos um quadro marcado pela heterogeneidade dos mulatos, mamelucos e caboclos. A construção de uma Igreja cheia de preconceitos e receios com tantas diferenças, as dificuldades de uma inserção nesta realidade, além dos enormes obstáculos relacionados às comunicações, locomoção, obtenção dos meios para uma adequada sobrevivência, estão na pauta dos capítulos desta fascinante história. Ver-se-á, além disso, a dedicação incontestável dos missionários, tantos deles autores de páginas recheadas de granítico heroísmo e sublime generosidade. Além destes, outros tantos pontos problemáticos e não desprezíveis conquistas se refletem ainda hoje na realidade formativa das vocações presbiterais.

Numa metodológica divisão em etapas significativas da formação das vocações sacerdotais, o Brasil colonial e imperial darão os ritmos e firmarão etapas importantes. A identidade de qualquer instituição ou pessoa passa pela história enquanto sinônimo de vida

em movimento de transformação. É com este objetivo que o presente artigo desdobrará esta vida da Igreja na dimensão da formação de seus pastores, na dinâmica desafiante de luzes e sombras que se alternam. A partir dos momentos mais significativos da história da Igreja do Brasil e suas repercussões na temática vocacional, serão analisados os temas que seguem.

2 A FORMAÇÃO PRESBITERAL NO PERÍODO DA CRISTANDADE COLONIAL

2.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DA CRISTANDADE COLONIAL

A vinda dos religiosos ao Brasil foi oficializada em 1549, ou seja, quarenta e nove anos depois da chegada de Pedro Álvares Cabral. O Brasil foi constituído uma cristandade dependente de Portugal e a Igreja se estabeleceu no mesmo mediante a orientação da coroa. A cristandade, de fato, une interesses políticos e religiosos e a história da Igreja sempre foi marcada pela intervenção do estado. Eram muitos os interesses em jogo e “suas majestades católicas”, com certeza, viam no apoio e até no controle real sobre a Igreja, uma forma de legitimar um poder temporal sem restrições. Ademais, tal fato acontecia com credenciais de caráter divino (ZAGHENI, 1999).

A institucionalização do catolicismo, a implantação da cristandade, isto é, de uma difusa interpenetração entre elementos do cristianismo católico e a ordem política instituída, bem como de elementos culturais, gerou uma visão de mundo bastante arraigada. A homogeneidade católica na Europa, associada ao fato de que civilizações históricas já se haviam organizado de forma complexa, enriquecido por um considerável nível de desenvolvimento econômico, ao menos para os padrões da época, ensinou ser esse o único modo correto ou aceitável de viver bem nesta vida e salvar-se na outra. A história da Península Ibérica foi marcada pelo esforço de expulsar os muçulmanos enquanto inimigos da pátria e da fé cristã. Ser inimigo da fé cristã ou não adotá-la era compreendido como ser inimigo da pátria. Em meados do século XV, Portugal conseguiu afirmar-se como nação exatamente com estes elementos intrinsecamente coesos e interligados. Tal mentalidade manteve-se com relação aos índios do Brasil, sendo necessário colonizá-los e evangelizá-los. Em suma, era preciso fazê-los portugueses. A esse respeito, assegura o historiador:

O significado da atuação dos religiosos na fase colonial do Brasil deve ser entendido dentro do contexto da política colonizadora de Portugal. Para os monarcas portugueses, colonizar e evangelizar se colocavam em pé de igualdade, e muitas vezes

se confundiam. Com frequência os colonizadores identificavam a cultura europeia, especificamente a cultura portuguesa com o cristianismo. Evangelizar tornava-se sinônimo de aportuguesar (AZZI, 1983, p. 211).

Não se pode negar as contradições da época, nem estacionar, tão somente, em um juízo inteiramente negativo. Com certeza, a vinda do cristianismo ao Brasil foi um grande bem. De um ponto de vista cristão, não se pode considerar a fé que os missionários trouxeram um mero “penduricalho” da ação colonizadora ou, tão somente, uma eficaz ferramenta de imposição de um poder invasor e imperialista. Ocorre, outrossim, considerar elementos contraditórios, antievangélicos e até mesmo desumanos. Mas, não há como omitir os bens espirituais e humanos oriundos do anúncio da verdade de Cristo e seus influxos nos mais variados âmbitos, a saber, social, cultural, econômico, político e tantos outros mais. Tantas peripécias apostólicas tornaram-se páginas memoráveis que advieram do esforço hercúleo de tantos missionários para lançar a boa semente da fé nesta terra de santa cruz. Disso não há como omitir, a bem de uma coerência histórica e de uma efetiva honestidade investigativa. A mensagem evangélica, na riqueza intrínseca que lhe é própria, constitui um valor incontestável, ao menos para os que fazem uma leitura cristã da história. Se elementos ideológicos se imiscuíram de um modo ou de outro, há que se dever isso às mentalidades próprias da época, sempre sob o influxo das pessoas que dela fazem parte e que dela sofrem o mesmo influxo. Contabilizar-se-ão prejuízos para as culturas locais. Urge afirmar, não em função da mensagem evangélica em si, mas em função de certas formas de conceber o mundo e a vida, a ordem instituída e a organização social, presentes nos homens de Igreja. Detectar os pontos negativos, por grandes que sejam no passado, não nos autoriza a simplesmente “jogar pedras” e gerar uma rejeição ou condenação em bloco de toda a ação feita no passado. Deus também, na sua infinita paciência e misericórdia, acompanha os desdobramentos históricos e colhe o que de bom consegue-se fazer. Os erros do passado podem ser um ensinamento válido para o presente e fonte de saudável prevenção para erros futuros.

2.2 SEMINÁRIOS: O NOVO CAMINHO PARA A FORMAÇÃO PRESBITERAL

O Concílio de Trento, conforme narra Guasco (1990) com o decreto *Cum adolescentium actas*, aprovado por unanimidade na sessão XXIII, de 15 de julho de 1563, confirmada por Pio IV com a bula *Benedictus Deus et Pater* de 26 de janeiro de 1564, deu início ao que hoje são os seminários. Um decreto que determinava que:

[...] as dioceses tivessem um lugar em que fossem recebidos jovens adolescentes com ao menos doze anos, nascidos em legítimo matrimônio e que saibam suficientemente ler e escrever, com índole e vontade que façam esperar que eles servirão perpetuamente no ministério eclesiástico (*idem*, 1990, p.8).

Além disso, o decreto dava concretas indicações para a obtenção de fundos que permitiriam a fundação e depois a manutenção dos seminários mesmos.

Se, por um lado, a Igreja Católica estava bem definida tanto do ponto de vista teológico quanto filosófico, com os estudos de Santo Tomás de Aquino, a falta de preparação do clero era digna de lástima. Conforme o historiador francês Pierre Pierrard (2002, p. 242) “A chaga do clero do século XVI era a Ignorância”. Em geral eram clérigos giróvagos, sem bispos, incapazes até mesmo de pronunciar as fórmulas dos sacramentos! Tanta degradação, somando-se à reforma de Lutero, obrigou a Igreja tridentina mudar seus rumos através da santificação e formação do clero. Os mentores intelectuais do Concílio propuseram uma sólida formação intelectual e espiritual dos futuros padres, tendo como proposta: “[...] um ser isolado, embora colocado no coração do mundo, cuja perfeição deveria exceder a dos religiosos e cuja ação terá de estar constantemente associada à de Cristo ‘o religioso de Deus seu Pai’” (PIERRARD, 2002, p. 256).

Na Itália, aquele decreto teria recebido uma solícita aplicação muito maior que em outros países. Nas décadas sucessivas ao concílio de Trento, outras dioceses tomaram as providências para abrir os seus seminários. Cessado o entusiasmo do início, muitos destes seminários foram fechados por falta de alunos, ou por falta de recursos. Outros relaxaram e levaram uma vida de certa ostentação. Com efeito, o concílio obrigava aos bispos que fundassem os seminários, mas tal não obrigava os alunos a frequentá-los! Por conseguinte, era possível chegar ao sacerdócio sem entrar no seminário, de modo que em muitas dioceses tal prática permanece bastante difusa: e os padres formados nos seminários permanecem, em certos casos, uma minoria.

Destaques notáveis podem ser dados à obra de São Carlos Borromeu e à escola de espiritualidade encabeçada por Jean-Jacques Olier, o representante mais notável e significativo. Quanto a São Carlos, arcebispo de Milão, secretário do pontífice, o então papa Pio IV (1559-1565), que era seu tio, teria considerado elemento fundamental do seu programa pastoral a formação do clero. Depois de ter previsto a organização do seminário milânês, colaborou na fundação de numerosos outros seminários, dedicando-se também à compilação de um regulamento que seria uma referência para os séculos posteriores. Organizando toda a vida do seminário em

torno de três grandes pontos que se tornariam as referências essenciais da vida do padre, a saber, a piedade, o estudo e a disciplina, o cardeal de Milão indicava, outrossim, as linhas fundantes sobre as quais deveriam ser desenvolvidas a vida do futuro ministro do culto, fixando o sistema de vida que teria permitido ao jovem seminarista, durante a preparação para a ordenação, de adquirir as disposições interiores e as atitudes que o tornassem idôneo para a vida eclesiástica.

O regimento feito por São Carlos é minucioso e tende a fazer do seminário uma instituição global, que isenta o clérigo qualquer relação com o ambiente externo. Não há espaço para uma iniciativa pessoal, assim como são bem definidas as dimensões do estudo e da formação espiritual. São formadas, neste modelo, pessoas imbuídas de um ideal de separação do mundo, haja vista que no mundo se encontrariam tentações, perigos ou pelo menos inúteis dissipações.

Como arremata o historiador Maurilio Guasco:

Além disso, o nascimento do seminário tridentino e a incansável atividade de São Carlos são a resposta às necessidades efetivas da Igreja, para por fim aos abusos sempre maiores derivados exatamente da escassa atitude do clero em vivenciar o seu ministério (GUASCO, 1990, p.9).

A França teve seu protagonismo com figuras de peso como São Vicente de Paulo, o já citado acima Jean-Jacques Olier e São João Eudes. Estes foram cabeças de iniciativas e fundações que teriam um papel de grande importância na formação do clero diocesano, inclusive no Brasil, em períodos posteriores.

Há que se notar que as dificuldades de implantação dos seminários não são um problema exclusivo do Brasil. Mesmo numa cristandade mais organizada e em meio a uma estrutura imensamente melhor em múltiplos aspectos como é o caso da Itália e da França, percebe-se que a implantação da instituição chamada seminário, destinada à formação dos membros do clero, se apresenta lenta, com uma receptividade nem tanto intensa por parte dos bispos.

Forjou-se um modelo de padre a ser seguido ou a ser formado nos futuros candidatos. E qual tipo de padre formar? O padre que é “o homem perfeito, homem espiritual, imagem e atualização de Cristo, único e eterno sacerdote” (GUASCO, 1990, p. 12). Ora tal tipo de espiritualidade influenciará profundamente os dicastérios romanos e influenciará também os pressupostos para a formação do clero. Em prática, o seminário tridentino, idealizado e operacionalizado por S. Carlos Borromeu, posteriormente vivificado pela espiritualidade da escola francesa, representou o modelo absoluto de referência, sobretudo para os países latinos. O seminário não se limitou a ser um ambiente de formação somente de fu-

turos clérigos, mas aplicou sua ação pelo fato de ser a oportunidade para muitos rapazes que não teriam oportunidade de avançar nos estudos, limitando-se assim aos estudos elementares. Na sequência, ver-se-á essa realidade também no Brasil.

2.3 O RECRUTAMENTO DAS VOCAÇÕES: AS POLÊMICAS RACIAIS E CULTURAIS

No século XVI, a escassez de sacerdotes foi grande. Para tanto, a tentativa de recrutamento vocacional se deparou com o problema da conservação do celibato da parte dos indígenas. O preconceito contra o índio se estendeu aos negros ou descendentes deles, aludindo que lhes faltava perseverança e bons costumes. Chegou-se ao ponto de uma institucionalização desta discriminação com a proibição do acesso ao estado clerical de negros, hebreus e mulatos, como se deu em 1707 na Bahia. Especialmente o mulato era o mais discriminado, visto como incapaz de observar o celibato, ao ponto que, para receber as ordens, necessitava primeiro receber o indulto papal. Segundo Hoornaert (1991), ter um filho padre na família era uma maneira de provar a “pureza do sangue”. Com este escopo, se adotou a forma simplista da proibição (em 1579) da admissão, na Companhia de Jesus, dos nativos, ainda que filhos de portugueses. Alguém reagiu, como foi o caso do Pe. Manuel da Nóbrega. Este sustentava a necessidade do cultivo das vocações no Brasil, de um clero autóctone. Porém, a mentalidade da época bloqueou este projeto e as vocações vinham de Portugal. Com efeito, era uma mentalidade difusa que tudo deveria ser importado. A esse respeito, entreviu o próprio superior geral Cláudio Aquaviva, o qual determina que “nenhum nascido no Brasil, nem português com muitos anos de permanência na colônia, podia ser admitido na Companhia” (AZZI, 1983, p. 203). Na contramão do pensamento de Nóbrega, jesuítas conceituados como José de Anchieta, Luís da Grã e Inácio de Azevedo não concordaram que os filhos de terra brasileira reúnam as condições de abraçar a vida religiosa e o ministério sacerdotal. Tal fato, quiçá, contribuiu para que o Geral da Ordem desse o veredito definitivo da exclusão de tais nativos e mestiços, bem como portugueses de longa data nestas terras residentes. Há que se considerar a diversidade mui consistente de visões culturais, gerando incompatibilidades acentuadas.

Certo é que muitos índios se mostraram arredios em aceitar os padrões de formação disciplinar trazidos pelos missionários, e com frequência se libertavam deles. Isso gerou a ideia de que os nativos não podiam ser formados para o sacerdócio por sua inconsistência natural (*idem*, 1983, p.205).

Com certeza, outras maneiras informais de viver esse pastoreio e de formar os pastores deram azo a que outras pessoas entrassem na cena do contexto brasileiro em lenta formação, com tantos fatores interagentes¹.

2.4 O TIPO DE CLERO PARA O BRASIL

As vocações, por conseguinte, não puderam escapar desta visão de mundo bastante “europeizada” a respeito do Brasil. Além disso, para viver os grandes desafios da ação evangelizadora nas Terras de Santa Cruz, não bastava que o clero fosse letrado. O empreendedorismo e capacidade de ação, em meio a grandes sacrifícios da missão eram elementos indispensáveis para os missionários que deveriam ser impávidos desbravadores.

Na história das vocações sacerdotais, nos primeiros dois séculos de colonização, não houve no Brasil nenhum seminário diocesano para o clero secular. Os jesuítas criaram as “Confrarias do Menino Jesus”, uma instituição da iniciativa do Pe. Manuel da Nóbrega, com fins de assegurar “a preservação moral dos jovens e preparação à vida religiosa e sacerdotal” (AZZI, 1983, p. 193). A metodologia formativa, com escopo de educar os meninos abrindo-os a um ideal mais alto murchou ante a falta de um ambiente moral condizente, bem como de um ambiente católico que fosse uma base e sustentáculo para estas vocações. Registrou-se o fracasso desta iniciativa, mas, os colégios jesuítas, de 1560 até meados do século XVIII, tornaram-se os centros de formação sacerdotal da maior parte do clero brasileiro.

A formação dos novos sacerdotes acontecia nos colégios dos jesuítas, ou melhor, a história da formação de padres se confunde com a história da Companhia de Jesus. De conformidade com Leite (1945), historiador da Companhia de Jesus no Brasil, dentre os estabelecimentos criados pelos jesuítas para ensinar a ler, escrever e contar, além daqueles que ofereciam, também, uma educação escolar superior e uma preparação sacerdotal ainda que mínima. O curso elementar, o curso de letras humanas (este equivalente ao ensino médio) e o curso de artes correspondendo a um curso de nível superior, eis o que se oferecia.

¹ As estruturas não conseguiam atender às exigências e demandas locais. Ante esta falta de líderes e referências sólidas no âmbito do pastoreio emerge uma figura que desempenhou um protagonismo muito significativo na religiosidade brasileira: o “beato”. Era, em geral, caracterizado por ser um homem itinerante que se dedicava à pregação e animava a vida espiritual do povo com práticas de piedade. Muitos desses beatos eram não somente escravos que fugiam à escravidão, mas exatamente pela marginalização sofrida pela cor ou mesmo pela pobreza não conseguiam entrar nos conventos. Era, portanto, uma vocação religiosa assumida, ainda que fora dos padrões oficiais e institucionais, padrões estes, carregados de elementos discriminatórios, excludentes (HOORNAERT, 1991).

Os candidatos ao sacerdócio frequentavam cursos de teologia abrangendo a teologia moral e teologia especulativa. A Escola da Bahia, a título de exemplo, oferecia os cursos de primeiras letras, Humanidades, Filosofia e Teologia “[...] com suas festas acadêmicas e graus universitários” (LEITE, 1945, p. 69). Esse colégio, em Salvador, iniciado em 1572, oferecia o curso de Teologia:

Havia, assim no colégio da Bahia duas classes de estudantes: os internos, seminaristas candidatos pra a Companhia de Jesus; e os externos dos quais alguns se destinavam ao clero secular, e outros simplesmente se formavam para profissões civis e liberais (AZZI, 1983, p.194).

Como se acenou acima, por não haver seminários ou casas de formação adequadas a este fim, os jesuítas recebiam também alunos que aspiravam ao sacerdócio e até mesmo os que não aspiravam ao ministério sacerdotal, haja vista que não existiam escolas e instituições de ensino mais qualificadas. Entre os objetivos dos jesuítas estarem tão engajados na educação, era também o de influenciar as gerações e criar formadores de opinião, uma elite intelectual ou algo que se aproximasse (ao menos na realidade brasileira). Certo autor comenta:

Ao lado da formação dos futuros jesuítas, que continuou sendo sempre uma das finalidades dos colégios, o alto nível intelectual desses estabelecimentos de ensino preparou os homens que assumiram a liderança do Brasil colônia. Não eram muitos os que podiam dar-se ao luxo de fazer seus estudos em Coimbra (AZZI, 1983, p.213).

Assim, sucederam-se outras fundações, como aconteceu no Rio de Janeiro (1573), e outros colégios como os de Pernambuco (1576), São Paulo e Vitória (também no século XVI). Dado que os colégios jesuítas não eram centros específicos de formação sacerdotal, “a partir de fins do século XVII a iniciativa da fundação de seminários eclesiásticos e retomada com grande impulso” (AZZI, 1983, p.195). A respeito dos seminários, ao nível de Igreja na sua globalidade, convém ter presente que: “A partir de 1820, aproximadamente, os seminários tornaram-se o único local de formação do clero; é a primeira vez que isso acontece” (ZAGHENI, 1999, p. 38). Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, outras iniciativas surgiram, com seminários menores. Dá-se, na sequência, início a outra modalidade de ação, a saber, dos seminários episcopais. Grande destaque é a pessoa do Pe. Gabriel Malagrida, o qual consegue autorização dos reis de Portugal para a fundação de seminários, sobretudo pelo alvará que lhe conferia o poder de erigir seminários em qualquer parte da América. Assim sendo, tornou-se ele grande colaborador dos bispos na criação

de seminários diocesanos. Dom José Botelho, chegado à Bahia em 1741 foi o primeiro que empreendeu a institucionalização de um seminário o qual foi confiado à direção da Companhia de Jesus. Com a expulsão dos jesuítas, o seminário foi esvaziado, sendo reaberto somente em princípios do século XIX. Em Pernambuco, a diocese só teve seminário em princípios do século XIX, o do Maranhão em 1677 e em 1748, foi inaugurado o de Mariana, Minas Gerais. Tais seminários sofreram o forte impacto da expulsão dos jesuítas, sendo que somente o do Rio de Janeiro, criado em 1676, manteve-se estável por não ter sido vinculado à Companhia de Jesus. Assevera-se ainda o seguinte:

Pode-se dizer que quase toda a formação sacerdotal do clero diocesano durante o período colonial esteve nas mãos dos padres da Companhia de Jesus. Com a expulsão dos jesuítas, houve uma crise geral nos seminários, perdurando apenas alguns estabelecimentos, assim mesmo com vida precária (AZZI, 1983, p.200).

Somente em 1787 as orientações do Concílio tiveram seu ponto de partida no Brasil. Vários seminários foram fundados². Entretanto, a formação era frágil no que se refere ao rigor e a disciplina. O regime de Padroado também colocava a formação em segundo plano, fator que a fragilizava. Conforme Matos (2002), não havia exigência de presença nos seminários e os exames eram indulgentes.

2.5 A REALIDADE DO CLERO BRASILEIRO

A situação intelectual do clero era bem precária. Com efeito, o acesso a qualquer tipo de literatura, dadas as distâncias e dificuldades, tornava a formação permanente tão inviável e de difícil operacionalização que muitos presbíteros se restringiam, a saber, apenas o essencial para a administração dos ritos da fé católica. Assim, conservava-se apenas o que haviam aprendido na época da recepção das ordens sagradas. A atualização se inviabilizava de forma cabal e dramática. Além disso, há que se registrar o baixo nível do clero em função da falta de seleção dos candidatos, havendo até ordenações em massa. Azzi cita o comentário do desembargador José João Teixeira Coelho, em 1780, que um bispo em Minas Gerais ordenou oitenta e quatro pretendentes em menos de sete meses e outro bispo que ordenou cento e um pretendentes em três anos (COELHO apud AZZI, 1983).

Há que se ter presente que, no período colonial, o clérigo não passa de um funcionário eclesiástico, uma profissão como as outras, haja vista que, recebendo a

côngrua do governo, o padre tem a incumbência de exercer as funções litúrgicas próprias do catolicismo, religião oficial da sociedade colonial. Supondo-se que a fé fazia parte da própria tradição cultural portuguesa, inexistia a preocupação com a evangelização, com a catequese e conversão do povo. A ortodoxia era mantida pelo tribunal da inquisição. No Brasil, durante o século XVIII, há registros de padres amasiados, mercenários, corruptos. Além disso, a falta de disciplina moral e comportamental para o cumprimento dos sacramentos repercutiu muito negativamente na credibilidade da Igreja Católica. Com certeza, tanta distração e afastamento do que é próprio de um presbítero, se não exemplar, ao menos minimamente observante de seus deveres morais, gerava uma situação crônica de dissolução dos costumes. Agravando o quadro, a situação do clero lusitano, vindo residir por aqui, piorou de forma considerável a situação nestas terras brasileiras:

É muito comum que durante o período colonial, os clérigos sejam absorvidos por atividades profanas, seja de caráter comercial, seja de participação política. As côngruas dos clérigos nunca foram elevadas no período colonial. Era comum portanto que se dedicassem à criação de gado ou a algum tipo de comércio. A partir do século XVIII, especialmente nos centros urbanos, muitos clérigos se envolvem em atividades políticas, sob a influência de ideias liberais e iluministas. O clero de Portugal nos séculos XVI e XVII não primava pela vida moral. E é de lá que vinha o maior contingente de clérigos para a colônia brasileira. Acresce que a vida na nova terra oferecia dificuldades para a manutenção de rígidas normas morais. Liberdade, promiscuidade e relaxamento moral marcavam a sociedade colonial, onde ainda não se conseguira impor os padrões de vida europeus. A facilidade de relações sexuais com índias e negras é geral em toda a colônia, e os elementos do clero deixavam-se envolver por esse clima de permissibilidade (AZZI, 1983, p.184).

2.6 A EXPULSÃO DOS JESUÍTAS E AS REFORMAS POMBALINAS

Além desta realidade, o envolvimento na política traz à tona um novo e dramático capítulo nesta controvertida história. Como afirma Beozzo (1983), as efervescências políticas de então, com uma mobilização da nobreza europeia em sua impávida oposição à Companhia de Jesus, teve no Marquês de Pombal uma das mais decisivas expressões de hostilidade aos referidos filhos de Santo Inácio. A expulsão dos jesuítas de Portugal e de suas colônias (entre as quais o Brasil), pelo alvará de Dom José I, Rei de Portugal, em 1759 constituiu um grande golpe para a vida religiosa no Brasil, fato que provocou uma grande crise, que atingiu suces-

² Registram-se seminários no século XVIII na Bahia, no Rio de Janeiro, Piauí, no Pará, em Minas Gerais, no Maranhão e no Paraná.

sivamente as demais ordens no período seguinte. Pelos relatos de P. Théberge (2001), o rei de Portugal temia e odiava os jesuítas e chegou a romper comunicação com a Cúria Romana por tardar a extinção da Companhia de Jesus. O monarca português lançou mão de meios violentos a fim de livrar-se de seus inimigos. A saída dos jesuítas, como se afirmou acima, significou o fechamento de colégios e seminários.

Conforme Azzi (1983), o governo intervém fortemente na vida interna dos institutos religiosos, provocando uma grande crise nesse período. Além da expulsão dos jesuítas, o governo português, em 1764, impõe a lei da suspensão temporária dos noviciados e ordens religiosas. Esta lei diminuiu o número de sacerdotes que cada ordem podia formar. Tal determinação da lei levou quase à extinção algumas ordens religiosas por falta de membros no período do império, como se verá mais adiante.

A reforma da educação, em 1772, substituiu o sistema jesuítico por um ensino laico. Com tal reforma, tem-se a abertura de seminários e instituições de formação sacerdotal sob os fundamentos do espírito ilustrado, iluminista, “[...] no qual os conhecimentos de caráter empírico estivessem, no mínimo, em situação de igualdade com a filosofia e a teologia escolástica, tipicamente medievais” (PRATTA, 2002, p. 87). Além de Filosofia Natural, Moral e Racional, estudava-se Ética, Direito Natural, Física Experimental, Geografia Elementar, História Natural, Grego e Hebraico. Quanto à Teologia estudava-se História Eclesiástica, Teologia Moral e Teologia Exegética, como acontecia, a título de exemplo, no Seminário franciscano do Convento Santo Antônio do Rio de Janeiro, conforme nos relata Alves (2002).

Com certeza, tal reviravolta não deixará de infundir suas marcas indeléveis na história, além do que um cenário mundial em franca ebulição cultural não deixará apáticos os mais antenados membros da intelectualidade brasileira, então majoritariamente formada por clérigos.

3 OS PRESBITEROS NA CRISE DA CRISTANDADE ILUMINISTA E DURANTE O IMPÉRIO

3.1 AS INFLUÊNCIAS EXTERNAS

As grandes mudanças políticas e efervescências culturais dos séculos XVIII e XIX repercutiram no Brasil. O iluminismo na França e o pensamento liberal, a revolução industrial e a independência dos Estados Unidos coincidiam no Brasil com restrições comerciais e proibições ao nível industrial. Todos estes fatores históricos, externos e internos, acirravam os conflitos entre as elites locais e o poder da metrópole. Ora, tais ideias liberais atraíram muitos clérigos letrados, ainda que o episcopado se tenha mantido fiel ao projeto colonial.

Na Universidade de Coimbra, leigos e clérigos se deixaram influenciar pelo iluminismo e pelo racionalismo, de modo que passaram a questionar a cosmovisão de cristandade da sociedade em sua condição de colônia. O clero opôs-se à “sacralidade” de uma sociedade que serve somente a conservar os interesses da coroa portuguesa e esse envolvimento tão intenso com a política nos remetem ao fato que se está diante de uma classe culta, intelectualmente preparada, formadores de opinião e capazes de mobilizar forças sociais.

3.2 UM CLERO LETRADO E REVOLUCIONÁRIO

Uma dificuldade em viver uma espiritualidade presbiteral ou de viver papéis específicos na vida da Igreja e da sociedade ou na ausência da definição destes mesmos papéis gerou-se uma situação de clérigos que se assumiam como ativos agentes políticos, no sentido partidário do termo.

Há dúvidas que haverá grandes mudanças na sequência da história. O império é palco de um clero ainda marcado por essas situações acima referidas, mas, um tempo novo ou posturas diversas se fazem sentir. É o que se verá neste novo capítulo que segue.

Ainda no que tange à atuação do clero no contexto político, há que se ter presente que as influências externas e internas, encontraram em alguns clérigos, os protagonistas de mentes iluminadas, homens de forte senso político, corajosa atuação social. Em Pernambuco, figura de proa foi Joaquim da Silva Rabelo que, como frade chamou-se Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo, conhecido popularmente como Frei Caneca, sofreu pena capital por fuzilamento. Sua atuação como jornalista e seu engajamento nas lutas libertárias, nos remete ao seminário de Olinda, filiado a ideias iluministas. A propósito, o Bispo Azeredo Coutinho, um fluminense de Campos, exerceu as funções de reitor no dito seminário, o qual representou,

[...] uma inflexão brusca e transitória para o espírito moderno marcando, no que concerne à vocação sacerdotal, o ‘divisor de águas’ entre a pedagogia jesuítica e a nova corrente do pensamento pedagógico, sob a influência das ideias dos enciclopedistas franceses (AZEVEDO, 1963, p.326).

Com efeito, outrora, antes de ser seminário, funcionava uma escola elementar e média, passando a dedicar-se exclusivamente à formação de sacerdotes apenas em 1836, quando a estrutura foi abalada pela Revolução Pernambucana. O modelo educacional desta instituição era dotado de concepções enciclopedistas, expressas em ambiente liberal, cujo modelo consistia em métodos mais suaves e humanos. Respeitava-se mais a personalidade do aluno, de diferenciadas relações entre discípulos e alunos. No plano de estudos,

destacava-se o ensino de Matemática e das ciências físicas e naturais, como nos relata Azevedo (1963). Destaque-se, também, que o bispo Azeredo Coutinho criou um ambiente cultural em que os alunos fossem capazes de conhecer e reconhecer as riquezas de sua própria terra. Monsenhor Nogueira explica que “[...] as prolongadas vacâncias da Diocese, a efervescência absorvente e revolucionária da ideologia do liberalismo político [...]” (NOGUEIRA, 1985, p. 225) fizeram com que os seminaristas e padres formados naquele seminário fossem verdadeiros “bacharéis de batina” (IBIDEM). Não por outro motivo o levante da revolução pernambucana, ocorrido no início do século XIX, passou a ser chamada “revolução dos padres”, dada à participação do clero católico. Além de Frei Caneca em Recife, merece destaque um “ex-padre”, chamado Padre Roma, na Bahia. No Ceará, Gonçalo Inácio de Loyola Albuquerque e Mello, conhecido por Pe. Mororó, foi um notável sacerdote jornalista e revolucionário que também, como Frei Caneca em Recife, foi fuzilado em Fortaleza.

3.3 IGREJA E ESTADO NO IMPÉRIO: UMA DEPENDÊNCIA ASFIXIANTE

Durante o império foi registrada uma série de restrições à vida religiosa e à reforma do clero. De 1759 (ano da expulsão dos jesuítas) até a proclamação da república (1889) sobem somente para nove, o número de seminários brasileiros. Em 1863 os seminários brasileiros foram submetidos à inspeção e regulamentação por parte do estado. Os compêndios de Teologia tinham que ser aprovados pelo governo; este, por sua vez, criava problemas aos reitores para desorganizar a vida dos seminários (CNBB, 1987). Porém, não faltaram esforços no sentido de mudar as diretrizes da Igreja do Brasil com um modelo de dependência da Santa Sé, ou seja, da Cúria Romana. Este modelo de inspiração tridentina assumia suas características, a saber: era clerical, sacramental e com ênfase no aspecto doutrinal da fé.

A independência política do Brasil em 1822 não portou consigo grandes mudanças. A influência do imperialismo inglês na economia, o influxo cultural da França com os princípios de liberdade e igualdade, não alterou a situação do Brasil quanto à manutenção da escravidão que continuou até 1888. Religiosamente, permaneceu o regime do padroado, onde a Igreja se ligava ao Estado, devendo-lhe, inclusive, obediência. Na visão de Matos (2002, p. 32). “A Igreja na Carta Magna do Império é tratada como ‘[...] um departamento da administração civil’ e deve ser ‘útil’ para o Estado”. Percebe-se não haver grandes ou significativas mudanças desde o tempo de colônia.

Em reação a esta situação, dois Movimentos distintos tentaram fazer frente a esse quadro sombrio e sem perspectivas. Um deles era o Movimento Regalista

ou liberal, liderado pelo Padre Diogo Feijó. O outro, o Movimento Ultramundano ou conservador, foi encabeçado por Dom Romualdo Antonio de Seixas, Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil.

A Santa Sé se empenha a implantar este modelo na América Latina, em especial durante o pontificado de Pio IX (1864-1878). A postura da Igreja era declaradamente antiliberal. A encíclica *Quanta Cura* e o *Syllabus* condenaram o Estado laico e os erros de então, a saber, o liberalismo, o socialismo, o racionalismo, etc (PIERRARD, 1986). Os religiosos da missão, vindos da Europa, foram enviados com o escopo de assumir primordialmente a direção dos seminários para empreender a reforma do antigo clero e estabelecer o novo (CNBB, 1987).

Faltou, no entanto, neste zelo apostólico e nesta inatacável fidelidade ao papa, sobretudo uma abertura ao diálogo com um mundo em transformação. O ultramontanismo, compreendido como ardente devoção ao Sumo Pontífice em linha conservadora gerou situações permanentemente conflituosas com a sociedade especialmente no relacionamento com os intelectuais e formadores de opinião. A respeito disso, afirma certo autor:

Os tesouros de zelo e de devoção desdobrados com crescente entusiasmo de tantos milhares de sacerdotes sobre o tríplice terreno da paróquia, da escola e das obras, suscitam a admiração e denotam uma Igreja verdadeiramente viva. Todavia, com o tempo, nós começamos a ver melhor o que faltava àqueles pastores, párocos, vigários gerais ou bispos, para que a obra deles fosse completa. A parte algumas raras exceções, não parece que eles tenham pressentido a necessidade de renovar os métodos pastorais, levando em consideração algumas formidáveis transformações que se produziam em torno a eles. Ou melhor, as autoridades responsáveis nem tomaram consciência, nem mesmo na Alemanha, da revolução intelectual que acontecia diante de si e dos problemas novos que esperavam da religião uma resposta diante das novas exigências científicas. A corrente ultramundana, por maiores que tenham sido seus méritos em outras áreas, neste setor exerceu uma inegável influência nefasta, induzindo uma parte notável do clero a enrijecer na sistemática atitude antimoderna, que prevaleceu sempre mais no Vaticano durante a segunda metade do pontificado de Pio IX. O resultado foi que muitas vezes a tendência, no fundo pouco cristã, encorajou os “livres pensadores” a fechar-se em si mesmos, a não fazer nada para diminuir o fosso que os separava dos incrédulos, considerados de forma a priori como gente de má fé, cuja conversão é inútil esperar (AUBERT, 1976, p.694).

3.4 AS RESTRIÇÕES E PERSEGUIÇÕES: O AGRAVAMENTO DA CRISE ESTADO E IGREJA

As perseguições às ordens religiosas, presentes no território brasileiro, teve como alvos os beneditinos, carmelitas, franciscanos, clarissas, ursulinas e carmelitas descalças. Estas ficaram impedidas de receber novos candidatos à vida religiosa. A razão de tal hostilidade foi por considerar estas ordens “inúteis”, ou seja, pelo fato de:

[...] suas propriedades serem consideradas de ‘mão-morta’, ou seja, sem utilidade social ou proveito econômico para a Nação. Na realidade, despertaram a cobiça dos governos, que, com o desaparecimento dos religiosos, queria apoderar-se deste seu patrimônio (MATOS, 2002, p. 200).

Dom Pedro II optou por convidar Ordens religiosas que fossem “úteis à nação”, ou seja, que se dedicassem à educação, às causas sociais, à saúde, à civilização dos índios e não se envolvessem com política, limitando-se à esfera espiritual e demais obras de caridade. A grande meta do Monarca brasileiro era eliminar um tipo de padre ou religioso “[...] mais independente, fora do controle do Estado, que poderia vir a se constituir um perigo, em benefício de um sacerdote ligado e controlado pelo Estado, de preferência mais devotado à Coroa do que ao Papado [...]” (PRATTA, 2002, p. 86).

A questão religiosa, marcada pelo choque explosivo de uma Igreja ultramontana e de um Estado liberal, foi espelho de um Estado em busca de se auto afirmar e de uma Igreja ansiosa de dar seu grito de independência. A presença de maçons entre os membros das irmandades e ordens terceiras gerou uma postura firme de bispos como foi o caso de Dom Vital de Oliveira, bispo de Olinda e logo depois de Dom Antônio Macedo Costa, bispo do Pará. Este último teve influência de seus contatos com o ambiente francês, sobretudo com Dupanloup, foi encorajado no seu propósito de libertar a Igreja das ingerências do poder secular (AUBERT, 1976). Tais irmandades recorreram à Coroa, considerando abusiva a intervenção dos bispos, já que “as bulas pontifícias que condenavam a maçonaria não obtiveram o beneplácito imperial” (FRAGOSO, 1985, p. 187). Relata-nos com mais detalhes Aubert:

Aprovado por todos que se preocupavam com o progresso das ideias ultramontanas, o presidente do conselho, [Barão do] Rio Branco, que era maçom e ao mesmo tempo católico praticante, anulou as decisões dos bispos pelo Conselho de Estado e, uma vez que os prelados responderam negando ao poder civil o direito de intervir nas questões religiosas, foram detidos, gerando grande escândalo para a imprensa católica mundial, que aclamou nos dois prelados os mártires da luta pela independência da Igreja (AUBERT, 1976, p.682-683).

A prisão dos bispos foi a sumária e radical postura do poder constituído e criou uma situação de grande desgaste para o Imperador e seu governo. Com certeza tal episódio, por demais constrangedor, veio a ser um fator de afastamento da Igreja, enfraquecendo o apoio dos eclesiásticos para com a monarquia brasileira e anunciando os albores da era republicana, tempos que se anunciam mais promissores em tantos aspectos na vida eclesial. A liberdade, ainda que tardia, estava para chegar.

4 CONCLUSÃO

A história é grande mestra e com ela a Igreja tem sempre o que aprender e através dela, pode também ensinar. Não se pode conhecer a identidade de uma Igreja, inserida localmente, ignorando ou desconhecendo os fatos que foram a matéria prima desta construção existencial. Foi o que se pôde perceber neste itinerário que desde a colônia se deparou com elementos profundamente válidos no espírito de sacrifício e heroica dedicação dos missionários que aqui vieram para lançar as bases do Evangelho e, por conseguinte de uma caminhada de Igreja. Fatores muito determinantes de uma visão de cristandade criaram laços profundos entre a Religião e Estado. A história foi pouco a pouco delineando uma necessidade de separação, haja vista que, se a Igreja legitimava o Estado, este, por sua vez, passou a ser um pesado protetor, atuando de forma invasiva, em prejuízo do próprio bem desta porção do povo de Deus presente nestas terras de santa cruz.

A formação presbiteral, através de hercúleos esforços, nas variadas iniciativas e instituições criadas para este fim, tornou-se uma urgência e uma prioridade suprema. Um clero mal formado e ignorante, marcadamente relapso e corrupto, sendo os mais esclarecidos envolvidos em demasia com a política foi algo que requeria uma intervenção de reforma e transformação profunda. Na realidade brasileira os jesuítas tiveram um destaque considerável, haja vista que assumiram este gravoso ônus na missão, com seus gigantescos desafios, até serem expulsos. As ligações com o império criaram situações profundamente limitadoras e asfixiantes para a liberdade e devido crescimento da Igreja. Efetivamente, o governo católico da monarquia haverá inviabilizar o crescimento da Igreja, quiçá mais que o governo positivista da república.

Assim, a Igreja Católica chega ao século XX: separada do Estado, ultramontana, convivendo com o liberalismo, o positivismo e o protestantismo e com um perfil de padre bem definido - apostólico, diocesano ou religioso, virtuoso, formado em Seminário na linha tomista - numa tentativa de formar bem os pastores de que ela necessita. Entretanto, as fermentações históri-

cas começaram a exigir outros atributos a mais ou uma visão de mundo diferente, mais aberta, exatamente a que o modelo tridentino não conseguia mais oferecer.

Esse, no entanto, será tema para um próximo artigo.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. L. **O pensamento burguês no seminário de Olinda (1800-1836)**. 2ª edição. Campo Grande (MS) /Campinas: Editora EFCS: Autores Associados, 2002.

AUBERT, R. **Storia della Chiesa. Il Pontificato di Pio IX (1846-1878)**. Parte seconda. 2ª edição, Vol. XXI/2, Torino: SAIE, 1976.

AZEVEDO, F de. **A cultura brasileira**. 4ª edição, São Paulo: Editora UNB, 1963.

AZZI, R. A Instituição eclesiástica durante a primeira época colonial In: HOORNAERT E. (org.) **História da Igreja no Brasil**. Ensaio de interpretação a partir do povo. Primeira Época. 3ª edição, Petrópolis: Vozes, 1983, p. 153-242.

BEOZZO, J. O. **Decadência e morte, restauração e multiplicação das ordens e congregações religiosas no Brasil 1870-1930** In: AZZI R.(ed.), A vida religiosa no Brasil. Enfoques históricos, S. Paulo: Paulinas, 1983, p. 85-129.

CNBB, **A pastoral vocacional no Brasil história e perspectivas**, n. 50, S. Paulo: Paulinas, 1987.

COELHO, J. J. T. Instrução para o Governo, Apud: HOORNAERT (coord), **História da Igreja no Brasil**. Ensaio de interpretação a partir do povo. Primeira Época. 3ª edição, Petrópolis: Vozes, 1983, p. 153-242.

HOORNAERT, E. **O Cristianismo Moreno do Brasil**, Petrópolis: Vozes, 1991.

FRAGOSO, H. A Igreja na formação do Estado Liberal (1840-1875), IN: BEOZZO, O. (coord), **História Geral da Igreja na América Latina**. História da Igreja no Brasil. Segunda Época – Século XIX, tomo II/2, 2ª edição, Petrópolis: Vozes, 1985, p. 241-254.

GUASCO, M. **Seminari e clero nel '900**, Cinisello Balsamo (Milano): Paoline, 1990.

HOORNAERT, E. **O Cristianismo Moreno do Brasil**, Petrópolis: Vozes, 1991.

LEITE, S. **História da companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945, (v.2).

MATOS, H. C. **Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Edições Paulinas, 2002 (t.2, período imperial e transição republicana).

NOGUEIRA, S. L. **O seminário de Olinda e o seu fundador o bispo Azeredo Coutinho**. Recife: FUNDARPE, 1985.

PIERRARD, P. **História da Igreja**, 2ª edição, São Paulo: Paulinas, 1986.

_____. **História da Igreja Católica**. Lisboa: Planeta Editora, 2002.

PRATTA, M. A. **Mestres, santos e pecadores: educação, religião e ideologia na primeira república brasileira**. São Carlos: RiMa Editora, 2002.

THÉRBERGE, P. **Esboço Histórico sobre a província do Ceará**, Tomo I. Fortaleza: Biblioteca Básica Cearense, 2001 [Edição Fac-Similar].

ZAGHENI, G. **A idade contemporânea**. Curso de História da Igreja IV. São Paulo: Paulus, 1999.

SOBRE OS AUTORES:

Pe. Antonio Marcos Chagas

Mestre em Ciências da Educação, Especialista em Filosofia e Existência, Especialista em Ensino Religioso, Especialista em Gestão Estratégica de IES, Bacharel em Teologia e Ciências da Educação, Professor e Coordenador do Curso de Teologia da Católica de Quixadá. E-mail: fcrs0040@fcrs.edu.br.

Marlene Gomes Guerreiro

Mestre em Doutrina Social da Igreja, Especialista em Psicopedagogia, Graduação em teologia. E-mail: fcrs0812@fcrs.edu.br.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA TOMADA DE DECISÕES: UM ESTUDO COM OS SERVIDORES DO CENTRO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO (CAF) DO MUNICÍPIO DE QUIXADÁ-CE

Bianca Almeida Cavalcante
Lilian Mara Lopes de Melo
Francisco Valdovir H. Almeida

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo relacionar a importância da Educação Financeira com o modo de controle das finanças pessoais, trazendo em pauta assuntos que influenciam diretamente o modo de o indivíduo se relacionar com o dinheiro. Para tanto, fez-se uso de pesquisa do tipo bibliográfica e pesquisa de campo, aplicando um questionário composto de 11 perguntas objetivas, com os servidores públicos do Centro Administrativo e Financeiro (CAF). No primeiro tópico foi explanada a influência do sistema capitalista no consumismo. Em seguida, no segundo tópico, são tratados os conceitos de Educação Financeira e Endividamento e a relação entre ambos. No terceiro tópico foram apresentados os dados obtidos na pesquisa de campo, bem como a análise dos gráficos. Ao final do estudo, concluiu-se que a Educação Financeira juntamente com um bom planejamento é uma excelente ferramenta para evitar situações de endividamento. Entretanto, a detenção do conhecimento não impossibilita que o indivíduo venha a somar as estatísticas de endividamento.

Palavras-chave: Educação Financeira. Endividamento. Finanças Pessoais.

ABSTRACT

The objective of this study is to relate the importance of Financial Education to the control of personal finances, considering factors that directly influence the way individuals relate to money. In so doing, research literature and field research was used, applying a questionnaire consisting of 11 objective questions to civil servants of the Administrative and Financial Centre (CAF). In the first topic the influence of the capitalist system on consumerism is explained. Then, in the second topic the concepts of Financial Education and Debt are considered together with the relationship between them. In the third topic the data obtained in field research as well as analyses of the graphs were presented. In the final part of the study it was concluded that financial education along with good planning is an excellent tool to avoid excessive debt, however this knowledge in itself will not necessarily preclude the individual from becoming another debt statistic.

Keywords: Financial education. Personal debt. Personal finance.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos foi observado um aumento significativo no nível de endividamento da população brasileira. Podemos atribuir a esse fato, como uma das causas, a existência de numerosos e variados produtos financeiros, como cheque especial, cartão de crédito, fundos de investimentos, etc. Domingos (2003) descreve que educar financeiramente significa contribuir para uma vida financeira saudável e produtiva e o maior benefício dessa educação é permitir que o indivíduo tenha controle da sua situação financeira.

No presente trabalho foram discutidos assuntos como o capitalismo, o consumismo e o nível de endividamento dos servidores municipais do Centro Administrativo e Financeiro (CAF) do município de Quixadá, com o objetivo de mostrar a importância da educação financeira e qual o efeito que ela produz nas finanças pessoais.

O tema apresenta grande relevância, visto que a educação financeira influencia nas decisões econômicas do indivíduo e das famílias. Um bem-estar financeiro garante uma melhor qualidade de vida em todos os aspectos, tanto no âmbito pessoal, como profissional. Pessoas financeiramente educadas são importantes para o desenvolvimento da economia do país, uma vez que estes, geralmente, formam poupança, representando uma importante fonte de financiamento para os setores da economia (CLAUDINO et al., 2013).

O trabalho está dividido em três tópicos. No primeiro tópico será abordado o tema capitalismo como incentivador do consumo, onde são mostradas breves considerações sobre a origem do capitalismo e a relação entre consumismo x capitalismo, já o segundo tópico traz como assunto a educação financeira e o endividamento, onde foram apresentadas suas definições, bem como a importância da educação financeira na vida das pessoas e o endividamento no Brasil. Por fim, no terceiro tópico é mostrada a realidade sobre educação financeira dos servidores.

2 O CAPITALISMO COMO INCENTIVADOR DO CONSUMO

O capitalismo e o consumismo são termos que estão diretamente relacionados, desde que o consumismo é a válvula motriz desse sistema econômico.

2.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORIGEM DO CAPITALISMO

O contratualista Rousseau na obra “A origem da Desigualdade Entre os Homens”, relata como surgiu a propriedade privada, partindo dessa premissa podemos compreender que o capitalismo é o acúmulo de rique-

zas nas mãos dos mais fortes (aqui se trata de mais forte economicamente) e, portanto, de uma minoria que detém os fatores de produção¹. (ROSSEAU, 2007).

Destarte, o embrião do sistema capitalista se deu na sociedade feudal por meio da exploração da mão de obra de vassallos (na retirada de metais preciosos e na agricultura), essa política econômica adotada pelos senhores feudais² fincou o marco na desigualdade dos homens, não mais pelo título de nobreza ou questões de laços consanguíneos (familiares) agora por questões econômicas.

Foi com a revolução industrial no século XIX, que se iniciou o sistema capitalista como vemos hoje, com o aprimoramento dos fatores de produção e a fabricação de produtos em larga escala, como nunca antes se tinha visto. Tal realidade somada com a migração da população para os grandes centros das cidades foi necessária para uma parte, aliás, uma grande parte dessa população, vender sua força de trabalho para as novas fábricas que surgiram.

Portanto, tal sistema econômico fundamenta-se na compra e venda de mercadorias e serviços. Segundo Adam Smith (2003), mercadorias não são feitas para serem consumidas, são feitas para serem comercializadas, e produzidas para serem trocadas. Já para Marx, (1988), o capitalismo é a razão pela qual a produção de mercadorias para o consumo próprio foi substituída por uma produção individualizada, onde o trabalhador não mais consome o que produz. E é nessa perspectiva bastante atual que iremos traçar uma relação entre consumismo e capitalismo no tópico seguinte.

2.2 RELAÇÃO CONSUMO X CAPITALISMO

Consumir é próprio do ser humano, suprir suas necessidades. Frente a essa premissa, nasce o fenômeno do consumismo, que é utilização de produtos e serviços além do necessário, na maioria das vezes por imposição social ou em casos mais drásticos a patologia do “consumismo compulsivo”, e sobre consumismo relata Bauman, *in versus*:

O consumismo é um tipo de arranjo social resultante da reciclagem de vontades, desejos e anseios humanos rotineiros, permanentes e, por assim dizer, “neutros quanto ao regime” transformando-os na principal força propulsora e operativa da

¹Terra; Capital, Trabalho e Tecnologia.

² Os senhores feudais eram nobres que viveram na época da Idade Média (século V ao XV). Possuíam muito poder político, militar e econômico. Eram proprietários dos feudos (unidades territoriais) e possuíam muitos servos trabalhando para ele. Cobravam vários impostos e taxas destes servos, pela utilização das terras do feudo. Viviam em castelos fortificados e eram protegidos por cavaleiros. Os senhores feudais faziam e aplicavam as leis em seus domínios.

sociedade, uma força que coordena a reprodução sistêmica, a integração e a estratificação sociais, além da formação de indivíduos humanos, desempenhando ao mesmo tempo um papel importante nos processos de auto-identificação individual e de grupo, assim como na seleção e execução de políticas de vidas individuais (BAUMAN, 2008, p.41).

Logo, podemos notar a diferença entre as definições de consumismo e consumo, sendo que este assume o conceito de ser “basicamente uma característica e uma ocupação dos seres humanos como indivíduos [...]” (Ibid., p. 41). Enquanto o consumismo está diretamente relacionado à satisfação de desejos, na sua maioria, supérfluos, o consumo é algo vital ao ser humano e sua subsistência.

No decorrer dos anos, o consumismo tem ascendido cada vez mais na sociedade capitalista, desde que o indivíduo deixou de gerar o seu sustento e tornou-se produtor nesse sistema econômico, tendo como outra faceta a de consumidor. O sociólogo Bauman, explica que o consumidor acaba se tornando uma mercadoria, na intenção de ser aceito por determinado grupo social, garantindo visibilidade na sociedade.

Na sociedade capitalista, o indivíduo vive uma eterna busca pela felicidade, através do consumo excedente, estabelecendo um círculo vicioso, de compra – descarte – compra. Portanto, a sociedade de consumo empenha-se em não fornecer a satisfação tencionada, mas sim em proporcionar uma insatisfação, projetando assim o bom funcionamento desse círculo.

Por conseguinte, observa-se a economia como um domínio imperial. A prática de compra e venda não se restringe somente a bens materiais, mas a economia de mercado³ está alcançando a vida como um todo. Quando o indivíduo possui a capacidade de comprar tudo aquilo que lhe é necessário, ter dinheiro passa a fazer toda a diferença (SANDEL, 2012).

De tal maneira, infere-se que o consumismo é o combustível do capitalismo, uma vez que um sistema baseado na maximização de lucros necessita de mais compradores e mais “pseudonecessidades” para estes.

3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

Educação financeira e endividamento são temas de natureza inversa. Logo, esse último está correlacionado com a falta ou precarização do primeiro, o educar financeiro leva um grau de endividamento racional, nos limites necessários para a subsistência sem comprometê-la.

³ Economia de mercado é uma ferramenta valiosa e eficaz de organização de uma atividade produtiva, diferentemente de sociedade de mercado que é um modo de vida em que os valores de mercado permeiam cada aspecto da atividade humana (SANDEL, 2012, p. 16).

3.1 DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Para o Banco Central do Brasil – BACEN, educação financeira é:

[...] processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e produtos financeiros. Com informação, formação e orientação claras, as pessoas adquirem os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos a elas associados e, então, façam escolhas bem embasadas, saibam onde procurar ajuda e adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, a Educação Financeira é um processo que contribui, de modo consistente, para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (BACEN, 2013).

Já para Santos (2005), a matemática financeira estudada isoladamente, é apenas uma matéria como outra qualquer, até o momento que ela passa a ser usada como instrumento da educação financeira.

Paiva (2013), afirma em sua obra que os estudiosos dessa temática explicam que o objetivo da educação financeira é que o indivíduo crie uma relação saudável com o dinheiro, já que uma vida econômica estável depende de tais conhecimentos, que são na maioria das vezes, desprezados pelas escolas e famílias brasileiras.

A fim de alcançar essa tão sonhada saúde financeira, diversos autores alertam para a necessidade de haver planejamento. Ainda citando Paiva (2013, p. 21):

Podemos definir o planejamento financeiro como um plano para se chegar à condição financeira desejada, não somente material, mas também pessoal e profissional. Ou ainda, como o processo de gerenciar o dinheiro, de controlar a situação financeira, visando atingir ou permitir a satisfação pessoal para atender necessidades e alcançar objetivos no decorrer da vida.

É importante ressaltar que uma vida financeira saudável não está diretamente relacionada ao valor da renda, a pessoa que não consegue administrar as finanças ganhando pouco, se receber um aumento de salário, dificilmente conseguirá administrá-lo.

Essa matéria traz conceitos relevantes de juros simples e compostos, a importância de saber calculá-los na hora de obter empréstimos e financiamentos, antes de realizar uma simples compra a prazo ou usar o cartão de crédito. Entender quais as melhores formas de investimento, saber fazer escolhas conscientes, pautadas em conceitos fundamentados, que trarão maior segurança na tomada de decisões.

Estudos americanos ratificaram os benefícios conferidos por programas de educação financeira nas

empresas norte - americanas. A busca por planos previdenciários cresceu, em decorrência do aumento de conhecimento das pessoas alcançadas pelos programas, que passaram a antever a necessidade de garantir renda futura (BERNHEIM e GARRET, 2003 apud SAITO et al. 2007).

3.2 DO ENDIVIDAMENTO

Segundo Marques e Frade (2003, p. 3), “entende-se por endividamento o saldo devedor de um agregado familiar.” Portanto, endividamento significa tomar para si recursos de terceiros, gerando em contrapartida a obrigação da devolução na data estabelecida, na maioria das vezes acrescida de juros e correção monetária.

Ainda citando Marques e Frade (2003, p. 3):

[...] a situação de endividamento pode dar lugar ao incumprimento, ou seja, ao não pagamento pontual dos compromissos financeiros por parte do devedor. Normalmente, as instituições financeiras consideram que há incumprimento ao fim de três prestações em atraso e incumprimento definitivo quando se esgotam as possibilidades de renegociação e se inicia o procedimento judicial de cobrança coerciva. O incumprimento não significa necessariamente uma incapacidade, mesmo que temporária, de o devedor proceder ao pagamento. Pode tratar-se apenas de um lapso do devedor ou, no limite, de uma decisão puramente oportunista e baseada num cálculo custo-benefício do incumprimento.

O endividamento está diretamente relacionado à educação financeira, desde que a realização de um planejamento fundamentado com conceitos de matemática financeira, contribui para que o indivíduo possa cumprir com suas obrigações assumidas, deste modo evitando incluir-se nas estatísticas de endividamento.

Paiva (2003, p. 25) em sua obra, apresenta a seguinte definição:

Um devedor consciente é aquele que deseja antecipar um objetivo ou satisfazer uma necessidade, mas sabe, depois de análises e cálculos, que pagar essa dívida é perfeitamente possível no seu orçamento futuro, ou seja o pagamento de sua dívida foi otimizada com a escolha do valor adequado às suas necessidades em prazo e com as menores taxas de juros e, esta é a melhor alternativa de dívida.

O acesso ao crédito na economia brasileira tornou-se cada vez mais fácil e as opções são inúmeras: cartão de crédito, crediário, cheque especial, empréstimos e financiamentos, agiotas, amigos e parentes. A ausência de planejamento faz com que com o indivíduo fique refém dessas alternativas, em alguns casos, contraindo novas dívidas para liquidar antigas.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), entidade sindical de um dos principais setores da economia do Brasil, realiza a Pesquisa sobre o inadimplemento nacional, denominado de pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC Nacional), mensalmente, desde 2010 (CNC, 2013).

Os principais indicadores da PEIC são: percentual de famílias endividadas; percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso; percentual que não terão condições de pagar as dívidas; nível de endividamento; principais tipos de dívidas; tempo de atraso no pagamento; tempo de comprometimento com dívidas. Abaixo apresentamos os números do período compreendido entre Abril de 2012 e Abril de 2013, sobre o assunto:

Figura 1 – Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor.

Síntese dos resultados (% em relação ao total de famílias)			
	Total de endividados	Dívidas ou contas em atraso	Não terão condições de pagar
Abril/12	56,8%	23,0%	6,9%
Março/13	61,2%	19,5%	6,3%
Abril/13	62,9%	21,5%	6,7%

Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, 2013.

Pode-se analisar do gráfico que o percentual de endividados está em crescente aumento, tanto em relação a 2012, quanto ao mês anterior. As famílias com dívidas em atraso diminuíram de um ano para o outro, mas em relação ao mês anterior houve um aumento. O percentual de pessoas que se declararam sem condições de pagar suas dívidas, sofreu uma queda de 2012 para 2013, porém aumentou em relação a março de 2013.

4 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa e quantitativa. Qualitativo porque visa “identificar a extensão total de respostas ou opiniões que existem em um mercado ou população” (MORESI, 2003, p. 69).

Considerado também de natureza quantitativa desde que, a “pesquisa quantitativa é apropriada para medir tanto opiniões, atitudes e preferências como comportamentos” (Ibid., 2003, p. 64).

Quanto aos fins, a pesquisa classifica-se como descritiva. Segundo Freitas e Prodanov (2013, p. 52):

Tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador. Procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros

fatos. Assim, para coletar tais dados, utiliza-se de técnicas específicas, dentre as quais se destacam a entrevista, o formulário, o questionário, o teste e a observação.

Quanto aos meios, classifica-se como, pesquisa de campo, documental e bibliográfica. Ainda citando Freitas e Prodanov (2013), a pesquisa de campo consiste na análise de dados coletados e registro de variáveis consideradas relevantes.

Quanto à parte documental da pesquisa foram consultadas leis e pesquisas relacionadas ao assunto em âmbito nacional, com o objetivo de fazer comparação entre os dados.

Quanto à pesquisa bibliográfica tem como finalidade embasar o estudo, trazendo conceitos relevantes à compreensão do tema abordado. Serviram de material de consulta: livros, artigos científicos e materiais publicados na internet.

O presente estudo foi realizado no Centro Administrativo e Financeiro (CAF) do município de Quixadá, com 40 servidores públicos do referido Município. Assume-se aqui o seu conceito no sentido amplo, abrangendo os servidores, estatutários, celetistas ou temporários (PAULO, 2009 apud CARDOSO e PEDRO, 2011).

Para tanto, foi elaborado um instrumento de coleta de dados, do tipo questionário composto por 11 questões fechadas de múltiplas escolhas, que foi aplicado sobre os servidores entrevistados. Entende-se por questões fechadas, aquelas onde “são fornecidas as respostas ao entrevistado, sendo que apenas uma alternativa de resposta é possível” (MORESI, 2003).

Para a tabulação e análise dos dados foi utilizada a planilha eletrônica Excel, aplicativo *Windows*, o aplicativo possui um conjunto de mecanismos para análises estatísticas (BERNAL e SILVA, 2012).

A pesquisa tem como propósito principal detectar o conhecimento de educação financeira dos servidores, bem como seu nível de endividamento, além dos seus hábitos de poupança e seus métodos de controle de finanças pessoais.

5 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

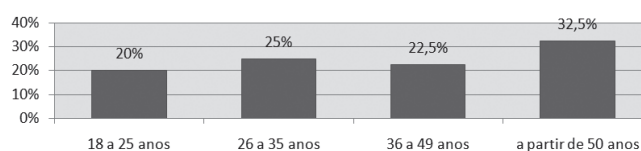
O público-alvo do presente estudo foram os servidores do Centro Administrativo e Financeiro do Município de Quixadá. A pesquisa foi realizada com 40 servidores municipais, a maioria formada por homens, representando 55% do total e os 45% restante formado por mulheres. Foi aplicado um questionário composto de 11 questões, que buscaram analisar o nível de educação financeira, a situação de comprometimento da renda, os hábitos de poupança e quais os métodos de controle das finanças por parte dos entrevistados.

A definição de servidores públicos no sentido amplo é:

Espécie de agentes públicos onde se encontra o maior número de pessoas naturais exercendo a funções públicas, cargos públicos e empregos públicos nas administrações direta e indireta. São agentes administrativos que exercem uma atividade pública com vínculo e remuneração paga pelo erário público. Podem ser classificados como estatutários, celetistas ou temporários (PAULO, 2009 apud CARDOSO e PEDRO, 2011, p. 2).

A idade, nível de escolaridade e renda são dados relevantes para a análise dos resultados, desde que o nível de conhecimento do indivíduo influencia diretamente o modo de se relacionar com o dinheiro, da mesma forma que o valor da renda mensal é fator relevante para averiguação do seu comprometimento, contribuindo para traçar o perfil do entrevistado.

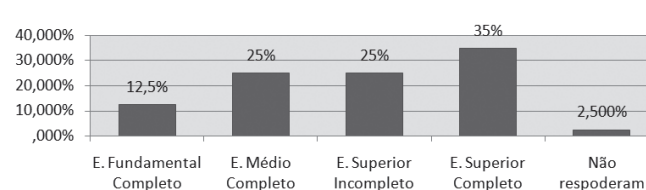
Gráfico 1 – Idade.



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Todos os entrevistados possuem idade mínima de 18 anos, desde que este é um dos requisitos básicos para investidura em cargo público, de acordo com a Constituição Federal (1988). De acordo com os resultados obtidos notou-se predominância de servidores com a idade a partir de 50 anos.

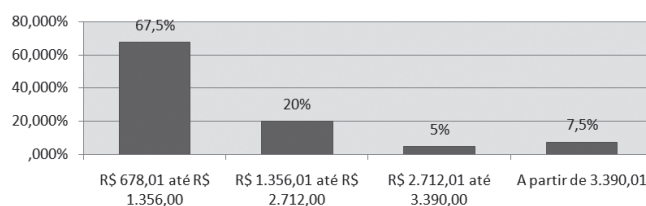
Gráfico 2 – Escolaridade.



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

O nível de escolaridade é um fator de influência na gestão do dinheiro. Nesse caso, a preponderância foi de entrevistados com Ensino Superior Completo, representando 35% do total.

Gráfico 3 – Renda Mensal.



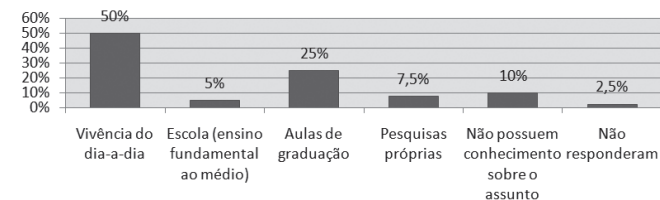
Fonte: Dados da pesquisa (2013).

A partir dos resultados obtidos no Gráfico 4, verificou-se que a faixa de renda predominante está entre R\$ 678,00 e R\$ 1.356,01.

Saito et. al (2007) demonstram em seu estudo a precariedade do ensino brasileiro quanto a matéria de educação financeira. A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.384/96), não demonstra em seu texto, uma preocupação explícita do Ministério da Educação e Cultura (MEC) com a inserção da educação financeira no ensino. As principais ações de educação financeira no país são desenvolvidas por órgãos governamentais, instituições financeiras e de ensino, associações e a mídia,

Na pesquisa, metade dos servidores declarou ter adquirido tais conhecimentos na vivência do dia-a-dia, seguidos por 25% que afirmaram ter aprendido sobre educação financeira em cursos de graduação. Enquanto 10% disseram não possuir conhecimentos sobre o assunto, 7,5% informaram ter conhecido através de pesquisas próprias e somente 5% dos entrevistados disseram ter aprendido sobre o assunto na escola (ensino fundamental ao médio). Desta forma, a pesquisa realizada no Centro Administrativo e Financeiro (CAF) vem corroborar o quanto o ensino de educação financeira ainda é deficitário no Brasil.

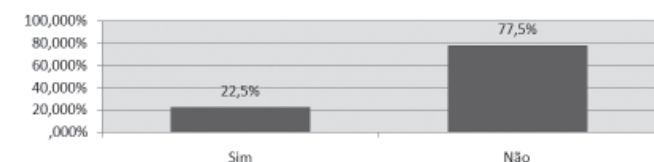
Gráfico 4 – Onde adquiriu Educação Financeira.



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

A compulsividade é um tema relevante, estudado por psicanalistas que apontam serem inúmeros e indeterminados os fatores que levam o indivíduo a impulsividade relacionada ao consumo (TAVARES et al. 2008). Conforme os dados apresentados na pesquisa, apenas 22,5% se consideram compradores compulsivos, para 77,5% que não se consideram.

Gráfico 5 – Compradores Compulsivos.



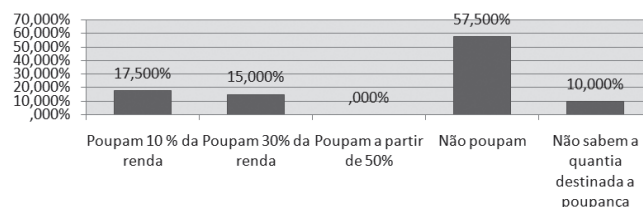
Fonte: Dados da pesquisa (2013).

O hábito de poupar é de relevante importância. Fazer uma reserva financeira pode evitar gastos desnecessários com pagamentos de juros e taxas que acres-

cem o valor das compras a prazo, proporcionar maior tranquilidade ao indivíduo, que em caso de imprevistos, sente-se seguro por não estar desprevenido e proporcionar uma vida mais confortável.

Uma pesquisa Ibope encomendada pelo Serasa Experian, realizada no primeiro semestre de 2013, em 142 cidades do país, demonstra que 69% dos brasileiros não possuem o hábito de poupar. Assemelhando-se a situação dos servidores do Centro Administrativo e Financeiro, que 57,5% informaram não possuir poupança ou algum tipo de reserva, o restante ficou dividido em: 15% dos entrevistados pouparam 30% do salário, 17,5% dos servidores destinam 10% da renda para poupança e 10% informaram não saber a quantidade destinada.

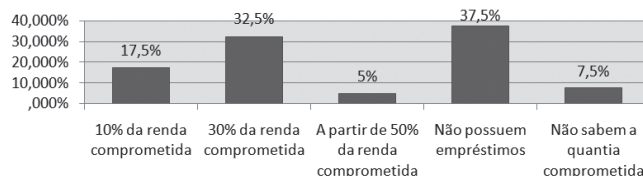
Gráfico 6 – Poupança.



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

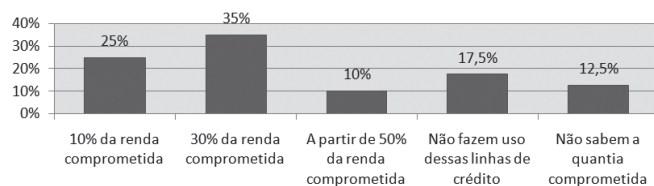
A facilidade de crédito ao consumidor é cada vez maior, e isso pode acarretar problemas financeiros às pessoas que não possuem planejamento e comprometem sua renda de forma aleatória. Os dados coletados demonstram que 37,5% dos servidores entrevistados, não possuem empréstimos ou financiamentos, enquanto que 32,5% possuem 30% da renda comprometida com essas linhas de crédito, 17,5% tem 10% de comprometimento da renda, 5% comprometeram a partir de 50% e 7,5% não sabem a quantidade comprometida.

Gráfico 7 – Empréstimos ou Financiamentos.



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

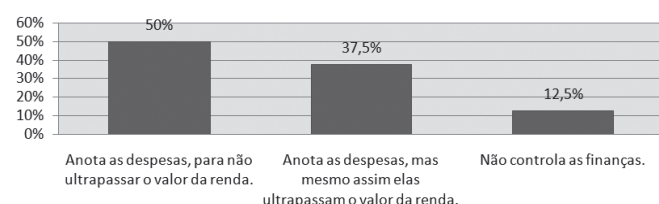
O uso do cartão de crédito, crediário e cheque é muito comum no dia-a-dia dos indivíduos e, de acordo com os dados coletados 35% informaram possuir 30% da renda comprometida com essas linhas de crédito, seguido por 25% que só comprometeram 10% da renda, 17,5% não fazem uso dessas opções de pagamento, 12,5% não sabem informar a quantidade comprometida e 10% comprometeram a partir de 50%.

Gráfico 8 – Uso de Cartão de crédito/ Cheque / Crediário.

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Além das formas de comprometimento do salário anteriormente citadas, ainda existem várias outras despesas, como: alimentação, vestuário, educação, água, energia elétrica, lazer. A pesquisa procurou reunir as demais despesas em um só questionamento, quando 32,5%, declararam destinar a partir de 50% para as demais despesas, a mesma quantidade de entrevistados (32,5%) destina 30% da renda, 15% destinam 10%, enquanto que 15% dos servidores não souberam informar a quantidade destinada e 5% declararam não possuir mais despesas.

A existência de um bom planejamento financeiro é relevante, para evitar sustos causados pelo mau gerenciamento das finanças. Para isso é necessário que o indivíduo tenha um método de controle. Os resultados da pesquisa demonstraram que metade dos servidores entrevistados anota as despesas, para que elas não ultrapassem o valor da renda, enquanto que 37% possuem o hábito de anotar, mas as despesas somadas ultrapassam o valor da receita e 13% disseram não possuir nenhum método de controle.

Gráfico 9 – Método de Controlar as Finanças.

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Pode-se notar que a falta de controle das finanças, faz com que o indivíduo não tenha ciência do valor destinado para cada despesa, podendo dessa forma gerar um descontrole e ultrapassar o valor da receita recebida mensalmente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado, foi estudado o nível de conhecimento de educação financeira dos servidores do Centro Administrativo e Financeiro (CAF) do Município de Quixadá, bem como sua relação com o comprometimento da renda, hábitos de poupança e métodos de controle das finanças.

Os resultados demonstraram uma predominância de servidores com ensino superior completo, o que leva a crer, que esse fator influencia na educação financeira dos indivíduos. Os entrevistados demonstraram um nível adequado de conhecimentos sobre o assunto questionado, porém as noções sobre o assunto foram adquiridas na vivência do dia-a-dia, em aulas de graduação e até mesmo em pesquisas próprias. Portanto, nota-se a ausência do ensino escolar na formação do conhecimento de educação financeira dos servidores.

Outro ponto relevante é quanto ao hábito de poupança, a maioria dos servidores entrevistados informaram não possuir reserva financeira para imprevistos ou preparo para despesa futura. Concomitantemente, foi observado um nível considerável de comprometimento da renda, com linhas de crédito, como: empréstimos e financiamentos, cartões de crédito, crediário e cheque. Logo se verificou que o servidor está gastando recursos no pagamento de juros e taxas, que poderiam ser melhor aproveitados.

Observou-se que uma minoria não possui controle das suas finanças pessoais, portanto desconhece a quantia destinada a cada despesa, e se encontra em situações de endividamento. Por outro lado, parte dos entrevistados declarou ter o conhecimento de todas as suas despesas e receitas, porém os seus gastos mensais superam o valor da renda recebida. O estudo verificou, contudo, que os fatores que levam ao endividamento são inúmeros, em alguns casos, somente o conhecimento da educação financeira não impede que o indivíduo se encontre nesta situação.

Diante da relevância do tema abordado, futuras pesquisas podem se aprofundar no tocante ao nível de educação financeira, com a finalidade de verificar em detalhes quais os conceitos dominados pelos servidores. Também se mostra interessante investigar, os níveis de endividamento de modo mais preciso e qual o impacto no bem-estar do servidor, no âmbito pessoal e profissional.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O Programa de Educação Financeira do Banco Central**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?BCEDFIN>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

BAUMAN, Z. **Vida para Consumo: A transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. 199 p.

BERNAL, R; SILVA, N. N. **O uso do Excel para Análises Estatísticas**. Curso de Bioestatística, 2012. Disponível em: <http://www.fsp.usp.br/nilza/Apostila_curso_excel_V4.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARDOSO, E. G. de B.; PEDRO, N. S. de F. Servidores Públicos: Um breve estudo. In: **Revista Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. 14, n. 92, set. 2011. Disponível em: <http://ambitojuridico.com.br/site/?artigo_id=10324&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em: 05 dez. 2013.

CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; SILVA, F. C. **Finanças Pessoais: Um Estudo De Caso Com Servidores Públicos**. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2013.

TAVARES, H.; LOBO, D. S. S.; FUENTES, D.; BLACK, D. W. COMPRAS COMPULSIVAS: uma revisão e um relato de caso. São Paulo: **Revista de Psiquiatria Brasileira**, São Paulo, vol. 30, suppl. 1, mai.2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462008000500004>. Acesso em: 28 nov. 2013.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic)**. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumido-19>>. Acesso em: 05 dez. 2013.

DOMINGOS, R. **Terapia financeira: a educação financeira como método para realizar seus sonhos**. São Paulo: Gente, 2003.

FREITAS, E. C.; PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

MARQUES, M. L. M.; FRADE, C. **Regular o sobreendividamento**. Coimbra: Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2003.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 496 p. (Coleção Os economistas)

MORESI, E. **Metodologia da Pesquisa**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://ftp.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/1370886616.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2013.

O ECONOMISTA. Blog de Economia e Negócios. Disponível em: <<http://www.oeconomista.com.br/brasileiros-nao-tem-habito-de-poupar-diz-serasa/>>. Acesso em: 06 dez. 2013.

PAIVA, J. T. **O Segredo da Educação Financeira: Incrível Guia de Planejamento e Controle Finan-**

ceiro. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=v3Q--XMqvIUC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 03 dez. 2013.

ROSSEAU, J. J. **A Origem da Desigualdade Entre os Homens**. 2. ed. São Paulo: Editora Escala, 2007. 111 p.

SANDEL, M. J. **O Que O Dinheiro Não Compra**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 237 p.

SANTOS, C. S. D.; SANTOS, G. L. D. C. **Rico ou Pobre uma Questão de Educação**. Autores Associados, 2005. 139p.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. de A.; Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, nov./dez. 2007.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 1392 p. Volume II. (Coleção Paidéia).

SOBRE OS AUTORES:

Bianca Almeida Cavalcante

Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS.
E-mail: bianca_almeida2@hotmail.com.

Lilian Mara Lopes de Melo

Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS.
E-mail: lilian_mlm@hotmail.com.

Francisco Valdovir Holanda Almeida

Licenciatura Plena em Biologia; Bacharel em Direito e Especialista em Direito Previdenciário e Professor dos cursos de Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Direito da Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS.
E-mail: Valdovir_jus@hotmail.com.

A IMPORTÂNCIA DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIO EM UMA EMPRESA NO SEGMENTO DE MOVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA NA CIDADE DE QUIXADÁ-CE

Naria de Oliveira Silva
Valter de Souza Pinho
Stânia Nágila Vasconcelos
Carneiro
Danival Sousa Cavalcante

RESUMO

O plano de cargos e salários para melhor ter entendimento faz-se necessário ter conhecimento sobre remunerações, benefícios, motivação. Para as pessoas interagirem de acordo com os interesses da organização é importante que estejam satisfeitos e motivados. Uma vez satisfeitos, o trabalho será desenvolvido com eficiência, agilidade. O plano de cargos e salários é importante porque cada ocupante do cargo procura desempenhar suas tarefas de forma produtiva e responsável para que suas competências sejam reconhecidas e compensadas de forma favorável e justa. No presente trabalho verificou-se de que forma o processo de cargos e salário é aplicado e reconhecido pelos funcionários da empresa, o que foi realizado inicialmente através de um embasamento teórico que permitiu trazer a luz os conhecimentos necessários para compreensão da análise dos dados e resultados obtidos. Para o desenvolvimento deste trabalho utilizou-se a pesquisa descritiva com abordagem qualitativa. Como resultado, todos os entrevistados mostraram-se satisfeitos com os cargos e salários atribuídos aos mesmos além de Satisfação quanto à infraestrutura da empresa; Todos pretendem permanecer por longo período de tempo trabalhando na mesma, os participantes relataram satisfação com a empresa em relação ao trabalho prestado além de afirmarem que a empresa se interessa pelo crescimento profissional de seus funcionários. Podemos concluir que o funcionamento dos cargos e salário, ao longo dos anos, tem proporcionado não apenas a sobrevivência da empresa, bem como seu crescimento e solidificação dentro do mercado em que atua.

Palavras-chave: Plano de Cargos e Salário. Empresa. Móveis e eletrodomésticos.

ABSTRACT

The plan for better positions and salaries to understanding it is necessary to have knowledge about pay, benefits, motivation. For people to interact according to the interests of the organization is important that they are happy a motivated. On cesatisfied, the work will be developed with efficiency, agility. The plan for jobs and wagesis important because each occupant of the position sought to accomplish their tasks in a productive and responsible for what their skills are recognized and compensated in a favorable and fair. In the present study it was found how the processes of positions andsalaries are recognized and applied by company employees, which was initially carried out through a theoretical framework that allowed to bring to light the knowledge necessary to understand the data analysis and results obtained. To develop this work,we used descriptive research with a qualitative approach. As a result, all respondentswere satisfied with the positions and salaries assigned to them, satisfaction regardingthe company's infrastructure, all intend to stay for long periods of time working on the same, participants reported satisfaction of the company in relation to work performed,the participants noted that the company is interested in professional growth of it-employees. We can conclude that the operation of positions and salary over the yearshas provided not only the survival of the company and its growth and consolidation within the market it serves.

Keywords: Joband Salary Plan. Company. Furnitureand appliances.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, as empresas estão procurando profissionais que desenvolvam suas atividades de forma planejada e organizada na qual se faz necessário, isto é executando tarefas compatíveis com os cargos nas quais exercem. Isto implica dizer que esses cargos estão condicionados no organograma da empresa na qual está ingerida. (IVANCEVICH, 2008).

Ainda de acordo com o autor, para ter uma estrutura organizada e compatível com o mercado competitivo é importante que os cargos tenham um formato distribuído e configurado de acordo com o grau de aptidões e especialização de cada cargo e pessoa. Portanto é essencial que a empresa tenha um desenho organizacional bem definido e estruturado. Cada cargo será estruturado e distribuído de acordo com a estrutura e competência de cada pessoa.

Dutra (2008) ressalta que para analisar uma organização deve-se conhecer cada departamento e os cargos que a constitui. Procurando assim interagir e integrar todos os departamentos de forma sistêmica, adequando todos os cargos. Tornando-os fixos e permanentes.

A empresa tem que ser maleável, flexível, interaja com o ambiente favorável de forma que os cargos também serão maleáveis e de fácil adaptação. Quanto maior for a interação, a flexibilidade da organização, maior será a participação e flexibilidade das pessoas junto à organização de forma comunicativa e estruturada. Tornando o trabalho motivador e compensador para todos os envolvidos (DUTRA, 2008).

O plano de cargos e salários para melhor ter entendimento faz-se necessário ter conhecimento sobre remunerações, benefícios, motivação. Para as pessoas interagirem de acordo com os interesses da organização é importante que estejam satisfeitos e motivados. Uma vez satisfeitos, o trabalho será desenvolvido com eficiência, agilidade. Praticado no tempo definido pela organização. Os cargos são atribuições, responsabilidades compatíveis com cada aptidão do ocupante. O salário é contraprestação paga em dinheiro pelo trabalho desenvolvido no tempo estabelecido pela organização (SOUZA, 2008).

O plano de cargos e salários é importante porque cada ocupante do cargo procura desempenhar suas tarefas de forma produtiva e responsável para que suas competências sejam reconhecidas e compensadas de forma favorável e justa. Tornando seu trabalho reconhecido.

O trabalho se justifica uma vez que, durante a experiência acadêmica, estudei diversas áreas, entre elas, a disciplina de Gestão de Pessoas, que aborda diversos assuntos, dentre eles o plano de cargos e salários. Um

assunto com o qual me identifiquei e que, aparentemente, é de grande ressalva para todas as pessoas que pretendem desempenhar cargos e funções em empresas, entidades, órgãos, entre outros. Diante deste, despertou-me o interesse na realização do presente estudo. Assim sendo, pelas considerações apontadas e embasadas no referencial teórico desse trabalho propôs-se a seguinte questão de pesquisa: Existe um processo de melhoria contínua com a implementação de planos de cargos e salários na empresa K. Lima LTDA?

Para tanto, o presente trabalho teve como objetivo geral analisar a importância do plano de cargos e salários na empresa K. Lima LTDA, e para os específicos; descrever como ocorre o processo do plano de cargos e salários; identificar as principais dificuldades na estruturação do plano de cargos e salários, bem como demonstrar o processo de melhorias contínuas.

O método utilizado para a realização do trabalho foi a pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, realizado na empresa de Moveis e Eletrodomésticos K. Lima LTDA, (Kátia móveis), existente há 15 anos na cidade de Quixadá, sendo sua matriz na cidade do Iguatu - CE, há 20 anos. Participaram do estudo dez funcionários da empresa. O estudo foi realizado nos meses de fevereiro a abril de 2013. Foi explicado aos participantes do estudo o objetivo da pesquisa e apresentados aos mesmos formulários e entrevistas. As entrevistas foram agendadas e gravadas, o formulário serviu para fazer uma pesquisa mais abrangente, na qual ajudou esclarecer e compreender possíveis dúvidas. Com o objetivo de melhorar, aprimorar, ter conhecimento sobre seus cargos e respectivos salários, foram selecionadas perguntas acerca do assunto. Foi realizada uma análise detalhada do contexto de todas as questões que compuseram o instrumento da pesquisa.

2 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

A gestão de recursos humanos desempenha um papel muito importante para as empresas. Através do mesmo é que a organização pode ter um conhecimento aprimorado sobre o perfil de cada pessoa a qual a empresa requer.

Para Santos (2004), é um fato que diante das atuais transformações socioeconômicas as empresas têm alterado significativamente o modo como gerem os recursos humanos. No entanto, ainda persiste um intenso hiato entre um discurso de gestão muito centrado na valorização do fator humano e as práticas efetivamente desenvolvidas pelas empresas. Este fator surge como condição básica de sobrevivência das empresas em face de um contexto altamente competitivo e intensamente duvidoso.

2.1 CULTURA ORGANIZACIONAL

De acordo com Robbins (2002), o significado de cultura organizacional está relacionado com os valores compartilhados pelos componentes de uma determinada organização. Estes valores diferem de organização para organização e formam o núcleo de identidade de uma organização.

A empresa estudada trata-se de uma empresa familiar onde os valores institucionais da organização identificam-se com a figura de seu fundador.

Barreto (2003) explica que o fundador de uma organização é detentor de sua história de vida que se inicia desde os momentos mais delicados e se refaz no exercício da difícil e complexa tarefa de gerir a organização. O mesmo autor também enfatiza que ações do indivíduo/fundador são reflexos de uma série de conceitos adquiridos ao longo de sua vida fazendo-o movimentar-se naquela direção sem, muitas vezes, dispor de explicações percebíveis ao nível do consciente.

2.2 CONCEITO DE CARGOS

O cargo para a empresa é um dos fatores mais importantes, porque uma organização bem estruturada necessita ter um organograma organizado, desenvolvido com base no nível hierárquico que a empresa tem. Porque quando se tem um cargo definido. Isso quer dizer que a pessoa tem tarefas e deveres a cumprir de acordo com a cultura da empresa que trabalha.

Pode-se dizer que os cargos existem porque eles melhoram e definem de forma organizada a empresa constituindo melhorias contínuas, além de delinear cada cargo equivalente com a competência de quem o ocupa, mas é preciso fazer uma avaliação de cargos e pessoas de forma que ambos sejam compatíveis, para que as tarefas sejam bem desenvolvidas.

O cargo, segundo Souza (2008, p.174), “durante muitos anos era utilizado como principal referência para distinguir a agregação de valor.” Durante aquele período o cargo caracterizou o trabalho realizado pela pessoa na empresa, utilizado como referencial para diferenciá-lo; atualmente, entretanto, as tarefas e a posição das pessoas na empresa modificam-se constantemente e, por consequência, o cargo torna-se volátil.

Toda empresa é composta por um conjunto de tarefas, funções e cargos. Tarefa: atribuição definida para realizar de forma competente determinado fim, no entanto toda tarefa requer uma pessoa para executar. Função: são tarefas, responsabilidades, na qual precisa de uma pessoa para fazê-la, ou seja, são deveres que o encarregado deverá executar. Cargo: é um conjunto,

que envolve tarefas, funções, responsabilidades, deveres, ou seja, desempenhado por alguém que tenha competência.

2.3 ETAPAS DA ANÁLISE DE CARGOS

Afirma Ivancevich (2008, p. 152), “o processo de análise de cargos envolve inúmeras etapas.” O processo parte do pressuposto de que a análise de cargos é baseada em uma organização em atividade; em outras palavras, uma organização já em funcionamento, e não em fase inicial de implementação como está demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 1 – Processo e análise de cargos etapas e finalidades.

1ª Etapa-	Examinar a estrutura da organização e como a adequação de cada cargo ocorre. Faz-se necessário conhecer como ocorre todo o processo da empresa. Desde a sua estrutura até os cargos existentes.
2ª Etapa-	Utilização, informação de como fazer a análise dos cargos. A informação é um processo que exige precisão e exatidão para que na hora de utilizar as informações não haja divergências.
3ª Etapa-	Selecionar cargos que serão analisados precisa fazer uma seleção dos cargos que serão analisados. Porque nem todos precisam de análise, então seleciona os mais requisitados.
4ª Etapa-	Técnica de aceitação de análise de cargos. Existem técnicas favoráveis que trazem para a empresa uma maior aceitação de analisar os cargos. A pessoa que for distinguida para fazer essa análise precisa saber bem qual a técnica utilizar.
5ª Etapa-	Preparar a elaboração e descrição de cargos. Faz-se todo um planejamento de como elaborar e implantar os cargos, fazendo toda descrição adequada.
6ª Etapa-	Preparar e especificar os cargos. Os cargos precisam ser bem planejados de forma específica e planejada porque assim terá sua importância adequada.

Fonte: Adaptado de Ivancevich (2008).

O quadro das etapas de análise dos cargos é uma maneira de especificar e detalhar a importância e o planejamento adequado, para cada estrutura organizacional. O mesmo pode-se identificar o quanto as etapas são bem elaboradas.

2.4 ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO DE CARGOS E SALÁRIOS

É preciso cumprir cada etapa para obter a implantação de forma coerente e eficaz. Tornando o trabalho produtivo de grande relevância para aqueles que as cumpre. A implantação de cargos e salários é composta de sete fases conforme dados mostrados abaixo:

Quadro 2 - Etapas de implantação de cargos e salários.

Primeira fase:	Planejamento e divulgação: estabelecer os objetivos que se deseja, determinando o número de planos que serão necessários semelhantes com os grupos ocupacionais existentes, explicando, divulgando o plano à toda estrutura social.
Segunda fase:	A análise dos cargos: coleta de dados; descrição de cargos; especificação dos cargos; e titulação dos cargos são os elementos que compõem a segunda etapa da implantação do plano. Na qual é composta por cinco partes.
Terceira fase:	Avaliação de cargos: essa avaliação se dá pela preocupação e a valorização do cargo, a cada grupo ocupacional existente, tem como objetivo a hierarquia e a sua importância. Essa fase tem duas divisões: avaliação dos grupos ocupacionais, a escolha do método que será feita a avaliação.
Quarta fase:	Pesquisa Salarial: essa fase requer uma avaliação do estudo do comportamento salarial, na qual se faz pesquisas que coleta os dados e estatísticas para fazer uma análise de todos os dados coletados, podendo fazer um acompanhamento dos salários que outras empresas praticam. Assim tem uma preocupação em ser conveniente alcançando os equilíbrios interno e externo.
Quinta fase:	Estrutura salarial: o objetivo da estrutura salarial o equilíbrio interno e externo, na qual a curva média de mercado de acordo com a estrutura do mercado. A mesma tem em vista a curva de referência, que tem um ajustamento entre duas variáveis $y = f(x)$, essa variável quer dizer salário, e a variável x , é o método que é feito a avaliação. Ou seja, através de pontos. Essa variável representa os pontos.
Sexta fase:	Política salarial: essa posição é caracterizada por promoções. Horizontal, vertical e reclassificação. A horizontal significa na mesma posição que se encontra, vertical a promoção vertical; é a qual se promove para um cargo maior ao que exerce. Já a reclassificação é quando a pessoa está em um certo setor e é colocado em outro. Essas promoções são maneiras para estimular as pessoas na organização.
Sétima fase:	Política de remuneração: nessa fase é uma maneira pela qual a empresa procura proporcionar melhorias para o colaborador através de remunerações como a total, determinando o salário, os tipos de remuneração variável e os benefícios sociais, no caso as remunerações indiretas.

Fonte: Adaptado a Araújo e Garcia (2009).

O quadro acima resume as fases que têm o plano de cargos, de forma explicativa e proporcional para fazer a implantação apropriada para as empresas.

Análise dos dados: a coleta dos dados, os métodos de observação, questionários, entrevistas e a combinação metodológica, ou seja, utilizar dois ou mais métodos para coletar os dados constitui a primeira etapa. A descrição dos cargos; relata todas as tarefas que serão executadas. Especificação dos cargos; ou seja, englobam os requisitos, responsabilidades, esforços que são essenciais. A titulação dos cargos consiste em estar de

acordo com as atribuições de cada cargo deverá ter um título universal que facilitará entendimento do candidato ao cargo. Fazem parte da terceira parte.

2.5 AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Quando se fala em avaliação e classificação de cargos é uma maneira pela qual as empresas podem ter conhecimento sobre os cargos, por isso se faz essa avaliação, para indicar as diferenças que existem. Esta avaliação fundamenta-se no conteúdo que o cargo possui. Existe várias maneiras de se avaliar os cargos.

A avaliação de cargos faz-se necessário porque é um processo que solicita uma análise criteriosa e cuidadosa, é o meio pelo qual se aplica critérios de comparação dos cargos para se conseguir uma valoração relativa interna dos salários dos diversos cargos. “A classificação de cargos é o processo de comparar o valor relativo dos cargos, a fim de colocá-los em uma hierarquia de classes que podem ser utilizadas como base para a estrutura salarial” (CHIAVENTATO, 2004, p. 266).

2.6 CUSTO DE ABSORÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DO PLANO

Para as empresas é proporcional implantar plano de cargos e salários, no entanto, existe um custo, porque necessita de pessoas capacitadas e treinadas para implantação, gerando custos, tais como treinamentos, adaptações e outros esses custos podem ser considerados diretos e indiretos. Os custos diretos são fundamentais e de grande relevância. Serão custos para implantar o plano, e estão relacionados com a elaboração, implantação, disseminação do sistema de remuneração. Já para os custos indiretos tornam-se essenciais no que tange o treinamento e desenvolvimento do corpo funcional, que demanda um custo em longo prazo. (ARAUJO e GARCIA, 2009).

2.7 CONCEITO DE ADMINISTRAÇÃO DE SALÁRIOS

A denominação salário se dá por todo valor pago a uma pessoa que executa tarefas destituídas pela a empresa. O salário é o pagamento no qual se recebe por todo trabalho executado. Neste sentido, existem diversas maneiras de denominar o salário, sendo que, o mais comum é o nominal, que consta na carteira profissional.

Administração de salários significa conjunto de normas e procedimentos utilizados para estabelecer ou manter estruturas de salários equitativas e justas na organização. A organização é um conjunto integrado de cargos em diferentes setores de atividades, a administração salarial é um assunto que envolve a organização como um todo e que repercute em todos os seus níveis e setores. (CHIAVENATO, 2008, p. 265).

Para tanto, há duas formas de equilíbrio salarial, o interno e externo. Esses dois equilíbrios são relevantes, porque o interno é pago de acordo com o cargo exercido na organização. O externo baseia-se na estrutura salarial do mercado. Ou seja, é pago de acordo com os cargos existentes de outras empresas, já o equilíbrio interno: é a consistência interna entre os salários com relação aos cargos da própria organização.

Este equilíbrio exige uma estrutura salarial justa e bem dosada. Equilíbrio externo: consistência externa dos salários em relação aos mesmos cargos de outras organizações que atuam no mercado de trabalho. O equilíbrio externo exige uma estrutura salarial compatível com o mercado (CHIAVENATO 2008, p.265).

2.8 SALÁRIO NOMINAL E SALÁRIO REAL

Salário nominal representa o volume de dinheiro fixado em contrato individual pelo cargo ocupado. "Salário real representa a quantidade de bens que o empregado pode adquirir com o volume de dinheiro que recebe mensal ou semanalmente e corresponde ao poder aquisitivo" (CHIAVENATO, 2004, p.259).

2.9 REMUNERAÇÃO

Remuneração: são todos os benefícios que uma pessoa recebe por ter prestado serviço à empresa. É um salário com vantagens. Existe remuneração direta que é constituída pelo salário. A remuneração indireta são todos os benefícios que compreende a empresa como: lazer, alimentação, entre outros.

Para DUTRA (2008, p.181) "a forma de concretizar a valorização da pessoa pela organização mais importante e mais complexa em termos de gestão é fazê-lo pela remuneração". A remuneração é a contrapartida econômica ou financeira de um trabalho realizado pela pessoa.

A remuneração consiste em pagar por meio funcional e variável. Para Dutra (2008), a remuneração funcional tem como o foco no cargo, essa remuneração leva em consideração apenas o cargo e não quem o executa. Já a remuneração variável tem como característica foco a pessoa, essa remuneração, ao contrário da funcional, valoriza e remunera a pessoa. A remuneração é considerada um tópico de grande interesse das organizações, pois é o maior componente de custo operacional, impacta no sucesso das estratégias do negócio e constitui-se em uma ferramenta motivacional poderosa, sendo (HANASCHIRO, 2008).

Ainda de acordo com o autor, essa remuneração é uma estratégia que as empresas utilizam para remunerar as pessoas com base nas suas habilidades, no conhecimento que a pessoa tem através de suas multi-

-habilidades. A remuneração por habilidades é aquela pela qual a pessoa é paga por aquilo que sabe fazer. Já na remuneração por competência envolve todas as características existentes como: comportamento, capacidade, o conhecimento que se tem, entre outros atributos. A remuneração por resultados significa o bônus que ela recebe por atingir as metas traçadas pela empresa na qual se tem participação nos lucros e os resultados são almejados.

Em empresas onde não existe um sistema formalizado de remuneração aos seus funcionários e não há critérios claros de definição da renda de cada pessoa, o bom ambiente de trabalho pode estar comprometido, pois "um dos fatos que mais desmotiva um profissional é considerar-se injustiçado em sua remuneração, pois ela afeta não só o nível material mas também o bem-estar psicológico das pessoas;" (LACOMBE, 2007, p145).

3 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho foi utilizado um estudo de natureza descritiva, com abordagem qualitativa.

Para Triviños (1994), os estudos descritivos exigem do pesquisador uma série de informações sobre o que se deseja pesquisar, pois pretende descrever com perfeição os fatos e fenômenos de determinada realidade.

Já a pesquisa qualitativa busca descrever, compreender, interpretar a realidade, conforme Minayo (2008), busca aprender o significado, trabalhando com motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes e se aprofunda no mundo dos significados das ações, relações humanas, e dos processos que não podem ser resumidos a operacionalização de variáveis.

A pesquisa ocorreu no município de Quixadá, localizado no Sertão Central do estado do Ceará, situado no chamado semiárido nordestino, distante da capital Fortaleza 160Km.

Realizou-se a pesquisa na empresa de Móveis e eletrodomésticos K. Lima LTDA, (Kátia móveis) já existente há 15 anos na cidade de Quixadá. A empresa em questão é composta por 40 funcionários. Ocupando os seguintes cargos: gerente, recepcionistas de crédito, operadoras de caixa, faturistas, vendedores, montadores, cobradores, auxiliar de descarrego, motoristas, ajudantes de motoristas, auxiliares de limpeza.

3.1 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa foram representados por dez funcionários da empresa, que se dispuseram a responder o formulário. Vale ressaltar que o trabalho proporcionou estudos críticos sobre o tema e futuras discussões acerca da situação da empresa, não gerando nenhuma espécie de prejuízo, e caso viesse a ocorrer

alguma eventualidade durante a coleta, o sujeito estaria livre para desistir da pesquisa a qualquer momento que se sentisse constrangido. O estudo foi realizado no período de fevereiro a abril do ano de 2013. No próprio local do estudo descrito acima.

3.2 COLETA DE DADOS

Inicialmente foi explicado, aos participantes do estudo, o objetivo da pesquisa, onde foram apresentados os formulários e entrevistas. As entrevistas foram agendadas pela pesquisadora do trabalho.

O formulário serviu para fazer uma pesquisa mais abrangente, na qual ajudou para esclarecer e compreender possíveis dúvidas.

Segundo Andrade (2003 p.151), “o formulário é usado quando se espera obter respostas mais amplas, com maior número de informações.” As formulações das perguntas foram claras, objetivas, ordenadas, idênticas às sugestões oferecidas para a elaboração do questionário.

Costa (2006) afirma que na entrevista estruturada o pesquisador tem um roteiro de perguntas, o entrevistado deverá responder somente o que lhe for perguntado. Minayo (2008) diz que nesse tipo de entrevista, o pesquisador já tem perguntas formuladas dirigidas diretamente ao funcionário sobre o assunto abordado.

3.3 ANÁLISES DE DADOS

Com o objetivo de melhorar, aprimorar, ter conhecimento sobre seus cargos e respectivos salários, foram selecionadas perguntas acerca do assunto, com as quais se realizou uma análise detalhada do contexto de todas as questões que compuseram o instrumento da pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

De acordo com os entrevistados, obtiveram-se os seguintes resultados às questões feitas¹:

Qual a participação dos funcionários em treinamentos?

A empresa sempre faz treinamentos com seus funcionários, sempre trazendo melhorias em todos os sentidos ajuda a autoestima e o bom relacionamento (RESPONDENTE 1 VEND).

Atualmente a participação é pouca, faz alguns anos que não temos algum tipo de treinamento ou algum curso promovido pela empresa isso no setor do caixa. No setor de vendas às vezes a empresa faz parcerias com as marcas que vendem, renovando o conhecimento, as novidades que as mesmas estão colocando no mercado (RESPONDENTE 2. CAIXA).

A participação dos funcionários é mais focada no setor de vendas, às vezes no faturamento, gerente de crediário e gerencia. Essa participação serve para aprimorar o conhecimento, inovando e melhorando o conhecimento do colaborador, capacitando de forma adequada e desejada pela empresa (RESPONDENTE 3 GER.).

Segundo Chiavenato (2005), as pessoas devem ser vistas pelas empresas como parceiras, desta forma, elas são fornecedoras de conhecimento, de suas habilidades, de suas capacidades e principalmente, de sua inteligência, que é o que faz crescer a empresa, tomando parte nas decisões da empresa, contribuindo com seu desenvolvimento e ajudando a alcançar o sucesso.

De acordo com Araujo (2006), a área de Treinamento e Desenvolvimento foi criada dentro das organizações com o intuito de capacitar as pessoas a ocupar determinados cargos e ou desenvolver-se dentro do cargo ocupado.

O conceito de treinamento vai além da capacitação para o desempenho excelente das tarefas específicas do cargo, sendo considerado um meio para que as pessoas desenvolvam suas competências para contribuir com os objetivos organizacionais. Neste sentido, o treinamento, por exemplo, é uma ferramenta que contribui significativamente para a capacidade de absorção de novas tecnologias e inovações, processos estes vitais para o desenvolvimento empresarial.

Por isso se faz necessário que todos os funcionários passem pelo processo de treinamento para que possam promover o aprimoramento e qualificação do profissional dentro da empresa na qual presta serviços.

Ainda de acordo com o respondente:

Para o encarregado de depósito, motoristas e montadores, às vezes tem, quando principalmente lança um produto novo no mercado. Porque tanto quem faz o empilhamento, a montagem e a entrega têm que saber qual a melhor maneira de fazer com que a mercadoria seja bem conservada. A empresa sempre busca aperfeiçoamento e melhoria continua, sempre que surge oportunidade a mesma oferece cursos, treinamentos para seus setores, tais como: setor de cobrança, faturamento, crediário, mais o setor que mais se faz treinamentos é a área de vendas, mesmo porque as marcas parceiras da empresa sempre proporcionam cursos que capacite os vendedores de forma benéfica, eficaz, assim o cliente terá comprando a mercadoria que supra sua necessidade. Desta forma o cliente terá um conhecimento aprofundado do que esta comprando e para isso se faz necessário que os vendedores tenham conhecimento dos produtos ofertados (RESPONDENTE 4. GERENTE CRÉDITO).

¹ Todas as respostas foram transcritas sem nenhuma alteração.

Seguindo as falas acima representadas pelos funcionários da empresa, observa-se o quanto os funcionários sabem da importância do treinamento para a empresa, ainda se observa que existe uma maior participação de treinamento na área de vendas, podendo assim melhorar cada vez mais o atendimento dos vendedores e consequentemente aumentar o faturamento com as vendas.

O bom desempenho é reconhecido?

Sim. Procuro desenvolver um trabalho bom de forma que seja reconhecido e compensado por aqueles que fazem a alta administração. (RESPONDENTE 1).

Para Dutra (2008, p.181), “a forma de concretizar a valorização da pessoa pela organização mais importante e mais complexa em termos de gestão é fazê-lo pela remuneração.” A remuneração é a contrapartida econômica ou financeira de um trabalho realizado pela pessoa por meio de seu desempenho.

O desempenho está ligado à valorização do funcionário?

Sim. Com certeza. Há reconhecimento, depende do funcionário, quando o mesmo tem flexibilidade e interesse em solucionar possíveis problemas, quando o mesmo se mostra interessado em atender as necessidades da empresa. Esse reconhecimento serve para o crescimento profissional, criando oportunidades de crescimento. A empresa busca sempre ser compreensiva e justa por quem faz bem seu trabalho (RESPONDENTE 2).

Às vezes, porque devemos demonstrar de forma árdua, eficiente, o trabalho que desenvolvemos, dessa forma pode-se adquirir competências, e reconhecimentos por aqueles que fazem o todo da empresa. Desempenhando bem o cargo que exercemos podemos ser reconhecidos e até mesmo gratificados, que é o caso desta empresa a mesma nos proporciona benefícios, melhoria continua no dia a dia (RESPONDENTE 3).

Quando se faz seu trabalho de forma eficiente, responsável. Sempre será reconhecido, porque o que faz a diferença é um trabalho responsável (RESPONDENTE 4).

Portanto, o desenvolvimento pessoal dentro da empresa pode ser melhorado quando há um plano de cargos e salários. Essa ferramenta pode proporcionar segurança aos funcionários, transmitir o interesse da empresa para com o desenvolvimento de seus funcionários e propiciam aos empregados o sentimento de justiça no que diz respeito a sua valorização quanto profissional (CHIAVENATO, 2003).

Diante das seguintes falas dos entrevistados, podemos observar o grau de satisfação dos funcionários

em relação o valor que lhe é dado pela empresa na qual presta serviços.

Há intenção de permanecer na empresa, por mais tempo?

Sim, sem duvidas, não só por 3 anos, mais por muitos anos, já tenho 15 anos de empresa (RESPONDENTE 1).

Pretendo me aposentar, entrei na empresa quando a mesma abriu, ou seja, há 15 anos (RESPONDENTE 2).

Sim, gosto daqui, estou aqui por 9 anos, mas se surgir uma oportunidade melhor sairei (RESPONDENTE 3).

Sim. A empresa é muito boa, durante todo esse tempo que estou aqui, não tenho do que reclamar. A mesma oferece benefícios e oportunidades de crescimento, conhecimento, amizade (RESPONDENTE 4).

Com certeza, porque essa empresa nos da oportunidade que outras não oferecem (RESPONDENTE 5).

Em empresas onde não existe um sistema formalizado de remuneração aos seus funcionários e não há critérios claros de definição da renda de cada pessoa, o bom ambiente de trabalho pode estar comprometido, pois “um dos fatos que mais desmotiva um profissional é considerar-se injustiçado em sua remuneração, pois ela afeta não só o nível material, mas também o bem-estar psicológico das pessoas” (LACOMBE, 2007, p.145).

Ao contrário do estudo observado por Lacombe (2007), a empresa estudada mostrou-se bem estruturada em relação à motivação e remuneração e ao ambiente de trabalho, pois todos seus funcionários relatam através das entrevistas estarem satisfeitos com a empresa, fazendo planos de permanecer por longo tempo na mesma.

Tem facilidade de acesso ao proprietário?

Hoje em dia não. Com o crescimento das empresas e o aumento do numero de filiais ficou cada vez mais raras as visitas do proprietário as filias, porem os filhos estão sempre acompanhando o desenvolvimento da empresa (RESPONDENTE 1).

Nem sempre devido a distancia, mas é uma pessoa que fala com todos seus colaboradores, trata-se de uma pessoa muito simples, humilde (RESPONDENTE 2).

Não, motivo: devido o crescimento extraordinário das empresas (RESPONDENTE 3).

O proprietário sempre vem na empresa ao menos três vezes ao ano, o mesmo é uma pessoa meiga, amiga, e que procura entender as necessidades e desejos de seus colaboradores (RESPONDENTE 4).

Por se tratar de uma empresa familiar sempre estamos tendo visitas de filhos que estão em diretorias de irmão que também faz parte da alta diretoria. Não temos contato direto com o proprietário, mais temos contato com diretores, supervisores, gerentes que fazem parte da família. E que exercem cargos importantes na empresa (RESPONDENTE 5).

No entendimento de Barreto (2003), o fundador de uma organização é detentor de sua história de vida que se inicia desde os momentos mais delicados e se refaz no exercício da difícil e complexa tarefa de gerir a organização. O mesmo autor também ressalta que ações do indivíduo/fundador são reflexos de uma série de conceitos adquiridos ao longo de sua vida fazendo-o movimentar-se naquela direção sem, muitas vezes, dispor de explicações percebíveis ao nível do consciente.

Diante das seguintes falas dos entrevistados, podemos perceber que o crescimento da empresa interfere na relação funcionário/proprietário, às vezes podendo até mesmo gerar certo grau de limitação na relação desses profissionais, podendo verás vezes atrapalhar no próprio desenvolvimento da empresa por falta de comunicação entre os mesmos.

Existe oportunidade de crescimento?

Sim. Depende dos esforços de cada um (RESPONDENTE 1).

Sim. Depende do aperfeiçoamento, conhecimento de cada funcionário, para determinado cargo (RESPONDENTE 2).

Sim. Comecei na empresa como vendedor passou para auditor, subgerente e hoje sou gerente, para ter oportunidade de crescimento é necessário que seja competente, preencher os requisitos desejados pela empresa (RESPONDENTE 3).

De acordo com o respondente 4, o crescimento do funcionário no trabalho está relacionado com a eficácia no desempenho da função.

A oportunidade de crescimento mais na matriz. Porque existem vários setores que estão sendo inovados, mais para se fazer mudanças, cada funcionário tem que ser eficaz no cargo que exerce. Destacando-se e futuramente sendo transferido para algum setor mais importante (RESPONDENTE 4).

E acrescenta,

Existem diversas oportunidades de crescimento, mais para isso ser possível vai depender do desenvolvimento de cada um. Nas filiais a oportunidade de crescimento é mais no setor de vendas, para aqueles que já esta há muitos anos, e se destacam bem. Assim quando surgem vagas para cargos melhores sempre chamam os mais competentes que exercem seus cargos de forma eficaz e competente (RESPONDENTE 5).

Podemos analisar através das falas, que os funcionários acreditam na chance de crescimento profissional dentro da empresa na qual presta serviços, sendo que este depende unicamente de cada um, portanto, conclui-se que alguns dos entrevistados tiveram grandes chances de crescimento principalmente na área de vendas.

Em relação ao ambiente de trabalho, os respondentes disseram que:

O ambiente é muito saudável e harmonioso (RESPONDENTE 1).

Sim, existe bom relacionamento entre os funcionários (RESPONDENTE 2).

A empresa primazia conforto e confiança para seus clientes e colaboradores, os mesmos têm afeto com seus clientes e entre si (RESPONDENTE 3).

Sim. É um ambiente muito saudável. É bastante descontraído (RESPONDENTE 4).

O ambiente é ótimo, existem suas divergências, picuinhas, mais qual a empresa que não tem disso, porem é uma empresa que tem profissionais qualificados, e os mesmo se respeitam e convivem de forma harmoniosa, compassiva, porque se deve transmitir paz, harmonia pra os clientes (RESPONDENTE 5).

Empresas estruturadas, como a estudada, têm a preocupação com o ambiente de trabalho, pois em momentos de dificuldade, elas podem ter o apoio de seus funcionários para se recuperarem e voltarem a crescer, expandir. Para alcançar um bom ambiente é preciso desenvolver confiança, ética, relações consistentes entre os funcionários.

Seguindo as falas, percebe-se o quanto os funcionários estão satisfeitos com o ambiente da empresa, muitas vezes, os proprietários têm essa visão de aprimoramento do ambiente devido saberem a importância que este se faz no contexto do trabalho, pois funcionário satisfeito é ganho para a empresa. Durante toda pesquisa, encontraram-se muitas dificuldades em realizar esse trabalho devido à falta de trabalhos publicados com o tema em questão, pois esse tema é muito escasso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho verificou-se de que forma o processos de cargos e salário são aplicados e reconhecidos pelos funcionários da empresa, o que foi realizado inicialmente através de um embasamento teórico que permitiu trazer a luz os conhecimentos necessários para compreensão da análise dos dados e resultados obtidos.

Por meio do formulário e entrevistas realizadas na empresa com os funcionários, foi possível confirmar que a empresa tem o plano de cargo correspondente aos salários dos funcionários, apresentam características que demonstram, dentre outros aspectos, uma boa es-

truturação do mesmo. Foi possível avaliar através das falas o quanto os profissionais dessa empresa estão satisfeitos com seus respectivos cargos e salários. A empresa pesquisada demonstrou uma estrutura organizada e compatível com o mercado competitivo no ramo de moveis e eletrodomésticos. É importante que os cargos tenham um formato distribuído e configurado de acordo com o grau de aptidões e especialização de cada cargo e pessoa, desta forma o profissional vem a contribuir com o crescimento expansivo da empresa, tornando-a conceituada e respeitada por todos.

Durante o processo de entrevistas, pode-se concluir que a empresa em questão não teve dificuldades em demonstrar os cargos e salários existentes, tornando-a assim uma empresa que ao longo de anos de existência, cada vez mais gera empregos e confiabilidade para profissionais que a integram junto ao corpo funcional da empresa.

Podemos concluir que o funcionamento dos cargos e salários ao longo dos anos tem proporcionado não apenas a sobrevivência da empresa, bem como seu crescimento e solidificação dentro do mercado que atua.

Neste sentido fica a sugestão de utilizar esta mesma pesquisa em outras filiais da empresa que compo- tam o mesmo segmento tendo em vista as peculiaridades de cada região por conta da cultura, da economia e outras variáveis.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**/ Maria Margarida de Andrade. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- ARAUJO, L.C.G; GARCIA, A.A. **Gestão de Pessoas**. 2. ed. São Paulo; Atlas, 2009.
- ARAUJO, L. C. **Gestão de Pessoas**. São Paulo: Atlas, 2006.
- BARRETO, E. F. **Estilos gerenciais e o impacto das organizações**. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, 2003.
- CHIAVENATO, Idalberto **Gestão de pessoas: e o papel dos recursos humanos nas organizações**/ Idalberto Chianenato. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- COSTA, A. **Metodologia Científica**. Santa Catarina: Ed. Mafra, 2006.
- DUTRA, Joel Souza **Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas**/Joel Souza Dutra. 1. ed. 6. reimp. São Paulo, 2008.

HANASCHIRO,D.M.M.; Recompensando Pessoas. In: HANASCHIRO, D. M. M.; TEIXEIRA, M.L.M.; ZACCARELLI, L.M.; **Gestão de Fator Humano: Uma Visão Baseada Stakeholders**. 2. ed. Editora Saraiva: São Paulo, 2007.

IVANCEVICH, John M.**Gestão de recursos humanos**/ Jonh M. Ivancevich; tradução Suely SonoeCuccio; revisão técnica Ana Maria ValentiiniRoux, Helane Cabral.— São Paulo: Mc Graw-Hill, 2008.

LACOMBE, Francisco José Masset. **Recursos Humanos: princípios e tendências**. SãoPaulo: Saraiva, 2007.

MINAYO,M.C.S;DESLANDES,S.F;GOMES,R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**.27ª ed. Editora Vozes: Petrópolis,2002.

ROBBINS, S. P. **Comportamento Organizacional**. 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

SANTOS,M.J.N.; **Gestão de recursos humanos: teorias e práticas**. Sociologias, n.12, p.142-158. Porto Alegre, jul./dez. 2004.

TRIVIÑOS,A.N.S. **Introdução em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**.Editora Atlas,1994.

SOBRE OS AUTORES:

Naria de Oliveira Silva

Graduada em Administração pela Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS.

Valter de Souza Pinho

Graduação em Administração pela Universidade Capital – SP. Especialização em Administração pela Universidade Capital – SP. Mestrado em Administração pela Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. E-mail: fcrs1135@fcrs.edu.br.

Stânia Nágila Vasconcelos Carneiro

Graduação em Letras pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Mestre em Letras pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Doutorado em Ciências da Educação pela Universidad Del Norte. E-mail: fcrs0017@fcrs.edu.br.

Danival Sousa Cavalcante

Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Mestrado em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará – UFC. E-mail: fcrs1205@fcrs.edu.br.

COMPORTAMENTO MORAL ORGANIZACIONAL NO SERVIÇO PÚBLICO

Emília Suitberta de Oliveira Trigueiro
Maria do Socorro de Sousa Rodrigues

RESUMO

O presente artigo busca mensurar e analisar o comportamento moral organizacional dos servidores do IFCE *campus* do Crato, utilizando o Instrumento para Avaliar Comportamentos Morais nas Organizações, adaptado de Licht (1996), baseado na teoria de Desenvolvimento Moral Organizacional de Petrick e Wagley (1992). O tema é de grande relevância pelo fato de ser atual e fundamental para a sociedade, constantemente ligada às organizações, sejam elas públicas ou privadas. A pesquisa desenvolvida foi de natureza descritiva, realizada por meio eletrônico, com 44 servidores do IFCE *campus* do Crato. Nos resultados encontrou-se que organização foi classificada no nível de desenvolvimento organizacional pré-moral ou pré-convencional. Concluiu-se que ser servidor docente, estar há menos de 10 anos no *campus* e ter menos de 35 anos fazem com que se percebam mais comportamentos pouco desenvolvidos na organização em detrimento do grupo como um todo.

Palavras-chave: Comportamento moral. Organizações. Serviço público.

ABSTRACT

This preset article aims at measuring and analysing organizational moral behavior of IFCE Crato*campus* servants, through the Instrument to Analyse Moral Behavior in Organizations, adapted by Licht (1996), based on Petrick and Wagley's (1992) Organizational Moral Development theory. This topic stands great relevance since it is contemporary and fundamental to society because we are constantly connected to organizations, whether public or private ones. The developed research was a descriptive one, organized by eletronic means, with 44 IFCE *campus* Crato servants. According to the results, the organization was classified under the pre-moral or pre-conventional organizational development. It is concluded that the teacher staff servants being at least 10 years in the *campus* and having less than 35 years makes them realize more less developed behaviors in the organization contrasting the group as a whole.

Keywords: Moral behavior. Organizations. Public service.

1 INTRODUÇÃO

A ética organizacional é um tema de grande relevância para organizações públicas ou privadas, visto que ela pode interferir no desempenho das mesmas. A ética individual nasce das experiências existenciais do indivíduo, já a ética organizacional deve nascer da satisfação aos interesses públicos ao qual a atividade é destinada. A ética é manifestada através da moral, e a moral profissional deve alinhar os preceitos teóricos do ofício, a satisfação do cliente e a felicidade do agente.

A moral possui influência social na sua constituição. Essa influência se dá através dos valores culturais que são transmitidos de uma geração a outra. Essa cultura que é passada para nós brasileiros vem sendo construída há mais de 500 anos, sendo frequente na maioria dos indivíduos. Ela forma traços influentes de comportamento como hierarquia, personalismo, malandragem, entre outros. Esses traços quando presentes nas organizações influem nas práticas dos integrantes e os levam a ações que podem contrariar seus ideais de ética. Nas organizações públicas esses comportamentos podem ter consequências para seus servidores, visto que estes são, ao mesmo tempo, prestadores e usuários dos serviços.

Nesse contexto, o presente artigo objetiva mensurar e analisar o comportamento moral organizacional dos servidores do Instituto Federal do Ceará *campus* do Crato (IFCE *campus* do Crato), utilizando o Instrumento para Avaliar Comportamentos Morais nas Organizações, baseado em Licht (1996). Justifica-se a importância do mesmo pelo fato de o tema ser atual e relevante para a sociedade com um todo, já que estamos ligados a organizações desde o nosso nascimento até a nossa morte. Em relação ao IFCE *campus* do Crato, os resultados desta pesquisa podem ajudar na reflexão dos servidores sobre suas práticas profissionais.

O artigo estrutura-se em 6 partes. Após esta introdução aborda-se a ética e a moral. Em seguida há uma reflexão sobre o comportamento ético organizacional. Na quarta parte são especificados os materiais e métodos utilizados para desenvolver a pesquisa. A seguir há os resultados e discussões sobre eles, seguidos das considerações finais.

2 A ÉTICA E A MORAL

A ética, do latim *Ethica*, segundo Cortina (2010), consiste na dimensão da filosofia que reflete sobre a moralidade. Seu objeto material é o fazer, o agir concreto, é a preocupação com a ação que ainda não foi efetuada. A moral, do latim *Moralia*, é a consumação prática da ética, o que pode ser observável no comportamento humano. Segundo Souza Filho (1998), a moral seria empírica porque o fato individual ou social pode ser ob-

servado, já que é impossível observar o fenômeno ético enquanto está sendo processado no indivíduo.

A ética reflete acerca de princípios, doutrinas ou situações teóricas visando tornar perfeita a boa ação moral. O sujeito moral tendo conhecimento de determinadas normas éticas indicativas de um caminho ideal refletirá sobre sua correção e razoabilidade para, em seguida, determinar se assumirá ou não a conduta normatizada. A normaética, seguindo este raciocínio, está inscrita na consciência do homem e, se ele a transgredir sofrerá uma sanção subjetiva, interna, sob a forma de arrependimento e remorso. Já a sanção moral, diferentemente da sanção ética, é externa e objetiva, traduzida pela aprovação ou reprovação do grupo ao comportamento materializado (SOUZA FILHO, 1998).

A sociedade tem interesse efetivo em padrões comportamentais que assegurem a paz e o equilíbrio da vida grupal e de suas instituições fundamentais. Por isso, o Estado, através de suas agências institucionais de controle, como a família e a escola, busca preparar os sujeitos para um comportamento social eficaz e estável. Essa preparação, no entanto, se dá de forma particular para cada sujeito.

Jean Piaget foi um estudioso do comportamento moral. Ele investigou como o conhecimento do certo e do errado desenvolve-se nas crianças e como elas se tornam agentes do processo moral (BIAGGIO, 2006). Ele identificou estágios universais pelos quais evolui o desenvolvimento cognitivo e o julgamento moral. No princípio da vida a criança é egocêntrica, pois ela parte da ideia de que só ela existe, mas com as primeiras ações e recompensas dos pais, ela vai se dando conta da existência do outro. Mais tarde, quando ela amplia seu círculo de relações, passando a conviver com outras crianças ou mesmo supondo os pais como iguais, passa a questionar seus valores a caminho da moral da cooperação (GALLEGO, 2006).

Lawrence Kohlberg baseou-se nas ideias de Piaget e aprofundou o estudo do desenvolvimento da moral. Para ele, assim como para Piaget, a sequência de estágios pelos quais a pessoa passa é invariante, isto é, todas as pessoas de todas as culturas passam pela mesma sequência de estágios, na mesma ordem, embora nem todas atinjam os estágios mais elevados. Os seis níveis do desenvolvimento moral de Kohlberg estão incluídos em três estágios: o pré-convencional, que comporta o nível da "orientação para a punição e a obediência" e o "hedonismo instrumental relativista"; o estágio convencional, com o nível da "moralidade do bom garoto, da aprovação social e relações interpessoais" e a "orientação para a lei e a ordem"; no estágio pós-convencional existem os níveis "orientação para o contrato social" e o último nível que é o dos "princípios universais de consciência" (BIAGGIO, 2006).

Partindo da teoria de Kohlberg, os autores Petrick e Wagley (1992) criaram um modelo de desenvolvimento moral aplicado às organizações, que analisa os comportamentos morais mais frequentes emitidos pelos indivíduos que nela atuam, e que segue os mesmos princípios subjacentes ao modelo original baseado em três estágios e seis níveis morais. O primeiro estágio do Modelo de Desenvolvimento Moral Organizacional é denominado sobrevivência maquiavélica. Esse estágio é composto por dois níveis: o primeiro é denominado “darwinismo social”, pois a urgência de sobreviver financeiramente ditam a conduta moral da instituição; o segundo nível deste estágio é denominado “maquiavelismo”, pois os ganhos da organização guiam suas ações. O segundo estágio é denominado autoridade e conformidade: o primeiro nível desse estágio é o da “conformidade”, pois a pressão dos pares para aderir às normas sociais dita o que é comportamento certo ou errado. O quarto nível é o da “lealdade para com a autoridade”, pois as direções de uma autoridade legítima denominam os padrões morais da organização. O estágio mais elevado de desenvolvimento moral é denominado organização e integridade. Esse estágio compõe-se dos dois últimos níveis. O quinto é o da “participação democrática”, pois há, na organização, grande tolerância para a diversidade. O último nível é o da “integridade baseada em princípios”, pois a justiça e os direitos individuais são os ideais morais.

Como pode ser percebido, a moralidade é construída na sociedade e à ela serve através da manutenção dos contratos sociais, enquanto a ética tenta acompanhar as mudanças daquela. Por ser social, a moral recebe influência da cultura, seja ela local, regional ou nacional, e por isso, precisa-se entendê-la para bem compreender o comportamento ético organizacional.

3 O COMPORTAMENTO ÉTICO ORGANIZACIONAL

Devido à grande importância, poucos assuntos têm sido tão discutidos nas empresas quanto à ética profissional, pois esta pode atingir diretamente seus resultados. A ética profissional seria iniciada por uma introspecção a partir da qual o sujeito profissional se autoanalisa como conhecedor dos preceitos teóricos de seu ofício e depois como correto praticante de sua profissão. Para Souza Filho (1998) é inegável a influência da ética individual na diretriz que o indivíduo imprimirá à sua profissão. Os valores relativos à honestidade, solidariedade humana, fraternidade e fidelidade a seu cliente provirão, geralmente, da experiência ética e moral que o profissional já vivenciou como indivíduo. Esse ato profissional é tão relevante socialmente que não pode ser controlado apenas pela consciência ética do sujeito, mas também deve ser feito pela sociedade, através de códigos e normas standardizadas e comprovadas pela

prática social como sendo boas e eficazes, que são os códigos de ética regulamentadores das profissões.

As organizações públicas são formadas pelos agentes públicos, que são as pessoas físicas que devem defender o interesse público na satisfação das necessidades coletivas. Viver eticamente nessas organizações é necessário, e para isso os regimes jurídicos impõem uma série de deveres aos servidores públicos, para que haja um bom desempenho de seus encargos e regular funcionamento dos serviços. O principal instrumento utilizado para detalhar as condutas éticas dos servidores públicos é o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171 de 22 de junho de 1994), que coloca como regra deontológica para os servidores “primar pela dignidade, decoro, zelo, eficácia e consciência dos princípios morais, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal”.

Nas organizações, sejam elas públicas ou privadas, há uma série de relações que integram os indivíduos. Para que se entendam essas relações, deve-se lembrar que os participantes da organização, além de representarem suas próprias organizações, são portadores de vários estatutos, como classe social e categorias sociais, incluindo-se nestas gênero, raça, etnia, geração, religião, preferência sexual, estado civil, entre outros, e são também representantes de uma cultura nacional, regional, local e organizacional. Assim, os valores que os indivíduos têm ao ingressar no mundo do trabalho influenciam definitivamente suas ações, podendo refletir no seu nível geral de produtividade.

Todo indivíduo nasce, cresce, educa-se, trabalha e passa a vida ligado a organizações. Essas organizações carregam muito da nossa cultura nacional, o que pode interferir na sua performance e na sua cultura organizacional. Assim, para bem entender a cultura de uma organização se faz necessário conhecer nossas raízes culturais.

A cultura brasileira começou a ser formada há mais de 500 anos, quando portugueses e espanhóis começaram a manifestar o desejo de explorar as terras além-mar. Segundo Vasconcellos (1996), no Brasil colonial, alguns fatores contribuíram para formar um poder local muito forte, como a distância da metrópole, a dificuldade no trato com os escravos e a resistência dos indígenas. Esse poder era exercido pelos senhores rurais, com base nas relações personalistas da família patriarcal, que davam base para as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos. Com o Império, na ausência de cidades consolidadas e de uma burguesia urbana independente, os candidatos às funções criadas foram recrutados entre esses senhores rurais, que trouxe-

ram os mesmos costumes do núcleo familiar. O surgimento da República aliou os detentores do poder local e os militares, chamados de coronéis, e também tinha como base afeto e violência. O senhor de engenho, que transformou-se em coronel, por fim passou a ser o empresário e patrão, e o escravo e empregado (HOLANDA, 1995). Assim o Brasil “urbanizou-se e enriqueceu, mas continuou portador do mesmo imaginário” (VASCONCELLOS, 1996, p. 228).

Essa história ainda está presente na nossa sociedade e nas nossas organizações. Por isso, segundo Freitas (2006), para bem entender as organizações brasileiras, devem ser entendidos esses traços gerais de nossa cultura. Os traços brasileiros, que são características gerais comuns ou frequentes na maioria dos indivíduos, são parte do inconsciente de todos nós e foram formados historicamente, como pode ser percebido. Há alguns traços brasileiros que são mais nitidamente influentes no âmbito organizacional, entre eles: hierarquia, personalismo, malandragem, sensualismo, aventura. Esses traços formam algumas figuras presentes na sociedade e nas organizações. São elas: cunhados, coronéis, homens cordiais, malandros, jeitosos e despachantes. Segundo Machado (2008), essas imagens interiorizadas pelos indivíduos estão presentes no imaginário social e no imaginário organizacional, mas, como indivíduos ou como pessoas, não têm existência real nas organizações.

A cultura assume papel de destaque no comportamento das organizações, principalmente das organizações públicas, à medida que influi no modo de vida, nos padrões e nos valores das pessoas que nela atuam. O estudo de Villardi, Ferraz e Dubeux (2011), em organizações públicas, encontrou traços de autoritarismo, personalismo e centralização decisória no ambiente de trabalho. Já no estudo de Saraiva (2002) os funcionários mostraram que a organização precisaria de mudanças, mas há um temor generalizado do novo. Esses estudos mostram a importância e a necessidade de estudar a ética e amoralidade nas organizações públicas para que se possa propiciar conhecimentos aos servidores que guiem sua prática profissional.

Para melhor entendermos o comportamento moral organizacional dos servidores do IFCE *campus* do Crato foram utilizados os seguintes materiais e métodos na investigação.

4 MATERIAL E MÉTODO

A presente pesquisa é de natureza descritiva quanto aos objetivos, segundo Lakatos e Marconi (2001), e visa estudar, observar e analisar as características de um grupo. A mesma desenvolveu-se por meio de um estudo de caso com os servidores docentes e técnico-

-administrativos do IFCE *campus* do Crato, sendo a amostra composta por 44 servidores que participaram voluntariamente do estudo.

O procedimento de coleta de dados foi feito através do meio eletrônico com um questionário enviado por e-mail a uma lista onde estão inseridos os endereços eletrônicos de todos os servidores da instituição. No corpo do texto do e-mail foi explicada, de forma sucinta, a natureza e a importância da pesquisa e foi solicitada a colaboração dos mesmos. Obteve-se a resposta de 44 servidores, o que corresponde a 24,7% do total, sendo 20 deles docentes e 24 técnico-administrativos.

O instrumento de coleta de dados foi composto por duas partes. Na primeira parte consta um questionário socioeconômico que indaga acerca da idade, do tempo de serviço no *campus*, da formação e do cargo que o servidor ocupa na instituição. Na segunda parte foi utilizado o Instrumento Para Avaliar Comportamentos Morais nas Organizações, adaptado de Licht (1996). O instrumento baseia-se na teoria do Desenvolvimento Moral Organizacional de Petrick e Wagley (1992) e na classificação em três estágios e seis níveis de desenvolvimento moral feita por eles.

O instrumento original é composto de 72 indicadores em forma de perguntas a serem respondidas com SIM ou NÃO, onde o sim significa que aquele comportamento ocorre na organização. As perguntas seguem o seguinte padrão: “Há organizações em que funcionários são deslocados de suas funções para fazer serviços pessoais para seus chefes. Isso também ocorre na sua organização? () Sim () Não”. Os indicadores correspondem aos seis níveis de desenvolvimento moral e para o presente estudo foram escolhidos 30 indicadores segundo conveniência e melhor adequação ao *lôcus* da pesquisa. Cada nível de desenvolvimento moral está representado por cinco indicadores que aparecem listados em ordem aleatória, baseada em sorteio. Após a resposta dos servidores, as respostas afirmativas de cada pergunta foram reordenadas segundo o nível de desenvolvimento moral, para que pudessem ser colocadas em termos percentuais que indicariam em qual estágio está a maior parte dos comportamentos presentes na organização.

Para a avaliação das respostas fornecidas pelos usuários do instrumento, foi empregada a técnica de distribuição de frequências e a medida de posição denominada moda, em que as respostas são agrupadas segundo os níveis morais e a porcentagem de respostas afirmativas mais frequentes em todos os questionários indica em que nível de desenvolvimento moral encontra-se a organização. Para um melhor detalhamento dos procedimentos conferir Trigueiro (2012).

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como a ética não pode ser observada, para inferirmos sobre sua vertente organizacional no IFCE *campus* do Crato, analisaremos o comportamento moral de seus servidores.

A amostra deste estudo, composta por 44 servidores, tem as seguintes características: 22 mulheres e 22 homens; 5 tem idade até 25 anos, 10 tem idade entre 25 e 35 anos, 28 tem idade entre 35 e 55 anos e 1 tem idade acima de 55 anos. Quanto ao tempo de serviço dos pesquisados no *campus*, 20 têm até 3 anos, 3 tem entre 3 e 10 anos, 16 tem entre 10 e 20 anos e 5 tem mais de 20 anos de trabalho no *campus*. Em relação ao grau de escolarização 2 deles é ensino médio, de 3 deles ensino superior, 19 especialização e 20 mestrado ou doutorado. Quanto aos cargos efetivos dos sujeitos da pesquisa, 20 deles são docentes e 24 são técnico-administrativos.

Após a coleta das respostas dos servidores ao Instrumento para Avaliar Comportamentos Morais nas Organizações, os indicadores utilizados nas perguntas, que estavam em ordem aleatória, foram reorganizados segundo o nível de desenvolvimento moral. As respostas afirmativas a cada pergunta foram contabilizadas e colocadas em termos percentuais. Essa porcentagem indica onde está a maior parte dos comportamentos presentes na organização e em qual nível dentro deste estágio.

Inicialmente foram analisadas as respostas do conjunto de servidores. Em seguida essas respostas foram separadas em categorias, a fim de verificar se havia diferença entre elas.

Tabela 1 – Nível de desenvolvimento moral organizacional geral.

Estágio de desenvolvimento moral	Nível de desenvolvimento moral	Total de respostas afirmativas	Percentual
Pré-moral ou sobrevivência maquiavélica	Darwinismo social	115	18%
	Maquiavelismo	162	26%
Moral ou autoridade e conformidade	Conformidade	104	17%
	Lealdade para com a autoridade	86	14%
Pós-moral ou organização e integridade	Participação democrática	61	10%
	Integridade baseada em princípios	93	15%
Total		621	100%

Fonte: Do autor (2012).

De acordo com os resultados que podem ser vistos na tabela 1, a cultura moral modal da organização correspondeu ao primeiro estágio de desenvolvimento moral organizacional, denominado pré-moral ou pré-convenção, no qual o comportamento moral do indivíduo é caracterizado pela troca de favores e pela manipulação para atingir objetivos pessoais, e não institucionais. Nesse estágio, as pessoas normalmente se comportam de forma a manter a obediência e respeitar as estruturas de poder para evitar a punição, e a referência do que está certo ou errado depende das consequências práticas das ações. Esse estágio pré-moral é composto por dois níveis. Segundo Licht (1996), o primeiro nível, “darwinismo social”, demonstra o receio da extinção, que permite que somente os mais aptos sobrevivam. Esse nível tem como metáfora um leão que reina através da força. No nível 2, “maquiavelismo”, que foi o mais prevalente nos resultados, atingir os objetivos justifica a utilização de qualquer meio. A raposa, astuta, traiçoeira, dissimulada e que ataca pelas costas, é a metáfora desse nível. Cita-se como exemplo de questão enquadrada nesse estágio a seguinte: “Há organizações que acreditam que, para sobreviverem na nossa realidade, a organização tem que “deixar a ética de lado”, ao menos ocasionalmente. Isso também ocorre em sua organização?”

A primeira comparação feita nos resultados foi entre os servidores docentes e os técnico-administrativos.

Tabela 2 – Nível de desenvolvimento moral organizacional dos servidores técnico-administrativos.

Estágio de desenvolvimento moral	Nível de desenvolvimento moral	Total de respostas afirmativas	Percentual
Pré-moral ou sobrevivência maquiavélica	Darwinismo social	55	17%
	Maquiavelismo	89	27%
Moral ou autoridade e conformidade	Conformidade	57	17%
	Lealdade para com a autoridade	50	15%
Pós-moral ou organização e integridade	Participação democrática	27	8%
	Integridade baseada em princípios	53	16%
Total		331	100%

Fonte: Do autor (2012).

Tabela 3 – Nível de desenvolvimento moral organizacional dos servidores docentes.

Estágio de desenvolvimento moral	Nível de desenvolvimento moral	Total de respostas afirmativas	Percentual
Pré-moral ou sobrevivência maquiavélica	Darwinismo social	40	16%
	Maquiavelismo	68	28%
Moral ou autoridade e conformidade	Conformidade	39	16%
	Lealdade para com a autoridade	33	13%
Pós-moral ou organização e integridade	Participação democrática	31	13%
	Integridade baseada em princípios	33	14%
Total		244	100%

Fonte: Do autor (2012).

Diante dos dados das tabelas 2 e 3, percebe-se que o nível de desenvolvimento moral apresentado em ambos os grupos é o mesmo apresentado pelo total de servidores, o “maquiavelismo”. No entanto, os servidores docentes, isoladamente, veem mais comportamentos desse nível presentes na organização, como se pode observar no percentual de respostas afirmativas dos mesmos (28%), quando comparado ao percentual total (26%).

Nesse momento da pesquisa compararam-se as respostas dos servidores que estão no *campus* há menos de 10 anos, tabela 4, com as dos que estão no *campus* há mais de 10 anos, tabela 5.

Tabela 4 – Nível de desenvolvimento moral organizacional dos servidores que estão no *campus* há menos de 10 anos.

Estágio de desenvolvimento moral	Nível de desenvolvimento moral	Total de respostas afirmativas	Percentual
Pré-moral ou sobrevivência maquiavélica	Darwinismo social	59	20%
	Maquiavelismo	86	29%
Moral ou autoridade e conformidade	Conformidade	50	17%
	Lealdade para com a autoridade	35	12%
Pós-moral ou organização e integridade	Participação democrática	22	8%
	Integridade baseada em princípios	41	14%
Total		293	100%

Fonte: Do autor (2012).

Tabela 5 – Nível de desenvolvimento moral organizacional dos servidores que estão no *campus* há mais de 10 anos.

Estágio de desenvolvimento moral	Nível de desenvolvimento moral	Total de respostas afirmativas	Percentual
Pré-moral ou sobrevivência maquiavélica	Darwinismo social	50	17%
	Maquiavelismo	71	24%
Moral ou autoridade e conformidade	Conformidade	46	16%
	Lealdade para com a autoridade	48	16%
Pós-moral ou organização e integridade	Participação democrática	36	12%
	Integridade baseada em princípios	45	15%
Total		296	100%

Fonte: Do autor (2012).

Com esses dados, percebe-se que os dois grupos também apresentam diferenças, ainda que pequenas, em relação à visão de organização. Os servidores que estão trabalhando no *campus* há menos de 10 anos apresentam em seus resultados 49% de respostas afirmativas aos dois primeiros níveis de desenvolvimento, o “darwinismo social” e o “maquiavelismo”, enquanto os servidores que estão no *campus* há mais de 10 anos apresentam somente 41% de respostas afirmativas nesses níveis, apresentando 59% de respostas nos níveis mais desenvolvidos. Isso pode ser um indicativo de que os servidores que estão há menos tempo no *campus* ainda não absorveram uma possível cultura organizacional negativa e, assim, percebem determinados comportamentos inadequados que não são mais percebidos por quem já está há mais tempo na instituição.

Por fim, foram comparadas as respostas dos servidores que tem até 35 anos com as respostas dos que tem mais de 35 anos.

Tabela 6 – Nível de desenvolvimento moral organizacional dos servidores que tem até 35 anos.

Estágio de desenvolvimento moral	Nível de desenvolvimento moral	Total de respostas afirmativas	Percentual
Pré-moral ou sobrevivência maquiavélica	Darwinismo social	41	23%
	Maquiavelismo	55	30%
Moral ou autoridade e conformidade	Conformidade	32	18%
	Lealdade para com a autoridade	19	10%
Pós-moral ou organização e integridade	Participação democrática	12	7%
	Integridade baseada em princípios	22	12%
Total		63	100%

Fonte: Do autor (2012).

Tabela 7 – Nível de desenvolvimento moral organizacional dos servidores que tem mais de 35 anos.

Estágio de desenvolvimento moral	Nível de desenvolvimento moral	Total de respostas afirmativas	Percentual
Pré-moral ou sobrevivência maquiavélica	Darwinismo social	68	17%
	Maquiavelismo	96	24%
Moral ou autoridade e conformidade	Conformidade	64	16%
	Lealdade para com a autoridade	62	15%
Pós-moral ou organização e integridade	Participação democrática	46	12%
	Integridade baseada em princípios	64	16%
Total		132	100%

Fonte: Do autor (2012).

Nos dados das tabelas 6 e 7 percebem-se semelhança com os apresentados anteriormente, já que os dois grupos encontram-se no nível pré-moral com predominância no estágio do maquiavelismo. No entanto o grupo que tem menos de 35 anos tem um percentual maior de respostas concentradas no estágio pré-moral, 53%, enquanto o grupo com mais de 35 anos tem 41% de respostas nesse estágio. Pode-se inferir que este grupo com menos de 35 anos de idade seja o mesmo grupo que está no campus há menos de 10 anos, por isso as respostas teriam semelhanças em relação ao estágio pré-moral, 53% e 49%, respectivamente.

É importante ressaltar que na amostra do presente estudo 42 servidores possuem pelo menos ensino superior, o que corresponde a 95% dos servidores. Se esta amostra fosse representativa da população dos servidores poderia se inferir que esta formação deveria se refletir em seu comportamento moral. No entanto, há a hipótese de que como o estudo desenvolveu-se por meio eletrônico os servidores que possuem formação acadêmica inferior a ensino superior não tenham se sentido capacitados para participar. Esses servidores, no entanto, fariam parte da organização e poderiam estar desenvolvendo comportamento pré-morais, que são os prevalentes.

Um comportamento organizacional pouco desenvolvido, como o apresentado nesses resultados, tem consequências para a sociedade, pois forja um clima de cumplicidade e faz prosperar a impunidade e o oportunismo. Esses resultados também nos remetem aos traços culturais brasileiros do personalismo e da hierarquia, que seriam típicos de raciocínios pré-morais. Comportamentos baseados no “eu” em situações coletivas podem revelar o nível de desenvolvimento moral dos indivíduos. Isso nos remete ao pensamento egocêntrico postulado por Piaget (GALLEGO, 2006), onde

a não diferenciação do eu com o mundo exterior leva a uma falta de cooperação. O pensamento egocêntrico traz como consequência a heteronomia, onde o outro dita as leis e normas. Numa organização uma forma de manifestação desse pensamento egocêntrico seria a crença de que o outro é o problema e que minhas ações não afetam a coletividade.

Sabe-se, no entanto, que as pessoas não agem assim propositadamente para prejudicar o próximo, pois esses comportamentos são fruto da cultura do nosso país. Isso nos remete ao modelo de família patriarcal que foi interiorizado por nós, que é guiado pela moral do oportunismo, que nos ensina a levar vantagem em tudo, sem preocupação com as consequências, desde que essas ações sejam praticadas longe do olhar do outro.

Muitas vezes os indivíduos sabem o que é correto e incorreto, o que é ético e o que não é, mas nem sempre colocam em prática na atuação em sua organização, pois não é fácil agir eticamente em um ambiente permeado por condutas típicas de níveis morais inferiores, em que os caminhos funcionais passam por suborno, corrupção, tráfico de influência, etc.

Para que a vida em uma organização não seja guiada por interesses particulares, surgem os códigos de conduta profissional, que devem estar em consonância com os princípios éticos universais. O Código de Ética do Servidor foi criado com o intuito de guiar os servidores públicos para o bom desempenho de seus encargos e serviços. Pela presente pesquisa, no entanto, percebemos que o comportamento moral organizacional dos servidores do IFCE *campus* do Crato não está em sintonia com o que é preconizado no referido decreto, já que eles responderam afirmativamente a questões que estão localizadas no estágio de desenvolvimento pré-moral ou pré-convencional, que, por sua vez, contrariam os princípios legais.

Por fim, a mudança na cultura de uma organização é um processo complexo, pois a instituição carrega em sua cultura sua proteção e estabilidade, o que se reflete nas atitudes e comportamentos das pessoas. Por isso, para que haja uma mudança no comportamento moral de uma organização é necessário tempo e disposição por parte da coletividade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa abordou o comportamento moral organizacional através de um estudo de caso com os servidores docentes e técnico-administrativos do IFCE *campus* do Crato, baseando-se na teoria de Petrick e Wagley (1992) de desenvolvimento moral organizacional. Para aplicação da mesma utilizou-se o Instrumento Para Avaliar Comportamentos Morais nas Organizações, adaptado de Licht (1996).

Percebeu-se com os resultados que os servidores classificam a organização da qual fazem parte no nível pré-moral de desenvolvimento organizacional, com predominância no estágio do maquiavelismo onde os fins justificam os meios para atingir os objetivos. Em organizações assim classificadas há uma atmosfera de desconfiança já que os funcionários podem pisar sobre os outros para conseguirem avançar.

Concluiu-se que ser servidor docente, estar há menos de 10 anos no *campus* e ter menos de 35 anos fazem com que se percebam mais comportamentos pouco desenvolvidos na organização em detrimento do grupo como um todo. Conclui-se também que a escolarização dos servidores que participaram da pesquisa, apesar de ser satisfatória, não contribuiu para o desenvolvimento da moralidade no *campus*.

O estudo apresenta como limitação o fato de ser um estudo de caso, o que dificulta a generalização, a pequena participação dos servidores, apenas 24% e o fato de ter utilizado apenas a variável comportamento moral no seu desenvolvimento. Coloca-se como recomendação o aprofundamento da temática analisando outras variáveis e a replicação do mesmo em outras instituições a fim de realizar comparações.

REFERÊNCIAS

BIAGGIO, A. **Lawrence Kohlberg: ética e educação moral**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL, Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. **Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal**.

CORTINA, A. **Ética sem moral**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FREITAS, A. B. Traços Brasileiros para uma cultura organizacional. In: Motta, F. C. P.; Caldas, M. P. (Orgs.), **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, p. 2006, p. 38-54.

GALLEGO, A. B. **Adolescência e moralidade: o professor que faz a diferença**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) –Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/scheme/article/view/551/441>>. Acesso em: 12 set. 2011.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LICHT, R. H. **Ética organizacional: busca de um modelo compreensivo para comportamentos morais**. São Paulo: 1996.

MACHADO, M. N. M. Cultura e imaginário organizacionais:Análise psicossociológica de algumas imagens. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del Rei, Ago. 2008. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalapip/volume3_n1/pdf/Machado.pdf>. Acesso em: 12 set 2011.

PETRICK, J. A.; WAGLEY, R. A. Enhancing the responsible strategic management of organizations.**Journal of Management Development**. p.57-72, 1992.

SARAIVA, L. A. S. Cultura organizacional em ambiente burocrático. **RAC**, v. 6, n. 1, 2002. Acesso em: 12 set. 2011.

SOUZA FILHO, O. D. **Ética individual & ética profissional: princípios da razão feliz**, Fortaleza: ABC Fortaleza, 1998.

VASCONCELLOS, J. G. M. O coronelismo nas organizações: a gênese da gerência autoritária brasileira. In: DAVEL, E.; VASCONCELOS, J. (Orgs.), **Recursos humanos e subjetividade**. Petrópolis: Vozes, p. 220-231, 1995.

TRIGUEIRO, E. S. O. **Ética e comportamento moral dos servidores públicos: um estudo de caso no IFCE campus do Crato**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

VILLARDI, B. Q.; FERRAZ, V. N.; DUBEUX, V. J. C. Uma metodologia para diagnóstico de clima organizacional: integrando motivos sociais e cultura brasileira com fatores do ambiente de trabalho do Poder Judiciário. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.45, n.2, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003476122011000200002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 12 set. 2011.

SOBRE AS AUTORAS:

Emilia Suitberta de Oliveira Trigueiro

Psicóloga mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior pela Universidade Federal do Ceará. Servidora técnico-administrativa do Instituto Federal do Ceará *campus* do Crato. Docente do curso de Psicologia da Faculdade Leão Sampaio. E-mail: emiliatrigueiro@hotmail.com.

Maria do Socorro de Sousa Rodrigues

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Professora do Mestrado de Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior na Universidade Federal do Ceará. Técnica em assuntos educacionais na Universidade Federal do Ceará.

CONTRIBUIÇÃO DAS CONCEPÇÕES AVALIATIVAS PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA

Denize de Melo Silva
Mônica Regina de Oliveira Fernandes
Ana Paula Vasconcelos de
Oliveira Tahim
Gabrielle Silva Marinho
Marcos Antonio Martins Lima

RESUMO

O presente estudo visa tratar sobre aspectos relacionados à avaliação educacional, desvelando os conceitos inerentes à prática avaliativa e à gestão democrática, bem como da fundamentação necessária à compreensão da comunidade que integram a gestão de ensino e os envolvidos no ato e processo educativo. Buscou-se refletir através de pesquisa bibliográfica acerca das etapas do processo avaliativo, mas principalmente no modo como este desempenha uma relação multilateral com as experiências vivenciadas pelos educandos. Salienta-se, pois, que os materiais necessários às vivências educacionais tenham correlação com as experiências advindas do contexto em que o educando se insere e consideradas parte integrante no processo educativo. Constatou-se que avaliação educacional deve posicionar-se diante dos elementos e atores envolvidos na construção do ambiente educacional com o intuito de verificação, acompanhamento e reformulações, devendo assim ser caracterizada como um mecanismo repleto de ajuizamento de qualidade do objeto avaliado, aspecto que corresponde a uma tomada de posição a respeito deste, para aceitá-lo ou mesmo para transformá-lo. Entretanto, o processo avaliativo deve ser pensando como fator de desenvolvimento e melhoria, caso as instituições de ensino a utilizem como diagnóstico e melhorias das práticas educacionais já existentes, gerando, portanto, reflexões sobre as práticas adotadas, ocasionando melhorias na gestão do ensino-aprendizagem e, primordialmente, na apreensão do conhecimento e desenvolvimento dos discentes.

Palavras-chave: Avaliação. Gestão. Gestão Democrática. Processos Educativos.

ABSTRACT

The present study aims to reflect on the aspects related to educational evaluation, revealing the inherent evaluative practice and democratic management concepts as well as the necessary foundation for understanding the community that integrate the management of education and those involved in the act and the educational process. We tried to reflect through bibliographic research on the stages of the evaluation process, but mainly in the way this plays a multilateral relationship with the experiences experienced by learners. It is noted, therefore, that the materials needed to educational experiences have correlation with the experiences arising from the context in which the student is inserted, and considered part of the educational process. It was found that educational evaluation must stand before the elements and actors involved in the construction of the educational environment with the purpose of verification, monitoring and reformulation and should therefore be characterized as a mechanism filled with filing a quality of the object evaluated aspect that corresponds a stance regarding this, to accept it or even change it. However, the evaluation process must be thinking as development and improvement factor, if educational institutions to use as a diagnostic and improvement of existing educational practices, thus generating reflections on the practices, leading to improvements in the management of teaching and learning and primarily in the acquisition of knowledge and development of students.

Keywords: Evaluation. Management. Democratic Management. Educational Processes.

1 INTRODUÇÃO

É entendido que a avaliação consiste em elemento integrante e indissociável do processo educacional. Trata-se de instrumento fundamental ao desenvolvimento do educando, pois funciona como agente abalizador da aprendizagem, fornecendo indicadores ao educador tanto em relação à construção do conhecimento pelo aluno quanto à eficácia de sua metodologia de ensino.

É preciso compreender a existência de um paradigma a ser ultrapassado, o de fazer do aluno um mero reprodutor de conhecimentos, desprezando as habilidades existentes em cada indivíduo. O aluno se torna apenas um depósito de informações e a avaliação, seguindo tal sorte, teria a função de medir a quantidade de conhecimento absorvido pelo educando, promovendo-o ou não em sua carreira escolar, a depender do resultado.

Nesse sentido, o presente artigo traz à tona a discussão a respeito da avaliação como uma ferramenta de medição qualitativa do processo de aprendizagem, aliando a isso, a chamada gestão democrática da escola, que permite a construção do conhecimento de forma mais justa e igualitária, respeitando e valorizando suas diferenças.

Para tanto, como metodologia para a elaboração deste estudo optou-se por realizar um estudo bibliográfico embasando-se nas concepções e etapas do processo avaliativo e como o mesmo desempenha uma relação multilateral na gestão democrática na escola. Os autores utilizados para referendar o estudo foram Lima (2008), Luckesi (2005), Libanê (1985), Vianna (2000) e Perrenoud (1999).

A partir das questões apresentadas, o ato de avaliar o discente passa a ser admitido em um novo contexto, em que sua função é ampliada e associada aos demais elementos de meio, mitigando-se sua feição finalística em detrimento de uma avaliação processual, contínua e contribuidora à aprendizagem do aluno.

2 CONCEPÇÕES AVALIATIVAS SOBRE O PROCESSO EDUCATIVO

Para Lima (2008, p. 200), o conceito de avaliar está referenciado no processo de cognição do ser humano, ou seja, uma função psicológica própria humana. A avaliação representa uma posição, um julgamento sobre a realidade vivenciada com o intuito de representar uma nova tomada de decisão acerca do objeto estudado. Assim, delimita a avaliação como o engendramento de um novo devir para nossa existência, dotado de convicção de verdade universalmente reconhecida.

Complementando, Kuenzer (2002) afirma que o saber não é produzido na escola, mas no interior das relações sociais em seu conjunto; é uma produção coletiva dos homens em sua atividade real, enquanto

produzem as condições necessárias à sua existência através dos liames que estabelecem com a natureza, com outros homens e consigo mesmos. As instituições de ensino devem propiciar um ensino mais direcionado aos contextos social, político e econômico, a fim de dar significância ao próprio ato de aprender.

Também para Luckesi (2005), a característica que de imediato evidencia-se na prática educativa é a avaliação da aprendizagem, que ganhou um espaço tão amplo nos processos de ensino e na prática educativa escolar, passando a ser direcionada por uma pedagogia do exame. Fez-se necessário um posicionamento sobre a aprendizagem dos sujeitos imersos no processo educativo. Para isso, o processo avaliativo requer reflexão sobre os instrumentos adotados de continuidade.

Conforme Libanê (1985), Vianna (2000) e Luckesi (2006), a avaliação desempenha uma relação multilateral com as experiências vivenciadas pelos educandos. Salienta-se, pois, que os materiais necessários às vivências educacionais devem ter correlação com as experiências advindas do contexto em que o educando se insere e considerados parte integrante no processo educativo. A avaliação educacional deve se posicionar diante dos elementos e atores envolvidos na construção do ambiente educacional com o intuito de verificação e reformulações sobre estes.

Portanto, segundo Perrenoud (1999), para que o aluno aprenda e se desenvolva de forma eficaz, ou seja, participe da regulação das aprendizagens e do desenvolvimento no sentido de um projeto educativo, deve utilizar-se da avaliação como seu direcionador, norteador de conquistas e buscas. Nota-se significativamente que o processo avaliativo deve ser incorporado à gestão escolar não como um instrumento repressor, mas como um artifício capaz de ocasionar melhorias e reformulações na construção do conhecimento. Também conforme Sousa e Prado (2004), a avaliação deve ajudar na busca das respostas, com foco na análise do processo de aprendizagem, não apenas do produto final.

Corroborando com essa premissa Vianna (2000), Perrenoud (1999) e Luckesi (2005), a avaliação é um processo que visa a criar padrões de conduta ou modificar padrões anteriores nos indivíduos. Os padrões de conduta desenvolvidos na escola são, na realidade, os objetivos educacionais. O êxito de um programa educacional, verificado através da avaliação, depende da concretização desses objetivos. A avaliação pressupõe diversidade instrumental para avaliar múltiplos comportamentos, não devendo ficar restrita, apenas, a exames escritos, como geralmente ocorre.

Refletir sobre o conceito de avaliar significa desmistificar os preconceitos inerentes à prática avaliativa. Durante um longo período, a avaliação foi considerada a etapa final do processo de ensino-aprendizagem, ou seja, o ato de avaliar estava intimamente relacionado às alternativas

vinculadas ao ato de aprender. Entretanto, percebe-se a avaliação como uma atividade contínua, desenvolvida durante todo o caminhar do processo educativo.

Faz-se necessário que a avaliação constitua-se de traços definidos, considerando o contexto adjacente à própria prática educativa. Para Scriven (1978), a avaliação possui três funções primordiais: a primeira função, denominada diagnóstica, visa descobrir a existência de requisitos essenciais para que o processo de aprendizagem se concretize; a segunda função, chamada formativa, tem por base o acúmulo de informações que servirão de apoio para a melhoria dos agentes envolvidos no processo educativo e a terceira, nomeada função somativa, vincula-se ao produto final do processo, ou seja, aprovação ou reprovação. Corroborando como Scriven (1978), segundo Sant'Anna (2002), a avaliação visa estabelecer uma comparação entre o que foi alcançado com o que se pretende atingir.

Observa-se, pois, um reducionismo das etapas relacionadas ao ato de avaliar. A avaliação comumente vem sendo utilizada como instrumento metodológico de aplicação por período. As etapas que envolvem esse processo acabam por limitar as reflexões e possíveis discussões sobre a melhoria do ensino, do currículo e das inúmeras barreiras que cercam a aprendizagem. Assim:

Quanto às habilidades estratégicas usadas em jogo na avaliação, é provável que sejam mais elevadas nas classes dominantes. As capacidades podem ser compreendidas como capacidades que orientam no sistema escolar, identificar os estabelecimentos, as habilitações e as disciplinas que oferecem maiores chances. Insisto aqui sobre as estratégias frente à avaliação no momento do exame, mais ainda em aula, no âmbito da avaliação contínua. Nos dois casos, ultrapassa-se uma teoria da herança cultural como simples familiaridade com os conteúdos ensinados (PERRENOUD, 1999, p. 49).

Assim, Luckesi (2005, p.18) afirma que a prática pedagógica está centrada em provas e exames. Os alunos tem sua atenção centrada na promoção. Ao iniciar um ano letivo, de imediato, estão interessados em saber como se dará o processo de promoção no final do período escolar. Procuram saber quais as normas e os modos pelos quais as notas serão obtidas e manipuladas em função da promoção de uma série para a outra.

A base epistemológica que fundamenta as correntes do pensamento é essencial na transposição de técnicas ou metodologias utilizadas durante o processo educativo. Segundo Andriola (2003), faz-se necessária mais flexibilidade perante a emissão de julgamento de valores, seja no tocante à avaliação de aprendizagem curricular, de programa e/ ou institucional. Nesse contexto, a avaliação desvela um conjunto de aspectos

multidisciplinares que envolvem prioridades definidas ao longo do processo educativo (os objetivos) e dos recursos disponíveis.

Ao basear-se apenas no conhecimento adquirido de forma recente, sem valorizar as experiências práticas do sujeito com o saber, a avaliação reduz-se ao papel de mensuração e distinção dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem entre bons e ruins.

Ver-se-á que, na prática, a avaliação usada para orientar está longe de ser criada unicamente para esse fim. Na maioria dos sistemas, a orientação situa-se entre dois modelos extremos: no primeiro, é inteiramente decidida pelo aluno ou sua família; no segundo, é inteiramente decidida pela escola (PERRENOUD, 1999, p. 51).

Não há orientação escolar sem avaliação. As decisões de orientação deveriam fundamentar-se em uma avaliação contínua e processual. Pois se trata de saber que habilitação será mais conveniente a cada aluno, considerando, de um lado, gostos, interesses e projetos e, de outro lado, conhecimentos escolares, idade, desenvolvimento e aptidões para aprender. A prática avaliativa deve estar em consonância com o contexto em que o educando está inserido.

As instituições de ensino devem ser locais onde se processa a difusão do saber. Instrumento de acesso das camadas populares ao saber elaborado. O ensino como mediação técnica deve propiciar a todos uma formação cultural e científica de alto nível, cuidando da formação cultural em face de uma nova cultura. O resultado dessa relação dialética é o processo educativo no qual se busca garantir a unidade entre o desenvolvimento subjetivo e objetivo (Ibidem, 1985, p. 97).

O método de apropriação dos conteúdos consiste na lógica do processo de conhecimento. Este processo de ida e volta entre teoria e prática permitirá um trabalho conjunto entre professores e alunos para a compreensão e enfrentamento das características mais amplas envolvidas no processo educativo. "Portanto, o meio pedagógico é o meio pelo qual se torna possível à ligação de reciprocidade entre indivíduo e sociedade" (Ibidem, 1985, p. 98).

As instituições de ensino, que reúnem um conjunto de funções tradicionais associadas ao progresso e à formação e educação permanente e proporcionam um acúmulo de saber às novas gerações, contribuem para o repasse de conhecimento e reformulações acerca das teorias utilizadas. Conforme Delors (2001), o ensino superior significa um alicerce para o desenvolvimento econômico e principal disseminador de conhecimentos essenciais à transposição da cultural e científica acumulada pela humanidade.

Assim, a inovação, relacionada às novas tecnologias da informação promove, pois, uma nova exigência

vinculada às habilidades e competências adotadas para a universidade, enquanto instituição provedora do conhecimento. As constantes mudanças ocorridas a partir dos meados do século XX ocorreram, de forma peculiar, sob a ótica do aspecto social, estrutural, dinâmico e econômico. Verificar a contribuição da avaliação deve, pois, estar em consonância com os objetivos propostos e metas estabelecidas pela instituição de ensino. Enfatizar mudanças estruturais em macro contexto como: produzir conhecimento, consolidar uma prática adequada de promoção do saber revendo e propondo a distribuição do saber. As IES devem ser lócus de distribuição do conhecimento, promover compromisso e admitir que a universidade não seja uma instituição restrita, mas integrada a comunidade (ANDRIOLA, 2005).

A avaliação desvela aspectos a serem melhorados e, por conseguinte, dar retorno à comunidade sobre os profissionais em formação. A exigência deve considerar a lógica do conhecimento, promovendo a criação de condições e estratégias para o desenvolvimento do país.

Seguindo esta ideia, Demo (2000, pp. 127-128), considera a pesquisa como “princípio científico e educativo, ou seja, como estratégia de geração de conhecimento e de promoção da cidadania”, a alma da vida acadêmica. Pesquisa significa “diálogo crítico e criativo com a realidade, culminando na elaboração própria e na capacidade de intervenção. É a atitude do aprender a aprender”. A teoria necessita aliar-se a prática educativa, ou seja, a capacidade de produção do conhecimento de ser uma variável constante no diálogo com a realidade.

A comunidade docente necessita de aprofundamento nas estratégias metodológicas utilizadas em sala para operacionalizar o repasse de conteúdos de forma a despertar a curiosidade nos discentes e os mesmos desenvolvam competências na pesquisa e no seu próprio desenvolvimento intelectual. Segundo Andriola (2005, p. 97), a produtividade refere-se ao compromisso com o trabalho, disciplina, produção sistemática. É a capacidade de contribuir, via elaboração própria, para intervenções na realidade. A didática da produtividade refere-se ao compromisso de que, superando o mero ensinar, se chegue, via pesquisa, a um professor produtivo, quer dizer, capaz de elaboração própria, construção de conhecimento, criação de produtos científicos.

Buarque (2013) assevera que o saber avança rapidamente e que as universidades não conseguem acompanhar esta velocidade, fazendo com que muitos procurem produzir o conhecimento fora da universidade. Caso as universidades não reconheçam essa situação e alterem seu rumo, elas deixarão de ter utilidade, como aconteceu com os mosteiros, há um milênio.

A capacidade de intervenção visa enxergar além do sujeito da mudança. Contribui para o domínio técnico e teórico, fortalece as bases epistemológicas que fundamentam as práticas pedagógicas já existentes.

O papel da avaliação inserida nas instituições de ensino integra um processo contínuo corroborando com a gestão estratégica e de qualidade, pois fornece insumos necessários para a tomada de decisão, bem como auxilia na resolução de problemas, ou seja, destina-se ao diagnóstico e possíveis resoluções dos problemas observados.

A avaliação evolui diferentemente nos vários ambientes educacionais e faz-se necessário refletir sobre a contextualização histórica que rege a avaliação educacional. A compreensão dos modelos de avaliação vincula-se aos valores e às crenças que deram origem às várias metodologias integradas no estudo a seguir. Para refletir sobre os modelos de avaliação educacional, entretanto, necessita-se compreender a concepção do termo modelo e suas inferências dentro do campo de construção do conhecimento.

3 A AVALIAÇÃO NO PAPEL DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA

Dentro da perspectiva democrática, os gestores possibilitam que todos os envolvidos no contexto escolar desenvolvam seu papel e a sua função de forma plena, buscando o bem estar de todos, o que proporcionará ao educando novas aprendizagens em um ambiente cheio de desafios e possibilidades.

Diante da conceituação da gestão democrática, destacamos o professor como um dos elementos essenciais e responsáveis por criar condições justas e igualitárias de ensino; mas, ao analisarmos as condições de trabalho deste profissional, observamos que as inúmeras exigências e a burocratização, por exemplo, são fatores limitadores se sua atuação.

Nesse cenário, observa-se que não é possível falar de educação formal, de gestão escolar e, ainda, da avaliação propriamente dita sem o reporte ao contexto social onde ela acontece.

Nesta visão de educação, a escola torna-se um lugar de preparação do indivíduo para o mundo do trabalho onde todos devem saber as mesmas coisas, da mesma forma em um ritmo único e controlado pelo tempo. Portanto, esse sistema foi organizado para formar o aluno “ideal” capaz de se adequar ao modelo social vigente negando as diferenças e considerando-a uma deficiência.

Diante disso, observa-se também que, na atualidade, estamos vivenciando uma série de mudanças em nossa sociedade, no âmbito social, político, econômico e tecnológico, que interferem diretamente na esfera educacional. A busca por uma sociedade mais justa e igualitária tem sido um discurso frequente dos educadores, reflexo dos novos padrões sociais e culturais, embora ainda seja algo distante da realidade da escola. Ainda vemos muitas instituições de ensino que reprodu-

zem o modelo anteriormente citado, onde a diferença ainda é um grande problema e a busca pela homogeneização é a solução.

E são justamente essas reclamações contemporâneas que forçam a mudança de postura das instituições escolares, a fim de que adotem um modelo democrático de gestão, oportunizando, o desenvolvimento de uma sociedade receptiva a diferenças, das quais, vêm a se somar na construção de uma coletividade justa e equânime.

Como não poderia ser diferente, instrumento avaliativo não se torna obsoleto frente a esse novo contexto escolar, mas, como dito alhures, persiste como uma ferramenta eficaz e indissociável do processo de aprendizagem, porém, agora, com uma nova roupagem e aplicação.

Na busca deste modelo avaliativo mais adequado, as escolas buscam métodos que contemplem e valorizem as diferenças; um ensino que respeite os ritmos de aprendizagem, as diferenças sociais, a cultura de cada indivíduo que faz parte da comunidade escolar.

Nesta visão, pensa-se em formas diferenciadas de avaliar, onde cada um, diante das situações de aprendizagem, seja valorizado e considerado como um sujeito social, capaz de refletir e agir em sua sociedade.

Diante do desafio de valorização da diferença, a escola, aberta as mudanças, deve propor em seu projeto-político curricular projetos formas de avaliar que possibilitem o desenvolvimento de práticas de valorização da capacidade humana.

Assim, a gestão democrática aqui referida deve permitir que tal projeto, construído de forma autônoma e com o envolvimento de toda a comunidade – que não é um determinador das ações, mas um organizador da prática educativa, um norte para o trabalho pedagógico –, seja admitido como ferramenta e processo de organização escolar.

4 CONSIDERAÇÕES

Pelo exposto, constata-se que, apesar de a avaliação ainda ser comumente utilizada como instrumento de mera mensuração do saber, o contexto social contemporâneo exige mudanças significativas em sua natureza, de sorte a torná-la parte integrante do processo de aprendizagem.

Nesse sentido, cabe à gestão democrática o comprometimento com uma proposta pedagógica que admita a avaliação processual como um instrumento que envolve os seus alunos em um ambiente plural, respeitador de diferenças. E desta forma, aprendem a agir como sujeitos democráticos a partir de seu envolvimento em contextos onde estas atitudes são valorizadas.

Portanto, para a gestão democrática, precisa-se do comprometimento de todos com a Educação e a valorização da escola como ambiente de promoção

de aprendizagens, tanto de conhecimentos científicos, como de valores e atitudes, e não meramente reguladora das ações dos discentes.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLA, W.B. **Múltiplos olhares em torno da educação**. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

_____; Mc Donald, B.C. **Avaliação: Fiat Lux em Educação**. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

BUARQUE, C. **A avaliação da avaliação**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/acs/pdf/a130103d.pdf>>. Acesso em: 17 de Junho de 2013.

DELORS, J. Educação: Um Tesouro a Descobrir. **Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI** - 6 Ed. São Paulo: UNESCO, MEC, Editora Cortez, 2001.

DEMO, P. **Avaliação sob o olhar propedêutico**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

KUENZER, Acácia (Org.). **Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIBÂNEO, José C. **Democratização da Escola Pública a Pedagogia Crítico Social dos Conteúdos**. 15ª edição. São Paulo: Loyola, 1985.

LIMA, Marcos A.M. **Auto-avaliação e desenvolvimento institucional na educação superior: projeto aplicado em cursos de administração**. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática**. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2006.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre - RS: Artes Médicas Sul, 1999.

SANT'ANNA, I. M. **Porque avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

SCRIVEN, M. An introduction to meta-evaluation. In: TAYLOR, P.A.; COWLER, D. M. **Readings in Curriculum Evaluation**. W. M. C. Brown Co. Publishing, Dubuque, Iowa. 1978.

SOUSA, Clarilza de Prado. **Avaliação do rendimento escolar**. São Paula: Papirus, 2004.

VIANNA, H. M. **Avaliação educacional: teoria, planejamento e modelos**. São Paulo: IBRASA, 2000.

SOBRE OS AUTORES:

Denize de Melo Silva

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Professora do Instituto Educacional O Canarinho.

E-mail: *denisemello16@hotmail.com*.

Mônica Regina de Oliveira Fernandes

Graduada em Pedagogia Universidade Federal do Ceará – UFC. Professora do Instituto Educacional O Canarinho.

E-mail: *monikregina@gmail.com*.

Ana Paula Vasconcelos de Oliveira Tahim

Graduada em Pedagogia Universidade Federal do Ceará – UFC. Especialista em Coordenação Pedagógica pela Faculdade 7 de Setembro – FA7. Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Docente e Assessora Pedagógica da Faculdade Católica rainha do Sertão – FCRS.

E-mail: *fcrs1247@fcrs.edu.br*.

Gabrielle Silva Marinho

Mestre em Educação Brasileira Universidade Federal do Ceará – UFC. Professora da Universidade Federal do Ceará – UFC e Universidade Aberta do Brasil – UAB.

E-mail: *gabrielle_marinho@ufc.edu.br*.

Marcos Antonio Martins Lima

Doutor em Educação Brasileira Universidade Federal do Ceará – UFC. Professor Adjunto da Universidade Federal do Ceará – UFC.

E-mail: *marcos.a.lima@terra.com.br*.

CONTRIBUIÇÕES DA MEMÓRIA DE PROFESSORES PARA UMA PEDAGOGIA UNIVERSITÁRIA

Maria Marina Dias Cavalcante
Maria Dias Cavalcante Vieira

RESUMO

Este estudo se insere no âmbito da configuração do campo de conhecimento da Pedagogia Universitária, ora em desenvolvimento, tomando por base a trajetória de docentes nos cursos de pós-graduação. O presente estudo apoia-se nas formulações de Bourdieu, que ao instituir a teoria da prática, considera as necessidades dos agentes sociais e as subjetividades sociais. Neste sentido, objetiva-se analisar os dados tendo em vista que qualquer configuração se insere em um campo e passa a ser mediada pela coexistência de instâncias produtoras de valores e de referências. O caminhar metodológico da pesquisa se deu em seis sessões de grupo focal, permitindo assegurar o investimento em atividades que mobilizavam os participantes a desencadear processos reflexivos. Do processo vivenciado na sessão em análise aqui apresentada, destacam-se pontos relatados pelos sujeitos que se referem ao desenvolvimento de uma Pedagogia Universitária, a partir das dimensões: pessoal, institucional e política, bem como na relação intrínseca de momentos que apontam decorrências e possibilidades de construção de novo *habitus*, que permitirá a realização da práxis no campo pedagógico, em elaboração.

Palavras-chave: Pedagogia Universitária. Professor. Memória.

ABSTRACT

This study is part of the configuration of the field of knowledge of University Pedagogy University, now in development, taking as a basis the trajectory of teachers in post-graduate courses. The present study supports itself from the formulations of Bourdieu, that to establish the theory of practice, considers the needs of social agents and social subjectivities. In this sense, the objective is to analyze the data taking into account that any configuration inserted into a field and passes to be mediated by the coexistence of values and references producing instances. The methodological research occurred in six focal group sessions, allowing ensure investment in activities that mobilized the participants to trigger reflexive processes. From the process experienced in the session in analysis presented here, the highlight points reported by the subjects that relate to the development of a University Pedagogy, from the dimensions: personal, institutional and political, as well as the intrinsic relationship of moments that indicate consequences and possibilities for the construction of new *habitus*, which will allow the implementation of pedagogical praxis in the field in elaboration.

Keywords: University Pedagogy. Teacher. Memory.

1 INTRODUÇÃO

Nosso percurso docente nos ajudou a redimensionar experiências que dão sentido ao trabalho por nós realizado no coletivo da Universidade. Desta forma, considerando que o professor que hoje exerce o magistério na Educação é o egresso da Universidade e nos seus espaços adquiriu muitos dos seus valores e comportamentos pedagógicos, o presente estudo problematizou uma Pedagogia Universitária¹ baseada no olhar de professores da educação básica, a partir da compreensão de que, entre a formação e a profissão se colocam as relações de trabalho e a reflexão que possibilita a ressignificação da prática. Acreditamos que estes, no exercício da profissão, e valendo-se de suas memórias de formação podem contribuir apontando elementos importantes para uma Pedagogia Universitária. Para tanto, questionamos com que saberes e conhecimentos os professores da educação básica contribuem para o debate sobre Pedagogia Universitária?

Atentos à provocação de tão grande vulto, recorreremos a Bourdieu (1997), sobretudo, na concepção de análise relacional de suas pesquisas, que consideram: A primeira condição de uma leitura adequada da análise da relação entre as posições sociais (conceito relacional) as disposições (ou os *habitus*) e as tomadas de posição, as 'escolhas' que os agentes sociais fazem nos domínios mais diferentes da prática, na cozinha ou no esporte, na música ou na política.

Com apoio nas formulações de Bourdieu, ao instituir a teoria da prática, que considera as necessidades dos agentes sociais e as subjetividades sociais, propomos analisar os dados desta pesquisa tendo em vista que qualquer configuração se insere em *um campo* e passa a ser mediada pela coexistência de instâncias produtoras de valores e de referências.

As ideias de Bourdieu (2003) constituem, para nós, referência metodológica que visa a orientar as reflexões do objeto de estudo, na organização da pesquisa. Diz ele: ela funciona como um sinal que lembra o que há de fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações que retira o essencial de suas propriedades. São termos que sugerem o preceito do método e indicam a necessidade de pensar o mundo social de forma relacional.

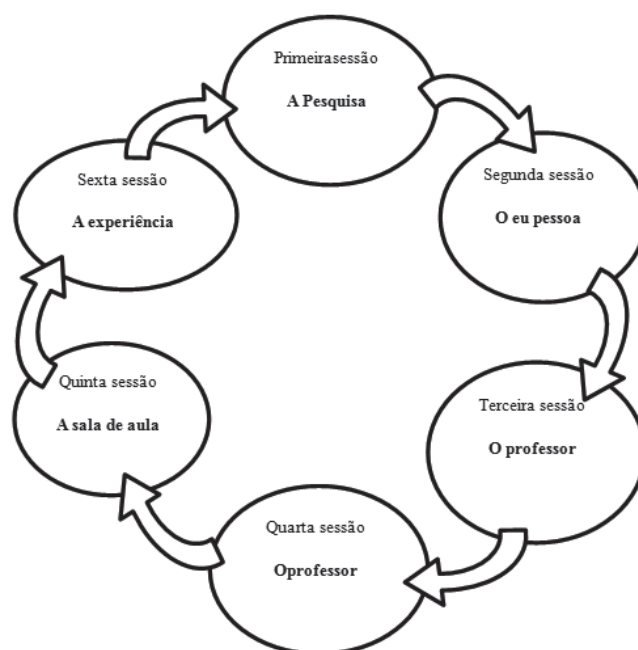
Trata-se de uma investigação na qual se fez uso de grupos focais – uma técnica atribuída a Robert Merton e seu grupo nos anos 1940. Somente no final do século XX e início do atual, as Ciências Sociais/Humanas e as pesquisas em saúde começaram a aplicar essa técnica que, segundo Carey (1994), serve para acessar conhecimentos a partir das necessidades de um grupo; desenvolver ou redefinir os instrumentos e identificar domínios, conhecendo o vocabulário específico para se montar questionários e ter acesso a apropriações culturais; enriquecer e explorar os resultados da interpretação de uma pesquisa, sobretudo as contradições.

2 A VOZ DO GRUPO EM SESSÕES

Antes de nos debruçarmos sobre o conteúdo específico das sessões, fazemos aqui uma breve apresentação para dar conhecimento sobre as características desta ação, registrando como foram desenvolvidas.

As sessões foram organizadas em um processo cíclico, como indica o gráfico abaixo, e, tal como nos recomenda a premissa da pesquisa científica, na qual “o conhecimento está prenhe de outro”. Desta forma, a temática de cada sessão era provocada pelo grupo e se desenvolvia com apoio de estratégias que se adequavam ao momento.

Figura 1 – Organização das sessões.



As seis sessões realizadas tinham os seguintes objetivos:

- Sessão 1 – **A Pesquisa**: Propiciar o desenvolvimento de um clima interativo, de troca de

¹ O entendimento aqui formulado aponta para uma pedagogia universitária voltada para a formação pedagógica do docente universitário e o bom encaminhamento do seu desenvolvimento profissional resultantes da combinação de seu interesse, motivação e engajamento pessoal, com a responsabilidade institucional de assegurar e valorizar possibilidades formativas por meio de políticas de gestão (CAVALCANTE, 2012).

experiência e de confiança entre os participantes da pesquisa, valorizando história de vida e saberes construídos;

- Sessão 2 – **O Eu pessoa**: Compreender as trajetórias formativas e profissionais no contexto sociopolítico e cultural;
- Sessão 3 e 4 – **O professor**: Examinar a profissão do professor do ensino superior na ótica da construção de uma identidade, de saberes e de uma prática docente comprometida com o processo de transformação social;
- Sessão 5 - **A sala de aula**: Analisar o contexto da prática docente universitária considerando a função social do ensino superior na contemporaneidade, as tendências e desafios no cenário brasileiro.
- Sessão 6 - **A experiência**: Contextualizar, e socializar a experiência vivenciada como forma de consolidar e construir saberes.

Com base em um referencial teórico ancorado em músicas, filmes e textos foram desencadeados processos reflexivos, no contexto da docência universitária, que tomaram como referência as práticas pedagógicas.

3 MEMÓRIAS DO GRUPO

Após a caracterização das sessões que constituíram esta ação na pesquisa, vale a pena olhá-las, numa perspectiva analítica. Assim, podemos dizer que a sessão em análise teve como propósito provocar um diálogo entre os participantes acerca da temática “o professor” a partir de suas memórias e estimular o diálogo destes com o próprio fazer.

A responsabilidade sobre as reflexões foi assumida e materializou-se pelo cuidado e pela atenção que ensejou, ao possibilitar a exposição do saber-fazer docente dos participantes, bem como no modo como respeitou os limites / possibilidades do tempo, do espaço e das referências. Foram à própria prática efetiva, as inquietações e as expectativas dos participantes que orientaram o desenrolar dos trabalhos desenvolvidos. Para isso, a dinâmica instituída contou com o exposto compromisso do grupo em dialogar com o fazer docente no âmbito de suas memórias.

Trazemos aqui uma imagem que caracteriza este momento, apresentando peculiaridades do percurso de modo a permitir uma aproximação com o texto escrito.

Figura 2 – Registro de uma das sessões junto ao grupo pesquisado.



3.1 EVIDÊNCIAS

A sessão que analisamos neste estudo parte de uma peça de teatro intitulada “Sete Minutos”², previamente assistida pelos sujeitos da pesquisa. A partir do enredo da peça foram evocadas memórias referentes à imagem tradicional do professor, no contexto dos atuais desafios vividos pela sociedade contemporânea, dentre os quais se destacam o acesso das classes populares a espaços antes constituídos como privilégio das classes favorecidas economicamente, como escolas, cinemas, teatros, entre tantos outros.

Convidados a refletir sobre as aprendizagens construídas junto aos professores com longa trajetória na docência, foi possível destacar entre as falas dos sujeitos investigados:

Eu comecei a ensinar muito tarde e eu tinha uma preocupação muito grande com a experiência. Um amigo meu, filósofo, chamou minha atenção dizendo: alguém pode ter uma experiência de muitos anos, mas uma experiência ruim, você procure experiência boa! E eu me espelhei nesta observação no exercício de minha prática.

O filme lembra o professor na ação docente, quando fala sobre a questão, da pontualidade. Lembrei um professor de uma disciplina do curso de Biologia que tinha muito rigor com a chamada que, naquele momento era muito mais importante do que receber aquele aluno que chegou 10 minutos depois, por muitos motivos. Esse fato repercutiu e teve aluno até reprovado, que perdeu a disciplina. Já no final, vai passando

² A Peça sete minutos, escrita e protagonizada por Antônio Fagundes, traz como enredo uma montagem de Macbeth por um veterano ator de teatro. Em atrito com a plateia, de onde emanam barulhos (bips, celulares, tossidas) e comportamentos considerados inadequados pelo protagonista (expectador descalço e com os pés sobre o palco), o ator interrompe e abandona o palco. Nos bastidores, em meio a reflexões sobre a existência e a profissão, o protagonista e os atores coadjuvantes tecem um belo diálogo sobre as novas configurações da plateia, decorrentes da democratização do acesso das classes populares à cultura.

a compreender e entende que o rapaz lá balançou o dedinho porque estava cansado. Então às vezes eu fico pensando que esse movimento na hora da aula chateia e o quanto é importante o estar mais próximo do aluno.

Os depoimentos focaram na memória dos participantes o exercício reflexivo em torno de três movimentos:

- A memória dos professores;
- A própria prática; e.
- A convergência e/ou divergência entre os dois.

A utilização da peça de teatro como recurso para mobilizar reflexões e sentimentos dos sujeitos suscitou entendimentos que originaram uma análise acerca de uma pedagogia universitária que desse conta do contexto atual, cuja síntese desencadeada das opiniões sugerem que tal Pedagogia precisa:

- Vincular professores antigos (clássicos) e novos professores (com suas experiências) numa perspectiva de trabalho coletivo;
- Considerar a elaboração identitária como um elemento inerente ao trabalho docente, que se dá individualmente e coletivamente, nos contextos sociais e institucionais, permeada por profundas contradições;
- Fazer a relação entre o que ensina e a vida;
- Evocar imagem da dimensão humana (ouvir, lembrar, presentear, incentivar de diferentes formas) – imagem da dimensão política;
- Contextualizar o conteúdo abordado;
- Estimular a pesquisa, a formação e o estudo – criatividade, dinamismo e afetividade;
- Cuidar da metodologia;
- Estimular os estudos e novas experiências;
- Falar de sonhos coletivos.

A sessão em pauta, ao focar a reflexão sobre a memória da formação e de práticas vivenciadas, provocou uma ampla participação por parte dos integrantes do grupo que utilizavam pouco a palavra, o que possibilitou a discussão de ações cotidianas da docência, nomeadamente, no que diz respeito à força do *habitus* como princípio gerador de práticas (BOURDIEU, 1997). Nesse sentido, ressaltamos a importância da tomada de consciência do *habitus*, que ocorre em um processo reflexivo e que exige superar resistências.

Neste âmbito, a Pedagogia Universitária perspectivada implicou ponderar acerca da dimensão da pesquisa da reflexão e da crítica, com origem na análise de vivências pessoais ancoradas num referencial que, dentro dos limites, possibilitou ressignificar o saber-fazer existente. As temáticas propostas, com efeito, configuraram-se como temas que permitiram

caracterizar a complexidade da docência universitária, tanto no sentido da independência entre ensino e aprendizagem, naquilo que respeita à organização do trabalho e da relação pedagógica, como das dinâmicas que intervêm e interferem nesta relação de interdependência.

4 CONSIDERAÇÕES

O vivenciado nesta pesquisa permitiu-nos colocar em destaque pontos que se referem a uma Pedagogia Universitária pensada, a partir do âmbito pessoal, institucional e político, bem assim, da relação intrínseca de momentos que apontam decorrências e possibilidades de construção de novo *habitus*, que permitirá a realização da práxis no campo pedagógico, em elaboração. Para dar conta das respostas, sem perder de vista esta perspectiva é necessário considerar os comentários sob três aspectos, diretamente ligados a um projeto de elaboração de uma Pedagogia Universitária: como projeto pessoal; como projeto institucional e político, e como projeto coletivo permeados pela dimensão ética.

À vista dessa posição, uma Pedagogia Universitária em sua elaboração se faz sobre a base do *habitus* que compreende as dimensões *ethos* e *héxis*³, inseridas no campo social. Dessa forma, se por um lado o *habitus* reproduz os referenciais da cultura legítima, de outra parte, desenvolve um trabalho cognitivo de ressignificação dos objetos materiais e imateriais da cultura. Admitimos a ideia de que, pelas práticas, a formação vem construir um universo simbólico próprio, do subcampo cultural que se materializa nos agentes, por meio de esquemas de percepção, pensamento e ação. Sob essa ótica, podemos afirmar a viabilidade de constituição de *novo habitus* no campo pedagógico, que, para compreender a ressignificação voltada para a elaboração de uma Pedagogia Universitária, deve ser essencialmente permeado pela dimensão ética voltada para a práxis.

³ Bourdieu, (2003) ao tomar o conceito de *habitus*, leva em conta a autarquia do homem, defendida por Aristóteles, no sentido de construtor da própria morada que compreende o espaço do *ethos*. Segundo Bourdieu (1983, p.104), “a força do *ethos* é que se trata de uma moral que se tornou *hexis*, gesto, postura”. Chama atenção para o conceito de *habitus* que *engloba* dialeticamente a noção de *ethos* e *héxis*. Afirma que, “pouco a pouco fui começando a utilizar apenas a noção de *habitus*”. (BOURDIEU, 1983, p. 04). Com esse entendimento, apresenta um verdadeiro círculo dialético entre o “campo social”, o *ethos* a *héxis* e o *habitus*, em nosso entender, permeado pela dimensão ética em direção a práxis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. I. **Pedagogia Universitária e projetos institucionais de formação e profissionalização de professores universitários**. 2011. Tese Livre Docência. FEUSP.

BOURDIEU, P. **Homo academicus**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 1997.

_____. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CAREY, M. A. The group effect in focus groups: planning, implementing, and interpreting focus group research. In: MORSE, Janice M. **Critical issues in qualitative research methods**. London: SAGE Publications, 1994.

CAVALCANTE, M.M.D. **Perspectivas de uma Pedagogia Universitária na Voz de Professores da Educação Básica. Relatório de Pós Doc**. FE/USP, 2012.

PIMENTA, S. G; ALMEIDA, M. I. **Pedagogia Universitária**. São Paulo: FEUSP, 2010.

SOBRE AS AUTORAS:

Maria Marina Dias Cavalcante

Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Doutorado em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará – UFC.

E-mail: maria.marina@uece.br.

Maria Dias Cavalcante Vieira

Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Mestrado em Gestão e Modernização Pública (Municipal e Estadual) pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

E-mail: mariavieira@fcrs.edu.br.

EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE: ÓBICES POLÍTICO-ECONÔMICOS E A INTERVENÇÃO DO JUDICIÁRIO

Lunara Farias Lima
Marcos Vinicius dos Santos Junior

RESUMO

O direito à saúde encontra-se doente. A má administração dos recursos financeiros e a deficiente criação e aplicação das políticas públicas por parte do Estado vêm ocasionando a obstaculização da efetivação do direito à saúde, mitigando a garantia do mesmo nas necessidades da própria subsistência humana, onde muitas vezes ocasiona danos de caráter irreparável. É diante dessa infeliz realidade que o artigo tem como escopo analisar os óbices da concretização do direito à saúde, em uma perspectiva política e econômica, discutindo a (não) atuação do Poder Público de um lado e o crescente número de ações ajuizadas por aqueles que intentam garantir seu direito do outro, colocando em destaque a conexa ligação entre ambos fenômenos e a própria legitimidade do Poder Judiciário em intervir numa seara que precipuamente é de competência dos Poderes Legislativo e Executivo.

Palavras-chave: Direito à saúde. Efetivação. Intervenção Judicial.

ABSTRACT

The health's right is sick. The mismanagement of financial resources and the lack of development and implementation of public policies by the State have thwarted the realization of the right to health, mitigating the guarantee of the same on the needs of their own livelihoods, which often causes irreparable damage. It is against this unfortunate reality that this article has as objective to analyze the effectiveness' obstacles of the right to health, in a political and economic perspective, discussing the (non) performance of the government on the one hand and the growing number of lawsuits filed by those who intend guaranteeing the right of the other, by highlighting the link between two related phenomena and the Judiciary's legitimacy to intervene in a harvest that is essentially concerned with the competence of the Legislative and Executive.

Keywords: Health's right. Effectiveness. Judicial Intervention.

1 INTRODUÇÃO

Pessoas pelos corredores, deitadas pelo chão, expostas a qualquer tipo de infecção e descaso, à espera de um leito. Indivíduos sem acesso a medicamentos, tratamentos, cirurgias essenciais para manutenção da sua própria vida. Profissionais em número insuficiente e desestimulados para enfrentar uma realidade totalmente incondizente com os ditames de dignidade da pessoa humana. A atual situação dos hospitais públicos demonstram um contexto diametralmente oposto à vontade da constituição. O direito à saúde, infelizmente, vem encontrando alguns obstáculos para sua efetivação e, embora seja um direito constitucionalmente garantido e de extrema relevância, o simples fato de estar descrito na Constituição Federal não traz sua automática concretização.

De um lado há um Poder Público que nada ou pouco faz para implantar políticas públicas eficazes para promoção e proteção da saúde aos cidadãos, abandonando, assim, milhares de pessoas em todo o Brasil e atestando sua ausência no compromisso de supremacia e efetividade do texto normativo-constitucional. Do outro, o Poder Judiciário que intenta, de forma nobre, tapar os buracos da omissão legislativa e executiva, e que apesar de se mostrar como uma última luz no túnel, vem recebendo diversas críticas acerca de sua legitimidade nos julgamentos que envolvam a efetivação do direito à saúde. É diante disso, que o presente estudo se desenvolve, contemplando nas páginas a seguir a disposição jurídica do direito à saúde na atual Constituição, bem como os óbices político-econômicos para sua efetivação, e a iminente intervenção judicial como “mão” concretizadora do direito à saúde.

2 DIREITO À SAÚDE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

O direito à saúde encontra, em seu âmago, íntima relação com o princípio da dignidade da pessoa humana e o direito à vida, tanto é, que não há como falar do direito à saúde se não há vida, muito menos relatar uma vida digna sem o acesso à saúde, portanto, dignidade da pessoa humana, vida e saúde estão umbilicalmente unidos e o sacrifício de um significa acabar ou diminuir os outros. E embora toda essa essencialidade seja empregada ao direito à saúde; este, no plano nacional, foi somente reconhecido na Constituição de 1988, sendo citado por diversas vezes ao longo do texto constitucional, apesar de ser citado no presente estudo apenas alguns.

No topo da Constituição, em seu art. 6º, a saúde é descrita como um direito social fundamental. Esses dois adjetivos qualificam o propósito que o constituinte teve em enaltecer a ideia de ser um direito vital para supera-

ção das desigualdades sociais, na tentativa de promoção da justiça social e na construção de uma sociedade livre e solidária (ANDRADE, 2011, p.01), bem como lhe é dado uma maior carga protetiva, demonstrando sua indispensabilidade ao ser humano, transparecendo a iminente necessidade de ser efetivamente concretizado.

Dentro dessa perspectiva de precisa consolidação e o típico encaixe do direito à saúde nos direitos de segunda dimensão, o art. 196, da CF/88 impõe que a saúde é dever do Estado, devendo ser garantido por políticas públicas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, ou seja, prestações positivas, sob pena de se tornar um direito viciado por sua ineficácia.

Portanto e para tanto, União, Estados, DF e Municípios devem propiciar, sendo da competência de todos, condições suficientes que possibilitem à população o máximo usufruto e obtenção de qualidade ao direito à saúde. E por mais que o direito à saúde não seja algo palpável, há como idealizar a concretização do mesmo, levando à termo quais medidas devem ser tomadas e quais atuações devem ser prestadas pelo ente estatal, embora o atual desempenho dos entes federativos venha simbolizando ser mais fácil ao indivíduo saber o que não é feito para a efetivação do mesmo.

Aliás, “efetivação” é uma palavra que será muito escutada, ou melhor, lida de agora em diante. Falar da efetivação ao direito à saúde, ou pelo menos na busca de tal objetivo é fazer questionar a própria realidade brasileira, é iniciar o exercício de críticas concernentes a (não) atuação de nossos governantes e a ineficiência das pobres e poucas políticas públicas criadas pelos mesmos. De qualquer modo, faz-se urgente discutir acerca da atual condição pública da saúde e os óbices que limitam a realização do direito à saúde com intento de serem afastados. É, no mínimo, uma questão de proteção a uma vida mais digna e justa.

3 DIREITO À SAÚDE E SUA EFETIVIDADE: UMA QUESTÃO POLÍTICO-ECONÔMICA

O texto que consagra o direito à saúde não pode ser confundido com a norma jurídica extraída dele e, que por conseguinte, tal direito irá apresentar distintas posições jurídico-fundamentais. Em outras palavras, o direito à saúde apresenta duas facetas, quais sejam: direito de defesa e direito prestacional. Essa diferenciação, por sua vez, demonstra, faticamente, o grau de efetividade do direito à saúde, pois a depender de como é considerado haverá a condução para um maior ou menor grau de consolidação, embora ambos devam ir em busca da máxima efetividade (SARLET, 2007, p.07).

Assim, o direito à saúde quando considerado como um direito de defesa, remete que o Estado e também terceiros não interfiram na saúde de outrem, isto é, que se abstenham e que não cometam qualquer ingerência que possa ser danoso à saúde do titular, desse modo, é de fácil constatação que, por ser um direito de defesa e solicitar uma omissão, o Estado consegue dar uma maior efetividade ao direito à saúde. Todavia, quando se refere o direito à saúde como um direito prestacional, o Estado e a sociedade civil vem encontrando grandes problemas no que concerne à sua efetivação, ou melhor, na sua não efetivação! E é diante desse outro lado da moeda, que o presente estudo irá debruçar-se de agora em diante.

3.1 A RESERVA DO POSSÍVEL

A efetivação do direito à saúde na exigência de alguma prestação material, naturalmente, irá provocar maiores gastos aos cofres públicos, até porque não tem como falar de direito à saúde, na sua dimensão positiva, sem observar os custos que lhe são inerentes. Portanto, é relevante sim, que o direito à saúde seja considerado em sua ordem econômica, pois apesar da enorme quantia de impostos recolhidos diariamente, é alegado, por diversas vezes, a limitada existência de recursos financeiros para tanto (BRANDÃO, 2012, p.01), fazendo assim com que o Estado se admita como ineficiente para a garantia de direito tão fundamental.

A essa impossibilidade de dispor de recursos financeiramente suficientes para efetivação do direito à saúde, que acaba se transformando em uma teoria de defesa por parte do Estado perante terceiros, se dá o nome de “Reserva do Possível”, de origem alemã, que com maestria é definido por Ana Paula Barcellos (2002, p. 236) como “o fenômeno econômico da limitação dos recursos disponíveis diante das necessidades quase sempre infinitas a serem por eles supridas”.

A Teoria da Reserva do Possível aduz que a efetividade dos direitos sociais, incluindo o direito à saúde estariam condicionados às possibilidades, às reservas das capacidades financeiras do Estado (SARLET; FIGUEIREDO, 2007, p.18). No entanto, a reserva do possível não se limita só a possibilidade do Estado de arcar com certas despesas, isto é, não se pode falar de uma reserva do financeiramente possível, visto que referida teoria se expande em outras dimensões. Mariana Figueiredo e Ingo Sarlet (2007, p. 19) balizam sobre a tríplice dimensão da reserva do possível, quais sejam: a) disponibilidade fática do Estado; b) disponibilidade jurídica do Estado; c) a razoabilidade do pedido.

O primeiro requisito fala, como já comentado, da possibilidade do Estado arcar materialmente o direito à saúde, isto é, ter recursos materiais e humanos para efetivação do mesmo. Já o segundo discorre sobre a

disponibilidade do Estado usar os recursos que tem, ou seja, a legitimidade do Estado nos conformes de seu orçamento previamente definido e da legalidade. Por fim, o requisito da proporcionalidade leciona acerca daquilo que o indivíduo pode razoavelmente exigir da sociedade, sem abuso de direito. Acertadamente, a Constituição Federal não delimitou o objeto do direito à saúde, cabendo a cada caso concreto analisar os três requisitos e em especial o último para consagração do que é devido àquele que procura a garantia de seu direito.

Então, poderá o caro leitor concluir que o direito à saúde ficaria sobrestado por faltas de recursos e que, portanto, nunca teria sua garantia efetivada. Entretanto, a reserva do possível não pode, em hipótese alguma, se tornar uma forma legítima de explicar e aceitar as negligências do poder público, não pode se acolher tal tese como a omissão do “tudo bem, tudo bom”. É evidente que os recursos são limitados, são insuficientes, isso é um fato, não há como mudar a razão inversamente proporcional que há entre a finitude de recursos e a infinidade das necessidades por parte da sociedade da noite para o dia. Entretanto, é desarrazoável que a teoria da reserva do possível seja invocada como um limite à efetivação de qualquer direito e garantia fundamental, seria, como demonstra Flávia Lima (2010, p. 05), “a banalização do discurso por parte do Estado em juízo e mesmo fora dele, sem, contudo, fazer prova de quaisquer das suas alegações.”

Portanto, a teoria da reserva do possível sempre deve ser vista com olhos desconfiados, implicando uma análise minuciosa a respeito da ponderação que deva existir entre possibilidade do Estado de arcar os custos sem causar mais desvantagens do que vantagens e a efetivação do direito à saúde, e por consequente o direito à vida. Deste modo, assim como qualquer outra colisão de direitos, deve se colocar em pratos limpos os direitos em jogo e decidir, a partir do caso concreto, o melhor para se realizar a justiça. Nenhum direito é absoluto, então, será comum a reserva do possível se sobressair bem como o direito à saúde, em determinados casos. E embora haja uma inclinação jurisprudencial para resolver a favor do direito à saúde, é imprescindível que ao Poder Judiciário tome o devido cuidado de apreciar a reserva do possível e a sua comprovação por meio do Poder Público para que não venha cometer ingerências tanto com relação ao Estado como ao particular.

3.2 INEFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Se a reserva do possível demonstra o quão limitado são os recursos existentes no exercício do direito à saúde, ao Poder Público cabe o direcionamento dos recursos (falhos, mas existentes!) para que haja o maior aproveitamento na concretização do direito à saúde. É necessário que o Poder Público tenha bom-senso e dis-

tribua seus recursos à proporção que cada seara merece, levando em conta as necessidades sociais levantadas a cada tempo e local. Assim, compete ao Estado no exercício de sua administração, a implementação de políticas públicas, que desde já, merece a devida definição:

[...] ações comandadas pelos agentes estatais e destinadas a alterar as relações sociais existentes. [...] são manifestações das relações de forças sociais refletidas nas instituições estatais e atuam sobre campos institucionais diversos, para produzir efeitos modificadores na vida social (DERANI, 2002, p. 239).

No entanto, se ao Poder Público fica o encargo de distribuir e alocar recursos, não há nenhuma lei que ofereça o comando de como aplicar os mesmos, ficando esse dever a “cargo de órgão político, legitimado pela representação popular, competente para fixar as linhas mestras da política financeira e social” (OLIVEIRA, 2011, p.05). Desse modo, reforça-se, incumbe aos órgãos legitimados popularmente, ter a precisa sensibilidade de reconhecer na sociedade os seus anseios, o que vai influenciar numa preferência de um bem jurídico sob o outro e, o mais relevante, ir em busca de concretização daquilo que for posto a ser perseguido por todos: poder público e sociedade civil.

E em quais órgãos estaria a competência legítima de atuar na gerência dos recursos? A resposta estaria no Poder Legislativo e Executivo, ao primeiro caberia a criação de normas e metas a serem alcançadas, e tendo feito isso, ao Executivo teria o condão de cumprir aquilo que foi determinado, adotando medidas efetivas para implementação das políticas públicas já planejadas (SOUZA, 2010, p. 09).

Contudo, a realidade vivenciada, sem novidades, é contrária que deveria ocorrer, os recursos são mal administrados, as políticas públicas são ineficientes e muitas vezes, inexistentes, porque as mesmas dificilmente são cumpridas, ficando ainda mais complicada a promoção do bem-estar social e a garantia, em específico, do direito à saúde.

E é nesse íterim que há a sustentação do Poder Judiciário como órgão imprescindível, embora haja diversas divergências doutrinárias, no controle das políticas públicas, fazendo-se destacar a grandiosidade encontrada no Judiciário na efetivação do direito à saúde, tanto é que o número de ações solicitando prestações positivas do poder público na consolidação do direito à saúde é nitidamente crescente, percebe-se, então, que o particular vê no Judiciário uma “luz no fim do túnel” e que após a frustrada tentativa de efetivar seu direito, não o consegue por dispêndio da má e inadequada administração da *res publica*.

No entanto, se há quem veja no Poder Judiciário a solução de um problema que não conseguiu ser re-

mediado ou uma meta que não conseguiu ser atingida pelo Poder Legislativo e Executivo por qualquer motivo, seja pela má distribuição dos recursos ou pela velha conhecida corrupção, há quem destaque a afronta que é o Judiciário interferir nas competências dos outros poderes, principalmente por se tratar de uma tripartição do poder estatal que não tem seus servidores eleitos pelo povo, acentuando assim, a ideia que o magistrado estaria acima do bem e do mal, e portanto, estaria decidindo e suprimindo a opinião do próprio povo.

Enfim, muitas águas ainda rolam quando o assunto é a intervenção judicial em qualquer âmbito, e não seria diferente no que concerne à efetivação do direito à saúde. Está se tornando habitual a atuação do Judiciário quando se tem em jogo a garantia do direito à saúde, se o problema da (não) efetivação do direito à saúde se esbarra numa questão político-econômica, talvez, a sua resolução encontre guarida, por ora, na sua judicialização, evidenciando que a intervenção do Poder Judiciário vem bem a calhar. De qualquer modo, muito tem o que ser debatido e esclarecido, evidenciando algo que é certo: a efetivação do direito à saúde é tudo, menos simples, e por isso, merece a devida atenção ao que diz respeito a sua relação com o Judiciário.

4 INTERVENÇÃO JUDICIAL NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE

4.1 JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE

A judicialização do direito à saúde pode ser constatada de duas formas. A primeira se refere quando o Estado age, mas sua atuação é inconstitucional, porque viola, de certo modo, o direito à saúde, como por exemplo, a edição de normas que dificultam o exercício do direito à saúde, ou normas que não protegem suficientemente a saúde, ou até mesmo, normas que restringem o direito à saúde, enfim, atos lesivos na concretização do citado direito. Nesse caso, a atuação do Judiciário é muito simples, pois irá, segundo George Marmelstein (2003, p. 59), “invalidar o ato administrativo ou a norma que esteja desrespeitando, dificultando ou impedindo a realização plena do direito à saúde.” Já o que concerne ao segundo modo de judicialização, quando o comportamento do Estado se perfaz em um não-fazer, em uma omissão, omissão esta que é totalmente prejudicial a efetivação do direito à saúde, a resposta dada pelo Judiciário não é nada simplório, e carrega na sua solução um grau de complexidade bastante elevado.

É diante dessa inércia do ente estatal por parte dos Poderes Executivo e Legislativo, que o número de ações pleiteadas junto ao Judiciário vem crescendo demasiadamente, sendo notória a crescente busca de efetivação do direito à saúde por vias judiciais, seja na prestação de medicamentos a procedimento cirúrgicos,

salta aos olhos a atuação do Judiciário, fazendo com que doutrina, jurisprudência, bem como toda a sociedade civil se encontre, vez por outra, em debates acalorados acerca do tema.

A judicialização da saúde hoje, nada mais é do que a possibilidade do direito do indivíduo ser garantida. No entanto, o direito à saúde em confronto com outros princípios e direitos constitucionais nem sempre será elevada, nem sempre ganhará o jogo, ou seja, o direito à saúde não é fórmula matemática, não é fórmula absoluta (bem como todos os outros direitos fundamentais por seu princípio da relatividade). Mas é claro que o direito à saúde, embora alguns defendam o contrário, vai em busca da sua máxima efetividade. O direito à saúde não pode ser encarado diante de uma teoria da eficácia jurídica zero ou mínimo, isto é, não pode ser entendida como uma mera recomendação que poderá ser prestada pelo Estado ou uma norma programática que dependa incondicionalmente do legislador, respectivamente.

A teoria da máxima efetividade, assim como a omissão dos Poderes Legislativo e Executivo e o crescimento que o Judiciário vem suscitando a questão da judicialização da saúde e são indicados, segundo este estudo, como os principais motivos da fomentação do citado fenômeno, merecendo certas considerações de agora em diante.

Primeiramente, a teoria da máxima efetividade se encontra consagrada no próprio artigo 5º, § 1º, da Constituição Federal de 1988 ao dispor que “as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata”, ou seja,

Tal formulação, à evidência, traduz uma decisão inequívoca do nosso Constituinte no sentido de outorgar às normas de direitos fundamentais uma normatividade reforçada e, de modo especial, revela que as normas de direitos e garantias fundamentais não mais se encontram na dependência de uma concretização pelo legislador infraconstitucional, para que possam vir a gerar a plenitude de seus efeitos, de tal sorte que permanece atual a expressiva e multicitada frase de Hebert Krüger, no sentido de que hoje não há mais falar em direitos fundamentais na medida da lei, mas sim, em leis na medida dos direitos fundamentais (SARLET, 2007, p. 08-09).

Assim, o direito à saúde, por ser um direito fundamental que é, está acentuado de uma força jurídica sem igual, e mesmo com alguns argumentos contrários a fundamentalidade do direito à saúde pelo simples fato de não estar elencado no artigo 5º da CF/88, não é um argumento convincente, devendo prevalecer, pois, o próprio parágrafo 1º do supracitado dispositivo. A aplicação imediata de normas definidoras de direitos fundamentais, e os direitos fundamentais não se encerram

no artigo 5º, podendo ser aferido até em normas infraconstitucionais, como é o caso do direito ao nome, consagrado no Código Civil, por exemplo. Sem falar que ao fazer uma interpretação sistemática e teleológica, afere-se nitidamente que o constituinte quis dar também aos direitos fundamentais sociais, em destaque o direito à saúde, a sua máxima efetividade, o seu maior grau de concretude, devendo, pois, ser consolidada. Portanto, o princípio da máxima efetividade vem demonstrando ser um dos motivos para a crescente judicialização do direito à saúde, fazendo com que o indivíduo exija o mesmo pelas vias judiciais para o devido cumprimento por parte do Poder Público.

Embora, todos os motivos de judicialização acima referidos tenham ligação entre si, é evidenciado a íntima relação entre os dois últimos: a omissão do Poder Público e o crescimento do Judiciário, pois é pela falta de um que o outro atua, ou melhor explicando, é pela deficiência dos Poderes Legislativo e Executivo que o Judiciário cumpre o seu papel, e claro, ganha destaque no âmbito da garantia do direito à saúde. É pelo descarado desrespeito por parte do Poder Público às normas constitucionais que garantem o direito à saúde que gera com que o Poder Judiciário seja acionado pelos indivíduos que se sentem lesados, seja pela ineficiência e ineficácia das políticas públicas, como já explicitado no ponto 3.2 desse estudo. Ou seja, um Legislativo que não consegue definir, simples e objetivamente, atividades para a garantia da saúde, sendo eivados de uma burocracia sem fim, e por consequente, dificultando que o Executivo consiga tomar medidas para atingir os parâmetros propostos.

Por fim, o próprio Judiciário contribui para a judicialização do direito à saúde. O Poder Judiciário já não é mais aquele idealizado por Montesquieu, muito menos por Aristóteles, e por que não falar em Locke também? Assim sendo, o Judiciário já não se cabe como um mero expectador dos Poderes Executivo e Legislativo, como um simples instituto “boca-de-lei” como outrora. Corroborar-se, desse modo, que o Poder Judiciário vem sofrendo, ao longo dos anos, modificações consideráveis que refletem no entendimento de tal órgão diante do que seja justiça e de como concretizá-la, isto é, mudanças na sua singular maneira de atuar.

E embora o Judiciário tenha permanecido por tempos escondido diante dos demais Poderes (Legislativo e Executivo), por ser considerado “um órgão destinado exclusivamente à aplicação de leis” (BASTOS; CARVALHO, 2011, p. 01), pois ao juiz não se dava a abertura para o pensar, o inovar e o conceber, reduzindo o seu papel na única e exclusiva pronúncia das letras mortas da lei; Hoje, já não pode se dizer o mesmo, o Direito e por sua vez, o Poder Judiciário, tem uma nova cara baseada e fincada no neoconstitucionalismo, inspirados

no pós-positivismo, e necessita que tanto as leis, quanto seus aplicadores deixem de lado a frieza dos textos e se entreguem aos valores fundantes de uma sociedade. Desse modo, o Poder Judiciário sai do estado de passividade para se tornar um agente ativo de mudanças em uma sociedade, mostrando e garantindo a estes seus direitos e o mais importante, efetivando tais direitos!

Atualmente, o Poder Judiciário tem revisto o seu verdadeiro papel na sociedade, atuando de forma efetiva como garantidor da Constituição Federal e possibilitando que direitos antes sufragados pela Administração Pública venham a ser verdadeiramente efetivados. As decisões judiciais antes comezinhas, ineficientes e tímidas, agora alcançam patamares diversos, mostrando-se corajosas e desafiando uma estrutura sedimentada na prevalência dos interesses do Poder Executivo em detrimento dos demais Poderes. Verifica-se, desse modo, que a maturidade e independência institucional do Poder Judiciário permitem que a Judicialização sobreviva e que as demandas relativas ao direito à saúde simplesmente não sejam absorvidas pelas ingerências e interesses políticos do Poder Executivo (FRANCO, 2013, p. 04).

Contudo, se por um lado há quem veja nessa atuação do Judiciário, mediante a infeliz omissão do Poder Legislativo e Executivo, uma solução, mesmo que paliativa, aplaudindo e apoiando tal performance, uma vez que a justiça e a garantia dos direitos previstos na Constituição estão em jogo, ou seja, acima de tudo está o respeito à supremacia constitucional, há aqueles que não veem com bons olhos esta atuação, pois acreditam que seria, no mínimo, uma afronta ao princípio da separação dos poderes, alegando que os juizes não têm legitimidade para impor e desconstruir o que já foi estabelecido no orçamento dos entes federativo, adentrando, assim, na competência dos outros Poderes. Estaria o Judiciário realmente penetrando nas funções desempenhadas pelo Poder Legislativo e Executivo, provocando assim, um desequilíbrio na Separação dos Poderes?

4.2 SEPARAÇÃO DOS PODERES

O artigo 2º da Constituição Federal de 1988 dispõe: “São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.” O princípio da Separação dos Poderes, como é mais conhecido, é considerado, inclusive, cláusula pétrea no ordenamento jurídico vigente, sendo assim impossibilitado de ser modificado por emenda constitucional, conforme alude o artigo 60, § 4º, III, da atual Constituição.

Apesar do princípio da Separação dos Poderes já encontrar suas primeiras nuances com Aristóteles, foi somente com Montesquieu em sua obra *O espírito das leis*, em tempos de uma visão precursora do Esta-

do Liberal, que o princípio em questão foi caracterizado como tal, pois Montesquieu introduziu, a partir de um pressuposto aristotélico, que as funções do Estado (legislar, administrar e julgar) deveriam ser separadas em três órgãos distintos, retirando assim o absolutismo de poder na mão de um único indivíduo e, por consequente, dando maior liberdade ao povo e aumentando a eficiência do Estado.

Porém, diante a anterior menção acerca da atuação proativa do Poder Judiciário mediante a omissão do Poder Público, há quem sustente a ideia de que o magistrado ao julgar a favor do direito à saúde em contraposição a “reserva do possível” estaria invadindo uma competência do Poder Executivo, pois o mesmo estaria mostrando como e onde aplicar o dinheiro e as políticas públicas, isto é, estava demonstrando ser um melhor administrador do que aquele que o próprio povo elegeu, sem falar nas usurpações ao Poder Legislativo no que tange a lei orçamentária, já que ao garantir o direito à saúde por meio de prestações materiais, implicando, por óbvio, em gastos antes não previstos, estar-se-ia bagunçando com tudo que tinha sido planejado, enfim, a atuação do magistrado configuraria uma afronta inenarrável a Separação dos Poderes, e mais, seria uma afronta ao próprio povo, pois o juiz estaria desconstruindo tudo aquilo que foi feito pelos eleitos do povo, ultrajando a vontade deste!

Se é certo que há um consenso no que diz respeito à atuação dos juizes enquanto legislador negativo, o mesmo não ocorre quando se está a falar numa atuação análoga à do legislador positivo. Ou, eventualmente, do administrador. De outro viés, cumpre verificar se, do fato de o Judiciário não dispor de um meio de legitimação como os demais poderes (o mecanismo eleitoral para a investidura de seus membros), não se poderia deduzir que está impedido de atuar a partir de determinado limite. Poder-se-ia, eventualmente, afirmar, para afastar o argumento, que o Judiciário atua como uma espécie de delegado do Poder Constituinte para a defesa da Constituição e, especialmente, dos direitos fundamentais. O contra-argumento seria no sentido de que, no contexto do regime democrático, é a maioria (princípio majoritário) que governa (CLÉVE; APUD OLIVEIRA, 2011, p. 03)

No entanto, essa visão extremista da Separação dos Poderes não deve subsistir diante da concretização do direito à saúde, bem como qualquer outro direito fundamental, devendo, portanto, ser relativizando, até porque, nenhum direito é absoluto. Tem que se perceber que a Separação dos Poderes não é uma separação estanque, abissal, onde um poder fica distante do outro, muito pelo contrário, eles convivem conjuntamente e de forma harmoniosa, onde na verdade, perante as funções típicas e atípicas que cada Poder exerce,

conclui-se que todos os poderes legislam, administram e julgam, mas claro, ressalta-se, a função típica é aquela desempenhada de forma predominante, enquanto a atípica é exercida em um segundo plano. Assim sendo, entre os poderes deve “haver colaboração e controle recíproco, a fim de evitar distorções e desmandos [...], havendo a possibilidade, portando, de um Poder intervir na competência do outro, em caso de omissão.” (SOUZA, 2010, p. 10).

Desse modo, apoiar o argumento de afronta ao princípio da Separação dos Poderes quando há a atuação do Poder Judiciário é descabido, desproporcional, principalmente, quando essa atuação tem o intuito de concretizar, fazer valer um direito fundamental, como é o caso do direito à saúde. E colocar o desempenho do magistrado no exercício de sua função como forma de ultraje ao próprio povo é, no mínimo, querer fugir da inditosa realidade em que o brasileiro se encontra ao que diz respeito a efetivação do seu direito à saúde, pois convenha-se que aqueles que foram eleitos pelo povo e para o povo, em sua maioria, estão em busca de interesses próprios, esquecendo boa parte da sociedade que os colocou no poder.

E o tom de reprovação existente àqueles que procuram a via jurisdicional para a satisfação do seu direito à saúde deve ser revisto, uma vez que o indivíduo ao ir em busca de garantir o seu direito constitucionalmente reconhecido se dirige ao Poder Judiciário, é porque não conseguiu concretizá-lo pela via mais simples, isto é, no âmbito da administração pública, pois não tem como falar de uma administração pública eficiente ou atuante quando a realidade dos hospitais públicos mostram o contrário. E uma vez o indivíduo tendo o seu direito usurpado ou ameaçado, o mesmo tem o direito (e o dever) de se encaminhar ao Judiciário, visto que o artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal de 1988 aduz que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça à direito”.

Por fim, cabe salientar, que o Poder Judiciário em nenhum momento administra ou toma o lugar do Poder Executivo, ao Judiciário compete garantir direitos fundamentais, dando a máxima efetividade possível ao direito à saúde, já que o Poder Público vem se mostrando inoperante nesse sentido. Enfim, “o objetivo da decisão judicial constitucional não é meramente nomear direitos, mas assegurá-los, e fazer isso no interesse daqueles que tem tais direitos” (DWORKIN, 1999, p. 44), protegendo o ser humano e sua dignidade.

Já ao que concerne à atuação do Judiciário como provável afronta ao Poder Legislativo na sua competência de determinar a lei orçamentária de cada ente federativo, a solução para esse problema é aparentemente tortuosa, visto que o juiz ao julgar em favor do direito à saúde em contraposição a “reserva do possível”,

irá implicar em gastos antes não previstos aos cofres públicos, e isso ofenderia claramente o artigo 167 da Constituição vigente que aduz ser vedado a realização de despesas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais, bem como início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual, ou, ainda, a transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.

Então, como ficaria o Estado que podendo custear o que foi solicitado pelo Poder Judiciário, não o pode fazer por afrontar de imediato a seara orçamentária construída previamente pelo Poder Legislativo? E ao cidadão, como ficaria a garantia do seu direito à saúde que precisa de uma prestação imediata ao esperar que o Poder Legislativo refaça toda a lei orçamentária contemplando, desse modo, a sua necessidade?

O raciocínio para solucionar determinados problemas deve ser equivalente ao que foi utilizado no confronto entre direito à saúde e o princípio da Separação dos Poderes. Primeiramente, percebe-se que ao confrontar direito à saúde e a lei orçamentária estar-se-á lidando com normas-princípios, ou seja, em um eventual embate entre estas não haverá exclusão de uma em detrimento de outra (diferente do que ocorre com as normas-regras, que funcionam na base do tudo ou nada, isto é, ou são válidas e cumpridas ou inválidas e expurgadas do ordenamento), e sim sua otimização, colocando as normas-princípios em um “balanceamento de valores e interesses [...] consoante o seu peso e a ponderação de outros princípios [...] conflitantes.” (CANOTILHO, 2002, p. 1145-1146), assim, as normas-princípios, em questão o direito à saúde e a previsão orçamentária, devem ser harmônicas entre si.

Conclui-se, então, que apesar da importância existente no planejamento prévio das despesas públicas,

A previsão orçamentária não deve servir como obstáculo à efetivação dos direitos fundamentais, mormente o acionado direito à saúde, quando buscados pelo Poder Judiciário. Isto não impede que o juiz ordene ao poder público que realize determinada despesa para fazer valer um dado direito constitucional, até mesmo porque diante do conflito de normas (previsão orçamentária e direito fundamental), vê-se que encontram-se no mesmo patamar, sobressaindo então, o direito fundamento, dada sua superioridade axiológica (GANDIN; BARIONE; SOUZA; APUD OLIVEIRA, 2011, p. 04).

Mais uma vez demonstra-se, que a atuação advinda do Poder Judiciário não tem como escopo afrontar e adentrar nas competências dos demais Poderes, o Poder Judiciário não quer se transformar em um Super-poder onde tudo quer, tudo pode e tudo faz, até porque

estar-se-ia regressando à época do absolutismo, na concentração de poderes em único ente. Assim sendo, é saudável que a atuação judicial encontre limites no momento de sua interpretação, garantindo desse modo o direito à saúde sem dificultar ou suprimir outros direitos e princípios constitucionais.

5 CONCLUSÃO

Todos os direitos que são encontrados na Constituição Federal de 1988 não estão lá por um acaso. A declaração de um direito (ou de direitos) serve para o quê? Pelo próprio significado da palavra “declarar” pressupõe-se que os direitos devam ser anunciados, professados, demonstrados claramente, ou seja, faz com que o titular do direito tenha conhecimento sobre o mesmo. Mas é preciso dizer mais, um direito constitucionalmente garantido tem o condão, acima de tudo, de se tornar real, efetivo, de acontecer na vida das pessoas, no entanto, caro leitor, um conjunto de papéis não irá conseguir por si só concretizar todos os direitos anunciados por estes; É preciso ação, é preciso batalha, é preciso luta e, principalmente, é preciso iniciativa por parte do Poder Público e da sociedade civil para que um direito saia das sombras de meras folhas de papel e faça-se efetivo na realidade em que se encontra.

Mais do que nunca, vive-se em um contexto de iminente desilusão constitucional, entretanto, como já acentuava Paulo Bonavides, em nenhum momento tal crise foi desencadeada pela Constituição, mas da sociedade, do governo e do Estado. Ao Poder Público não se aguenta presenciar tanta omissão, descaso e corrupção, fazendo com que milhares padeçam em hospitais sem o mínimo de atendimento digno, enquanto uma minoria se esbalda no dinheiro público. Ao povo (Ó povo de Friedrich Müller!) que, aparentemente, se encontra em uma inércia infundável, onde tudo aceita e corrompe-se facilmente, é mister reconhecer e utilizar as preciosíssimas armas que se encontram em suas mãos: o voto e a consciência política. Mas também como exigir consciência política, se boa parte da população não tem educação de qualidade, não tem comida para pôr na mesa, não tem saúde digna de qualquer ser humano? É uma via de mão dupla, via esta que se encontra interdita por muitos anos.

Sem um Poder Público eficaz e com uma população necessitada, o presente estudo iniciou-se, como deve ter sido percebido, com o desiderato de analisar a atuação do Poder Judiciário no que tange à efetivação do direito à saúde. O Judiciário se encontraria como a última porta em que o indivíduo deveria procurar para consolidar aquilo que tanto anseia, tornando a via jurisdicional como a “luz no fim do túnel”. Entretanto, alguns defendem a indevida atuação do Judiciário em questões

que envolvem o direito à saúde, e realmente é forçoso concordar! Contudo, alerta-se, é preciso concordar não na perspectiva de um Judiciário que extrapola o princípio da Separação dos Poderes e se mostra um ente antidemocrático, mas deve-se considerar indevida numa ideia de futuro que deve ser constantemente buscada, em outras palavras, a atuação do Poder Judiciário se tornaria indevida por significar que o Poder Público é capaz o suficiente para garantir o direito à saúde ao seu povo.

Assim, é visível que apesar de estar se destacando a atuação do Judiciário, o problema em si não gira em torno dele, o Poder Judiciário não é vilão, mas sim o mocinho que tenta dar àquele que o procura aquilo que o é de direito. Entretanto, faz com que seja suscitado o debate acerca da omissão estatal e seus impactos na saúde e na preservação da vida de milhares de seres humanos, e além das inúmeras discussões, é importante que se tomem medidas para que em um futuro, de preferência próximo, seja totalmente diferente da realidade que o sistema de saúde se depara hoje.

Então, faz-se urgente que o direito à saúde seja realmente garantido pelo Poder Público (Legislativo e Executivo), onde os recursos sejam bem aplicados e consigam suprir com qualidade a demanda advinda da população, fazendo com que o acesso de qualquer e todo indivíduo à saúde seja realizado com dignidade e presteza. Desse modo, está mais do que na hora do Estado tomar as rédeas da situação e confirmar o direito social à saúde, isto é, reconhecer-se faticamente o que já é posto no artigo 196 da Constituição Federal e colocar-se como agente político-econômico de caráter imprescindível à efetivação do direito à saúde, assegurando, por consoante, o direito à vida e a dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Zenaida Tatiana Monteiro. **Da efetivação do direito à saúde no Brasil**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 86, mar 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9037>. Acesso em out. 2013.

BARCELLOS, Ana Paula. **A Eficácia Jurídica dos Princípios constitucionais**. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, pág. 236.

BRANDÃO, Fernanda Holanda de Vasconcelos. **O princípio da reserva do possível como aspecto econômico a ser observado na efetivação do direito à saúde**. Jus Navigandi, Teresina, ano 17 (revista/edicoes/2012), n. 3149. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/21072>>. Acesso em: 11 out. 2013.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 5. ed. Lisboa: Almedina, 2002.

CARVALHO, Carlos Eduardo Araújo de. **Ativismo judicial em crise**. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 2137, 8 maio 2009.

DWORKIN, Ronald. **O império do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FIGUEIREDO, Mariana Filchtner; SARLET, Ingo Sarlet. Reserva do Possível, Mínimo Existencial e Direito à saúde: Algumas aproximações. **Revista Direitos Fundamentais & Justiça**, n. 01, 2007.

FRANCO, Lafaiete Reis. **A judicialização do direito constitucional à saúde no Brasil**: a busca pela efetivação de um direito fundamental. Jus Navigandi, Teresina, ano 18 (/revista/edicoes/2013), n. 3735. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/25377>>. Acesso em: 11 out. 2013.

KRELL, Andreas J. **Os Direitos Sociais e Controle Judicial no Brasil e na Alemanha**. Os (Des)Caminhos de um Direito Constitucional "Comparado". Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2002, pág. 52.

LIMA, Flávia Danielle Santiago. **Em busca da efetividade dos direitos sociais prestacionais**. Considerações acerca do conceito de reserva do possível e do mínimo necessário. Jus Navigandi, Teresina, ano 5, n. 51, out. 2001. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/2177> (". Acesso em: 11. Out. 2013.

MARMELSTEIN, George. **Efetivação do direito fundamental à saúde pelo poder judiciário**. Monografia. Faculdade de Direito – Universidade de Brasília. 2003.

MARMELSTEIN, George. **Curso de Direitos Fundamentais**. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Tayanne Martins de. **A judicialização da saúde**: atuação do Poder Judiciário para efetivação de garantia constitucional. Jus Navigandi, Teresina, ano 16. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/19240>>. Acesso em: 11 out. 2013.

SARLET, Ingo Wolfgang. Algumas considerações em torno do conteúdo, eficácia e efetividade do direito à saúde na Constituição de 1988. **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado**, Salvador – Bahia, n. 11, 2007.

SECONDAT, Charles Louis de. **L'espítit des Los de Montesquieu**, traduzido por Luiz Fernando de Abreu Rodrigues. 1. ed., 7ª reimpressão. Juruá, Curitiba. 2009.

SOBRE OS AUTORES:

Lunara Farias Lima

Acadêmica de Direito pela Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS. Jovem Embaixadora pela US Embassy e CEO Leader do Step-Up! Project.
E-mail: lunara.lima@hotmail.com.

Marcos Vinicius dos Santos Junior

Docente na Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS. Especialização em Processo Civil e Gestão do Processo pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará.
E-mail: fcrs1181@fcrs.edu.br.

INOVAÇÕES CURRICULARES: UMA DISCUSSÃO SOBRE PRINCÍPIOS, CONCEPÇÕES E MÉTODOS

Elisangela André da Silva Costa
Maria Socorro Lucena Lima
Ana Lourdes Lucena de Sousa

RESUMO

A presente pesquisa parte da discussão acerca dos processos formativos desenvolvidos nos diferentes níveis de ensino, que atualmente vem sendo perpassada por questões que se fazem presentes no contexto sociopolítico, econômico e cultural mais abrangente, demandando das Instituições e dos diferentes sujeitos que nelas trabalham posturas e práticas que façam frente aos desafios postos pela contemporaneidade, traduzidas geralmente como inovação curricular. No entanto, tais inovações são questionáveis, por se sustentarem em fundamentos e princípios conservadores que, por mais que se mostrem modernos, mantêm preservadas perspectivas e horizontes de formação. Dentro deste contexto surgiu a indagação que norteou esta pesquisa: o que é inovação curricular e quais os fundamentos e concepções que a sustentam? Considerando que esta discussão não nasce na atualidade, propôs-se metodologicamente uma revisão de literatura acerca desta temática, buscando evidenciar a polissemia existente na concepção de inovação ao longo da história da educação brasileira, apresentando contribuições para reflexões sobre a prática docente universitária. Os resultados apontam que a leitura crítica das diferentes reflexões trazidas pelos autores nos permite compreender que a inovação não se dá pela aparência de modernidade que determinada ação apresente, pelos recursos utilizados pelas instituições ou pelos educadores. A inovação precisa estar ancorada em reflexões e fundamentos que apontem os nortes político pedagógicos da ação docente e seus reflexos no processo formativo dos alunos.

Palavras-chave: Inovação curricular. Educação. Docência. Formação de professores.

ABSTRACT

This survey of the discussion on the training processes developed at different levels of education, which is currently being pervaded by issues that are present in the wider socio-political, economic and cultural context, demanding the institutions and individuals who work in them different postures and practices to meet the challenges posed by contemporary, usually translated as curriculum innovation. However, such innovations are questionable by supporting themselves on fundamentals and conservative principles, however that may be modern outlook remains preserved and training horizons. Within this context the question that guided this research arose: what is curriculum innovation and what the fundamentals and concepts that support it? Whereas this thread is not born today, it was proposed methodologically a literature review on this topic in order to enhance the existing polysemy in design innovation throughout the history of Brazilian education, with contributions to the university reflections on teaching practice. The results indicate that the critical reading of the various considerations brought by the authors allows us to understand that innovation does not happen by the appearance of modernity that present particular action, the resources used by institutions or by educators. Innovation needs to be anchored in reflections and fundamentals that point the political pedagogical north of teaching activity and their reflections on the learning process of students.

Keywords: Curriculum innovation . Education. Teaching. Teacher training.

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre os processos formativos desenvolvidos nos diferentes níveis de ensino vem sendo perpassada por questões que se fazem presentes no contexto sociopolítico, econômico e cultural mais abrangente, demandando das Instituições e dos diferentes sujeitos que nelas trabalham posturas e práticas que façam frente aos desafios postos pela contemporaneidade.

Os desafios de formar sujeitos com posturas éticas em um contexto marcado pela crise de valores ou mesmo de estimular o pensamento reflexivo em um cenário onde predomina o consumo acrítico de informações convidam os educadores a atuar de forma diferenciada, a promover avanços e inovações curriculares que promovam uma legítima mudança nas formas de ensinar e aprender.

No entanto, é comum verificarmos a existência de práticas ditas inovadoras ancoradas em princípios epistemológicos, políticos e pedagógicos extremamente conservadores, sendo apenas maquiadas superficialmente com um ou outro equipamento tecnológico, mantendo, no entanto, os mesmos resultados no processo formativo dos alunos.

Dentro deste contexto, surgiu a pergunta que norteou esta investigação: o que é inovação curricular e quais os fundamentos e concepções que a sustentam? Considerando que esta discussão não nasce nos dias atuais, nos propomos a realizar uma revisão de literatura acerca desta temática, buscando evidenciar a polissemia existente na concepção de inovação ao longo da história da educação brasileira, apresentando contribuições para reflexões sobre a prática docente universitária. Para tanto, nos debruçamos sobre os escritos de autores como Saviani (1980), Wanderley (1980) e Ferreti (1980) que apresentam discussões sobre os aspectos filosóficos, sociológicos e pedagógicos da inovação curricular no contexto brasileiro até a década de 1980, seguido da revisão dos escritos construídos por pesquisadores vinculados ao *Seminário de Investigación Curricular y Siglo XXI* (México, 2006), que traz uma visão da América Latina em relação a Inovação e outro que constitui o grupo de pesquisa Formação de Professores e Paradigmas curriculares (Forpec), focando o contexto brasileiro.

Os resultados apontam para Inovação como um termo polissêmico, que sofre variações de acordo com os diferentes tempos históricos, seus valores e culturas. No entanto, a leitura crítica das diferentes reflexões trazidas pelos autores nos permite compreender que a inovação não se dá pela aparência de modernidade que determinada ação apresenta, pelos recursos utilizados pelas instituições ou pelos educadores. A inovação pre-

cisa estar ancorada em reflexões e fundamentos que apontem os nortes político pedagógicos da ação docente e seus reflexos no processo formativo dos alunos.

2 O NASCEDOURO DAS DISCUSSÕES SOBRE INOVAÇÃO

A discussão sobre a inovação no contexto educacional necessita ser realizada a partir de diferentes referenciais que lancem luzes e iluminem cada vez mais os inúmeros fatores que interferem na construção e compreensão deste fenômeno social. Nesse sentido, os fundamentos filosóficos, sociológicos e pedagógicos da educação se constituem como importantes referências para a construção desse diálogo.

As reflexões construídas a partir desse movimento buscam evidenciar que a concepção de inovação traz historicamente uma polissemia que precisa ser considerada, de forma que a compreensão acerca da questão não se dê de forma equivocada, distante de um contexto e esvaziada de sentido (MASETTO, 2012).

O livro *inovação educacional no Brasil*, organizado por Walter Garcia na década de 1980, é um exemplo desta afirmativa. Nele são apresentadas discussões ligadas à inovação no campo da educação, que nos ajudam a compreender como o termo pode adquirir significados diversos em diferentes tempos e espaços.

Sob o ponto de vista filosófico, a questão da inovação nos remete a quatro grandes concepções, consideradas fundamentais na educação: concepção humanista tradicional, concepção humanista moderna; concepção analítica e concepção dialética (SAVIANI, 1980).

Na **concepção humanista tradicional**, sustentada numa perspectiva essencialista de homem, praticamente não há espaço para o tema inovação, tendo em vista que a educação deve conformar-se à essência imutável do ser humano, pouco interferindo na alteração de seus trajetos. Na **concepção humanista moderna**, a ideia de inovação se alicerça na contraposição àquela anteriormente mencionada, defendendo uma visão de homem centrada na existência e na atividade. Dessa maneira, a inovação surge como oposição ao tradicional, “[...] ao invés de centrar-se no educador, no intelecto, no conhecimento, centra-se no educando, na vida, na atividade (ação)” (SAVIANI, 1980, p. 18). A **concepção analítica**, que não pressupõe de forma explícita visões de homem, nem um sistema filosófico geral, não aponta critérios predeterminados para o significado de inovação, sendo necessária a análise do contexto linguístico em que é utilizada, desconsiderando os fatores socioeconômico, histórico e político. A **concepção dialética** recusa a ideia de predeterminação, interessando-se pelo homem concreto, que se constrói no conjunto das relações sociais, dinâmicas e contraditórias. “Não vê a

necessidade de negar o movimento para admitir o caráter essencial da realidade [...] nem de negar a essência para admitir o caráter dinâmico do real” (SAVIANI, 1980, p. 20). Assim, a inovação relaciona-se a revolução, a mudança de raízes e bases e ainda à reformulação da própria finalidade da educação.

Em síntese, é possível dizer que para a concepção humanista tradicional Inovação é algo accidental, que retoca superficialmente a realidade sem alterá-la; para a concepção humanista moderna inovar significa alterar métodos e formas de educar sem, no entanto, interferir nas finalidades da educação; para a concepção analítica, inovação não tem relação com o alterar, seja de forma accidental ou essencialmente, e sim com a utilização de outras formas, de instituir algo fundamentalmente novo; para a concepção dialética, inovação é colocar a educação a serviço da mudança estrutural da sociedade.

As diferentes perspectivas apresentadas correspondem a diferentes níveis de inovação, desde aqueles superficiais, que pouco interferem nos contextos educacional e social, até aquelas que se comprometem radicalmente com a transformação da realidade.

Saviani (1980, p. 26), apresenta os seguintes níveis de inovação, tomando como referência o ensino tradicional:

- a. São mantidas intactas a instituição e as finalidades do ensino. Quanto aos métodos, são mantidos, no essencial, sofrendo, no entanto, retoques superficiais;
- b. São mantidas a instituição e as finalidades do ensino. Os métodos são substancialmente alterados.
- c. São mantidas as finalidades do ensino. Para atingi-las, entretanto, a par das instituições e métodos convencionais, retocados ou não, utilizam-se formas parainstitucionais e/ou não institucionalizadas.
- d. A educação é alterada nas suas próprias finalidades. Buscam-se os meios considerados mais adequados e eficazes para se atingir as novas finalidades.

Observa-se que a efetiva transformação de uma realidade só se evidencia nos terceiro e quarto níveis, ao passo que o primeiro e o segundo nível promovem apenas uma aparente transformação, mantendo a essência dos processos sociais e educativos inalterada.

A concepção de inovação, em nosso entendimento, se associa à ideia de alternativa (PUIGGRÓS, 2003), criada para responder a uma insatisfação relativa a determinada situação que interfere diretamente na qualidade de vida de uma coletividade. Assim, é movimento, é busca, é criação de propostas e soluções que visam transformar a realidade e os sujeitos envolvidos. Associam-se a esta ideia as concepções de inovação defen-

didadas por Cunha (2001) e Hernandez (2000), como uma construção histórico-social, resultante de tensões, necessidades e carências presentes nas trajetórias de um determinado grupo.

Neste processo de transformação da realidade estão presentes movimentos de adesão e de resistência às transformações por parte dos sujeitos. Wanderley (1980) realiza uma análise dessa questão **sob a perspectiva sociológica**, a partir de duas abordagens: a modernização e a dialética.

O modelo teórico da modernização salienta, de acordo com Wanderley (1980, p. 32), “a interdependência sistêmica de todas as partes da estrutura social e que a mudança de uma das partes produz efeitos sobre as demais”. No núcleo das definições de modernização encontra-se o conceito de secularização, que compreende três tipos de mudança:

- “a) mudança na estrutura normativa predominante que rege a ação social e as atitudes internalizadas correspondentes [...];
- b) especialização crescente das instituições [...];
- c) institucionalização crescente das mudanças” (idem, pp. 32-33).

Importa situar, ainda, três processos de mudança estrutural presentes na transição global: o desenvolvimento econômico, a modernização social e a modernização política.

A associação dos elementos acima mencionados nos permite refletir sobre questões presentes no contexto da política educacional brasileira, como o compromisso com a agenda da Unesco, expressa no relatório Delors (1999), que identifica a educação como chave do desenvolvimento. Apontado como um elemento de modernização social, este relatório interferiu de maneira importante na definição de ações políticas para o Brasil, sob a referência da concepção de “educação ao longo da vida”. Temos, dentro deste contexto, a redefinição de estruturas normativas e institucionalização desse processo de mudanças, com a implantação de Leis e Resoluções que, a partir da década de 1990, vem redefinindo a estrutura e organização das instituições educativas no Brasil, nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

A abordagem teórica da modernização situa as instituições de ensino como sistemas sociais autônomos ou como subsistemas de outros mais abrangentes, enfatizando os atores, suas características e relações; os fatores de integração da instituição ao sistema; o controle social interno e a interação com a comunidade. Haveria, de acordo com Wanderley (1980, p. 34): “uma tendência a privilegiar elementos que sustentam a ordem do sistema, assim como reintegrar aqueles tidos como disfuncionais” e ainda “os fatores de conflito considerados normais para o equilíbrio do sistema social

analisado”. Assim, é possível compreender o esforço das diferentes instâncias de gerenciamento da educação brasileira (Federação, Estados, Municípios e Instituições) em alinhar suas ações às demandas produtivas e tecnológicas do contexto social. A grande questão a se pensar é: até que ponto a institucionalização das mudanças voltadas à modernização do sistema de ensino tem sido capazes de fertilizar a transformação das práticas educativas das escolas e universidades?

Carbonell (2002, p.16) afirma, em relação às reflexões sobre escola-passado e escola-futuro, que guardam proximidade com a ideia de modernização:

As mudanças, em geral, foram mais epidérmicas que reais. Em suma, detectaram-se sintomas de modernidade, mas não de mudança. Assim, os artefatos tecnológicos cumprem função idêntica a dos livros de texto e limitam-se a ditar a mesma lição de sempre. Muda o formato e nada mais.

A reflexão de Carbonell situa a necessidade de análise das condições sócio- históricas dos diferentes grupos sobre os quais os aspectos da modernização incidem, no sentido de compreender a própria assincronia vivida pela humanidade no que diz respeito às experiências, ritmos e condições materiais da existência, que nos permitem identificar, por exemplo, populações que vivem “uma etapa industrial moderna, com um sistema econômico avançado e, concomitantemente, podem apresentar um sistema educacional atrasado” (WANDERLEY, 1980, p.33).

A reflexão sobre as condições sócio- históricas, políticas e econômicas, na análise dos processos de mudança e transformação social, sob uma perspectiva de totalidade, se constitui como elemento fundamental da **abordagem dialética**. Neste contexto, a relação com o modo de produção é considerada determinante, pois há o entendimento de que “[...] em cada período histórico, dá-se um desenvolvimento das forças produtivas materiais, que em certos estágios desse desenvolvimento entram em conflito, abrindo espaço para as grandes transformações sociais” (idem, p.35). Essa dinâmica gera debates sobre a questão da determinação histórica relativa às mudanças, dos quais participam sujeitos pertencentes a classes distintas e que apresentam interesses quase sempre antagônicos.

O movimento acima mencionado é perpassado pela educação, que cumpre, segundo a abordagem dialética, tanto a função de reprodução e dominação das classes ou nações hegemônicas, quanto de conservação e libertação por parte das classes ou nações desfavorecidas.

A reprodução das relações de poder entre os países capitalistas centrais e periféricos se dá nos campos políticos e sociais, reproduzindo ideologias dominantes.

No campo da educação, observa-se, historicamente, no Brasil, o transplante de modelos pedagógicos expressos no campo de formação de professores e de composição de currículos, entre outros (ROMANELLI, 2011). Apesar de reconhecer a existência das ditas relações de dependência cultural, econômica e tecnológica no Brasil, também há que se reconhecer as possibilidades de rompimento desta relação a partir dos fluxos interno e externo das instituições, que vem assumindo de forma cada vez mais crescente a tarefa de problematizar as questões contextuais e utilizá-las como referências importantes para a definição de seu papel social.

A análise da inovação sob a **perspectiva pedagógica** nos conduz a considerar elementos do contexto histórico, cultural e social que, a partir dos quais a educação e, como decorrência, a postura dos educadores, adquire novos contornos. Celso Ferreti (1980), em artigo publicado na década de 1980, apresenta elementos relacionados à ideia de inovação no campo da educação ao longo do século XX, agrupando-os em cinco campos:

- **Inovações na organização curricular**, que traduziram o termo inovar como promover a integração de conteúdos e objetivos (foco nos conteúdos); propor conteúdos que derivem de outros referenciais que não o conhecimento especificamente disciplinar (foco nas questões sociais) e propor atividades diversificadas que mobilizem e integrem os diferentes aspectos do desenvolvimento do aluno (foco nos interesses e necessidades).
- **Inovações nos métodos e técnicas de ensino** englobaram diferentes perspectivas, como: a estruturação de métodos de ensino que levem o aluno a utilizar conhecimentos, a exercitar o pensamento reflexivo ao solucionar problemas e tomar decisões; promoção e integração de conteúdos e a integração social dos alunos, estimulando não apenas as questões cognitivas, mas a afetiva, física e social; envolvimento do aluno na realização de tarefas que considerassem o ritmo de aprendizagem, acompanhadas de avaliação e estímulos;
- **Inovação nos materiais instrucionais e Tecnologia Educacional**, privilegiando ora o favorecimento do ensino individualizado através de módulos instrucionais e textos programados; ora o desenvolvimento e aprimoramento de recursos audiovisuais com fins educativos que tornassem mais significativos tanto a aprendizagem do conteúdo, quanto o desenvolvimento de habilidades intelectuais;
- **Inovações na relação professor-aluno** que significaram “[...] a disposição intencional do primeiro para manter, com o segundo, conta-

tos que se caracterizam pela cooperação, pela estimulação das capacidades, pelo desafio à participação e pela atenção individualizada, contatos nos quais o professor é identificado como facilitador da aprendizagem e o aluno como sujeito desse processo” (idem, pp.66-67);

- **Inovações na avaliação educacional**, marcadas por resistências às mudanças, mas caracterizadas basicamente por emprestar um caráter de continuidade à coleta dos dados; diversificar as dimensões a serem avaliadas, os instrumentos e as técnicas utilizados; “privilegiar a verificação do domínio de habilidades necessárias à realização de atividades complexas” (idem, p. 68).

Na análise das inovações acima mencionadas, Ferreti (1980) aponta para algumas importantes reflexões relativas à presença no contexto brasileiro de um número muito maior de adaptações ou adoção de modelos produzidos por outros contextos do que propostas produzidas pelo próprio país, na qual prevaleceu uma atitude ingênua (modismo sem reflexão), e conclui apontando que tal submissão, que se deu de maneira acrítica pode impedir ou dificultar o surgimento de iniciativas próprias de inovação pedagógica, reforçando os lanços de dependência. A possibilidade de superação desta perspectiva seria, segundo o autor, a geração de mudanças a partir dos espaços e condições existentes, movidos por reais necessidades de mudança e não simplesmente por que estas se configurariam como uma simples expressão de modernidade.

3 AS ATUAIS DISCUSSÕES SOBRE INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Considerando que o período a que se refere a análise acima compreende as experiências pedagógicas brasileiras realizadas entre as décadas de 1910 e 1980, faz-se necessário atualizar as discussões, apontando elementos presentes entre o final do século XX e início do século XXI. Para tanto, utilizaremos duas importantes referências: uma que considera a América Latina, intitulada *Alternativas metodológicas de intervención Curricular em la educación superior*, publicada a partir da realização do *Seminario de Investigación Curriculum y Siglo XXI*¹ (México, 2006) e outra que considera o contexto brasileiro, de forma mais específica, intitulada *Inovação no Ensino Superior*, publicada a partir de pes-

quisas realizadas pelo grupo de pesquisa Formação de Professores e Paradigmas curriculares (Forpec)².

O esforço de professores e pesquisadores que têm se debruçado sobre a questão da inovação a partir das décadas finais do século passado, na busca de constituí-la como um campo de conhecimento pode ser traduzido nas palavras de Cunha (2011, p. 8) quando afirma que:

[...] o conhecimento se constrói numa dimensão cultural e política. Isso significa não acreditar em soluções generalizadoras e universais, mas aceitar que os processos educativos são aninhados em condições objetivas e subjetivas que os possibilitam. Há muito, aprendemos que experiências não se transferem; mas certamente se trocam, numa condição solidária de produção de sentidos.

A reflexão trazida pela autora revela um importante movimento que rompe com a perspectiva apresentada por Ferreti (1980) em relação aos anos iniciais do século passado, que é a capacidade de implicação crítica dos sujeitos nos processos de introdução de inovações e mudanças. Se antes, pelas questões políticas e culturais brasileiras, a implicação dos professores não era um elemento comum; hoje, com a democratização do acesso dos docentes ao ensino superior e com a ampliação dos programas de pós-graduação em educação, a participação efetiva dos profissionais nos processos de planejamento, desenvolvimento e avaliação das mudanças que se processam no contexto educacional se faz mais do que possível, se faz necessário.

Os trabalhos publicados a partir do *Seminario de Investigación Curriculum y Siglo XXI* podem ser apontados como exemplos que traduzem a necessidade e a possibilidade de efetiva participação dos sujeitos nos processos de mudanças curriculares no ensino superior. As discussões se distribuem em duas categorias distintas: aqueles que se referem às características que se sobressaem nos processos de intervenção curricular e que se tornam relevantes para o contexto atual; e aquelas que narram experiências concretas, que se referem a decisões e resoluções curriculares presentes nos processos de intervenção, como reestruturação, revisão, análise ou desenhos curriculares em instituições privadas. No entanto, buscaremos destacar algumas ideias que, no contexto dessa reflexão, nos parecem fundamentais:

- Papel dos universitários como sujeitos do processo de sobredeterminação curricular, discutindo os bloqueios históricos, ideológicos

¹ O Seminário de Investigación Curriculum y Siglo XXI conta com um caráter interinstitucional, agrupando especialistas do campo curricular, de processos de intervenção e gestão curricular de diversas universidades públicas do México e se propõe a compartilhar experiências, debater os avanços processados no campo do currículo em níveis nacional e internacional.

² O Grupo de pesquisa FORPEC, criado no ano 2005, é credenciado junto ao CNPq e é composto por alunos-pesquisadores e professores doutores convidados que atuam em várias universidades públicas e particulares brasileiras

e conceituais dos acadêmicos para participar deste processo, concluindo que: “Este proceso de estructuración formal del curriculum em el que participa um mayor número de sujetos sociales educativos [...] es el momento em el cual, la síntesis compleja y contradictoria, se traduce y transforma em estrutura e forma” (ALBA, 2006, p. 56);

- Tensões produzidas nos sujeitos e nas instituições nos processos de reforma curricular, considerando que o jogo de interferências entre o que se institui como e o que permanece vigente acaba “[...] debilitando su fuerza innovadora e inhibiendo, de esta forma, el desarrollo de la confianza y compromiso de los agentes participantes obligados de los nuevos discursos y prácticas” (VILLA, 2006, p. 64).
- Desenhos curriculares expressos como algo maior que a expressão formal de uma intenção, devendo ser traduzido em um movimento contínuo de reflexão e avaliação por parte do coletivo de profissionais envolvidos. Esta necessidade “de trabajar simultaneamente el curriculum formal y los procesos curriculares que le darán sustento, es a lo que llamo perspectiva procesual del curriculum” (CARAVEO, 2006, p. 92);
- A complexidade do papel do assessor curricular, que envolvem posicionamentos e funções como a escuta, a proposição de estratégias de intervenção a partir da interpretação das demandas apresentadas por outros participantes da intervenção, considerados os limites de seu saber em matéria de currículo. É importante destacar que o trabalho de intervenção curricular implica no reconocimiento del espacio académico del programa educativo que se interviene, la identificación de agentes y grupos; así como de sus orientaciones y los diversos posicionamientos em su trayectoria histórica reciente” (FUENTES, 2006, p. 118).

Ao analisar as contribuições trazidas pelo *Seminário de Investigación Curriculum y Siglo XXI* é possível verificar que mais importante que os aspectos formais das inovações curriculares, sejam eles relativos a avaliação, métodos ou materiais considerados inovadores, há o destaque para o movimento de construção de significado das transformações curriculares junto aos sujeitos e às instituições numa perspectiva de processo. Que tipo de relações entre os sujeitos está presente nos processos de inovação curricular no ensino superior? Seriam elas verticais ou horizontais? Que resultados estas relações produzem nos contextos institucionais?

Carbonel (2002, p. 27) chama atenção para a seguinte questão:

[...] está demonstrado que as propostas que vêm de fora, sem a participação e envolvimento dos professores, no geral, circunscrevem-se a mudanças secundárias: normativas, de linguagem e de atualização de alguns conteúdos – isso sim, com forte impacto de um desenho modernizador-, que pouco alteram o sentido do conhecimento, das relações cotidianas entre os que ensinam e aprendem e da cultura docente.

Considerando as produções brasileiras, frutos de pesquisas realizadas pelo grupo de pesquisa Formação de Professores e Paradigmas curriculares (Forpec), apontamos para elementos que integram a discussão sobre inovação no ensino superior e que trazem uma visão ampla de diferentes elementos que interferem neste processo e que se relacionam às ideias de profissionalização e profissionalidade docente³ (LIBÂNEO, 2011): como formação de professores, gestão e organização do ensino.

Acerca da **formação de professores**, as pesquisas partem das demandas sociais presentes no contexto contemporâneo que envolvem diferentes aspectos, como: “[...] iniciativa particular daqueles que querem acrescentar um diferencial de qualidade à sua atuação; [...] a força das restrições legais para contratação de professores; [...] políticas internas das instituições que procuram qualificar seus quadros” (GAETA, 2012, p.37). No entanto, é necessário destacar a necessidade de formação contínua para que os docentes tenham efetivas condições de atuar de forma consciente nos processos de mudança, que geralmente demandam uma postura distinta daquela centrada na explicação de conteúdos e voltada para o estímulo, o incentivo, a criação de condições e meios para a construção da aprendizagem por parte dos alunos (MASETTO, 2012, p. 32). Este processo de formação precisa envolver, portanto, o professor como profissional, mas também como pessoa, valorizando aspectos relacionados à sensibilidade e à criatividade, como elementos que alavancam as possibilidades de criação de novas soluções para os problemas antigos, assim como para aqueles que se apresentam como inéditos na vida e no trabalho do professor (PRATA-LINHARES, 2012, p.55).

No que se refere à **gestão**, Fonseca (2012) alerta para o fato de ser desafiadora a relação entre quantidade e qualidade no contexto contemporâneo de democratização do acesso à educação superior, alertando para as mudanças que têm sido realizadas nos contex-

³ Para Libâneo (2011, p. 39) profissionalização docente se refere a “salários, condições de trabalho, melhor qualificação, mais estabilidade nas equipes docentes” e profissionalismo docente se refere a “ao compromisso com um projeto político democrático, participação na construção coletiva do projeto político pedagógico, dedicação ao trabalho de ensinar a todos, domínio das matérias e dos métodos de ensino, respeito à cultura dos alunos” entre outros (idem, p. 42).

tos institucionais que se desconectam das “transformações conceituais relacionadas às gestões pedagógicas e administrativas das IES”. Esta desconexão interfere negativamente no processo de construção de mudanças que precisa ser construído a partir da integração dos diferentes níveis da gestão: o pedagógico, relativo à coordenação dos sujeitos (professores e alunos) e o das ações necessárias à materialização do projeto, que afetam a própria organização curricular (disciplinas, atividades e aulas), e os sujeitos responsáveis por esta gestão (coordenadores de curso, diretores de faculdades e centros, e reitores (MASETTO, 2012). Em ambos os níveis, é importante ressaltar a atitude básica de “assumir a essencialidade do aspecto educacional numa administração de ensino superior, a fim de que se possa oferecer condições favoráveis para que um novo projeto seja planejado, implantado e levado a bom termo” (idem, pp. 29-30).

Quanto à **organização do ensino**, é importante salientar que esta se refere a uma questão bem maior que a formalização de uma proposta, envolvendo elementos fundamentais relativos à sua materialização, como o processo de construção do projeto político pedagógico que presume a participação daqueles que estarão diretamente envolvidos na dinâmica proposta (professores, alunos, funcionários e direção); a reflexão sobre a formação profissional no contexto da contemporaneidade, que deve se constituir como referência para o estabelecimento dos objetivos educacionais; a flexibilização curricular que reconceitualize elementos como disciplinas, conteúdos, metodologias, avaliação, tempos e espaços de aprendizagem, entre outros necessários ao alcance dos objetivos e metas propostos pelo projeto pedagógico dos cursos. Este movimento complexo retrata a concepção de inovações no ensino superior apresentada por Masetto (2012, p. 29) como “[...] aquelas que se realizam de modo integrado e simultâneo para a implantação de um projeto pedagógico em sua totalidade”.

De acordo com Keller-Franco (2012, p. 67):

[...] o conjunto das novas referências sociais e pedagógicas capazes de alterar o paradigma dos currículos e das práticas pedagógicas da educação superior aponta para abordagens integradas do conhecimento, referenciais epistemológicos que valorizam a construção do conhecimento a partir de problematizações sociais concretas [...].

Assim, é matéria da organização curricular, não só o estabelecimento formal dos elementos que se deseja trabalhar, mas as diferentes possibilidades de organização do trabalho pedagógico, que integrem os elementos de constituem o ensino universitário: o ensino, a pesquisa e a extensão. A integração desses elementos estimula o desenvolvimento de diferentes tipos de conhecimentos que vão desde os conceituais (privilegiados historicamente no contexto formativo brasileiro) até

os procedimentais e atitudinais, que implicam diferentes formas de acesso ao conhecimento e a aplicação destes no cotidiano da sociedade.

4 CONCLUSÕES

Ao longo deste estudo, realizamos uma revisão de literatura acerca da inovação curricular, buscando evidenciar a polissemia existente neste termo ao longo da história da educação brasileira, apresentando contribuições para reflexões sobre a prática docente universitária.

Ao revisitar as discussões iniciais sobre inovação curricular realizadas na década de 1980 por educadores como Saviani, Wanderley e Ferretti, foi possível evidenciar elementos relacionados às perspectivas filosóficas, sociológicas e pedagógicas do termo, destacando que a compreensão do termo inovação apresenta uma variação que se modifica de acordo com os valores e crenças presentes em cada um dos recortes da história da educação brasileira.

Nesse sentido, a relevância das reflexões trazidas por estes autores reside no exercício de evidenciar que o conceito de inovação é polissêmico e sua correta compreensão sempre terá que levar em conta um determinado contexto para que não se construa de forma equivocada ou esvaziada de sentido. Destaca-se, ainda, nos diferentes elementos apresentados pelos autores, a reprodução das relações de poder nos campos políticos e sociais, reproduzindo ideologias dominantes, inclusive no campo da educação, onde historicamente observa-se o transplante de modelos pedagógicos de forma acrítica e descontextualizada.

Nas discussões mais atuais sobre inovação, presentes no final do século XX e início do século XXI, observa-se o rompimento com a perspectiva presente nos momentos históricos anteriores, no que diz respeito à implicação crítica dos sujeitos nos processos de introdução de inovações e mudanças, que decorre da abertura política para a pluralidade nas formas de pensar, da ampliação dos programas de pós-graduação, da gestão democrática como princípio da educação pública que possibilita a participação dos profissionais nos processos de planejamento, desenvolvimento e avaliação das mudanças.

Assim, é possível concluir, mesmo que temporariamente, que a inovação não se dá pela aparência de modernidade que determinada ação apresente, pelos recursos ultra-avançados utilizados pelas instituições ou pelos educadores. A inovação, pelo que conseguimos apreender das discussões realizadas ao longo deste estudo, precisa estar ancorada em reflexões e fundamentos que permitam vislumbrar a superação de determinada situação histórica não mais satisfatória, delineando novos horizontes formativos a partir de epistemologias sustentadas na ética e na autonomia dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALBA, Alicia de. Curriculum comejo. Reconstruyendo la crisis: la complejidad de pensar y actuar em su contexto. In ÂNGULO, Rita; OROZCO, Bertha. (Coord.) **Alternativas metodológicas de intervención curricular en la educación superior**. México: Plaza y Valdez, 2007.

CARAVEO, Luz Maria Nieto. Discusión sobre cambio curricular desde uma perspectiva processual y deliberativa. In ÂNGULO, Rita; OROZCO, Bertha. (Coord.) **Alternativas metodológicas de intervención curricular en la educación superior**. México: Plaza y Valdez, 2007.

CARBONELL, Jaume. **A aventura de inovar**: a mudança na escola. Porto Alegre, Artmed, 2002. (Coleção Inovação Pedagógica).

CUNHA, Maria Isabel da. Formação docente e inovação: epistemologias e pedagogias em questão – XVI ENDIPE. In EGGERT, Edla et al (Org). **Trajetórias e processos de ensinar e aprender**: didática e formação de professores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, I.1, p. 465-476.

HERNANDEZ, Fernando et al. **Aprendendo com inovações nas escolas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CUNHA, Maria Isabel da. Prefácio. In MASETTO, Marcos Tarcísio (Org.) **Inovação no ensino superior**. São Paulo: Loyola, 2012.

DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo, Cortez, 1999.

FERRETI, Celso João. A inovação na perspectiva pedagógica. In GARCIA, Walter (Org). **Inovação educacional no Brasil**: problemas e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1980. (Coleção educação contemporânea).

FONSECA, Sônia. Modelos de gestão como estratégia de sucesso nas instituições de ensino superior. In MASETTO, Marcos Tarcísio (Org.) **Inovação no ensino superior**. São Paulo: Loyola, 2012.

FUENTES, Bertha Orozco. El asesor em curriculum: experiencia desafiante entre la función de escucha y la intervención. In ÂNGULO, Rita; OROZCO, Bertha. (Coord.) **Alternativas metodológicas de intervención curricular en la educación superior**. México: Plaza y Valdez, 2007.

GAETA, Cecília. Formação de professores para o ensino superior em cursos de pós-graduação lato sensu: uma opção inovadora no contexto educacional atual. In MASETTO, Marcos Tarcísio (Org.) **Inovação no ensino superior**. São Paulo: Loyola, 2012.

KELLER-FRANCO, Elize. Inovação na educação superior: o currículo por projetos. In MASETTO, Marcos Tarcísio (Org.) **Inovação no ensino superior**. São Paulo: Loyola, 2012.

LIBÂNEO, Antônio Carlos Libâneo.. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2011.

MASETTO, Marcos Tarcísio. Inovação curricular no ensino superior: organização, gestão e formação de professores. In MASETTO, Marcos Tarcísio (Org.) **Inovação no ensino superior**. São Paulo: Loyola, 2012.

PRATA-LINHARES, Martha Maria. Contribuições da arte para a formação de professores universitários. In MASETTO, Marcos Tarcísio (Org.) **Inovação no ensino superior**. São Paulo: Loyola, 2012.

PUIGGRÓS, Adriana. **El lugar del saber**. Conflictos y alternativas entre educación, conocimiento y política. Buenos Aires: Galerna, 2003

ROMANELLI, Otaíza O. **História da Educação no Brasil (1930 - 1973)**. Petropolis: Vozes, 2011.

SAVIANI, Dermeval. A filosofia da educação e o problema da inovação em educação. . In GARCIA, Walter (Org). **Inovação educacional no Brasil**: problemas e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1980. (Coleção educação contemporânea).

VILLA, Mario Diaz. Reforma curricular: elementos para el estudio de sus tensiones. . In ÂNGULO, Rita; OROZCO, Bertha. (Coord.) **Alternativas metodológicas de intervención curricular en la educación superior**. México: Plaza y Valdez, 2007.

WANDERLEY, Eduardo W. Parâmetros sociológicos da inovação. In GARCIA, Walter (Org). **Inovação educacional no Brasil**: problemas e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1980. (Coleção educação contemporânea).

SOBRE AS AUTORAS:

Elisangela André da Silva Costa

Doutoranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Assessora Pedagógica e Professora da Faculdade Católica Rainha do Sertão.

E-mail: elisangelahorizonte@yahoo.com.br.

Maria Socorro Lucena Lima

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo – USP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

E-mail: socorro_lucena@uol.com.br.

Ana Lourdes Lucena de Sousa

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP.

E-mail: analourdes_lucena@yahoo.com.br.

O *AMICUS CURIAE* NO CONTROLE CONCENTRADO SOB A NOVA ÓPTICA DA DOUTRINA CONSTITUCIONAL

Emanoel Pereira Carneiro
Pedro Rafael Deocleciano Malveira

RESUMO

O artigo jurídico que será abordado adiante irá demonstrar alguns aspectos de grande importância do instituto do *amicus curiae*, trazendo seu conceito, natureza jurídica, previsão legal, dentre vários outros aspectos. O trabalho pretende, também, analisar o instituto acima citado como sendo o principal instrumento para uma nova tendência de controle de constitucionalidade, ressaltando que a distinção feita entre controle difuso e concentrado está ultrapassada e que deve passar por um novo estudo para sua modernização. A doutrina já dá alguns passos nesse sentido, afirmando que o controle de constitucionalidade concentrado não pode mais ter a figura de impermeável e sim uma nova roupagem, ou seja, a presença de elementos estranhos ao processo objetivo para levantamento de hipóteses ou situações que possam vir a ser questionada sobre a constitucionalidade da lei e assim realização de um processo mais seguro.

Palavras-chave: *Amicus curiae*. Controle concentrado de constitucionalidade. Supremo Tribunal Federal. Nova tendência.

ABSTRACT

The legal article that will be addressed below will demonstrate some aspects of the great significance of the *amicus curiae*, bringing its concept, legal nature, and legal provision, among many other aspects. This work also aims to analyze the institute mentioned above as the main instrument to a new trend of constitutional control, noting that the distinction between diffuse and concentrated control is outdated and must pass a new study for its modernization. The doctrine now gives some steps in this direction, stating that the constitutional control cannot be concentrated in the figure of impenetrable, but a new adequate guise, i.e., the presence of foreign elements to the objective process for raising hypotheses or situations that may to be asked about the constitutionality of the law and thus achieving a more secure process.

Keywords: *Amicus curiae*. Concentrated constitutional control. Federal Supreme Court. New trend.

1 INTRODUÇÃO

O artigo jurídico se propõe a abordar o instituto do *amicus curiae* destacando seu conceito, natureza jurídica, seu papel no Supremo Tribunal Federal, bem como também a análise na doutrina nacional e no direito comparado.

O *amicus curiae* é um instituto oriundo do direito norte-americano, muito utilizado durante a história deste país. O uso desse instrumento por parte dos aplicadores do direito amadureceu durante os anos e atualmente ganhou uma projeção considerável não só no cenário americano, mas também no Brasil.

O trabalho irá analisar o *amicus curiae* dentro do ordenamento jurídico brasileiro, ressaltando a sua importância nos julgados do STF. O instituto em estudo é o principal instrumento da nova tendência da doutrina nacional que já não classifica mais o controle concentrado como imutável ou impenetrável.

A conhecida classificação entre controle difuso e concentrado será analisada sob outra óptica, destacando justamente o papel do instituto do *amicus curiae* como “penetrador” no controle de constitucionalidade concreto e assim criando-se um novo entendimento doutrinário, qual seja a do caso concreto poder influenciar no controle abstrato realizado pelo Supremo.

O desenvolvimento do trabalho a seguir irá demonstrar, de forma clara e objetiva, o que realmente importa saber sobre o instituto acima citado e como este está sendo encarado pelo direito brasileiro.

O *amicus curiae* é um dos instrumentos utilizados pelo STF na chamada Jurisprudência Defensiva. Essa nova forma de julgamento da Suprema Corte tem se mostrado mais político do que jurídico, pois uma decisão totalmente judicial poderia causar impacto negativo no cenário nacional.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Será utilizado o método lógico dedutivo, baseando-se em doutrina e jurisprudência nacional, com proposições silogísticas, que serviram de base à formulação de proposições conclusivas, alistadas no campo das Conclusões.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 CONCEITO

O instituto do *amicus curiae* tem origem latina e significa “amigo da corte”. Esse instituto é acionado todas as vezes que a Justiça, na figura do Magistrado, necessita de informações relevantes que ultrapassam o campo do Direito propriamente dito. O *amicus curiae*

reveste-se na figura de um terceiro interessado, que pode ser pessoa física ou jurídica, no processo ao qual não é parte, fornecendo ao órgão julgador informações relevantes para auxiliar na decisão.

O Supremo Tribunal Federal, em seu site oficial, dá o conceito do instituto acima estudado, veja-se:

Descrição do Verbete: “Amigo da Corte”. Intervenção assistencial em processos de controle de constitucionalidade por parte de entidades que tenham representatividade adequada para se manifestar nos autos sobre questão de direito pertinente à controvérsia constitucional. Não são partes dos processos; atuam apenas como interessados na causa. Plural: Amici curiae (amigos da Corte). (STF, *online*)

Tido como instrumento processual de interlocução multilateral ou de caráter pluralista, que possibilita a inserção da voz popular como meio apto a reunir elementos de convicção e a respaldar a decisão judicial, o *amicus curiae* surge como mecanismo de legitimação dos provimentos de cúpula do Judiciário.

Além de fornecer tais informações de suma importância para o melhor julgamento dos casos apresentados ao STF, o *amicus curiae* também acaba igualando, por assim dizer, algumas relações processuais que inicialmente são consideradas desiguais.

3.2 AMICUS CURIAE NO DIREITO NORTE-AMERICANO

O Direito norte-americano foi, sem dúvidas, o que mais utilizou a figura do *amicus curiae*, restringindo, em algumas situações, o campo de atuação desse instituto. São vários os exemplos de casos julgados pela Suprema Corte norte-americana, desde o ano de 1823, envolvendo tal instrumento (LEAL, 2012, p. 260).

A doutrina norte-americana atribui uma classificação a respeito do instituto do *amicus curiae* como público ou privado. O primeiro faz referência a órgãos da administração direta e indireta ou, até mesmo, entes políticos e que, nesses casos, o *amicus curiae* será imparcial. Já o segundo pode ser classificado como uma organização não governamental, uma associação ou pessoa física, passando agora a constituir um terceiro parcial na resolução da lide, muitas vezes defendendo interesses de sua classe, grupo ou entidade.

A utilização da figura do *amicus curiae* no direito brasileiro é de suma importância, não só por representar um instituto relevante para o melhor julgamento dos casos apresentados ao Supremo, como também, por aproximar, ainda mais, a sociedade brasileira do Poder Judiciário. E é nessa linha de pensamento que Tourinho Leal (2012, p. 269), traz a importância da figura do *amicus curiae* para o direito pátrio, *in fine*:

[...] trazendo essa discussão para a realidade brasileira, o aumento da participação de *amicus curiae* perante o STF aproxima a sociedade do debate constitucional, inserindo um *plus* de cidadania constitucional ao nosso país. Faz com que a Constituição Federal de 1988, uma Carta popular, tenha também uma interpretação popular, porque realizada com o auxílio de setores da sociedade interessados na discussão. Seria um primeiro passo para o que alguns constitucionalistas norte-americanos, como Larry Kramer (Stanford) e Mark Tushnet (Harvard) chamam de constitucionalismo popular, mesmo que exercido por uma Corte.

Instrumento de suma importância para o direito brasileiro, como acima citado, o *amicus curiae* vem crescendo dentro do direito pátrio, mas ainda há muito o que discutir acerca do referido instituto.

3.3 AMICUS CURIAE NO DIREITO BRASILEIRO

O instituto do *amicus curiae* ingressou no ordenamento jurídico brasileiro, inicialmente com a Lei nº 6.385/76 que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria Comissão de Valores Mobiliários, prevendo em seu art. 31 a possibilidade de participação dessas Comissões para oferecer ou prestar esclarecimentos, veja-se:

Art. 31 - Nos processos judiciais que tenham por objetivo matéria incluída na competência da Comissão de Valores Mobiliários, será esta sempre intimada para, querendo, oferecer parecer ou prestar esclarecimentos, no prazo de quinze dias a contar da intimação.

Atualmente, em matéria constitucional, o *amicus curiae*, também encontra sua base legal na Lei de procedimento das ações diretas, Lei 9.868/99, são elas: ação direta de inconstitucionalidade (ADI), ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO) e ação declaratória de constitucionalidade (ADC). Em relação a ADI o art. 7º, § 2º, dispõe:

Art. 7º - Não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade. (...)

§ 2º - O relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá, por despacho irrecorrível, admitir, observado o prazo fixado no parágrafo anterior, a manifestação de outros órgãos ou entidades.

O artigo 12-E da mesma lei dispõe que se aplicam a ADO, tudo o que couber a ADI, incluindo-se o *amicus curiae*. Já em relação à ADC, o art. 20, § 1º da mesma lei assim diz:

(...)

§ 1º - Em caso de necessidade de esclarecimento de matéria ou circunstância de fato ou de notória insuficiência das informações existentes nos autos, poderá o relator requisitar informações adicionais, designar perito ou comissão de peritos para que emita parecer sobre a questão ou fixar data para, em audiência pública, ouvir depoimentos de pessoas com experiência e autoridade na matéria.

Já na Lei de Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 9.882/99, ADPF o STF admite uma participação do *amicus curiae* de forma mais ampla, permitindo inclusive que o terceiro, a critério do relator, faça sustentação oral e juntada de memoriais devidamente requeridos pelos interessados.

E, por fim, em outros ramos do Direito, o *amicus curiae* também está previsto: art. 89 da Lei 8.884/94 – processos de interesse do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE; art. 14, § 7º, da Lei n. 10.259/2001 – no âmbito dos Juizados Especiais Federais.

3.4 NATUREZA JURÍDICA

Quanto à natureza jurídica do instituto do *amicus curiae*, várias são as definições encontradas na doutrina. Pedro Lenza (2011, p. 311), traz, em sua obra diversas definições acerca da natureza jurídica do referido instrumento, de forma bem interessante até que o mesmo manifeste sua opinião sobre o assunto.

Cita o referido autor que o STF fala em “parte interessada” para se referir ao *amicus curiae*, ao fazer anotações ao processo ou quando indica o seu andamento. O Ministro Maurício Corrêa quando julgou a ADI 2.581 AgR/SP, definiu o instituto como um “colaborador informal da corte”. Já o Ministro Celso de Mello, no julgamento da ADI, nº 2.130, referiu-se a uma espécie de “intervenção processual”. Em uma Emenda Regimental, o STF passou então considerar o *amicus curiae* sob uma espécie de “intervenção de terceiros”, art. 131, § 3º, de seu Regimento Interno.

E por fim, o autor acima citado dá seu parecer sobre o assunto e define a natureza jurídica do instituto do *amicus curiae* como uma modalidade *sui generis* de intervenção de terceiros, tendo este, características próprias.

Diferentemente do processo civil, onde existem requisitos pré-definidos de admissibilidade, no processo constitucional, pelo menos no que tange ao instituto do *amicus curiae*, não há uma definição exata de quais sejam esses requisitos. O que a jurisprudência ressalta é que o *amicus curiae* deverá se valer de uma representatividade mínima, ou seja, deverá contribuir com a Corte Suprema na solução do litígio e não participar apenas por interesse particular ou subjetivo.

O ministro Joaquim Barbosa, ressalta esse isolamento do requisito na ADI 3.311/DF, afirmando que para participar do feito como *amicus curiae* é preciso ter algum subsídio relevante para composição do julgamento da causa, e não somente a simples composição para fins de interesse de categoria ou de classe (LEAL, 2011, pg. 274). Portanto, a admissibilidade do instituto passa por uma análise jurisprudencial criteriosa para que possa ser admitida.

Outro ponto a ser analisado é quanto ao prazo para pedido de ingresso como *amicus curiae*. A lei nº 9.868/1999, em seu art. 7º, §2º, assevera que o prazo para manifestação dos *amicus curiae* será o do prazo das informações. Mas, como a admissão desse instituto é uma análise feita pela jurisprudência então, a mesma admite diante da relevância que o caso trouxe o ingresso do *amicus curiae* fora do prazo preestabelecido. O STF, hoje, admite que o *amicus curiae* só será permitido até o momento em que o processo for encaminhado para o relator para sua inclusão na pauta de julgamentos.

O *amicus curiae* aparece com bastante frequência no âmbito da competência do STF, tanto nas ações diretas, quanto em seu próprio Regimento Interno, encontrando guarida legal no art. 20, §1º, da lei 9.868/1999, para a ADC, *in fine*:

§ 1º - Em caso de necessidade de esclarecimento de matéria ou circunstância de fato ou de notória insuficiência das informações existentes nos autos, poderá o relator requisitar informações adicionais, designar perito ou comissão de peritos para que emita parecer sobre a questão ou fixar data para, em audiência pública, ouvir depoimentos de pessoas com experiência e autoridade na matéria.

O *amicus curiae* também está presente na lei 9.882/1999, a lei de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), em seu art. 6º, §2º, onde a referida lei autoriza, a critério do relator, a sustentação oral e a juntada de memoriais, por requerimento dos interessados no processo.

O instituto ora estudado, no que tange ao STF, está diretamente ligado à “repercussão geral” requisito introduzido pela emenda constitucional nº 45/04, e elencado no art. 102, §3º, CF/88, veja:

§ 3º No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

Nessa situação, podem os interessados, caso seja admitido o amigo da corte, apresentar aos ministros informações que possam influenciar no julgamento da admissão ou inadmissão do Recurso Extraordinário.

3.5 A NOVA TENDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA UTILIZAÇÃO DO AMICUS CURIAE

O Brasil adotou o sistema misto de controle de constitucionalidade, ou seja, aderiu tanto o modelo norte-americano (difuso), como o austríaco ou Europeu (Kelsen). A junção dos institutos foi imprescindível para o desenvolvimento de uma teoria peculiar no direito brasileiro, servindo como fundamento para a evolução da legislação, da doutrina e da própria jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

O modelo difuso ou incidental é utilizado nos casos onde qualquer juiz ou tribunal (respeitada a *cláusula de reserva de plenário*) poderá naquela determinada lide, afastar a aplicação da norma por entender ser esta inconstitucional, não para todo o ordenamento jurídico, mas para aquele determinado caso concreto.

Já no modelo concentrado não existe discussão acerca de direito subjetivo e, portanto, a ideia de partes processuais é afastada, tendo em conta o interesse maior que é a defesa da força normativa da Constituição, tomada como a norma paradigma para a análise em tese em relação aos demais atos normativos. A nova doutrina constitucional, entretanto, tem buscado uma releitura sobre essa clássica divisão apresentada acima.

O professor André Ramos Tavares (2012) ensina que essa clássica divisão está um tanto superada, ou melhor, dizendo, não está mais tão impermeável como antes. O processo objetivo, por dispensar uma visão concreta, acaba sofrendo críticas do autor, pois segundo o mesmo, é justamente esse raciocínio “concreto” que seria importante para a otimização do julgado pelo STF, ou seja, a influência do controle concreto no abstrato.

Sabe-se que o controle concentrado está direcionado à defesa da Constituição, preocupando-se apenas, se a norma a ser analisada está em sintonia com os princípios e preceitos constitucionais. A crítica do autor é justamente essa, ou seja, a análise da constitucionalidade de uma lei ou ato normativo que passa a vigorar no ordenamento jurídico deve submeter-se a suposições ou hipóteses, para melhor ser avaliado e não simplesmente só analisar a conexão com os princípios constitucionais basilares.

O que o autor pretende explicar é que o Supremo Tribunal Federal, responsável pela realização do controle concentrado, não precisa se preocupar em resolver casos concretos, mas sim em pelo menos levantar possíveis hipóteses que possam a vir a ser discutidas. O problema é que o próprio Supremo firmou entendimento de que no chamado processo constitucional objetivo, a situação fática e concreta estava totalmente excluída de sua apreciação.

É nesse momento que surge a chamada “pertinência temática”, ou seja, legitimação para propositura das ações diretas em virtude do grande número de processos que a mais alta Corte Constitucional estava analisando.

E aí, com a emenda constitucional nº 45/04, o Supremo passou a exigir a chamada “repercussão geral”, ou seja, agora para que as ações pudessem chegar até a mais Alta Corte Constitucional era preciso demonstrar que aquele determinado caso concreto estaria carregado de uma importância não só para as partes, mas para toda a nação, se não, veja o que diz o art. 102, §3º, CF/88:

§3º “No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros”.

A repercussão geral também está elencada no Código de Processo Civil, em seu art. 543-A. “O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral, nos termos deste artigo”.

E nesse pensamento chega-se à figura do *amicus curiae*, que já foi explanado de várias formas no presente trabalho. Essa ideia de uma Constituição impermeável é quebrada com o surgimento da figura do instrumento utilizado acima. Em determinadas situações específicas o STF solicita a presença do “amigo da corte” que presta informações mais precisas a respeito de determinada matéria que seja estranha ao direito.

O *amicus curiae* é o instrumento que mais se destaca nessa nova ótica de realização de controle de constitucionalidade, pois o Supremo acaba tendo que exigir o esclarecimento de quem tenha conhecimento em determinada área para, por exemplo, julgar se leis ou projetos de leis é constitucional ou não e assim acaba que o próprio Supremo se encontra em uma situação em que para resguardar a supremacia constitucional, penetra na impermeabilidade do controle concentrado.

E por fim, faz-se necessário citar as ponderações de Gilmar Mendes, Ministro do Supremo *apud* Tavares (2012, p. 168) que diz: “até mesmo no chamado controle abstrato de normas (...) fica evidente que se aprecia a relação entre a lei e o problema que se lhe apresenta em face do parâmetro constitucional”.

Por tudo apresentado, fica mais que evidente que a nova concepção da doutrina será de analisar o controle de constitucionalidade de outra forma e não mais se reportando a discutir a partir da clássica distinção entre controle difuso e concentrado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que o direito brasileiro está em constante evolução. Essa tendência de se analisar a constitucionalidade das leis sob a proposta apresentada acima traz um acréscimo significativo para uma nova leitura dos instrumentos de proteção da Constituição.

Essa possibilidade de verificar a constitucionalidade de uma lei, levantando hipóteses e possíveis situações que poderão vir a ser questionadas tanto pelos operadores do direito quanto pela própria sociedade acaba garantindo uma maior presunção de constitucionalidade das leis.

O STF, quando solicita presença do *amicus curiae*, não apenas pede esclarecimentos sobre determinado assunto que não seja referente ao direito, mas possibilita a participação de “estranhos”, ou melhor, de terceiros que não fazem parte do processo de controle de constitucionalidade de uma lei para que este ajude a corte, e esta é a função do instituto acima citado, para melhor julgamento e análise a respeito da constitucionalidade de uma determinada lei ou ato normativo.

Essa nova tendência advém também da Constituição cidadã que, como o próprio nome já diz, possibilitou àquele que detém direitos políticos de participar do melhor desenvolvimento da ordem constitucional, por exemplo: plebiscito, referendo, criação de municípios, projeto de leis, escolha de seus representantes, recursos ao STF dentre outras garantias.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Glossário Jurídico. ***Amicus curiae***. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/glossario/verVerbete.asp?letra=A&id=533>> . Acesso em: 03 mai. 2013.

JUNIOR, Paulo Hamilton Siqueira. **Direito Processual Constitucional**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LENZA, Pedro. **Curso de Direito Constitucional Esquemático**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Jurisdição Constitucional**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

TAVARES, André Ramos. **Paradigmas do judicialismo constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2012.

SOBRE OS AUTORES:

Emanoel Pereira Carneiro

Graduado em Direito pela Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS. Aluno da Pós-Graduação em Direito e Processo Constitucional da Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS.

E-mail: emanoelcarneiro@yahoo.com.br.

Pedro Rafael Deocleciano Malveira

Coordenador do curso de direito da Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS. Docente na Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR.

E-mail: fcrs1071@fcrs.edu.br.

O DESAFIO DO EMPREENDEDORISMO LOCAL: UMA PERSPECTIVA CULTURAL E FAMILIAR EM NARRATIVAS

Maria Semirames de Almeida
Queiroz

Valter de Souza Pinho
Stânia Nágila Vaconcelos Carneiro

RESUMO

Este estudo propõe compreender a dimensão da cultura e sua identidade na ação empreendedora e toda influência existente da empresa para o desenvolvimento local sendo assim, aqui, relatado por meio da história de vida, informações essenciais que designam melhor esse empreendimento, tendo como foco três empresas no ramo de panificação. Trata-se de entrevistas narrativas em empresas de pequeno porte, realizadas com os proprietários, respaldadas por meio de um referencial teórico. O estudo focalizou se essas novas técnicas e postura administrativas terão uma satisfação no resultado final, indicando seus pontos fortes e fracos concluindo então uma positividade entre o que a empresa oferece e os objetivos alcançados por ela.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Perspectiva Cultural e Familiar. Narrativas.

ABSTRACT

This study aims to understand the dimension of culture and identity in entrepreneurial action and influence of all existing business to local development and thus reporting through the history of life, essential information that best designates this venture, focusing on three companies in the business of baking. These are narratives of small business conducted by means of a theoretical framework company interviews, doing these interviews with owners, using the methodology qualitative. The one research study focused on whether these new techniques and administrative posture will have a satisfaction in the end result indicating their strengths and weaknesses then completing a positivity between what the company offers and the objectives achieved by it.

Keyword: Entrepreneurship. Cultural and Family Perspective. Narration.

1 INTRODUÇÃO

O empreendedorismo no Brasil fortaleceu-se no final da década de 1990, existindo assim fatores que criaram um interesse maior pelo empreendedorismo. Para Dornelas (2008), no Brasil, surge o interesse em virtude da criação dessas pequenas empresas para que sejam duradouras e assim possa haver uma diminuição da mortalidade desses empreendedores.

Ainda de acordo com o autor, os empreendedores se destacam pelo desempenho e a responsabilidade no fortalecimento da economia local, em virtude do crescimento mediante seu negócio promovendo inovações, prosperidade no que diz respeito ao retorno financeiro, apresentando-se assim como uma fonte de oportunidades para o surgimento de emprego e o fortalecimento da economia local. Segundo Berger e Luckmann (2004), estudos indicam que o ambiente familiar também contribui para o desenvolvimento do empreendedor, sendo como um fator indicativo para que possa adquirir uma excelente compreensão para o funcionamento dos negócios.

Para Julien (2010), o empreendedorismo vem induzindo esses empreendedores a usar diversas técnicas e posturas, encontrando o melhor caminho para obter excelentes resultados no que se refere à produtividade, tendo em vista a estabilidade facilitando assim a competitividade local.

Segundo Corrêa, Paiva e Oliveira (2006), a conduta presente na cultura brasileira é essencial para os empreendedores, sendo indispensável não apenas na construção da empresa, mas envolvendo também técnicas de negociações com relação a fornecedores, à satisfação dos clientes e, posteriormente, à busca por financiamentos. Dessa forma, a questão que norteou este trabalho pode ser assim colocada: Com a implantação de novas técnicas e posturas administrativas - como nova forma de administrar - será possível adaptar esses novos métodos e obter o sucesso da empresa?

Este trabalho, assim, originou-se de estudo narrativo em três empresas de pequeno porte no ramo de panificação, tendo como objetivo geral compreender a dimensão da cultura e sua identidade na ação empreendedora, já para os objetivos específicos, analisar a importância da identidade cultural desse empreendedor e toda sua influência na concepção das ações voltadas para o desenvolvimento local e destacar por meio da história de vida elementos importantes no contexto do empreendimento.

Justifica-se a importância deste trabalho no ato de aprender, aprofundar e desenvolver um olhar especial sob as empresas, no que diz respeito a implantar essas novas técnicas e posturas administrativas a fim de promover sucesso da empresa, observando os métodos já existentes desde sua existência, expondo seus

pontos críticos para que haja um desenvolvimento com vista seu crescimento, buscando assim novos desafios, mediante os interesses da empresa e toda sua diversidade podendo fazer diferença perante as empresas já existentes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 RAZÕES PESSOAIS E SOCIAIS QUE INDUZEM O ATO DE EMPREENDER

Todo estudo que se refere ao empreendedorismo, fica evidente sua complexidade que envolve todos os processos, que vai desde a elaboração da criação da empresa até fazê-la progredir (DOLLINGER, 1995; CHURCHILL e MUZYKA, 1996; GUTH e GINSBERG, 1990).

Dentre as pesquisas envolvendo o empreendedorismo é importante dar ênfase ao interesse pelas oportunidades oferecidas para empreender destacando um fator importante o “tempo” para que seja elaborado com êxito o projeto do empreendimento, onde o mesmo ganhe o formato essencial para o sucesso em relação à organização do que foi planejada, a rapidez com o que se deseja conquistar e, por fim a perfeição, tendo sempre a responsabilidade como elemento primordial para que possa adquirir excelentes resultados.

Consideram-se as razões que incentivam o indivíduo a empreender. Dividem-se em categorias essenciais: as motivações pertinentes para que haja um interesse maior do sujeito, as habilidades conquistadas e o surgimento das oportunidades adquiridas.

Os empreendedores necessitam constantemente serem motivados, pois a busca de alcançarem suas aspirações está sempre em evidência com o objetivo de adquirir sua independência financeira (GIBB e SCOTT, 1996), tornando-os dono de si além da busca incansável pelo sucesso (McCLELLAND, 1971). A realidade do ser humano é estar sempre à procura de desafios, enfrentá-los e chegar ao sucesso, a capacidade de renovar a empresa, agregar valores aos seus interesses e desejos e o querer estar provando algo às pessoas que o cercam.

Dentro desse cenário que envolve motivações, podemos destacar a vida acadêmica e o trabalho, pois proporcionam ao empreendedor conquistar certas habilidades que contribuirão para definir qual o tipo de empresa que pretende formar, onde a mesma possa lhe retribuir uma maior satisfação e sucesso. As aptidões podem ser adquiridas por meio de um trabalho que lhe exija uma maior responsabilidade, o período de estágio exigido pelo estudo, ou através de novas práticas de trabalho. Podemos mencionar o papel da família e amigos que os motivam em cada conversa, principalmente nas

experiências de vida onde o estimulam para o aperfeiçoamento, onde essa ideia possa ser de grande utilidade posteriormente (KOENIG, 1990).

Para Hills (1997), o surgimento de novas ideias pode acontecer de forma inesperada, em livros, participação em encontros interativos, internet, e rapidamente serem observadas pelas empresas onde as mesmas possam desenvolver um trabalho diferenciado e pôr em prática os conhecimentos adquiridos, suprimindo assim as necessidades existentes no mercado.

Segundo Schumpeter (1934), os sujeitos que conseguem desfrutar as ideias com mais rapidez são classificados de empreendedores, pois com sua visão de inovador, possibilita um retorno financeiro imediato. Os empreendedores com sua imaginação conseguem transformar o ambiente que se encontrava sem perspectiva, para uma realidade de oportunidades com o surgimento de novas ideias afim de uma realização de valores.

No ponto de vista do empreendedor, tudo oferecido ao mercado exige um retorno imediato obtendo uma maior satisfação entre mercado e empreendedor (VANKATERAMAN, 1997). Os empreendedores parecem fazer muito mais do que uma simples criação de valor, mudam a si mesmos com essa criação, pois a interiorizam e deixam-se transformar por ela (JULIEN, 2010).

Segundo o mesmo autor, os empreendedores, além de fortalecerem a economia local, são induzidos a adotar uma nova postura mediante a criação do empreendimento, pois encontrarão desafios e terão que enfrentá-los com responsabilidade, respeitando a ética que o envolve. Portanto, é necessário que o empreendedor tenha o entendimento que sua relação com os demais o proporciona sentir uma satisfação de querer fazer o melhor.

2.2 A CONSTRUTIVIDADE EMPREENDEDORA

Julien (2010) diz que o desejo constante de se tornar independente torna os empreendedores capazes de traçar seu próprio destino, mas encontram certas dificuldades, pois são dependentes em virtude de desenvolver habilidades e capital para investimento, portanto é necessário que o empreendedor possua informações inovadoras para que a empresa consiga prosperar.

Diante do comportamento de cada empreendedor, o empreendedorismo surge como algo extraordinário, oferecendo um melhor discernimento sobre este fenômeno, uma vez que é necessário um estudo aprofundado, principalmente em relação à região que deseja investir, possibilitando assim conhecer a cultura do local, pois terá o privilégio de melhor captar as necessidades nela existentes para que possa desenvolver um trabalho mais dinâmico (TEIXEIRA, 2001).

Para Boutillier (1999), o indivíduo não nasce com o dom de ser empreendedor, ele o adquire com o passar do tempo devido à influência no setor de trabalho, à convivência com outros empreendedores e não esquecendo sua própria história, a qual lhe beneficia a caminhar com maior entusiasmo, pois se encontra totalmente envolvido propiciando um interesse maior para querer empreender.

É importante ressaltar a importância da influência sociocultural dos empreendedores, pois esta é essencial para que possa haver uma definição específica e um destaque maior ao que se refere a sua empresa, despertando o interesse do indivíduo em se tornar empreendedor que surge do convívio da família e acima de tudo o meio que está inserido. O meio que estar envolvido é percebido por haver uma dinâmica que o proporcionará um entendimento melhor sobre qual tipo de negócio que deseja investir (JULIEN, 2010).

Segundo Bordieu (1980), a família tem o papel fundamental para a formação desse empreendedor, pois é no ambiente familiar que o indivíduo encontra os verdadeiros princípios e a diferente forma de ver o mundo, onde o mesmo está em contato direto com o aprendizado, adquirindo suas habilidades para o desenvolvimento da empresa. A base do empreendedor encontra-se na família onde os direciona para o melhor caminho em virtude de suas experiências.

2.3 DIFERENCIANDO IDEIAS DE OPORTUNIDADES

Com relação às ideias que surgem no decorrer da vida de um empreendedor, estas podem ser únicas ou não, para o empreendedor o surgimento dessas ideias é que ele as utiliza e as transforma em um produto inovador onde possa implantar na empresa fazendo com que a mesma consiga prosperar.

É importante mencionar as oportunidades que surgem para os empreendedores, normalmente são únicas e se o indivíduo não consegue observá-las, acaba desperdiçando uma excelente ideia, e assim perde a oportunidade de desenvolver um produto que venha a ter nome no mercado se tornando um diferencial para os produtos dos concorrentes (DORNELLAS, 2009).

Segundo o mesmo autor, todo jovem empreendedor possui ideias revolucionárias, quando estas aparecem, seu propósito é colocá-las em prática movido, a primeiro momento, pelo entusiasmo que pode levá-lo a cometer erros graves em virtude de não haver compartilhamento delas com todos os envolvidos na empresa (DORNELLAS, 2009).

Para cada lançamento de um produto é necessário que o empreendedor compartilhe dessas ideias com pessoas experientes, familiares ou amigos, pois não se deve agir pela paixão fazendo com que o mesmo não enxergue os efeitos de um produto mal elaborado

atrapalhe seus negócios, para uma ideia criar formas ela não se caminha sozinha é necessário que haja um dinamismo, pois irá desenvolvê-la com competência conseguindo assim implantar na sua empresa com mais eficiência (DORNELLAS, 2009).

Portanto, se possui uma ideia e há uma convicção que pode resultar em um empreendimento de sucesso, então é necessário que se questione e pesquise, pois o reconhecimento que irá adquirir será em virtude de um estudo simplificado, onde saberá quem serão seus clientes que poderão comprar seus produtos, usufruírem de seus serviços, se o mercado que quer ingressar está em crescimento e, acima de tudo, quem são seus concorrentes (DORNELLAS, 2009).

2.4 A EXPERIÊNCIA NO RAMO COM O DIFERENCIAL

Dornelas (2009) diz que sucesso de uma empresa depende do que nela é apostado. Se você cria uma empresa e nela apenas deposita o interesse pelo dinheiro e não existe um amor pelo ramo, pouco dela poderá ser extraído. Saber empreender é saber apostar sem medo no que poderá levar a vitória, mas antes de tudo é preciso o estudo do caminho em que você pretende seguir, é necessário um planejamento, conhecimento e cautela, pois ir em frente rápido demais poderá ser prejudicial.

Ainda segundo o mesmo autor, vimos que a busca pela vitória deverá ser acompanhada pelo interesse de novas ideias e o estímulo em estar em constante renovação. O empreendedor deve estar preparado para o que está por vir, saber onde vai investir, e mais que tudo estar capacitado, pois sua experiência é de grande utilidade em sua preparação. É preciso saber fazer a diferença para poder ganhar destaque, escolher delicadamente as pessoas que estarão juntas ao trilhar esse caminho, pessoas estas que devem ter os propósitos comuns para se chegar até ao final.

Dornelas (2009) ainda acrescenta que para investir nos dias atuais, o empreendedor deve ter consciência de que é realmente aquele ramo que pretende seguir, a partir desse ponto de partida começa-se a observar qual caminho a empresa deve seguir. Primeiro de tudo, gostar do que faz, ter amor pelo negócio e se identificar com aquele ramo, pois ser empreendedor é ser líder, saber liderar, buscar soluções e enfrentar desafios.

2.5 PLANO DE NEGÓCIO

Para toda empresa é de fundamental importância a elaboração de um plano de negócio, isso vale tanto para as empresas que ainda estão por serem construídas, ou mesmo que estejam em exercício. A utilidade do plano de negócio é uma ferramenta de gestão para que se possa planejar um desenvolvimento estratégico que será aplicado na empresa, onde um plano de negó-

cio bem organizado terá suas vantagens de adquirir recursos financeiros para seu investimento (DORNELAS, 1999).

O plano de negócio tornou-se a base para todo empreendedor, havendo assim um cuidado especial ao ser elaborado, onde não poderá conter números exorbitantes do contexto da empresa que pretende criar ou que esteja fora da realidade empresarial. Para tanto é necessário que se faça um plano de negócio claro dentro das suas estratégias de crescimento, e mais ainda, é preciso ter consciência que estará investindo o necessário para a empresa, (DORNELAS, 1999).

É necessário, portanto, que a definição do plano de negócio seja de grande importância para o empreendedor, pois através dele este conseguirá expor suas ideias de forma competente e com excelente entendimento para todos os envolvidos na empresa, apresentando demonstrativos para que a empresa tenha sucesso no mercado que está atuando.

O plano de negócio é o cartão de visita para todo empreendedor, mas se for elaborado de forma inadequada poderá ser definido como desqualificado. Pode-se ressaltar que uma vez elaborado um plano de negócio, este jamais poderá ser deixado de lado, pois mercado vive em constante mudança onde os concorrentes a cada dia inovam, induzindo também os empreendedores a essa mudança onde até o plano de negócio, que age diretamente nos valores pessoais, deve servir de indicador de riscos e retorno do investimento que também é passivo de sofrer mudança (SAHLMAN, 1997).

De acordo com Dornelas (1999), o plano de negócio ao ser elaborado trás consigo algumas regras, que podem, porventura, ser apresentadas estatisticamente, ou mesmo geralmente usando-se a capacidade de criatividade de seu empreendedor focando no público-alvo. As empresas que o utilizam e estão em exercício não devem se restringir apenas ao setor financeiro do plano, mas toda perspectiva de crescimento que o mesmo apresenta.

2.6 DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE CULTURA

Aurélio (2004) traz a palavra “cultura como o ato, efeito ou modo de cultivar, diz também ser a palavra um padrão de comportamento em crenças, instituições (o qual diz respeito especificamente à administração), manifestações artísticas, intelectuais”. Muito se tem discutido a respeito do que vem a ser cultura nas organizações atualmente, pois esta sofre e promove diferentes mudanças de organização para organização.

Fleury (2004) diz que a palavra *cultura* não se originou a partir da administração, o termo vem do latim, é uma palavra antiga que significa cultivar, do ato de cultivar na agricultura, na educação e até mesmo nas

crenças aos deuses. Com o passar do tempo, o significado dessa palavra foi se expandindo, porém permanecendo sua essência principal.

Na área da administração, o autor Robin (2002) destaca que a cultura sobrevive dentro da instituição, é capaz de resolver problemas no cotidiano da organização independente de seus fundadores, de bens ou serviços que produza.

Para o autor Hofstede (2003, p. 19), cultura “é a programação coletiva da mente que distingue os membros de um grupo ou categoria de pessoas frente a outro.” Ele ressalta que todo indivíduo carrega consigo pensamentos e sentimentos, onde estes são consequência de uma aprendizagem contínua sendo em sua maioria adquiridos durante a infância.

Hofstede (2003) afirma existirem duas formas diferentes de cultura. A primeira é o refinamento da mente, a civilização. Este refinamento traz como benefício educação, arte e literatura, e é, portanto, a cultura em seu sentido restrito. O segundo tipo de cultura trata da programação mental onde algumas condições da existência promovem hábitos, que são essências da cultura exercendo um importante papel em criar e recriar costumes.

Ainda segundo Hofstede (2003), a cultura pode se manifestar e estiver representada de diversas formas, conforme quadro 01 a seguir:

Quadro 1 – Representação do tipo de cultura.

A cultura está representada através de:	1) Símbolos: Palavras, gestos, figuras
	2) Heróis: Pessoas exempláveis, sejam elas reais ou fictícias, vivas ou não
	3) Ritos: Atividades coletivas
	4) Valores: Este é o núcleo da cultura

Fonte: Hofstede (2003).

Através dos símbolos, a cultura está nas palavras (modo de falar), gestos (modo de expressar-se) e figuras naturais daquele povo fazem parte de sua cultura. Os heróis são aquelas pessoas reais ou fictícias, vivas ou já falecidas das quais transmitem respeito, admiração ou até mesmo crenças, o que está mais bem representada nos ritos. E por fim, a cultura está também representada nos valores, onde estes se tornam o núcleo da mesma por serem a partir dos valores que se desenvolvem as demais práticas culturais (HOFSTEDE, 2003).

3 METODOLOGIA

De acordo com os objetivos propostos, a pesquisa é de abordagem qualitativa, fundamentada em narrativas autobiográficas por meio de registros orais, com aplicação de um roteiro de entrevista semiestruturada.

Conforme Richardson (1985, apud AMARAL, NEPUCENO, MEDEIROS, 2009), a pesquisa qualitativa proporciona um entendimento de fenômenos sociais, pelo fato de “possibilitar as representações dos informantes sobre as suas experiências” (BAUER, 2004 apud AMARAL, NEPUCENO, MEDEIROS, 2009, p. 5).

Na entrevista semiestruturada, os autores Marconi e Lakatos (2004) ressaltam que o entrevistador é livre para desenvolver situações pelo qual consideram apropriadas, tendo em vista uma contribuição para o estudo em questão.

Assim, este estudo narrativo consiste relatar a trajetória de panificadoras familiares desde sua elaboração até serem aceitas pelo mercado onde as mesmas se encontram em sua terceira geração. Em virtude disso, surge o interesse em descrever a história de um empreendedor que viu um pequeno investimento criando formas.

O estudo ocorreu em três Panificadoras, no Sertão Central, interior do Estado do Ceará. Justificam-se tais escolhas por se tratarem de panificadoras familiares, sendo assim uma imensa representatividade da realidade local, outro fator relevante é que o pesquisador tem contato direto com as panificadoras, por meio do estágio, obtendo assim a total concordância dos seus respectivos gestores para desenvolvimento da pesquisa.

Sendo assim, a escolha dos sujeitos da pesquisa foi distribuída entre os proprietários de cada panificadora, que foram entrevistados.

Foram realizadas entrevistas narrativas, onde a ideia principal foi reedificar os fatos sociais em decorrência das informações obtidas (BAUER e GASKELL, 2002, p. 93). Esta ferramenta de pesquisa contribuiu para uma melhor compreensão toda experiência adquirida do indivíduo estudado, nos ensinamentos dos seus próprios discursos, onde todos os assuntos expostos na entrevista procuraram revelar a trajetória do sujeito, inserindo atividades, planos, relacionamentos, sentimentos em que esses aspectos identificam e modulam sua identidade cultural (CHANLAT, 2000). A análise de dados ocorreu em dois momentos e se dividiu em duas partes: Em uma análise vertical e análise horizontal.

Quadro 2 – Dados gerais dos entrevistados e seus negócios.

	Empreendedor I	Empreendedor II	Empreendedor III
Gênero	Masculino	Masculino	Feminino
Idade	52	37	34
Grau de Instrução	2º grau completo	Superior completo	Superior incompleto
Idade em que ocupou o negócio	30 anos	25	18

Ocupação anterior	Camelô, bancário e motorista	Atendente na padaria	Professora
Foco no negócio	Industrialização, confeitaria e alimentação	Paes em geral	Confeitaria, Paes em geral
Nº de funcionários	39	5	6
Sócios	03	Não	Não

Fonte: dados da pesquisa.

As perguntas duraram em média 30 minutos (cada), foram transcritas, em seguida foram feitas as transcrições das respostas obtidas bem como a sistematização dos dados no contexto vertical e horizontal.

Para tanto as análises das narrativas se dividiu em duas partes: análise vertical e análise horizontal. No que tange análise vertical tentou proteger toda a peculiaridade das histórias vivenciadas pelo empreendedor e irá descrever todos os fatos de sua trajetória, o foco do entrevistador é a expectativa que terá diante de cada fato narrado pelo entrevistado e o seu comportamento.

Essa interpelação tem como objetivo a integridade das suas experiências e sua visão sobre o ambiente que estar inserido, possibilitando uma maior identificação nesse processo em virtude de querer compreender toda a vida do indivíduo (MACEDO, 2000; HAGUETE, 1997). Para a análise horizontal foi analisada a extensão de todo material coletado onde o mesmo foi organizado através de uma leitura detalhista, por conta das características dos indivíduos que foram identificados em várias fases da etapa da coleta de dados (LINCOLN E GUBA, 1985).

Baseado no artigo apresentado por Pereira (2012), no encontro da Associação Nacional de Pós Graduação em Administração (ANPAD), foram observados aspectos como o ser empreendedor; como você trabalha sua trajetória; seu relacionamento com as pessoas; planos para o futuro da empresa e identidade cultural. Salienta-se que estes aspectos resultantes da aplicação de uma entrevista entre 03 (três) empreendedores, serão analisados a seguir. Para garantir a ética e o sigilo dos nomes dos entrevistados, usa-se a nomenclatura E1, E2 e E3.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS NARRATIVAS EMPREENDEDORAS NUMA PERSPECTIVA VERTICAL

“Ser empreendedor é investir em um negócio de sucesso e usar a inteligência e criatividade para enfrentar os riscos. Ser empreendedor é ter iniciativa, inovar sempre ter coragem de tomar decisões. É acreditar naquilo que muitos não acreditam e fazer dar tudo certo”. (Depoimento E1)

Na narrativa do E1, percebe-se a confiança e a consciência que este tem em relação aos riscos inerentes a quem empreende. No entanto, utilizando de recursos necessários para quem empreende, como iniciativa, inovação e coragem, é possível que este empreendedor consiga em sua trajetória profissional contornar situações embaraçosas e destacar-se no cenário do empreendedorismo.

“Ser Empreendedor é uma arte, onde nem todos conseguem ser, pois exige mudanças de postura e de comportamento. Quem quer empreender precisa ser ousado. Ninguém nasce empreendedor, se torna, embora saiba que tem gente que nasce com características próprias de quem é empreendedor e isso a meu ver, faz a diferença”. (Depoimento E2)

Vê-se nessa abordagem, o E2 levantando uma questão pertinente à discussão: você nasce ou se faz empreendedor? Não vamos entrar no mérito da questão, mas sabemos e temos exemplos inúmeros de empreendedores que na caminhada viram a luz no fim do túnel, acreditaram no seu potencial, aderiram a determinados negócios, empreenderam, agregaram valores e se tornaram empresários de sucesso, fortalecendo o que o E2 apresenta na supracitada resposta.

“Ser empreendedor não é investir muito dinheiro em um negócio, pelo contrário é investir o dinheiro certo, no negócio certo e na hora certa. Quando assim acontece o sucesso é garantido. O empreendedor precisa ter visão de futuro, conhecer a realidade local e investir em cima destas necessidades”. (Depoimento E3).

Compactuando com a tese dos empreendedores já citados percebe-se no depoimento do E3, a capacidade tem que ter um empreendedor e que sobrepõe à capacidade financeira, nem sempre muita dinheiro será sinônimo de grande empreendimento. A garantia do sucesso de uma empresa está no investimento feito corretamente, na avaliação e monitoramento dos negócios, na presença de uma equipe capacitada para o fim que opera.

Como surgiu o interesse de investir no seu próprio negócio?

“Começou de pai para filho, bancaram nossos estudos, mas gostando do comércio percebi que seria um ótimo investimento, então surgiu a necessidade de investir no próprio negócio”. (Depoimento E1).

“Na verdade o negócio é uma empresa familiar, formada por meu avô, João Viana, mais conhecido como Sr. João da Padaria, Ela foi fundada em setembro de 1971. Através da mesma ele formou e criou toda a família. Em 2010, o mesmo solicitou minha ajuda prontamente eu o atendi. Reformamos a panificadora e nos reposicionamos no mercado. O interesse inicialmente por necessidade e logo depois na vontade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos na graduação em administração”. (Depoimento E2).

“Por influência da família em virtude de existir empreendedores na família isso facilitou para que surgisse esse interesse em ter o próprio negócio, quase possibilitando assim adquirir certas habilidades para desenvolver o projeto como técnicas de negociação, surgimento de ideias para implantar no seu empreendimento”. (Depoimento E3).

Em uma análise global, podemos perceber que as empresas entrevistadas estão atreladas ao contexto familiar, o que podemos chamar de empresa familiar, como se fossem uma herança deixada dos mais velhos para os mais novos. Destaca-se no depoimento o compromisso com a continuidade dos negócios e ainda quando estas passam para responsabilidade dos mais novos (herdeiros) eles procuram empreender com o intuito de inovar e garantir a permanência de seus clientes.

A entrevista concedida nos faz perceber exatamente este tipo de empresa, que é cuidada por seus “donos” e, nesse sentido, eles buscam ter atitudes, melhorar o empreendimento, superando os obstáculos, vestindo realmente a camisa da empresa.

Quais os obstáculos que enfrentou para ter hoje uma empresa de nome no mercado?

“Posso destacar como primeiro obstáculo, mão de obra especializada, pois além de não saberem, não existe interesse dos funcionários em querer aprender onde o fazer por fazer não sai bem”. (Depoimento E1).

“Os obstáculos são inúmeros, começando pela mão de obra, órgãos de fiscalização, entre outros, A aceitação do público nunca foi problema. Os obstáculos forma mais no macro ambiente”. (Depoimento E2).

“o primeiro momento capital para iniciar o projeto que na época não havia incentivo por parte do governo para os empreendedores investirem, em seguida desenvolver um produto que fosse aceito pelos consumidores e houvesse assim a fidelização dos clientes”. (Depoimento E3).

Percebe-se nos depoimentos um ponto comum, acerca da mão de obra desqualificada. Infelizmente, esta realidade é plausível, falta no mercado de trabalho pessoas com cursos específicos em muitas áreas, ou porque não querem ou por não encontrar oportunidade. Nesse sentido é preciso que as empresas invistam na qualificação de seus colaboradores.

Mencionou-se ainda a falta de incentivo financeiro e a presença dos órgãos fiscalizadores por parte do governo. Conforme retrata os depoentes estes problemas são de ordem externa, mas que implica diretamente no desempenho da empresa, tendo em vista que a facilitação de um investimento externo na empresa contribuiria para seu crescimento. Mas o que se tem muitas vezes é uma série de exigências e demandas a serem cumpridas pelos empresários e a contrapartida do governo é mínima ou nenhuma, e quando existe são acompanhadas

de muitos processos burocráticos que as empresas não dão conta.

Fale sobre seu relacionamento no que se referem seus funcionários, fornecedores, clientes e concorrentes?

“Funcionários: o relacionamento com os funcionários é um pouco complicado em decorrência de horários, surgindo à necessidade de contratar uma pessoa no Recurso humano”.

“Já para os fornecedores, o bom relacionamento na medida do possível, em virtude do atraso das mercadorias e em alguns casos falta de honestidade”.

“Concorrentes: São os nossos espelhos, é importante para estarmos sempre inovando, procurando fazer um trabalho diferenciado, não existindo intrigas, havendo um bom relacionamento”.

“Clientes: são os nossos patrões, são os que dão alegria, é a peça chave dos nossos negócios, tendo assim que superar as necessidades deles, aonde o cliente vem sempre em primeiro lugar”. (Depoimento E1).

O depoente E1 traz em sua narrativa situações reais que envolvem os segmentos de uma empresa, apresentando questões que vão desde a dificuldade de relacionamentos com os funcionários, bem como a falta de honestidade dos fornecedores. No entanto, com os segmentos: concorrentes e clientes, são chamados de espelhos e patrões respectivamente. Nosso olhar acerca desta empresa nos leva a compreender que é uma empresa que precisa repensar algumas de suas práticas em relação aos colaboradores e fornecedores, pois estes atuam diretamente no dia a dia da empresa, e quando se tem colaboradores insatisfeitos, naturalmente os clientes são atingidos, de forma que nem mesmo o empresário consegue captar nos primeiros momentos e quando vem perceber pode ser muito tarde.

“Todos os relacionamentos são baseados na confiança, entretanto com os concorrentes não existe muito essa “camaradagem”, pois não vêem os outros empresários do ramo com bons olhos”. (Depoimento E2).

Diferente do depoente anterior, parece neste haver um melhor relacionamento, sobretudo com os colaboradores, o que não é extensivo aos concorrentes.

“O melhor possível. Para uma empresa estar em harmonia é necessário que haja um excelente relacionamento com seus funcionários, pois os mesmos trabalharão com muito mais entusiasmo e a produtividade crescerá em virtude desse bem estar. Com os fornecedores é necessário um maior dinamismo até mesmo na hora de uma negociação. Concorrentes o respeito, pois trabalhará em prol do reconhecimento e ele será uma inspiração a mais para desenvolver um trabalho diferenciado, os clientes é a base para o sucesso da empresa, pois no ato do atendimento criará laços afetivos, fazendo com que os mesmos sintam-se satisfeitos e queiram voltar à empresa”. (Depoimento E3).

O depoente E3 deixa transparecer maturidade e equilíbrio na condução da empresa, respeitando e valorizando relacionamentos entre as partes envolvidas que, direta ou indiretamente, estão atreladas ao dia a dia da empresa. Prima pela harmonia, pela construção de laços afetivos, e até mesmo o concorrente é qualificado como alguém que pode provocá-lo inspiração. Em linhas gerais, pode-se dizer que temos aqui um empreendedor que atua na base do fortalecimento de sua empresa e que com essas qualidades esta só tenderá a crescer mais e mais.

Você tem desenvolvido planos para o futuro do negócio?

“Com certeza, com novas ampliações, modernizações, quero ajuda para qualificar os funcionários é elo importante na empresa”. (Depoimento E1).

“Planos existem, mas com as demandas diárias e por sermos pequena empresa acabamos adiando tais planos. Mas nos últimos dois anos, desenvolvemos receita própria de pane tone e estamos conquistando cada vez mais o mercado com este produto”. (Depoimento E2).

“O mercado nos obriga a estar sempre inovando procurando satisfazer os clientes e assim atender as necessidades existentes no mercado, então você estar sempre desenvolvendo ideias para implantar na empresa para a estabilidade que tanto deseja”. (Depoimento E3).

Seja por necessidade ou por consciência, todos têm projetos futuros, tanto a pequeno ou longo prazo. O depoente E2, embora encontrando obstáculos para desenvolver ações futuristas, já apresenta no presente caminhos reais de visão de futuro, quando implanta no mercado alimentício a proposta de uma receita exclusiva que já está garantida sua aceitação no mercado. O depoente E1 ousa na ampliação de seus negócios na perspectiva de futuro, inclusive na melhoria das instalações, na qualificação dos servidores que na realidade apresenta-se como um diferencial de quem busca empreenderem.

Fale um pouco sobre a identidade cultural da empresa?

“Procurei manter a qualidade dos nossos serviços, respeito com os colaboradores, e funcionários e se conscientizando ainda mais como o melhor da cidade”. (Depoimento E1).

“A cultura da empresa vem mudando o respeito e compromisso com os clientes e funcionários, pautadas na busca da aplicação dos direitos e deveres de empresas e funcionários”. (Depoimento E2).

“Desde os primeiros proprietários, a cultura da empresa consiste no respeito e o comprometimento com seus funcionários e clientes.” (Depoimento E3).

Identidade cultural aqui compreendida pelos entrevistados como sendo a forma como eles conseguiram

manter suas empresas ao longo do tempo. Nesse sentido, atitudes como respeito aos colaboradores e clientes foram apresentadas de forma unânime pelos três empresários como peça básica na conquista e permanência no mercado.

5 ANÁLISE HORIZONTAL DAS NARRATIVAS DOS EMPREENDEDORISMOS

De acordo com a proposição dos procedimentos metodológicos, as narrativas serão analisadas horizontalmente de forma a proceder com uma análise comparativa em relação às falas dos depoentes. Têm-se como base os aspectos que fundamentam a entrevista, os quais são: ser empreendedor (1), investimento no negócio (2), obstáculos para manter a empresa no mercado (3), relacionamento Inter e extra pessoais com os segmentos diretos e indiretos da empresa (4), visão de futuro (5) e por fim, mas não menos importante a identidade cultural da empresa (6). Dentre as unidades de significados destacam-se: iniciativa, empresa familiar, mão de obra desqualificada, relacionamentos, visão de futuro, manutenção das empresas no mercado.

Iniciativa. O empreendedor faz uma relação de ser empreendedor, tal iniciativa como forma de tomar consciência do primeiro passo, atrelado a isso, é consciente de ter que estar sempre inovando, mudando de postura, ter coragem e ser capaz de ousar. Considera ainda que investir, de forma correta, no negócio certo é o segredo de quem está buscando ser um bom empreendedor. Estes depoimentos configuram-se como aporte ao que já foi dito por Cielo (2001), o empreendedorismo é feito de muitos materiais diferentes e com dosagem também diferente em cada empreendedor, no entanto, acreditam-se que existem características, maneiras de agir e pensar que favorecem o surgimento de indivíduos dotados de um maior “espírito empreendedor”. Muitas vezes, esses indivíduos têm sucesso em áreas para as quais não se formaram na escola, ou com as quais não estiveram propriamente associados durante a maior parte de suas vidas. Esse diferencial é o denominado potencial empreendedor.

Empresa familiar. A prevalência dos vínculos familiares nas empresas entrevistadas foi unânime. Todas foram repassadas de pai para filhos os quais tiveram a responsabilidade e cuidado de investirem no sentido de sustentarem a empresa no mercado. Relembrando pensamento de Donnelley (1976,p. 4):

Uma empresa é considerada uma Empresa Familiar, quando está perfeitamente identificada com uma família pelo menos há duas gerações e quando essa ligação resulta numa influência

recíproca na política geral da firma e nos interesses e objetivos da família. Ou seja, é aquela que tem sua origem e sua história vinculadas a uma família e que mantém os membros da família na administração.

Mão de obra desqualificada. Outra realidade patente e que é um implicador no desenvolvimento do comércio local. Ainda existem determinados serviços que precisam de mão de obra específica e que não se preparam as pessoas para validar estes serviços, ficando o comércio prejudicado e/ou sujeito a uma minoria da mão de obra existente. Infelizmente, nossas escolas têm um currículo fora da realidade e acabam ensinando coisas que nunca terão utilidade na vida prática. Para Chanlat(2000,pag 79),

A desqualificação dos trabalhadores no Brasil é o mais evidente reflexo de graves problemas estruturais nos modelos educacionais adotados no País, que não formam pessoas com qualidade e, muitas vezes, formam profissionais despreparados para determinadas realidades econômicas e sociais que o país atravessa.

Relacionamentos. Todos os entrevistados têm consciência de que ter um bom relacionamento, sobretudo com os funcionários e clientes é necessário, considerando que quando não prevalecer um bom relacionamento estar sujeito a gerar um clima de resistência, incompreensão, o que pode ser extremamente prejudicial à empresa. Nesse sentido, soma-se aqui o pensamento de Balcão & Cordeiro, (1979, p. 52): “entende-se por relações humanas uma atitude que deve prevalecer no estabelecimento e manutenção dos contatos entre pessoas”. Essa atitude deve ser assentada no princípio do reconhecimento dos seres humanos como entes possuidores de uma personalidade própria que merece ser respeitada.

Visão de futuro. Cada um de seu jeito, mas todos apresentam seus planos futuristas em menor ou maior extensão, que vão desde a mudança de instalações (E1) até a implantação de negócios que atenda a demanda existente (E3), considerando seu crescimento e permanência com sucesso no mercado. Relembrando a citação de “Uma visão sem ação não passa de um sonho. Ação sem visão é só um passatempo. Mas uma visão com ação pode mudar o mundo.” (Joel Barker)

Manutenção das empresas no mercado. Abrir empresas tem sido uma constante nos últimos tempos, como também tem sido a vida curta destas. Talvez a falta de planejamento, de organização, de empreendimento, enfim uma série de fatores que implicam em estarem ou não no mercado tão competitivo que temos hoje. As empresas entrevistadas destacam-se, sobretudo pela

resistência e permanência, e estão, em sua maioria, sob a responsabilidade direta da segunda geração, isso devido a um fator que eles colocam como principal responsável: o respeito pelos funcionários e clientes, que a nosso ver é a mola propulsora, pois quando ambos são desrespeitados não permanecem como funcionários e recuam como clientes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As entrevistas propuseram revelar todos os aspectos de interesse da pesquisa, mantendo como cenário a vida do empreendedor. Destacando-se as particularidades inerentes a histórias dos empreendedores e sua relação no fortalecimento de suas atividades: como o interesse de ter o próprio negócio, os obstáculos enfrentados, o relacionamento no setor de trabalho, planos para o futuro do negócio e identidade cultural predominante.

Foi possível perceber, durante as narrativas, a convicção que têm os empresários da necessidade de investir em seus negócios, de ampliar seus atendimentos, de atender bem clientes e funcionários. São empresas que apresentam potencialidades, que permanecem ao longo dos tempos no mercado, porque conquistou a credibilidade de seus clientes, caso contrário já teria desistido.

Em contrapartida apresentam indubitavelmente algumas fragilidades, que precisam repensar seus papéis e se constituir como aprendizes na busca do conhecimento, maximizando o potencial humano já existente, conforme podemos identificar durante as entrevistas. Assim, para Terra (2000: 45): “Gestão do Conhecimento deve levar em consideração simultaneamente tanto as mudanças econômicas, sociais e tecnológicas quanto às conclusões sobre como maximizar o potencial intelectual das pessoas na organização”

Nesse sentido é pertinente que as empresas procurem sempre estar revendo seu modelo de gestão, avaliando seus atos e buscando, sobretudo acompanhar as rápidas transformações que estão ocorrendo no mundo e que são tempestivas, mas que afloram a competição no mercado e para isso estarem alerta para esta realidade é condição para o desenvolvimento do empreendedorismo local, além da necessidade de compartilharem ideias e ações com outros empresários para que, a partir desse *feedback*, estes possam consolidar ações conjuntas que promovam crescimento, geração de lucros, expansão de negócios e desenvolvimento do empreendedorismo local.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, I. G.; NEPOMUCENO, L. H.; MEDEIROS, A.D. de. Narrativas sobre trabalho e relações de trabalho em um empreendimento organizado sob a lógica da economia solidária. In: **Encontro da ANPAD**, 33, 19-23 set. 2009. São Paulo. P. 5-6.
- AURÉLIO, **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Nova Edição Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2004.
- BALCÃO, Y. F.; CORDEIRO, L. L. **O comportamento Humano na Empresa - Uma Antologia**. 4. Ed. Rio de Janeiro: FGV – Instituto de Documentação Editora Fundação Getúlio Vargas, 1979.
- BAUER, M.W.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BORDIEU, P. **Le sens pratique**. Paris: Minuit, 1980.
- BOUTILLIER, S.; UZUNIDIS, D. **L'entrepreneur**. Paris: Economia, 1999.
- CHANLAT, J.F. **Ciências Sociais e management: reconciliando o econômico e o social**. São Paulo: Atlas, 2000.
- CHINZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- CHURCHILL, N.; MUZIKA, D. Defining and Conceptualizing Entrepreneurship: A Process Approach. In: **Research at Marketing/Entrepreneurship Interface**, editado por HILLS, G.E., LaFORGE, W., PAEKER, B.J. p.11-23. Chicago: University of Illinois at Chicago, 1996.
- CORRÊA, S.I.; PAIVA JR., F.G.; M e OLIVEIRA, F. A. M. **A ação empreendedora e os modos de sociabilidade constitutivos da cultura brasileira: um estudo de caso**. In: Anais do XXX ENANPAD, Salvador, 2006.
- CIELO, Ivanete Daga. Perfil do pequeno empreendedor: uma investigação das características empreendedoras nas empresas de pequena dimensão. **Dissertação** (mestrado em Engenharia de Produção)- Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2001.
- DOLLLINGER, M. J. **Entrepreneurship: Strategies and Resources**. Burr Ridge, Illinois: Austin Press, Irwin. 1995.
- DORNELAS, J.C. **Empreendedorismo: Transformando idéias em negócios**. 3. Ed. Rio de Janeiro. Elsevier, 2008.
- DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo Corporativo**. Rio de Janeiro: Campus, 1.ed. 2003; e 2.ed. 2009.
- DORNELAS, J. C. A. **“Capacitação dos Gerentes de Incubadoras na Elaboração e Utilização do plano de Negócios como uma Estratégia para se Disseminar seu Conceito junto às Empresas Incubadoras”**. IX Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas: Porto Alegre, set. 1999.
- DONNELLEY, R. G. **A empresa familiar tem suas vantagens e desvantagens, o importante é identificá-las e compreendê-las**. v.2. Boston: Biblioteca Harvard de Administração de empresas, 1976.
- FLEURY, M.T.L. (coord.). **As pessoas na Organização**. São Paulo: Ed Gente, 2004.
- GIBB, A.; SCOTT, M. Understanding small firm growth. In: SCOTT, M.; GIBB, A.; LEWIS, A.; FAULKNER, T. **Small Firms Growth and Development**. Adelshot: Gower, 1996.
- GODOY, A.S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades, In: **Revista de Administração de Empresas**, v.35, n.2, p57-63, mar./abr.1995.

SOBRE OS AUTORES:

Maria Semirames de Almeida Queiroz

Graduanda em Administração pela Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS.
E-mail: semiramesls@hotmail.com.

Valter de Souza Pinho

Graduação em Administração pela Universidade Capital – SP. Especialização em Administração pela Universidade Capital – SP. Mestrado em Administração pela Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC.
E-mail: fcrs1135@fcrs.edu.br.

Stânia Nágila Mendes Vaconcelos Carneiro

Graduação em Letras pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Mestre em Letras pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Doutorado em Ciências da Educação pela Universidad Del Norte.
E-mail: fcrs0017@fcrs.edu.br.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM INSTITUIÇÃO PÚBLICA: ESTUDO APLICADO NA ÁREA TÉCNICA DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ

Teresa Rejane Rolim Queiroz
Maria Amélia Holanda Cavalcante
Márcia Maria B. de Santana
Peixoto

RESUMO

A finalidade deste estudo é verificar se o objetivo estratégico “Aprimoramento do Controle Social”, voltado para a área técnica de controle externo do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, foi alcançado de forma eficaz, considerando o ciclo de planejamento estratégico 2004-2009. Como método, optou-se por uma pesquisa exploratória documental. A técnica de coleta de dados utilizada foi a análise de conteúdo. A análise dos dados considerou a relação das ações implantadas no Tribunal de Contas do Estado do Ceará, referente ao objetivo estratégico em epígrafe. O principal achado deste estudo consiste na constatação de que as ações traçadas no plano estratégico alcançaram de forma satisfatória a meta estabelecida pelo Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios (PROMOEX).

Palavras-chave: Planejamento estratégico. Controle externo. Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

RESUMEN

El propósito de este estudio es verificar si el objetivo estratégico de “Mejora de la” Control Social, dirigido al área técnica de control externo del Tribunal de Cuentas del Estado de Ceará, se logró con eficacia, teniendo en cuenta el ciclo de planificación estratégica 2004-2009. Como método, se optó por un documental exploratorio. La técnica de recolección de datos utilizada fue el análisis de contenido. El análisis de datos consideró la relación de las acciones llevadas a cabo en el Tribunal de Cuentas del Estado de Ceará, en referencia al título del objetivo estratégico. El principal hallazgo de este estudio es la constatación de que las medidas esbozadas en el plan estratégico de alcanzar satisfactoriamente el objetivo establecido por el Programa de Modernización del Sistema de Control Externo los Estados, Distrito Federal y Municipios (PROMOEX).

Palabras clave: Planificación estratégica. Control extern. Tribunal de Cuentas del Estado de Ceará

1 INTRODUÇÃO

As instituições públicas, voltadas para obtenção de resultados de excelência, buscam aprimorar seu crescimento não somente por meio da redução de dispendios, mas também desenvolvendo suas funções administrativas: planejamento, direção, organização e controle.

O propósito do planejamento pode ser definido como o desenvolvimento de processos, técnicas e atitudes administrativas, as quais proporcionam uma situação viável de avaliar as implicações futuras de decisões presentes em função dos objetivos empresariais que facilitarão a tomada de decisão no futuro, de modo mais rápido, coerente, eficiente e eficaz (OLIVEIRA, 2004).

Para Silva (2005), existem três níveis de planejamento: o planejamento estratégico, que é genérico, sintético e abrangente, projetado para longo prazo e que abrange a organização como um todo; o planejamento tático, que é menos genérico e mais detalhado, projetado para o médio prazo e que aborda cada unidade da organização separadamente; e o planejamento operacional, detalhado, específico e analítico, projetado para curto prazo e que orienta tarefas.

De acordo com Castro (2011), nenhuma entidade deve trabalhar na base de improvisação. O planejamento figura como a primeira função administrativa, por ser a que serve de base para as demais funções. O planejamento é a função administrativa que determina antecipadamente quais os objetivos a atingir e como se deve fazer para alcançá-lo.

Ainda, conforme o autor, o planejamento começa com a determinação dos objetivos (com definição dos respectivos indicadores) e com o detalhamento das ações necessárias para atingi-los da melhor maneira possível (com especificação das metas). Segundo ele, planejar é definir objetivos e escolher antecipadamente as ações para alcançá-los.

Almeida (2003) afirma que o planejamento estratégico é uma técnica administrativa que procura ordenar as ideias das pessoas, de forma que se possa criar uma visão do caminho que se deve seguir. O ordenamento das ações sucede as ideias, orientando a organização rumo ao resultado pretendido.

“O planejamento representa o parâmetro para as ações de controle. Define o que deve ser feito, para que fazer, quem será responsável pela execução, onde se pretende chegar, quando, com que recursos” (CASTRO, 2011, p. 289).

Nesse contexto, atento aos desafios futuros, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará-TCE-CE, inicialmente, elaborou seu plano estratégico para um período de cinco anos 2004/2009. Posteriormente, para que fosse estabelecido um elo de continuidade desse plano,

foi estruturado um novo ciclo de planejamento para o período de 2010-2015.

Nesta linha de pesquisa, decidiu-se pela elaboração de um estudo que venha a responder ao seguinte problema: O objetivo estratégico “Aprimoramento do Controle Social”, voltado para área técnica de controle externo do TCE-CE, foi alcançado de forma eficaz, considerando o ciclo de planejamento 2004/2009?

Para esta resposta, compreende-se que é importante conhecer a identidade organizacional (Missão, Visão, Valores, Negócio) e as ações/produtos relacionados ao objetivo estratégico indicado.

O objetivo geral deste trabalho é verificar se o objetivo estratégico “Aprimoramento do Controle Social”, contemplado no plano estratégico para a área técnica de controle externo do TCE-CE, foi alcançado de forma eficaz, considerando o ciclo de planejamento 2004-2009.

De forma específica, procurou-se realizar levantamento dos dados bibliográficos referentes ao tema, realizar pesquisa exploratória documental para levantamento das ações definidas no plano estratégico para a área técnica de controle externo do TCE-CE, verificar se as ações contempladas no plano estratégico referente ao objetivo “Aprimoramento do Controle Social” foram realizadas no prazo indicado no plano.

A presente pesquisa parte da premissa de que o objetivo disposto no plano estratégico do TCE-CE foi alcançado de forma eficaz, considerando o ciclo de planejamento 2004-2009.

O interesse do pesquisador pelo tema planejamento estratégico em instituição pública se deu pela necessidade de se conhecer o processo de gestão baseado na ferramenta planejamento estratégico construído no âmbito da administração pública. Ademais, as considerações e perspectivas deste trabalho podem abrir uma discussão acerca da importância do planejamento estratégico em instituição pública e seus efeitos na satisfação e no comprometimento de servidores públicos no desafio de tornar excelentes os serviços prestados pelas instituições públicas ao cidadão.

Além da parte introdutória, na qual são apresentados o problema da pesquisa, objetivos e a relevância do trabalho, a presente pesquisa é composta por mais quatro seções. Na segunda seção, enfoca-se o referencial teórico, no qual são apresentados conceitos fundamentais de planejamento estratégico, planejamento estratégico para a administração pública, conceituando controle social, contextualização acerca da identidade organizacional e os objetivos estratégicos definidos no plano de ação do TCE-CE. Nas seções seguintes, são apresentados a metodologia aplicada na pesquisa, a apresentação dos resultados e as considerações finais.

2 REFERÊNCIAS TEÓRICAS

2.1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Não há um conceito único para planejamento estratégico, a doutrina traz diversos conceitos acerca do tema.

De acordo com Fischmann e Almeida (1991), planejamento estratégico é uma técnica administrativa que, por meio da análise do ambiente de uma organização, cria a consciência de suas oportunidades e ameaças, dos seus pontos fortes e fracos para o cumprimento da sua missão e, a partir desta consciência, estabelece o propósito de direção que a organização deverá seguir para aproveitar as oportunidades e evitar riscos.

De acordo com Kotler (2003), o planejamento estratégico é a base do planejamento da empresa. Um bom planejamento ajuda a empresa a antecipar as mudanças e responder rapidamente a elas; ajuda-a também a preparar-se melhor para eventos inesperados. Assim, o planejamento é uma parte essencial da boa administração.

Conforme Padilha (2001), planejamento é processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, visando ao melhor funcionamento de empresas, instituições, setores de trabalho, organizações grupais e outras atividades humanas. O ato de planejar é sempre processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação, processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios [materiais] e recursos [humanos] disponíveis, visando à concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações.

Para Goodstein e Pfeiffer (1993, p.4), o planejamento estratégico tem um enfoque metodológico, já que estabelece procedimentos e operações necessárias para o alcance do futuro almejado e determina a forma de medição do sucesso da organização.

Para adoção do planejamento estratégico pode-se contar com uma série de metodologias, conforme vários estudos sobre o tema. Embora expressas de forma diferente, tais metodologias têm por base o mesmo princípio – dirigir esforços para aquilo que traz resultados. Isso porque, em seu *modus operandi*, o planejamento estratégico considera todas as variáveis que interferem na organização, partindo do pressuposto de que ela possui as condições e meios para agir sobre aquelas (ALMEIDA, 2003).

Afirma Chiavenato e Sapiro (2003) que como o planejamento é o início do plano de ação, é através dele que se define onde quer chegar, o que deve ser feito, quando, como e em que sequência.

Para Ansoff (1970), o planejamento estratégico é de forma geral entendido como um processo no qual a

instituição define seu futuro desejado e formas efetivas de fazê-lo acontecer.

De acordo com Ansoff e McDonnell (1993), consiste em posicionar e relacionar a empresa a seu ambiente de modo que garanta seu sucesso continuado e se coloque a salvo de eventuais surpresas.

Nota-se que os conceitos que guiam o processo de planejamento estratégico estão amparados na relação organização/indivíduo, com muito apelo à participação, uma vez que o alcance dos resultados depende consideravelmente do apoio de todos os participantes de uma instituição. Isto resulta em alterações, resistências e conflitos de interesse.

2.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O termo planejamento norteia todo o processo de crescimento das organizações públicas que vêm a cada dia investindo consideravelmente em sistemas para dar apoio as suas novas necessidades.

Com a evolução organizacional, observa-se um desenho ambiental bem diferente do vivenciado em meados do século passado. As mudanças vêm se apresentando de forma rápida e desordenada (HAMEL, 2000).

Ansoff (1991) afirma que uma organização necessita definir um sentido a sua busca e criação de novas oportunidades, sendo assim, ele define estratégia como um dos vários conjuntos de normas de decisão que direcionam o comportamento de uma empresa.

Para Silva (2005), a administração pública é aquela operada por agentes públicos no exercício de uma função. E o exercício dessa função pública, em um Estado de Direito, é voltada necessariamente ao cumprimento de uma finalidade, estabelecida em lei e voltada à realização do interesse público, do bem comum.

Para Graham Jr. e Hays (1994), a gestão pública está ligada diretamente às atividades administrativas que ocorrem dentro das agências governamentais, ou seja, enquanto o papel da administração pública é formular políticas, a função do gerenciamento público é a de executar essas políticas de forma eficiente.

Castro (2011) destaca com muita propriedade que a forma de administrar com visão externa na área pública é olhar a necessidade social, para atingir um resultado medido por indicador externo, com ações e técnicas medidas por indicador interno. Aduz o autor que a administração de uma entidade deve considerar a eficácia e a eficiência de forma simultânea. Ainda sobre o assunto, ressalta que eficácia está ligada ao alcance de resultados, enquanto eficiência, à utilização dos recursos nesse processo.

Nesse mesmo sentido, frisa o teórico que na área pública a visão de resultado não tem foco no patrimônio público, mas no problema que a administração se

propôs a resolver e que está tratado no planejamento e orçamento público, com indicador para resultado e metas para ações.

Castro (2011) destaca com muita propriedade que a forma de administrar com visão externa na área pública é olhar a necessidade social, para atingir um resultado medido por indicador externo, com ações e técnicas medidas por indicador interno. Aduz o autor que a administração de uma entidade deve considerar a eficácia e a eficiência de forma simultânea. Ainda sobre o assunto, ressalta que eficácia está ligada ao alcance de resultados, enquanto eficiência, à utilização dos recursos nesse processo.

Nesse mesmo sentido, frisa o teórico que na área pública a visão de resultado não tem foco no patrimônio público, mas no problema que a administração se propôs a resolver e que está tratado no planejamento e orçamento público, com indicador para resultados e metas para ações.

2.3 CONCEITUANDO CONTROLE SOCIAL

Segundo Ross (1959), o controle social é o conjunto de sanções positivas e negativas que uma sociedade recorre para assegurar a conformidade das condutas, dos modelos, normas e valores culturais estabelecidos. Controle social é a integração da sociedade com a administração pública com a finalidade de solucionar problemas e as deficiências sociais com mais eficiência e empenho.

Para Carvalho (1995, p. 8), controle social é “expressão de uso recente e corresponde a uma moderna compreensão de relação Estado-sociedade, onde a esta cabe estabelecer práticas de vigilância e controle sobre aquele”.

Na mesma direção, Barros (1998) trata o controle social sobre a ação estatal dentro da perspectiva da democratização dos processos decisórios com vistas à construção da cidadania.

A Constituição Federal no seu artigo 74 estabelece que “qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato, é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades perante o Tribunal de Contas.”

A Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual estabelece normas de Finanças Públicas voltadas para a responsabilidade na gestão governamental, ampara legalmente o controle social, merecendo tratamento pormenorizado, especialmente no que se refere à atuação dos Tribunais e ao controle direto pela sociedade, visto que traz consigo diversos instrumentos de aperfeiçoamento da gestão fiscal.

Conforme disposto no parágrafo único do art. 48, da LRF, a transparência é assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e

de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Segundo Azêdo (2003), o Tribunal de Contas desempenha papel fundamental no equilíbrio do Estado Moderno, como verdadeiro instrumento democrático posto à disposição da população, sendo não só um protagonista na luta contra a corrupção, mas, relevante instrumento de esclarecimento social.

Vale ressaltar que a participação do povo no direcionamento das metas e programas de governo representa um avanço relevante, considerando que poderá levar a sociedade entender melhor o seu papel de agentes controladores da administração.

2.4 CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DA IDENTIDADE INSTITUCIONAL

Considerando a necessidade de se conhecer a instituição onde foi realizado o estudo, cabe ressaltar que o Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE-CE tem a competência constitucional de fiscalizar a boa e regular aplicação dos recursos públicos pelos administradores e demais responsáveis, auxiliando o Poder Legislativo no exercício do controle externo da administração pública estadual. (CEARÁ, 1989).

Com o propósito de atingir os objetivos estratégicos em busca da excelência no desempenho do exercício do controle externo, construiu seu plano estratégico retratando a razão de ser da instituição (Missão), onde e como a instituição quer chegar a ser reconhecida (Visão) e as características balizadoras do comportamento. Citando Silva (2006), ele diz que a primeira etapa de um planejamento estratégico é a formulação da concepção estratégica, em que é identificada a intenção estratégica da organização. Nessa etapa, são declaradas a visão e a missão organizacional: a visão estabelece as razões e o propósito de existir de uma organização, assim como o estado ideal que esta quer alcançar; a missão identifica objetivos de desempenho, mercado, escopo do negócio e competências únicas. Juntos, são a filosofia da organização.

Nesse contexto, cabe destacar a formulação da concepção estratégica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará: **Missão:** Exercer o controle externo da administração pública estadual, para assegurar à sociedade a regular e efetiva gestão dos recursos públicos. **Visão:** Ser instituição de excelência no controle externo, atuando de forma inovadora, tempestiva e transparente, contribuindo para o aperfeiçoamento da Administração Pública Estadual. **Valores:** O TCE-CE pauta suas atividades levando em consideração os valores éticos, o profissionalismo de seus servidores, a imparcialidade nos seus julgamentos, buscando dar transparência e efetividade às suas ações, reafirmando assim seus compromissos com a sociedade. (CEARÁ, 2005, p.8).

2.4.1 Objetivos estratégicos definidos no Plano de Ação do TCE-CE

Em termos gerais, compreende-se que toda organização almeja sempre que seu desempenho seja melhor no futuro do que é hoje. No entanto, para que isto aconteça, faz-se necessário construir um plano de ação. Segundo Campos (1996), plano de ação pode ser definido como um conjunto de ações de curto, médio e longo prazo, prioritário e suficiente para se atingir uma meta.

Para o alcance de sua missão institucional, o plano de ação do TCE-CE estabeleceu os objetivos estratégicos voltados para o atendimento ao cidadão e ao controle social.

De acordo com BARCELLOS (1999), os objetivos podem ser conceituados como o estado, situação ou resultado futuro que a empresa pretende atingir. Podem-se estabelecer vários objetivos em diferentes níveis da organização a partir de um objetivo geral.

Para OLIVEIRA (1995), as principais características dos objetivos são: hierárquicos, quantitativos, realistas, consistentes, claros, entendidos e escritos, comunicados, desmembrados em objetivos funcionais, motivacionais, utilitários, decisórios e operacionais.

Convém ressaltar que o planejamento estratégico implantado no TCE-CE contemplou dois objetivos estratégicos: “Modernização dos Processos do TCE-CE e o Aprimoramento do Controle Social”. Neste trabalho, apenas o alcance do objetivo “Aprimoramento do Controle Social”, voltado para a área técnica de controle externo, será analisado.

Quadro 1 – Estratégia/Projetos/Ações/Produtos/Realização.

Estratégia	Projetos	Ações/Produtos	Realização
Elaborar programa objetivando aproximar o TCE da Sociedade	Programa de Comunicação Institucional	Celebrar convênios e Parcerias	1º semestre de 2006
		Elaborar programas de visitas (órgãos jurisdicionados).	
Fortalecer a integração com o Poder Legislativo Estadual	Criar mecanismos para atender em tempo hábil as solicitações e requerimentos do Poder Legislativo	Priorizar as solicitações da AL de acordo com a legislação.	1º semestre de 2005
		Elaborar Manual de Procedimentos com regras e prazos para instrução das solicitações.	
		Instruir os processos em estoque.	

Fortalecer a integração com o Poder Legislativo Estadual	Estabelecer intercâmbio efetivo com as Comissões de Fiscalização e Controle, de Orçamento, Finanças e Tributação	Formalizar o intercâmbio/parcerias entre as Comissões e o TCE.	1º semestre de 2005
		Estabelecer rotina de participação de servidores nas comissões técnicas.	
		Elaborar relatórios das atividades desenvolvidas, divulgar na intranet e em reuniões técnicas.	
Fortalecer a integração com o Poder Legislativo Estadual	Ampliar o relacionamento com a Assembleia Legislativa	Implementar a política de relacionamento institucional com a Assembleia Legislativa, observando o caráter de proatividade na identificação e atendimento de suas solicitações.	2008
		Monitorar o atendimento às demandas da Assembleia Legislativa relativa a prazo.	2008
		Avaliar a satisfação quanto ao atendimento e adotar medidas visando ao aprimoramento dos procedimentos considerados não satisfatórios.	2008
Aperfeiçoar as ações de controle, visando a melhoria do desempenho funcional	Definir e acompanhar grupo de indicadores de gestão interna	Prazo de 180 dias para responder consultas e requerimentos da Assembleia Legislativa.	2005/2009
		Realizar pesquisa de percepção da mídia, das Instituições de Ensino Superior (IES), das Associações e Conselho de Classe, das ONGs, dos Sindicatos, da OAB e dos Órgãos Jurisdicionados, com relação às ações do TCE	2009

Fonte: Adaptado de “Conhecendo o Planejamento Estratégico – 2004-2009” (2005).

3 METODOLOGIA

A pesquisa focou a investigação no sentido de verificar se o objetivo “Aprimoramento do Controle Social”, definido no plano estratégico para a área técnica de controle externo do TCE-CE, foi alcançado de forma eficaz, considerando o ciclo de planejamento 2004-2009.

Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico acerca do tema, que abrangeu obras já editadas sobre o assunto. Como fontes de pesquisa, utilizaram-se livros e revistas científicas.

Cervo e Bervian (1996, p. 48) afirmam que a pesquisa bibliográfica é meio de formação por excelência. Como trabalho científico original, constitui a pesquisa propriamente dita na área das Ciências Humanas. Como resumo de assunto, constitui geralmente o primeiro passo de qualquer pesquisa científica.

Quanto à natureza desta pesquisa, decidiu-se por uma análise qualitativa, considerando os objetivos da pesquisa. Araújo e Oliveira (1997, p.11), sintetizam a pesquisa qualitativa como um estudo que:

[...] se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto, se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada.

A técnica de coleta de dados utilizada é a documentação indireta documental e bibliográfica, baseada em documentos textuais, legislação regimental e em relatórios de desempenho institucional. Dentre as técnicas de análise de dados qualitativa, este estudo se pautará na análise de conteúdo. A principal fonte de análise são os documentos institucionais.

A análise de conteúdo é utilizada no tratamento de dados que visa identificar o que vem sendo dito acerca de determinado tema (VERGARA, 2005).

Conforme Bardin (1997, p. 42), a análise de conteúdo compreende:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

O processo de escolha do universo desta pesquisa se deu pela necessidade de se estudar o processo de planejamento estratégico implantado em instituição pública. Neste caso, o estudo foi realizado no TCE-CE.

Para esta pesquisa, o tipo de amostragem adotada é caracterizado pela indicação do objetivo estratégico

“Aprimoramento do Controle Social” voltado para a área técnica de controle externo do TCE-CE, para o ciclo de planejamento 2004-2009.

Essa amostra deve permitir verificar se o objetivo “Aprimoramento do Controle Social”, contemplado no planejamento estratégico do TCE-CE, foi alcançado de forma eficaz no período de 2004-2009, considerando o conceito de Torres (2004), que aduz que eficácia relaciona simplesmente com o alcance dos objetivos desejados por determinada ação estatal, pouco se importando com os meios e mecanismos utilizados para atingir tais objetivos.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

No período de 2004, até o ano de 2009, foram realizadas revisões anuais do plano estratégico visando verificar os resultados alcançados. Apresentamos abaixo os resultados verificados, extraídos das revisões anuais do ciclo 2004-2009:

A primeira revisão do Plano Estratégico para o período 2006-2009 foi aprovada pela Resolução nº 3.916, de 05 de dezembro de 2005. Os resultados foram apresentados sem categorização por objetivos estratégicos. Portanto, os valores a seguir apresentados contemplam os dois objetivos estratégicos definidos para o ciclo em comento:

Quadro 2 – Resultados dos objetivos estratégicos: “Aprimoramento do Controle Social” e “Modernização dos Processos do TCE.

Projetos desenvolvidos até o final de 2005	Ações/Produtos concluídos	Ações/Produtos em andamento	Ações/Produtos não iniciados
9	35	30	76

Fonte: Adaptado de “Relatório Desempenho da Gestão 2006/2007, TCE/CE.

A segunda revisão do Plano Estratégico para o período 2008-2009 foi aprovada pela Resolução no. 3.211/2007, de 19 de dezembro de 2007. Nesta revisão, foi possível identificar os resultados por objetivo estratégico. Dessa forma, os resultados a seguir apresentados referem-se especificamente ao objetivo estratégico “Aprimoramento do Controle Social”:

Quadro 3 – Resultados do objetivo estratégico “Aprimoramento do Controle Social”.

PROJETOS CONCLUÍDOS	PLANO DE AÇÃO 2008-2009	TOTAL	% CONCLUÍDOS	% A REALIZAR
15	15	30	50	50

Fonte: Adaptado de “Planejamento Estratégico 2004/2009, 2ª. Revisão do Plano Estratégico, coletânea TCE/CE.

Cabe informar que o objetivo “Aprimoramento do Controle Social” contempla ações voltadas para a área técnica de controle externo e para área meio do TCE-CE. Ressalte-se que o nosso estudo foi direcionado somente para a área técnica de controle externo do TCE-CE. Assim, o presente estudo revela que das 13 (treze) ações/produtos ilustrados no quadro 1 - Estratégia/Projetos/Ações/Produtos/Realização, oito foram implementadas com sucesso no período de 2004-2009, o que corresponde ao percentual de 61,53%.

Dessa forma, a meta estabelecida pelo programa PROMOEX de 50 % de conclusão dos projetos/ações estabelecidos por objetivo estratégico, foi alcançada. Cumpre esclarecer, que o Tribunal de Contas do Estado do Ceará, em 07/04/2006, aderiu ao Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios (PROMOEX), mediante a celebração de convênio entre este TCE e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (BRASIL, 2005).

O PROMOEX tem como objetivo o fortalecimento institucional e a modernização do sistema de controle externo, de forma a garantir a integração nacional dos Tribunais de Contas, estabelecer mecanismos de articulação social e incrementar a eficácia, eficiência e efetividade das ações de fiscalização e controle, contribuindo para a regular e efetiva aplicação dos recursos públicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo cuidou de uma questão importante do planejamento estratégico nos seus aspectos teóricos e práticos, a partir da experiência do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. A presente pesquisa concentrou-se em investigar se o objetivo estratégico “Aprimoramento do Controle Social”, contemplado no plano estratégico para a área técnica de controle externo do TCE-CE, foi alcançado de forma eficaz, considerando o ciclo de planejamento 2004-2009.

A considerar o confronto dos objetivos destacados na parte introdutória deste trabalho com o acúmulo dos referenciais teóricos e a análise dos resultados da pesquisa, é possível apresentar os resultados deste estudo:

Observou-se a existência de um processo formal, sistematizado e organizado, no qual competiu ao grupo gestor do TCE-CE, auxiliado por uma consultoria especializada em gestão por indicadores, a elaboração do plano estratégico da instituição. A metodologia adotada “Planexstrategy” apresentou como resultado um conjunto de estratégias, ações e indicadores que orientaram as ações do Tribunal de Contas para o alcance dos objetivos estratégicos. Acolhe princípios e conceitos do planejamento estratégico tradicional do Balanced Scorecard – BSC e da Qualidade Total. Entre os objetivos firmados, estava o “Aprimoramento do Controle Social”.

Em relação às ações contempladas no plano

estratégico, referente ao objetivo “Aprimoramento do Controle Social”, observou-se que 5 (cinco) delas não foram implementadas no prazo indicado no plano.

No tocante ao objetivo geral deste estudo, considerando a meta estabelecida no Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios (PROMOEX) de 50%, constata-se que o objetivo estratégico “Aprimoramento do Controle Social” foi alcançado de forma eficaz, tendo em vista que as ações desenvolvidas pelo TCE-CE, relativas à área técnica de controle externo, alcançaram um resultado equivalente a 61,53%.

Sob esse aspecto, vale destacar o ponto de vista de Castro (2001), que frisa que a forma de administrar com visão externa na área pública é olhar a necessidade social, para atingir um resultado medido por indicador externo, com ações e técnicas medidas por indicador interno. Ainda sobre o assunto, destaca o autor que eficácia está ligada ao alcance de resultados.

Verificou-se, ainda, que, independentemente do grau de eficácia com que o objetivo foi alcançado, ficaram evidentes os benefícios decorrentes do processo de planejamento estratégico na área técnica de controle externo do TCE-CE, levando a organização a sair do status de reativa para proativa.

Este trabalho apresenta um estudo de caso, portanto, limita-se à realidade de uma instituição pública. Por se tratar de um caso específico no TCE-CE, a base das conclusões a que se chegaram está firmada na análise de uma experiência.

Sugere-se, como possibilidade de estudos futuros, o aprofundamento e maior amplitude dos assuntos aqui tratados, com o intuito de verificar se a ferramenta gerencial do planejamento estratégico em instituição pública implica em mudanças internas na organização, tendo como ponto primordial a melhoria na prestação de serviços à sociedade e o bem estar da população.

O estudo deste tema apresenta-se como uma contribuição às pessoas, aos grupos de trabalho e aos gestores de instituições públicas envolvidos no desafio de realizar melhor as suas atividades, de forma a alcançar patamares mais elevados de excelência em gestão pública.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. **Manual de Planejamento Estratégico**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- ANSOFF, Russel L. **A Concept of Corporate Planning**. New York: Wiley, 1970.
- ANSOFF, H. Igor. **A nova estratégia empresarial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- ANSOFF, H. Igor.; MCDONNELL, A. J. **Implantando a Administração Estratégica**. São Paulo: Atlas, 1993.

ARAÚJO, Aneide Oliveira; OLIVEIRA, Marcelle Colares. **Tipos de Pesquisa**. Trabalho de Conclusão da Disciplina Metodologia de Pesquisa Aplicada a Contabilidade – Departamento de Controladoria e Contabilidade da USP. São Paulo, 1997. Mimeografado.

AZÊDO, Maurício. Um desafio ao sistema Tribunais de Contas. Orientar ou Punir?. **Revista do Tribunal de Contas do Município Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: n. 24, p.9, junho/2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70, 1997.

BARROS, M. E. D. **O controle social e o processo de descentralização dos serviços de saúde**. In: Incentivo à Participação Popular e Controle Social no SUS: textos técnicos para conselheiros de saúde. Brasília: IEC, 1998. BRASIL. Lei n. 8.142 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde e outras providências. Brasília: Ministério da Saúde, 1998.

BARCELLOS, P.F.P. **Planejamento Estratégico**. Porto Alegre: PPGEF-UFRGS, Apostila de aula, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. **Lei Complementar n. 101**, de 4 de maio de 2000. 2ª. Edição. Brasília: Senado Federal, 2000.

_____. Ministério do Planejamento e Gestão e os Tribunais de Contas do Brasil. **Contrato de Empréstimo no. 1628-OC/BR**: República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Brasília, 2005.

CAMPOS, Vicente F. **Gerenciamento pelas Diretrizes** (HOSHIN KANRI). Belo Horizonte: QFCO, 1996.

CARVALHO, A. I. de. **Conselhos de Saúde no Brasil: participação cidadã e controle social**. Rio de Janeiro: Fase/Ibam, 1995.

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público**: integração das áreas do ciclo de gestão: contabilidade, orçamento e auditoria e organização dos controles internos, como suporte à governança corporativa. São Paulo. Ed. Atlas, 2011.

CEARÁ. **Constituição do Estado do Ceará. Referenciada-texto constitucional de 5 de outubro de 1989, com alterações das emendas constitucionais de n. 1/1991 a 66/2009_Fortaleza-CE, 2011.**

_____. Tribunal de Contas do Estado. **Conhecendo o Planejamento Estratégico 2004-2009**: Fortaleza-CE: TCE, 2005.

_____. Tribunal de Contas do Estado. **Relatório De-sempenho da Gestão**. Fortaleza-CE: TCE, 2005.

_____. Tribunal de Contas do Estado. **Planejamento Estratégico 2004-2009**: Fortaleza –CE: TCE, 2007.

_____. Tribunal de Contas do Estado. **Resolução n. 3.916**, de 5 de dezembro de 2005 (2005). Dispõe sobre a primeira revisão anual do Plano Estratégico para o período de 2006/2009. Fortaleza Ceará.

_____. Tribunal de Contas do Estado. **Resolução n. 3.211/2007**, de 19 de dezembro de 2007 (2007). Dispõe sobre a segunda revisão anual do Plano Estratégico para o bienio 2008/2009. Fortaleza Ceará.

CERVO, Amando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHIAVENATTO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento estratégico**. Rio de Janeiro. Ed. Campus, 2003.

FISCHMANN, A. A. e ALMEIDA, M.I.R. **Planejamento estratégico na prática**. São Paulo: Atlas, 1991.

GOODSTEIN, Nolan; PFEIFFER, A Applied Strategic Planning: How to Develop a Plan that Really Works New York: McGraw, 1993.

GRAHAM JÚNIOR, Cole Blease; HAYS, Steven W. **Para administrar a organização pública**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

HAMEL, Gary. **Liderando a revolução**. Rio de Janeiro: Campos, 2000.

KOTLER, P. **Princípios de Marketing**. São Paulo: Prentice-Hall, 2003.

OLIVEIRA, Djalma de P. R. **Planejamento Estratégico**: Conceitos, Metodologia e Práticas. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico**: Conceitos, Metodologia e Prática. São Paulo: Atlas, 2004.

PADILHA, R. P. Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

ROSS, Edward. **Social control and the foundations of sociology**. Boston: Beacon, 1959.

SILVA, Amarildo Jorge da. **A história de vida do gerente e o processo da estratégia**: o caso da universidade estadual do oeste do paraná. Florianópolis, 2005.

Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/87016>> Acesso em 26 fev. 2013.



TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ. **Conhecendo o Planejamento Estratégico 2004-2009**, coletânea TCE/CE, Fortaleza, 2007.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ. **Relatório de Desempenho da Gestão 2006-2007**, coletânea TCE/CE, Fortaleza, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

SOBRE AS AUTORAS:

Teresa Rejane Rolim Queiroz

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Ceará – UECE (2000), especialista em Auditoria de Controle Externo pela Universidade Federal do Ceará – UFC (2005), mestranda em Ciências Administrativas pela Universidade San Lorenzo UNISSAL.
E- mail: teresa.rejane@terra.com.br.

Maria Amélia Holanda Cavalcante

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE (...), especialista em Auditoria de Controle Externo pela Universidade Federal do Ceará – UFC (...), especialista em Modernização da Gestão Pública pela Universidade Internacional de Lisboa – UIL (1999), mestranda em Ciências Administrativa pela Universidade San Lorenzo UNISSAL.
E- mail: ameliahcavalcante@yahoo.com.br.

Márcia Maria B. de Santana Peixoto

Graduada em Economia pela Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia – FCCEBA (1978), especialista em Planejamento do Setor Público pela Fundação CPE SEPLANTEC - BA (1979), mestranda em Ciências Administrativa pela Universidade San Lorenzo UNISSAL.
E- mail: marcia_speixoto@yahoo.com.br.

QUE É A TEORIA PURA DO DIREITO?

Roberto Ney Fonseca de Almeida

RESUMO

O positivismo da Teoria Pura do Direito foi excessivamente ortodoxo, com referência ao distanciamento do Direito natural. Na verdade, entendemos ser o positivismo complementado pelo Direito natural, de modo que o Direito é um ser que deve ser justo e legítimo. Arnaldo Vasconcelos demonstra a complementaridade, e com acerto, confirma na esfera do pensamento jurídico, o renascimento do jusnaturalismo, sobretudo após as duas grandes guerras mundiais, as quais forçaram a juristas e cientistas políticos a repensarem o positivismo jurídico, com ênfase àquele de matriz kelseniana.

Palavras-chave: Positivismo jurídico. Teoria Pura do Direito. Jusnaturalismo.

ABSTRACT

The positivism of the Pure Theory of Law was too orthodox, with reference to the distance of the natural law. In fact, we believe that positivism is complemented by natural law, so that the law is a being that must be fair and legitimate. Arnaldo Vasconcelos demonstrates the complementarity, and rightly confirms the sphere of legal thought, the revival of natural law, especially after the two world wars, which forced the jurists and political scientists to rethink the legal positivism, with emphasis to that of the matrix of Kelsen.

Keywords: Legal positivism. Pure Theory of Law. Jusnaturalism.

1 INTRODUÇÃO

Interessa-nos, colocar o problema “que é a teoria pura do direito?”. Suas origens, seus idealizadores, perquirindo sua razão de ser, aquilo que a individualiza, quanto posta no confronto com outras teorias do direito.

A questão fundamental para o início de uma reflexão sobre a essência do direito reside no fato de que Kelsen tencionava dar cientificidade ao direito, e para tal optou por sacrificar o que ele entendia como impuro no direito, a saber, a ideologia, a metafísica, o direito natural, a sociologia, a psicologia e o caráter político. Daí ele mesmo intitular sua teoria de anti-ideológica, como se este artifício não fosse ele mesmo uma ideologia.

A questão que ele não responde, adequadamente, é como alcançar uma teoria pura, onde o objeto do conhecimento, a saber, o direito, é impuro. É interessante observar que outra demonstração impõe-se, a de que não era apenas o método, mas o direito que para ele era puro por purificação, embora ele não admitisse, tanto que entendia como princípio metodológico fundamental, a extração daquilo que considerava estranho ao Direito¹.

Sabe-se que a teoria surge em contraposição à realidade social, com o intuito de mudá-la, sendo que esta mutação, nem sempre tem por escopo melhorar a vida do ser humano, enquanto ser gregário, como *verbi gratia*, a teoria, de cunho ideológico inadequado, da superioridade da raça ariana, que vingou na Alemanha nazista, e que produziu o holocausto.

O porquê do presente ensaio trata de analisar a teoria pura do direito, explicar e descrever tal teoria, prescrevendo como não se deve incorrer em alguns equívocos, embora observando os enunciados ainda não superados por outra teoria do direito.

2 EXPOSIÇÃO

2.1 QUE É A TEORIA PURA DO DIREITO?

A teoria pura do direito é uma teoria do direito positivo – do Direito positivo em geral, não de uma ordem jurídica especial. É teoria geral do Direito, não interpretação de particulares normas jurídicas, nacionais ou internacionais. Contudo, fornece uma teoria da interpretação (KELSEN, 1994; p.1)

Importa falar, primeiramente, que sua teoria não se presta apenas a uma ou outra ordem jurídica específica, tenciona ele universalizar sua teoria, de modo que ela pudesse ser aplicada em Estados onde se adote o *common law*, como naqueles onde prevaleça o *civil law*; também em regimes ditatoriais ou em democracias.

Nisto reside o seu totalitarismo. Para atingi-lo, possibilitando a recepção de sua teoria pura aos mais lon-

gínquos rincões, Kelsen abstrai os fatos, minimizando o conteúdo, para maximizar a forma, ou seja, a norma jurídica, alegando que, para a ciência do direito o que importante é estudar algo tangível, e só a norma jurídica possui caráter objetivo, já que os valores agregados à dinâmica da sociedade são subjetivos.

Vasconcelos afirma que, na teoria pura há dois movimentos antagônicos, um de expansão, quando Kelsen pretende que sua teoria sirva para regular todas as relações humanas do mundo; e outro de redução, quando extrai de sua teoria os fatos valorados².

Para Kelsen, “Uma teoria do Direito deve, antes de tudo, determinar conceitualmente o seu objeto” (1994,p.33), considerando ele que o objeto da teoria pura é a análise da estrutura meramente formal do direito como um sistema de normas.

Determinado o objeto, que para Kelsen era a norma jurídica³, exclusivamente, importava apenas descrevê-la em proposições de dever ser, daí surge a denominação de teoria normativa do direito. Para sua teoria importava o Direito que é, o Direito real, e não o Direito que deve ser, o Direito ideal, divorciando a teoria pura da busca da justiça social(art. 170 CF/88, *exempli gratia*). Um Direito sem fim.

Kelsen busca em sua temática estudar a essência do direito, aquilo que o individualiza, sem o qual, não se poderia falar em direito. Ademais, ele concebe o direito como um sistema de normas jurídicas hierarquizadas, onde necessariamente uma norma jurídica superior servirá de fundamento de validade para outra norma jurídica inferior, pois para ele o dever ser nunca originará um ser. Neste ponto ‘o Kelsen’ anterior ao contato com o *Common Law* deu significativos contributos.

Dizia ele que a norma jurídica tem estrutura de uma proibição, por descrever a conduta ilícita como antecedente e a punição como consequente, citando como modelo as normas da parte especial do Código Penal. Duas são as suas contribuições: a inserção, em definitivo, do ilícito no Direito e a superação da lógica aristotélica do ser, pela lógica kantiana do dever ser, com as consequências de superar a teoria imperativista, no tocante a natureza da norma jurídica, que o ‘o Kelsen’ anterior ao contato com o *Common Law* considerava um juízo hipotético.

Basta observar Kelsen (1939) apud Arnaldo Vasconcelos, onde rompe com a concepção tradicional “que faz da norma de Direito um imperativo, à imagem e semelhança da norma moral, apresentando-a, ao contrário, como um juízo hipotético no qual se liga, de modo específico, a um fato condicionante como consequência condicionada” (2003, p.12).

² Vasconcelos (2003, p.7)

³ Kelsen (1995, p.1).

¹ Kelsen (1994, p.1)

Sobre a estrutura do juízo hipotético, Kelsen afirmava que as ligações entre antecedente e consequente estabelecidas em proposições jurídicas não afirmam causalidade⁴, que denota que havendo uma causa necessariamente ela desencadeará um efeito, mas denotam imputação, de onde um ocorrendo determinado fato temporal contrário a uma norma jurídica, deve ocorrer um consequente (coação), mas este necessariamente não irá ocorrer, pois liame que os une não é da ordem do ser (causalidade), mas da ordem do dever ser (imputação).

Nisto ele acaba por celebrar a liberdade, como essência do ser humano, já que este não se rege pela relação de subordinação imperador-súdito (o ser), mas pela relação de coordenação, onde, v.g., se “deve ser” que a pessoa humana que cometeu ato ilícito seja coagida, cumprindo sentença condenatória, “pode ser” que não seja, caso ela logre êxito em fugir.

A inserção do ilícito como pressuposto e não negação do Direito aparece bem delineada, na versão da Teoria Pura do Direito, posterior a seu contato com o Common Law⁵. Em outras palavras, se for praticada conduta contrária àquela prescrita pela ordem normativa, a sanção (ato de coação) deve ser aplicada pelo Estado, embora não necessariamente o ato de coação ocorra, já que o liame que une ilícito e sanção é a imputação e não a causalidade.

Pan-normativista que era, Kelsen entendia que a sua norma primária era a norma que estipulava a sanção, e a única via de acessar o Direito, já que para ele o Direito uma ordem coativa, com isto menosprezava o juízo do lícito.

A estrutura da teoria egológica de Carlos Cossio é mais adequada, pois em seu juízo disjuntivo (dois juízos hipotéticos que se excluem através da conjunção “ou”), entendia que a conduta lícita era a parte verdadeiramente significativa, daí o porquê o juízo hipotético segundo o qual “dado um fato, dever ser prestação”, era considerada a endonorma, a norma primária, e o juízo hipotético “dada a não prestação deve ser sanção”, era algo accidental, daí chamá-lo de perinorma. Claramente percebe-se que o autor portenho, acertadamente não entendia o Direito como uma ordem coativa e, ao considerar que a maioria esmagadora das “condutas em interferência intersubjetiva” buscava cumprir o lícito, contribuía para a inserção definitiva do lícito como norma primária.

Aqui vale anotar que, mesmo Kelsen entendendo que as pessoas só cumprem a prestação, por receio de que o Estado as faça cumprir forçosamente, a ele não assiste razão, pois filiado à linha cossiana, entende-se que as prestações são cumpridas, na grande maioria

das vezes, porque as pessoas consideram-nas valiosas, na medida em que são justas e legítimas. Kelsen não pode ou não quis afirmar isto, pois teria que utilizar as duas instâncias de valor: justiça e legitimidade.

Sem admitir o raciocínio egológico, acaba Kelsen implicitamente por convergir a ele. O Mestre de Viena não justificava o porquê do direito ser coativo, tão somente partia deste pressuposto, ou seja, a coação era da essência do direito. Fazia isto para apartá-lo de outra modalidade de norma ética, a saber, a norma moral que não tinha sanção externa. Ao dizer que o Direito é um sistema de normas coativa de dever ser, e não de ser, ele admite que o uso de força apenas em caráter excepcional.

Na normalidade, que para ele é a regra, não haveria o emprego da força. Se a coação é apenas eventual no Direito, não se pode afirmar que ela compõe a sua essência, já que esta é composta de algo permanente, e sem o qual, estaria desnaturado o direito, logo o direito não é coativo.

O ato coativo sendo um ato de força é empírico, portanto, pertencendo ao mundo dos fenômenos e das aparências, pertence ao mundo do ser e a norma jurídica expressa um dever ser exclusivamente lógico. Como justificar algo do mundo do ser compondo o mundo do dever ser, mormente quando Kelsen acolha premissa de que o mundo do dever ser não se comunica com o mundo do ser? Para ele, uma norma deve sempre ser fundamento de outra norma jurídica.

Esta antinomia representa o desfazimento da incommunicabilidade entre o ser (ato de força) e o dever ser (norma jurídica). O próprio Kelsen, praticamente, admite que a coação não representa a normalidade das ocorrências da realidade social⁶.

Dizer que o Direito é uma ordem coativa significa que as suas normas estatuem atos de coação atribuíveis à comunidade jurídica. Isto não significa, porém, que em todos os casos da sua efetivação se tenha de empregar a coação física. Tal apenas terá de suceder quando essa efetivação encontre resistência, o que não é normalmente o caso (1994, p.36). Nisto reside o seu totalitarismo.

O equívoco kelseniano se dá em entender sanção como um ato de força, quando na verdade, consoante Vasconcelos (2002, p.132), “a garantia jurídica dessa possibilidade é a sanção, prevista na norma como um dever ser resultante da não prestação”. É dizer, sanção é uma propriedade da norma, uma característica da mesma, a coação, não.

Ainda sobre coação, percebe-se o retorno de Kelsen a lógica aristotélica do ser, basta que se observe como a relação aristotélica entre potência e ato permeia os dois momentos da coerção concebidos por Kelsen.

⁴ Kelsen(1994, p.101)

⁵ Kelsen(1994, p.127)

⁶ Kelsen(1994, p.36).

A coerção como utilização atual da força, é a coação *in acto*, entendida por Kelsen, como atitude do mundo real para castigar fisicamente aquele que cometeu conduta ilícita, como possibilidade de uso da força, é a coatividade, ou melhor, a coação *in potentia*, coação no sentido psicológico, de modo que as pessoas só cumpriram aquilo que está prescrito na norma jurídica, por receio de que o descumprimento redundaria no uso da força, por parte do Estado.

O Direito como coerção *in potentia* fica claro em Kelsen, pois para ele “A obediência voluntária é em si mesma uma forma de motivação, ou seja, de coerção, e, por conseguinte, não é liberdade, mas coerção no sentido psicológico” (1995, p.25).

Na verdade, coatividade é o momento anterior ao Direito e a coação *in acto*, é o momento accidental, posterior, posto que só ocorre se a sanção, enquanto garantia jurídica da possibilidade de uso da força não se mostra suficiente.

Visando conferir universalidade a sua teoria, Kelsen reavalia seu posicionamento, após contato com o Common Law, segundo o qual a norma jurídica é um juízo hipotético.

No compêndio Teoria Geral do Direito e do Estado resolve dizer que a norma jurídica, traduzindo o ato volitivo de uma autoridade, é um ordem, portanto, neste particular sentido ela é um imperativo regulando a reciprocidade da conduta entre pessoas; embora ele ainda considere um juízo hipotético o que ele intitula regra de direito, assim entendida a regra formulada pela teoria do direito para descrever as normas jurídicas. Sustenta que as regras jurídicas não são normas jurídicas, porque não podem estabelecer direitos e obrigações. Kelsen revela a mutação, ao afirmar que as normas jurídicas, “não são juízos, isto é, enunciados sobre um objeto dado ao conhecimento. Elas são antes, de acordo com o seu sentido, mandamentos e, como tais, comandos, imperativos” (1994, p.81).

Transcendeu Kelsen e disse que a norma jurídica era um imperativo despsicologizado, uma ordem sem vontade. Nisto ele se equivocou, pois uma ordem sem vontade é uma ordem ministrada por uma pessoa louca⁷.

Entendia Kelsen que a ciência do direito deveria ser purificada de elementos considerados, por ele, como não jurídicos, e que só eclipsava a busca da essência do direito, citando como tais: ideologia, psicologia, biologia, ética, teologia, metafísica, filosofia da justiça, jusnaturalismo, política e sociologia.

Com esta atitude, visava evitar o sincretismo metodológico, ou pelo menos tentava fazê-lo. Ele mesmo, usando de honestidade científica, acabou por fazer concessões acerca dos valores, da metafísica, da sociologia, dentre outras que exporemos.

Hans Kelsen (1974) apud Arnaldo Vasconcelos assinalou que a pureza do método era seu princípio fundamental, querendo com isto, in litteris “evitar o sincretismo metodológico, que obscurece a essência da ciência jurídica e dilui os limites que lhe são impostos pela natureza do seu objeto” (2003, p.24).

Vasconcelos demonstra que Kelsen, de fato, não executava trabalho descritivo, já que descrever é demonstrar aquilo que é, e o direito é também tudo aquilo que Kelsen entendeu como não jurídico⁸. A pureza do método era a não separação entre direito e moral⁹. Como já se percebe, a teoria pura do direito é excessivamente formal, preocupando-se com a estrutura lógica da norma jurídica. Em relação ao seu formalismo, ele admitiu que era uma limitação, embora necessária a concepção normativa do Direito, foi importante também para manter a pureza do método.

Kelsen entendia que diferentemente do ordenamento moral, o ordenamento jurídico era dinâmico, no sentido de que para uma norma jurídica ser válida, bastava que ela fosse elaborada pelo órgão competente e seguindo o procedimento disposto na norma superior, sendo de menor importância, o conteúdo da norma jurídica criada, já que para ele a norma jurídica “aceitava” qualquer conteúdo.

Aqui mais uma contribuição kelseniana, nomeadamente, o controle abstrato de constitucionalidade, que poderia ser exercido por um Tribunal especialmente criado, pelo próprio Supremo Tribunal, ou mesmo por todos os Tribunais, conforme disposto na Constituição¹⁰.

Sendo uma teoria formalista, não se livrou Kelsen de críticas, quando afirmou que a norma jurídica encontrava-se disponível para receber qualquer conteúdo, inclusive aquele que contrariasse o conteúdo da norma jurídica que lhe serviu de fundamento de validade.

Kelsen não fazia distinção entre Estado e Direito, dizendo que aquele era personificação do direito. Tencionava dar autonomia a ordem jurídica positivista, negando o jusnaturalismo como instância que legitimava o Direito positivo¹¹. Além disto, Kelsen, buscou com a igualdade do Direito e com o Estado, eliminar a tese, a qual nos filiamos, segundo a qual nem mesmo o Direito é autônomo e autossuficiente, pois necessita de algo externo a ele para se consolidar, precisa do Estado e do aparato policial, sem o qual, *verbi gratia*, ante o descumprimento de uma prestação, por parte de um devedor renitente, o resultado restaria inócuo.

Considerando o Estado e o Direito um ente só, e como tal uma ordem coativa, Kelsen tornaria o Direito autossuficiente, de modo que qualquer consideração

⁷ Vasconcelos (2003, p.14)

⁸ Vasconcelos (2003, p.16).

⁹ Kelsen (1994, p.67).

¹⁰ Kelsen (1994, p.300).

¹¹ Vasconcelos (2003, p.19).

sobre a autonomia do Direito seria um pseudo-problema. Uma célebre “saída” para não resolver um problema ao nível do Direito. Não logrou êxito em nenhum dos intentos.

Vasconcelos captou a mensagem, ao afirmar que “diante da redução do Estado à sua ordem jurídica, a questão permanece ao nível do próprio Direito, sendo tratada, em derradeira instância, em termos de norma fundamental hipotética” (2003, p. 19).

Advogava, Kelsen, a tese segundo a qual jurisprudência tradicional, ao distinguir Direito e Estado, tinha por escopo, obscurecer a realidade sócio-econômico-política, o dualismo cumpria uma função ideológica. Para ele, não se deveria discutir sobre Estado de Direito¹², pois todo e qualquer Estado seria um Estado de Direito¹³.

Aqui ele já demonstra que o Estado é uma ordem jurídica relativamente centralizada, com divisão de trabalho organizada através da tripartição das funções, a saber, legislativa, executiva e judiciária. Mais adiante, esta centralização do Estado moderno será objeto de comparação com o ordenamento jurídico internacional e com os ordenamentos primitivos, ambos descentralizados¹⁴.

No intuito de universalizar, dispõe a Teoria Pura do Direito sobre a unidade do Direito Estadual com o Direito Internacional, este último para ele também uma ordem coercitiva¹⁵.

O Direito Internacional, como ordem coercitiva da conduta humana, e podendo ser descrito da mesma forma que o Direito Estadual, implicitamente, Kelsen, quer mostrar que há um Direito Internacional, com atos de força, tais como a guerra e a represália, embora a coação *in acto*, não se dirija à pessoa física do Estado que tenha violado o costume internacional, mas ao próprio violador; daí o Direito Internacional dispor de um Direito material, e não um Direito Processual apto a responsabilizar o indivíduo causador do ilícito, daí também Kelsen considerar que as normas de Direito internacional eram imperfeitas¹⁶. Não obstante o pensamento acima, Kelsen afirma que a tendência é a de que o Direito internacional evolua no sentido de não haver a responsabilização coletiva¹⁷.

Considera ele, que o *pacta sunt servanda*, que autoriza os sujeitos das comunidades jurídicas a regular reciprocidade de condutas, e este Direito Internacional pactício, tem o caráter meramente particular. Numa sequência de normas hierarquizadas, Kelsen chega à norma básica de Direito Internacional, que para ele é o

costume¹⁸, enquanto uso reiterado de práticas, ao longo dos anos, por parte dos Estados. A Teoria Pura do Direito advoga a tese de inexistência de conflito entre o Direito Estadual e o Direito internacional¹⁹.

É que para Kelsen, uma norma jurídica posta segundo a forma prescrita pela norma superior, independente de seu conteúdo, era uma norma válida, e como já sustentamos acima, ela jamais seria nula, apenas poderia ser revogada através do controle de constitucionalidade ou pelo Poder Legislativo.

Ainda sobre as relações entre os dois Direitos, formando uma unidade, Kelsen entende que há a subordinação entre os ordenamentos, de modo que tanto está correta a corrente doutrinária que entende que o Direito internacional nacional subordina-se ao Direito internacional, de modo que a norma básica do ordenamento jurídico nacional é o fundamento de validade do ordenamento internacional, como também está certa a corrente que entende o inverso, ou seja, o primado do Direito internacional, de modo que norma base deste fundamentaria o ordenamento jurídico estadual.

Para Kelsen, “Esta soberania do Estado é o fator decisivo para a admissão do primado da ordem jurídica estadual” e arremata dizendo que “A questão de saber se um Estado é soberano é a questão de saber se pressupõe a ordem jurídica estadual como suprema” (1994, p.372).

Equívocou-se, pois o primado do Direito internacional favorece o pacifismo, na medida em que subordina o ordenamento estatal ao ordenamento internacional e favorece a autodeterminação dos povos; já o primado do Direito nacional favorece o imperialismo, na medida em que o costume internacional como ápice do Direito internacional deve se subordinar ao Estado, sendo este absolutamente soberano, algo inadequado para os padrões atuais de globalização.

Por meio da coerção, tenciona Kelsen mostrar que não há uma moral internacional e sim o Direito Internacional, o qual forma com o nacional um todo uno e harmônico.

Para ele, o jusnaturalismo, seria uma interferência política indesejável para a teoria do direito, pois expressa uma função ideológica de legitimar ou não as ordens sociais, embora tenha sido forçado a admitir o caráter ideológico do Direito Positivo, mesmo não admitindo que fosse uma ideologia metafísica, se não vejamos, in verbis: “Se concebermos o Direito como um complexo de normas, e, portanto como uma ideologia, essa ideologia difere de outras, especialmente de ideologias metafísicas, na medida em que corresponde a certos fatos da realidade” (KELSEN, 1997, p.221).

¹² Kelsen (1994, p.316)

¹³ Kelsen (1994, p.346).

¹⁴ Kelsen (1995, p.4).

¹⁵ Kelsen (1994, p.355).

¹⁶ Kelsen (1994, p. 362)

¹⁷ Kelsen (1994, p. 363-364)

¹⁸ Kelsen (1994, p.359-360)

¹⁹ Kelsen (1994, p. 366-367)

Ocorre que Kelsen, admite na América, que a Norma Hipotética Fundamental é um mínimo de metafísica e um mínimo de Direito Natural. Aqui, o caráter ideológico do Direito Positivo assume feições metafísicas, admitindo, doravante, Kelsen que a ideologia, na concepção metafísica, faz parte da teoria pura²⁰.

O 'Kelsen Final' acaba por admitir definitivamente que não tem mais como sustentar a doutrina da norma básica, afirmando que esta norma fundamental é uma ficção, no sentido Vahingeriano²¹ do "como-se", aqui a sua já desgastada teoria sucumbe, pois admite que o fundamento de validade do ordenamento jurídico é ficcional, terreno fértil da metafísica e do direito natural.

Outra mudança kelseniana refere-se à validade jurídica, onde estabelece uma identidade entre positividade e validade. Em contato com o *Common Law*, ele revê este entendimento e condiciona a validade da norma ao fato dela ter um mínimo de eficácia: "A validade de uma ordem jurídica depende, desse modo, da sua concordância com a realidade, da sua eficácia" (KELSEN, 1990, p.125).

Ao alicerçar a validade na eficácia, Kelsen condiciona a validade de uma ordem jurídica a sua concordância com a realidade social, de onde se conclui que acabou por admitir que o dever ser, traduzido na validade, estava na dependência de um ser.

Embora ele afirme reiteradas vezes que a teoria pura limitava-se a descrever a norma jurídica, nada prescrevendo, constantemente ele reafirma sua teoria como constitutiva, produzindo seu objeto²². Não há como não perceber que se Kelsen entende que sua teoria também tem caráter constitutivo, quando ele ratifica que o cientista do direito também cria o seu próprio objeto. Criando o próprio objeto, não há mais que se falar, com exclusividade, no estudo do direito que é, pois este é descritivo.

Observa-se claramente o caráter constitutivo da teoria pura, quando Kelsen dizia que os critérios da hermenêutica tradicional de Savigny e os demais métodos de interpretação não eram suficientes, pois conduziam e davam respostas apenas possíveis, jamais um resultado que fosse o único correto.

Para Kelsen só havia duas formas de interpretação: a interpretação autêntica, que provinha do Estado, e embora tenha um mínimo de cognição, em que prevalecia nela um ato de vontade; e a interpretação não autêntica, que era praticada pelos doutrinadores e pelas pessoas de um modo geral. Frise-se que este era um ato de cognição e que para ele não criava o Direito.

Kelsen concebia a interpretação como "uma operação mental que acompanha o processo de aplicação

do Direito no seu progredir de um escalão superior para um escalão inferior" (1994, p.387). Kelsen entende não se poder dissociar o ato de interpretar do ato de aplicar a norma jurídica, de modo que este ato é a continuação daquele, a complementação dele.

A progressão a que se refere o Mestre de Viena atinge o seu final naquilo que intitula norma jurídica individual, a saber, a sentença judicial. Nesta sequência, onde a norma geral produz a norma individual, reside o ato criativo, pois a norma superior não vincula a norma inferior, em todos os seus aspectos²³. Kelsen considerava que norma geral é sempre uma simples moldura dentro da qual se produz a norma jurídica individual²⁴.

Vale o comentário, segundo o qual, não plenamente tangível, o processo de subsunção, de modo que, para Kelsen, o fenômeno da concreção do direito, onde a norma superior, por não ser completamente determinada, incide sobre um fato, que é conteúdo daquela mesma norma, dando origem ao direito, é ato criador do Direito.

É bem verdade que, para Kelsen, só há criação do Direito quando a interpretação seja levada a termo por um órgão do Estado, a chamada interpretação autêntica, pois, para ele, a interpretação científica é pura determinação cognoscitiva do sentido das normas jurídicas, diferentemente da interpretação feita pelos órgãos jurídicos, ela não é criação jurídica.

Esta modalidade de interpretação, nomeadamente, a interpretação não autêntica, desenvolvida pelo cientista do direito para desenvolver a "moldura", por um processo cognoscitivo, não possuía apelos emotivos e não levava em consideração a volição.

Kelsen considerava que todas as interpretações existentes na moldura tinham igual valor, de modo que o órgão do Estado, ao eleger aquela que será utilizada para fundamentar sua decisão, seja ela decisão administrativa (órgão administrativo), seja ela decisão judicial (órgão judicial), poderia optar livremente por qualquer delas, podendo inclusive escolher uma interpretação a margem da moldura, já que ao contrário do cientista do Direito, o Magistrado, por exemplo, ao julgar, possui mínima cognição, e sentencia através de um ato de vontade, como ele mesmo diz, ao fazer uma distinção exclusivamente quantitativa entre a atividade criadora do direito, por parte do legislador, e esta mesma atividade exercida pelo Juiz²⁵.

Um reparo deve ser feito. Kelsen buscava, incessantemente, fugir da dimensão axiológica do Direito, embora tenha admitido o valor objetivado. Neste sentido, ele seria incoerente de sua parte afirmar que o intérprete poderia eleger uma dentre as opções da moldu-

²⁰ Kelsen (1995, p. 426)

²¹ Kelsen (1986, p.328)

²² Kelsen (1994, p.81-82)

²³ Kelsen(1994, p. 388)

²⁴ Kelsen(1994, p. 388-389)

²⁵ Kelsen(1994, p.393)

ra, como a mais conveniente ou adequada para que se cumpra os fins sociais buscados pelo direitos.

Além de criar uma teoria que insiste em não prescrever o Direito justo; ao desprezar a opção mais razoável para a solução de cada caso concreto, estabelece a teoria pura a insegurança jurídica, pois não haverá balizas para um juiz, podendo ele seguir pelo caminho de uma interpretação que sirva tanto ao aperfeiçoamento de um Estado Democrático de Direito, como de um Estado totalitário e desagregador das camadas sociais. Chega-se a ruína quando Kelsen (1994, p. 204) afirma que “[...]entre as possibilidades que se apresentam nos quadros do Direito a aplicar, a ‘correta’, não é sequer uma questão do conhecimento dirigido ao Direito positivo, não é um problema de teoria do Direito, mas um problema de política do Direito.”

Se Kelsen admite que o cientista cria seu próprio objeto e que o Juiz, embora tenha uma mínima cognição, julga por ato de vontade, tendo a oportunidade de criar uma norma jurídica fora da moldura traçada pelos doutrinadores, então o Magistrado adota posição normativa inovadora e abandona aquelas posições normativas existentes das quais partiriam os que se dizem dogmáticos do direito, embora para isto tenha ele eliminado a diferença entre a aplicação e a criação do Direito, que se de um lado é positiva, pois a dinâmica da vida social reclama uma reinterpretção da norma jurídica, que perde a eficácia com as mutações no corpo social; de outro lado é negativa, pois ultrapassados os lindes do Direito positivo, não há segurança para esta mesma sociedade, quando em contato com regimes autoritários, que através da interpretação fora da moldura, pode fazer prevalecer a lei do mais forte, regredindo-se a gênese do direito com a autotutela.

Vasconcelos afirma que a teoria pura não é puramente descritiva, então como entender que Vasconcelos rotula Kelsen de dogmático do direito? “a ciência declaradamente descritiva de Kelsen é, ao mesmo tempo, criativa e prescritiva, produzindo seu objeto e suas próprias categorias. Na verdade, o que ela menos faz é descrever” (VASCONCELOS, 2003, p.29).

Por derradeiro, apesar admitir que o teórico cria seu objeto, a todo momento sustenta que a teoria nada prescrevia, apenas o descrevia, o que representa uma contradição imanente a teoria pura.

Em princípio se poderia criticar Kelsen, afirmando que ele se diz realista, quando se sabe que sua teoria, ao buscar purificar o direito, podendo seu aspecto sociológico, não o é. Pelo menos não a realidade social pulsante. Esta crítica não é apropriada ao Professor viennense, pois ele advoga a tese de que a realidade social contribui para despurificar o direito.

A realidade a que Kelsen se referia era a pensada modalidade de realidade teórica, embora este entendi-

mento passe por mutação, ao contato com o common Law²⁶. A crítica que se faz a Kelsen reside na sua tentativa de compatibilizar uma realidade pensada, no mundo das ideias, querendo aqui buscar a essência do direito com o positivismo jurídico, de cunho sociológico, onde o fenômeno social é o que se leva em consideração, ou seja o mundo das aparências.

Com base em uma realidade platônica, também ficaria difícil considerar o positivismo kelseniano como empirismo, embora ele considere-o, basta ver seu esforço em considerar em sua teoria pura, os dados da experiência, ao dispor sobre fundamento de validade do ordenamento jurídico como um todo²⁷. Nota-se que Kelsen, partiu do paradigma do positivismo jurídico, realista e empirista, para demonstrar que a teoria pura também é empirista. Ocorre que seu empirismo é fruto de uma experiência meramente mental. Kelsen não é positivista jurídico, embora parta deste, para tentar superá-lo²⁸.

Defendendo um realismo como abstração da mente humana, uma realidade de conhecimento, o pôde, ao menos inicialmente, divorciar sua teoria de qualquer valor, pois valores são adjetivos, na medida em que as pessoas o qualificam, na dinâmica dos fatos da realidade social. Os fatos da vida real são o substantivo e sem o substantivo não há adjetivo, e vice-versa. Não existe só o fato, ou só o valor, o que existe é o fato valorado, e quando ele é valorado, sobressai-se o seu caráter subjetivo em relação a seu caráter objetivo. Numa frase, sobressai-se a metafísica, com a qual Kelsen tinha verdadeiros pesadelos.

Afastando, inicialmente, o aspecto axiológico do Direito, Kelsen teve como absorver na integralidade o princípio de Max Weber, no sentido de que para se fazer ciência deveria se manter a distinção entre conhecer e valorar. Vasconcelos comenta o mundo dos valores ao afirmar, *in verbis*: “No mundo dos valores, entidades bipolares, tudo passa justamente deste modo: a negação de um valor importa a afirmação do valor contrário” (2003, p.08)

Olvida-se Kelsen que, negando os valores, acaba, implicitamente, por elevar o seu antônimo, melhor dizendo, o seu valor contrário que se traduz na neutralidade científica, e nisto sua teoria, uma combatente das ideologias, acaba por ser ideológica, na proporção em que é conjunto de enunciados que visa elevar o valor neutralidade.

Na esteira do positivismo clássico, o 1º Kelsen reduz o valor e a validade, pois para ele a norma válida funcionaria como medida de valor em relação a conduta real. Trata-se de um exagero de ortodoxia positivista, pois, sendo a norma jurídica existente e portanto válida,

²⁶ Vasconcelos (2003, p. 8)

²⁷ Kelsen (1995, p. 115)

²⁸ Kelsen(1995, p. 425)

ela necessariamente seria justa e legítima. Reduzia-se a legitimidade e a justiça à legalidade.

Kelsen teve que fazer concessões, ao longo de sua caminhada, admitindo que a norma jurídica possui valor, embora um valor objetivado, de modo que a descrição da norma não possui nenhum valor que além do jurídico. Antes de comentar as concessões que Kelsen instituiu no tocante aos valores, urge afirmar que para a teoria kelseniana, a norma jurídica é um sentido de uma ato de vontade, de modo que o ato-de-ser. Noutras palavras, o conteúdo da norma jurídica é a conduta estatuída como devida. Assim Kelsen faz valer a sua já comentada premissa lógico-epistemológica, de incomunicabilidade do ser e do dever ser²⁹. Neste diapasão, acaba por admitir que a norma jurídica funciona como medida de valor relativo a conduta humana³⁰.

3 CONCLUSÕES

O maior contributo de kelsen não foram seus grandes acertos, mas a profundidade de seus erros. Ademais, os erros doutrinários de Kelsen foram explicitados em meio a uma atmosfera de grande batalha dos jurisperitos de todo o mundo. Kelsen ou- sou levar a termo uma teoria do direito, contrapondo-se as demais que havia na sua época, considerando todas como um paradigma, mas para tentar superá-las.

Serão de menor importância os erros coletivos, mas, em compensação, também serão menores seus êxitos: não haveria nada de significativo em pensar de acordo com os padrões epistemológicos vigentes. Por essa via, nada de novo e excepcional poderia ocorrer. De outra parte, os erros individuais adquirirão maior gravidade, porém, em contrapartida, os acertos atingirão o nível de excelência das obras pioneiras. (2003, p.32).

Noutras palavras, Kelsen errou, individualmente, como nos esforçamos para demonstrar, mas seus acertos serviram para enriquecer o Direito. Vasconcelos reconhece o êxito de Kelsen:

Não nos parece correto, afinal, considerar Kelsen simplesmente um fracassado, como se tem repetido com certa frequência nos meios universitários. A dedicação de toda uma vida a uma causa intelectual nobre, qual seja, a criação de uma rigorosa e autêntica ciência do direito, há de ser acima de tudo, reconhecida como ato de grandeza. Demais as experiências sem sucesso valem, até mesmo do ponto de vista científico, tanto quanto as vitoriosas (2003, p.211).

Ademais, no século XX, todos os grandes doutrinadores foram Kelsenianos, mesmo aqueles que utilizaram a Teoria Pura do Direito, como paradigma, para superá-la. Diga-se de passagem, tarefa esta de alta complexidade, somente possível aos grandes jusfilósofos, com aparato científico de profundidade abissal.

REFERÊNCIAS

KELSEN, Hans. **Teoria Geral das Normas**. Trad. José Florentino Duarte. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1986.

_____. **Teoria Pura do Direito**. Trad. João Baptista Machado; 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. **Teoria Geral do Direito e do Estado**. Trad. Luís Carlos Borges, 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **O que é Justiça?**. Trad. Luis Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

VASCONCELOS, Arnaldo. **Teoria das Normas Jurídicas**. 5. ed., São Paulo: Malheiros, 2002.

_____. **Teoria Pura do Direito: Repasse Crítico de seus Principais Fundamentos**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

SOBRE O AUTOR:

Roberto Ney Fonseca de Almeida

Defensor Público – Ceará. Professor da Faculdade Integrada da Grande Fortaleza e da Faculdade Católica Rainha do Sertão. Mestre em Direito Universidade de Fortaleza. Doutorando em Ciências Jurídicas y Sociales – UMSA.

E-mail: robertonfa@yahoo.com.br.

²⁹ Kelsen (1994, p. 7)

³⁰ Kelsen (1994, p. 19)

UMA REDEFINIÇÃO DE PROGRESSO E A RECONCILIAÇÃO DO HOMEM E NATUREZA NAS IMAGENS ÓRFICO-NARCISISTAS EM MARCUSE

John Karley de Sousa Aquino
Alberto Dias Gadanha

RESUMO

Na civilização ocidental a razão é definida como instrumento de coação, de repressão dos instintos, a sensualidade e o domínio dos instintos são considerados nocivos e hostis à razão e ao princípio de realidade. Na filosofia ocidental tudo ligado à sensualidade, prazer, impulsos, tem que ser reprimido. Desde Platão, a repressão ao princípio de prazer provou seu irresistível poder. A produtividade é um dos valores mais protegidos da civilização ocidental, e devido a ela o homem é avaliado de acordo com a sua capacidade de produção e de melhorar as coisas socialmente úteis, assim a produtividade significa o grau de transformação de um meio natural descontrolado por um meio tecnológico controlado, a produtividade como motora do progresso. Prometeu representa o herói cultural do progresso, da lógica de dominação e da produtividade com labuta, a separação entre o homem e a natureza tanto interna quanto externa e sua posterior dominação. O artigo apresentará um esboço de uma civilização não-repressiva baseada na atividade lúdica, na arte e na libertação das possibilidades humanas. A superação entre sujeito e objeto e a reconciliação entre a razão e natureza e a tentativa de ir além do princípio de realidade estabelecido.

Palavras-chave: Progresso. Prometeu. Orfeu. Narciso. Natureza.

RIASSUNTO

Nella civilizzazione occidentale la ragione viene definita come strumento del cuore, della repressione dei istinti, la sensualità e lo dominio dei istinti sono considerati nocivo e ostile la ragione e allo principio della realtà. Nella filosofia occidentale tutto che è legato alla sensualità, piacere, impulsi, devi essere represso. Da Platone la repressione allo principio del piacere prova suo irresistibile potere. La produttività è uno dei valori più protetto della civilizzazione occidentale, proprio per questo l'uomo è valutato di accordo com la sua capacità di produzione e di migliorare le cose sociale utile, così la produttività significa lo grado di trasformazione di um mezzo naturale discontrollato per un mezzo tecnologico controllato, la produttività come motore del progresso. Prometeu rappresenta il eroe culturale del progresso, della logica della dominazione e della produttività comoe lavoro, la separazione tra uomo e natura tanto interna quanto esteriore e la sua posteriore dominazione. L'articolo presenterà uno sbozzo di uma civilizzazione no-repressiva basata nell'attività piacevole, nell'arte e nella liberazione dei possibilità umani. La superazione fra soggetto e oggetto e la conciliazione fra ragione e natura e la tentativa oltre del principio della realtà stabilita.

Parole-chiave: Progresso. Prometeu. Orfeo. Narciso. Natura.

1 INTRODUÇÃO

A produtividade é um dos valores mais protegidos da civilização ocidental. Foi graças à produção do excedente que as hordas primitivas puderam se sedentarizar e desenvolver produções culturais e satisfazer às necessidades materiais além do mínimo necessário, permitindo uma vida qualitativamente superior a mera vida como sobrevivência,

O surgimento do excedente econômico, que assinala o aumento da produtividade do trabalho, opera uma verdadeira revolução na vida das comunidades primitivas: com ele, não só a penúria que as caracterizava começa a ser reduzida, mas, sobretudo, aparece na história a possibilidade de acumular os produtos do trabalho. (NETO, J. P., 2011, p. 67).

Mas a ampliação da produtividade exigia que se adiasse a satisfação, isto é produção e prazer não poderiam coincidir sendo o prazer uma recompensa *a posteriori* ao trabalho duro. A satisfação tornou-se objetivo primário em uma promessa que supostamente se cumpriria com o aumento da produtividade, mas o que se deu foi justamente a traição dessa promessa de prazer, pois a partir da produção do excedente pôde-se desenvolver uma desigualdade entre os membros: aqueles que produzem a riqueza e os que se apropriam da riqueza, em suma, entre os que trabalham e os que não trabalham. Com a produção do excedente se libera alguns homens do trabalho e o permitem viver sem trabalho e explorar o trabalho dos outros. Essa produção do excedente e a exigência do máximo de produtividade são o germe do ideal de progresso que se desenvolverá como princípio histórico na filosofia da história no iluminismo do século XVIII, e é contra esse pressuposto que identifica labuta e resignação como progresso que a teoria crítica de Marcuse se alvora.

O **objetivo geral** deste artigo é demonstrar a partir das teses de Marcuse em sua obra *Eros e Civilização*, a possibilidade de uma civilização não-repressiva além da cultura predominante representada no herói cultural Prometeu. Contraposto a essa ideologia oficial do progresso como atividade e dominação, serão apresentadas as imagens órfico-narcisista que representam um princípio de realidade lúdico, contemplativo e livre que desbanca as imagens de produtividade através do esforço e labuta representada por Prometeu. A fantasia como veículo de libertação que não permite esquecer as promessas traídas pela civilização ocidental reclama do progresso seu princípio real: libertar os homens da necessidade e permitir enfim a liberdade. Como **objetivos específicos** o presente artigo irá expor: (1) o que é a Fantasia e suas possibilidades, assim como seu valor de verdade, (2) as imagens culturais de Orfeu e Narciso

como contrapostas a atividade prometeica e (1) a necessidade de uma redefinição de progresso que permita a reconciliação homem e natureza.

O presente artigo tem como **justificativa** de que se faz necessário refletir sobre a relação desarmoniosa entre homem e natureza inaugurada com o *logos* ocidental que encara a natureza como objeto a ser compreendido e dominado, podendo-se evitar uma catástrofe ambiental devido às exigências irracionais de produtividade além das necessidades reais da comunidade humana.

O artigo tem como referência principal a obra *Eros e Civilização: Uma introdução filosófica ao pensamento de Freud* de Marcuse, assim como obras complementares de Freud *O mal-estar na civilização* e *para além do princípio de Prazer*, referências ao Surrealismo (*manifesto surrealista de 1924*) e a mitologia grega com base nas obras *Mitologia Grega e Romana* e *Mitos Gregos*.

O artigo concluirá que é possível e uma exigência histórica que a relação homem e natureza seja repensada tendo em vista as dificuldades ecológicas atuais, assim como a necessidade de pacificação da existência humana além das exigências heterônomas da produtividade e do progresso como fim em si mesmo.

2 FANTASIA

Na teoria psicanalítica de Freud a história da civilização é a história da repressão dos instintos, é a história da subjugação, dominação e repressão do ego em cima do id, para Freud a civilização começa justamente quando o objetivo primário, a satisfação integral de todas as necessidades é abandonada.

Sabemos que o princípio de prazer é próprio de um método primário de funcionamento do aparelho mental, mas que do ponto de vista da autopreservação do organismo entre as dificuldades do mundo externo ele é desde o início, ineficaz e até mesmo perigoso. Sob a influência dos instintos de autopreservação do ego, o princípio de prazer é substituído pelo princípio de realidade. (FREUD, 1976, p. 20)

Os impulsos animais e sensuais convertem-se em instintos humanos sob a influência da realidade externa, o homem abandona a gratificação como tal e como um fim em si mesmo e a qualquer momento. Ele troca a satisfação imediata e o prazer pela satisfação adiada e a restrição do prazer. O homem torna-se um sujeito consciente sob o princípio de realidade ao desenvolver a função da razão, e com isso o aparelho mental fica subordinado ao princípio de realidade, ao ego. Mas

Este último princípio (i.e. realidade) não abandona a intenção de fundamentalmente obter prazer, não obstante exige e efetua o adiamento da satisfação,

o abandono de uma série de possibilidades de obtê-la, e a tolerância temporária do desprazer como uma etapa no longo e indireto caminho para o prazer. (FREUD, 1976, p. 20)

Mas uma atividade mental mantém-se livre do domínio do princípio de realidade, é protegido das alterações culturais e mantém-se unido ao princípio de prazer, é a fantasia.

Segundo Marcuse, as forças mentais opostas ao princípio de realidade estão renegadas ao inconsciente e operando a partir do mesmo “o domínio do princípio de prazer não modificado prevalece nos mais profundos e mais arcaicos processos inconscientes” (MARCUSE, 1978, p. 132). Marcuse destaca a fantasia como uma atividade mental com um elevado grau de liberdade frente ao princípio de realidade, pois com o predomínio do princípio de realidade um modo da atividade mental permaneceu relacionado ao princípio de prazer e livre do critério da realidade. E é a fantasia que desempenha uma decisiva função na estrutura, pois liga as profundezas do inconsciente a elevados produtos da consciência (as artes), une o sonho com a realidade, e representa as reprimidas idéias coletivas e individuais e os tabus da liberdade. Com a divisão da atividade mental, antes somente princípio de prazer, a atividade mental fica cindida e uma predomina sobre a outra, ou seja, o ego sobre o id. O ego adquire o monopólio mental, e mantém o id livre do controle da realidade. Com o predomínio da razão, essa se torna desagradável, mas útil e correta, a fantasia, é agradável, mas inútil e inverídica, um “mero jogo e divagação” (MARCUSE, 1978, p. 133).

No entanto a fantasia por ser vinculado ao princípio de prazer, mantém a memória do passado sub-histórico, sob o domínio do princípio de prazer e a livre gratificação. A fantasia retém as memórias de uma época em que a vida do indivíduo era a vida do gênero, em que havia a unidade entre o particular e o todo, e ela visa “a reconciliação do indivíduo com o todo, do desejo com a realização, da felicidade com a razão” (MARCUSE, 1978, p. 133). A fantasia sustenta a reivindicação do indivíduo total, em uma união com o gênero, e com o passado arcaico¹. E como um processo mental independente e fundamental (e que se manifesta), a fantasia tem um valor próprio, a de superar a antagonista realidade humana, do id e ego, prazer e realidade, assim como sujeito e objeto, e o particular e universal.

¹ Sobre o passado arcaico *vide* **Moisés e o Monoteísmo** e **Totem e Tabu**, obras de Freud em que o autor trata da hipótese da horda primária e do passado arcaico do homem.

3 O VALOR DE VERDADE DA FANTASIA

As verdades da fantasia se manifestam, pela primeira vez quando cria um universo de percepção e compreensão, um universo que é subjetivo, e ao mesmo tempo é objetivo. Isso ocorre na arte. O valor de verdade da fantasia é, pois, ser uma manifestação subjetiva que se universaliza, a arte então se situa no protesto contra a harmonia reprimida do sensualismo e da razão. A fantasia é a memória inconsciente da libertação que fracassou, da promessa que foi traída. No princípio de realidade a arte se opõe a repressão oficial com a imagem do sujeito livre em um estado de não-liberdade, a arte é um eterno protesto de libertação. Como diz Marcuse, “desde o despertar da consciência da liberdade, não existe uma só obra de arte autêntica que não revele o conteúdo arquetípico: a negação da não-liberdade” (MARCUSE, 1978, p. 135). A arte está totalmente vinculada ao prazer, mas dentro da realidade em si mesmo é agradável e “sujeita, necessariamente a realidade representada a padrões estéticos, e assim, priva-o do seu terror” (MARCUSE, 1978, p. 135). Marcuse cita Aristóteles ao repetir o que disse o clássico grego sobre a arte, o clássico afirma o efeito catártico (purificação, purgação) da arte, ela ao mesmo instante opõe e reconcilia, acusa e absolve, recorda o reprimido e reprime de novo. A arte é oposição assim como é universalidade (e particularidade), pois um artista que usa a fantasia cria arquétipos artísticos que as pessoas lêem, vêem e ouvem e junto a eles se reconhecem. A arte é como a sexualidade “é a única função do indivíduo que se estende para além do indivíduo e garante a conexão com a espécie” (MARCUSE, 1978, p. 136).

O valor de verdade da fantasia relaciona-se não só com o passado, mas com o futuro, as formas de liberdade e felicidade que ela clama visa emancipar a realidade histórica estabelecida. A função crítica da fantasia está em sua recusa em esquecer o que pode ser, negado pelo princípio de realidade. E como diz o manifesto surrealista de 1924

Reduzir a imaginação à servidão fosse mesmo o caso de ganhar o que vulgarmente se chama a felicidade, é rejeitar o que haja, no fundo de si, de suprema justiça. Só a imaginação me dá contas do que pode ser, e é bastante para suspender por um instante a interdição terrível; é bastante também para que eu me entregue a ela, sem receio de me enganar (como se fosse possível enganar-se mais ainda). Onde começa ela a ficar nociva, e onde se detém a confiança do espírito? Para o espírito, a possibilidade de errar não é, antes, a contingência do bem? (ANDRÉ BRETON, 2003, p. 04)

Os surrealistas entenderam as implicações audaciosas e revolucionárias das descobertas de Freud

sobre a fantasia (imaginação), pois afirmaram “Talvez esteja a imaginação a ponto de retomar seus direitos. Se as profundezas de nosso espírito escondem estranhas forças capazes de aumentar as da superfície, ou contra elas lutar vitoriosamente” (ANDRÉ BRETON, 2003, p. 08).

A recusa em aceitar a vida angustiada e frustrada é o que os surrealistas reconheceram de valioso na fantasia e na arte. Mas a idéia de real libertação e vida sem angústia foi difamada como utopia quase que universalmente na filosofia e na política e apenas se expressou sem punição e recriminação na linguagem da arte.

Mas o medo do retrocesso a barbárie, representado pela libertação instintiva que a fantasia representa, leva a taxar uma libertação e não-repressão como utopia (no sentido pejorativo), e apenas a produtividade é louvada como verdadeiro progresso e civilização, mas a arte novamente responde esta idéia com Baudelaire que afirma “a verdadeira civilização... não está no gás, vapor ou nas plataformas giratórias. Está na diminuição dos vestígios do pecado original” (BAUDELAIRE apud MARCUSE, 1978, p. 142).

4 ORFEU, NARCISO E PROMETEU

Na civilização ocidental a razão foi geralmente encarada como instrumento de coação, de repressão dos instintos, a sensualidade e o domínio dos instintos foram considerados nocivos e hostis à razão e ao princípio de realidade. Na grande parte da tradição ocidental geralmente o que fosse relacionado à sensualidade, prazer, impulsos, deveriam ser reprimidos. Segundo Marcuse:

A tentativa de elaboração de uma síntese teórica da cultura para além do princípio de desempenho, é ‘irrazoável’, numa estrita acepção do termo. A razão é a racionalidade do princípio de desempenho. Mesmo no princípio da civilização ocidental, muito antes desse princípio ter sido institucionalizado, a razão era definida como um instrumento de coação, de supressão dos instintos, a sensualidade era considerada eternamente hostil e nociva a razão. (MARCUSE, 1978, p. 146)

Desde Platão a repressão ao princípio de prazer provou seu irresistível poder. “De Platão até as leis ‘Schnd und Schmutz’ do mundo moderno, a difamação do princípio de prazer provou seu irresistível poder; a oposição a essa difamação sucumbe facilmente ao ridículo” (MARCUSE, 1978, p. 146).

Mas a repressão aos instintos e o domínio da razão repressiva jamais foi uma realização definitiva, mas uma exigência aparentemente racional, e por isso monopólio da razão repressiva nunca deixou de ser contestado. Segundo Marcuse, a psicanálise constatou que a fantasia retinha uma verdade incompatível com a

razão. A fantasia mantém suas verdades vivas no folclore e nas lendas, na literatura e na arte. Em sua posição Marcuse mantém uma “insistência em que a imaginação deve fornecer padrões para as atitudes, a prática e as possibilidades históricas existenciais” (MARCUSE, 1978, p. 147). Marcuse interpreta os símbolos e arquétipos da fantasia e examina seu valor de verdade histórica. Eles são os heróis culturais que persistem na imaginação como “símbolos da atitude e dos feitos que determinam o destino da humanidade” (MARCUSE, 1978, p. 147).

O herói cultural predominante é Prometeu, o herói da civilização ocidental, o sofredor contra os deuses, que “cria a cultura a custa do sofrimento perpétuo” (MARCUSE, 1978, p. 147), e a mulher na imagem de Pandora simboliza o mal, o atraso e a queda “a beleza da mulher e a felicidade que ela promete são fatais no mundo do trabalho civilizado” (MARCUSE, 1978, p. 148). Prometeu representa a produtividade, o trabalho sofrido e o progresso que estão intimamente ligados. Prometeu é o herói cultural do esforço laborioso, da produtividade e do progresso através do sofrimento. Para Marcuse, devem ser procurados os símbolos de outros princípios de realidade no campo oposto, os heróis culturais opostos de Prometeu e não mantidos na ‘tradição’ ocidental oficial são Orfeu e Nárciso, que ao contrário de Prometeu não são produção e progresso, mas repouso e descanso, “a voz que não comanda, mas canta, o gesto que oferece e recebe, o ato que é paz e termina com as labutas de conquista, a libertação do tempo que une o homem com Deus, o homem com a natureza” (MARCUSE, 1978, p. 148).

Segundo Marcuse, Orfeu e Nárciso são imagens irrealizáveis, belas, porém impossíveis segundo o princípio de realidade. Prometeu e sua atividade e resistência também são irreais, porém úteis, pois “seu objetivo e significado não são estranhos à realidade; pelo contrário são-lhe úteis. Promovem e fortalecem essa realidade, não a destroem” (MARCUSE, 1978, p. 151). As imagens órfico-narcisistas são a negação do princípio de realidade. O Eros órfico e narcisista despertam e libertam as potencialidades e possibilidades suprimidas no princípio de realidade não-erótico. As imagens de Orfeu e Narciso negam o princípio de desempenho, ele recusa a oposição entre sujeito e objeto, entre o homem e natureza, pois “árvores e animais respondem a linguagem e Orfeu, e a primavera e a floresta respondem ao desejo de Narciso” (MARCUSE, 1978, p. 151).

Para Marcuse, Orfeu e Narciso simbolizam uma realidade muito diferente, eles são a imagem da alegria e da fruição. Narciso representa uma dimensão ilimitada e unicidade com o universo, o sentimento oceânico que Marcuse denomina de narcisismo ilimitado. Segundo Marcuse, o narcisismo primário é mais do que um auto-

-erotismo e egoísmo, ele é um modo de realidade, em que o indivíduo abrange o meio, o que integra o ego e o mundo objetivo. Segundo Freud, “No início o Eu abarca tudo, depois separa de si o mundo externo. Nosso atual sentimento do Eu é, portanto, apenas o vestígio atrofiado de um sentimento muito mais abrangente – sim, todo-abrangente – que correspondia a uma mais íntima ligação do Eu com o mundo em torno” (FREUD, 2010, p. 13). O Narciso apresentado como um antagonista do Eros, um homem que despreza o amor dos outros e vive isolado da realidade é falsa, na verdade Narciso representa a contemplação do belo, um admirador da arte e da beleza, pois a imagem que contempla no rio ele não sabe que é a dele, pois o mesmo não podia se conhecer “Narciso viverá até longa idade, desde que nunca se conheça a si próprio” (ROBERT GRAVES, 1990, p. 28), Narciso não sabia que era a si a quem contemplava, era apenas a beleza que ele admirava, “tentava enlaçar e beijar o formoso rapaz que se encontrava a sua frente” (ROBERT GRAVES, 1990, p. 29). O sono, o repouso e a flor que vive após a morte de Narciso, representam o princípio de nirvana que impera em vida (sem necessidade de morte) em Narciso.

Orfeu encarna a arte, liberdade e cultura que estão eternamente combinadas, é o poeta que traz a redenção e a paz mediante a pacificação do homem e natureza, não através da força (dominação), mas pelo verbo,

As feras vinham depor sua ferocidade a seus pés, os passarinhos vinham pousar nas árvores a sua volta, os rios suspendiam seus fluxos e as árvores formavam coros de dança, alegorias ou exageros poéticos que exprimem ou a perfeição de seus talentos, ou arte maravilhosa que soube empregar para atenuar os costumes ferozes dos trácios e fazê-los passar da vida selvagem as doçuras da vida civilizada. (P. COMMELIN, 2008, p. 284)

Orfeu e Narciso rejeitam o Eros normal por um Eros mais pleno, recusam a separação sujeito e objeto, recusam o mundo como é. Os dois protestam contra a ordem repressiva da sexualidade. Eles negam Prometeu. O Eros órfico e narcisista transforma o ser, domina a crueldade, “seus acordes eram tão melodiosos, que encantavam até os seres insensíveis” (P. COMMELIN, 2008, p. 284). A sua linguagem é a canção, e a sua existência a contemplação e criação, não a repressão e a produção. Representam um novo princípio de realidade, para além do princípio de desempenho.

5 REDEFINIÇÃO DE PROGRESSO

A possibilidade de uma realidade além do princípio de desempenho se depara com um dos principais valores do ocidente, o da produtividade, o motor do progres-

so. “A discussão dessa hipótese depara logo de entrada com um dos mais rigorosamente protegidos valores da cultura moderna: o de *produtividade*” (MARCUSE, 1978, p. 143). No princípio de realidade estabelecido o homem é avaliado de acordo com seu desempenho e sua capacidade de melhorar as coisas úteis ao estabelecido, ou seja, o socialmente útil. O indivíduo deve ser produtivo, ele deve (o imperativo categórico ocidental) produzir. A produção e o progresso representam o grau de controle e transformação da natureza, o progressivo controle e transformação de um meio natural e incontido por um meio tecnológico e civilizado controlado (MARCUSE, 1978, p. 143). Entretanto, a produtividade e o progresso não foram pensados para dominar e para que os homens servissem a ele (pois hoje os homens servem ao progresso e nada pode impedir a marcha do progresso).

O progresso, como pensado pelos iluministas, deveria servir ao homem e a satisfação de suas necessidades e carências, assim o progresso estaria a serviço do princípio de prazer e não seria o que é hoje, como um fim em si mesmo. Desta forma, “Por outras palavras, quanto mais a necessidade social se desviava da necessidade individual, tanto mais a produtividade se inclinava a contradizer o princípio de prazer e a converte-se num fim em si mesma.” (MARCUSE, 1978, p. 143).

O progresso exigiu o sacrifício da felicidade e todo o sacrifício em nome do desenvolvimento, gerando um fanatismo utilitarista em nome do ideal do progresso que levou a própria palavra (progresso) a ter um valor repressivo, pois significa o fim do repouso e da receptividade em nome da atividade e produtividade prometéica. Assim, “A própria palavra acabou por ter um sabor à repressão ou à sua glorificação fanática: reflete a noção de uma rancorosa difamação do repouso, da indulgência, da receptividade” (MARCUSE, 1978, p. 143). A atividade de Prometeu e a repressão se tornaram sinônimos, o “aumento da produtividade da mão de obra é o sacrossanto ideal do capitalista e do stakhanovismo stalinista” (MARCUSE, 1978, p. 143). Mas o limite histórico do progresso repressivo é o próprio princípio de desempenho, para além do domínio do princípio de desempenho o progresso e produtividade tem outra relação possível com o prazer e satisfação.

Se o progresso for emancipado da escravidão do estabelecido “a produtividade perde o seu poder repressivo e impulsiona o livre desenvolvimento das necessidades individuais” (MARCUSE, 1978, p. 144). A produtividade garante a automação total do trabalho e isso garante tempo livre e energia para o livre jogo (atividade lúdica) das faculdades humanas, exterior ao domínio do trabalho que garante a produção não por si mesma, mas como meio de satisfação das necessidades e carências individuais.

Por mais justa e racional que possa estar organizada a produção material, jamais pode constituir um domínio da liberdade e da gratificação; mas pode liberar tempo e energia para o livre jogo das faculdades humanas, *fora* dos domínios do trabalho alienado (...) É a esfera exterior ao trabalho que define a liberdade e a satisfação completa, e é a definição da existência humana de acordo com essa esfera que constitui a negação do princípio de desempenho. (MARCUSE, 1978, p. 144)

A produtividade como um meio e não como um fim, garantiria um real progresso que não é cancelado por Marcuse, mas redefinido, o progresso como está é neutro, e essa neutralidade é um de seus maiores problemas, pois ao ser neutro contribui para o estabelecido. Além disto, por está inserido em um universo estabelecido da ação e do discurso, e o progresso científico e tecnológico torna-se um instrumento de dominação tanto do homem quanto da natureza, vista como um objeto a ser dominado pelo ego agressivo. Para Marcuse, se o progresso chegar ao seu limite histórico na sociedade industrial, irá levar a uma subversão radical da visão de progresso dominante, “uma nova experiência básica de ser transformaria integralmente a existência humana” (MARCUSE, 1978, p. 145). O progresso pode levar a automação total dos serviços que garantem a satisfação das necessidades e o tempo do trabalho necessário seria reduzido a um tempo básico, e o progresso serviria a pacificação da natureza e da sociedade na livre atividade-receptiva humana, em uma sociedade em que o progresso não seria mais um instrumento de dominação e exploração da natureza (tanto humana quanto a exterior) como é na realidade estabelecida da necessidade manipulada. Esta redefinição de progresso trocaria a relação “progresso como fim em si mesmo” e “vida como meio”, para “progresso como meio” para uma “vida como fim em si mesmo”, em que a produtividade não seria a atitude de um ego que encara o mundo tal qual um “símbolo para ponto de agressão, a cão como dominação e a realidade, como resistência” (MARCUSE, 1978, p. 107), mas um ego órfico-narcisista que pacifica homem e natureza e que sua atividade não é agressão e produção, mas receptividade e criação.

6 RECONCILIAÇÃO HOMEM E NATUREZA NAS IMAGENS ORFICO-NARCISISTA

Numa civilização verdadeiramente humana, o homem jogará e se divertirá ao invés de labutar com esforço, ele se exhibirá ao invés de permanecer preso à carência e à necessidade. A realidade deve perder a seriedade, a realidade da carência e necessidade, e a vida assim poderá ser satisfeita sem trabalho alienado. O homem será livre quando puder jogar com suas próprias

faculdades e potencialidades. O seu mundo passa a ser contemplação e exibição, e sua ordem é a beleza. A sociedade deve atingir um elevado grau de maturidade intelectual e material para substituir a necessidade pela abundância. A sociedade deve liberar-se de propósitos, toda atividade de ter um fim em si mesmo, deve ser um jogo, uma atividade lúdica. E a fantasia é a faculdade que exerce a possibilidade dessa liberdade. No princípio de realidade, em que a imaginação e a atividade lúdica ganham ascendência, reconciliando os impulsos e liberando a razão sensível e uma lógica de gratificação, o mundo objetivo (a natureza) será experimentado como primordialmente no narcisismo ilimitado, não com a natureza dominando o homem (como em sociedades primitivas) e nem com o homem dominando a natureza (como na civilização estabelecida), mas o mundo objetivo será “objeto” de contemplação. O homem se livraria do trabalho sofrido e não cairia em uma passividade primitiva, mas poderia viver a livre manifestação de suas potencialidades.

Um novo princípio de realidade que harmoniza razão e sensualidade e libera a imaginação transformaria o esforço laborioso (trabalho) em jogo (atividade lúdica), as imagens órfico-narcisista simbolizam esta racionalidade lúdica, uma ordem não-repressiva, em que o mundo subjetivo e objetivo, o homem e natureza se harmonizam. A realidade estabelecida da labuta e trabalho alienado, não é o da liberdade, visto que a existência humana é determinada por objetivos e funções que ele não determina e desconhece, e não permite o livre jogo das faculdades e desejos humanos.

O Eros órfico-narcisista é um libertador de potencialidades, e são uma possibilidade para a reconciliação homem e natureza, pois assim como “árvores e animais respondem ao desejo de Orfeu, a primavera e a floresta respondem ao desejo de Narciso” (MARCUSE, 1978, p. 151). As imagens órfico-narcisista negam a oposição homem e natureza, assim como a relação antagônica sujeito e objeto é superada. A natureza é experimentada como gratificação por Orfeu e Narciso, ela não é opressão, crueldade, dor e irracionalidade como o ego a encara sob o princípio de realidade, ela é assim como o mundo humano um “mundo” que também aguarda sua libertação, e essa libertação é obra do Eros órfico-narcisista, pois “a canção de Orfeu desfaz a petrificação, movimentam as florestas e as pedras, mas movimentam-as para que comunguem em alegria” (MARCUSE, 1978, p. 152). Orfeu e Narciso são a negação de Prometeu e a possibilidade de um novo princípio de realidade em que a natureza é contemplação e não dominação e vida, é um jogo, um fim em si mesmo agradável, o jogo nesse princípio de realidade é improdutivo e inútil, pois ele nada produz, e é um fim em si mesmo, se joga, simplesmente. A razão deve ser liberada, assim como a

sensualidade. Para finalizar, Maragaret Mead interpretou a cultura Arapexe de modo que representa bem um possível princípio de realidade baseado nas imagens de Orfeu e Narciso e na Fantasia:

Para os arapexes o mundo é um jardim que deve ser cultivado, não para nós próprios, não para o orgulho ou vanglória, não por mesquinhez e usura, mas pra que os animais e sobretudo as crianças possam desenvolver-se livremente. Dessa atividade geral premanam muitas de outras características arapexes, a ausência de qualquer expectativa de ciúmes ou inveja, a ênfase na cooperação. (MARCUSE, 1978, p. 188)

7 CONCLUSÃO

Marcuse, como leitor de Schiller, apoia-se em sua autoridade, quando reflete sobre uma vida lúdica e em sua crítica a uma realidade onde está cindida sensibilidade e razão. Schiller diz que a “fruição está separada do trabalho, os meios do fim, o esforço da recompensa (...) o homem configurou-se apenas como um fragmento, escutando sempre e apenas o monótono rodopiar da roda que ele fez girar” (SCHILLER, 2002, p. 37). A sociedade está ferida e somente um novo modo de civilização poderá curá-la. Segundo Marcuse, esta ferida foi causada pela relação antagônica entre as dimensões polares da existência humana, a sensualidade e a razão, matéria e espírito, o particular e o universal. Aponta ainda, como solução a este conflito a noção de impulso lúdico. O que se procura é a solução de além de um problema político, uma solução de um problema existencial que é a libertação do homem. O impulso lúdico representado nas imagens órfico-narcisistas é um possível veículo de libertação. O homem só é livre quando está livre de coações externas e internas, tanto físicas quanto morais, quando não é reprimido, tanto pela lei quanto pela necessidade. Mas a repressão é a própria realidade estabelecida, e a teoria crítica de Marcuse se resume a uma acusação assim como a uma exigência.

Enfrentamos uma crise ambiental em que o futuro é pensado com preocupação, esgotamos os recursos naturais e condenamos uma quantidade imensa de homens a uma vida sub-humana devido à organização irracional da civilização, em que os homens servem as leis das coisas e se adequam a uma entidade pretensamente autônoma que é o *mercado*. Há muito, o progresso laborioso garantiu a satisfação universal de todas as necessidades humanas e hoje a tese da carência é apenas uma desculpa ideológica para garantir a manutenção de uma carência organizada hierarquicamente, em que uns trabalham e outros ficam livres para a fruição. É a organização egoísta do todo, devido à ganância e egoísmo próprios do princípio de desempenho que não

permite uma vida reconciliada e plenamente humana. O homem suporta essa realidade mutilada, mas e o planeta? Até quando suportará a atividade prometeica dos homens em sua fúria destruidora em nome do progresso e da produtividade sem limites? Essa questão permanece em aberto, mas a exigência de uma vida pacificada entre sujeito e objeto, é uma necessidade histórica, pois como em tudo que existe a natureza possui seus limites e o homem não precisa viver uma catástrofe para descobrir que é necessário mudar seu *modus operandi* de vida.

REFERÊNCIAS

BRETON, André. **Manifesto do Surrealismo (1924)**. Tradução Virtualbooks. Minas Gerais, 2003.

COMMELIN, P. **Mitologia Grega e Romana**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREUD, Sigmund. **Além do princípio de Prazer**. Tradução de Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

FREUD, Sigmund. **Mal-estar na civilização**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GRAVES, Robert. **Os Mitos Gregos**. 2º volume. Tradução de Fernando Branco. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. 8ª edição. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

NETO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução Crítica**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

SCHILLER, Friedrich. **A Educação Estética do Homem: Numa série de Cartas**. Tradução de Roberto Schwarz e Márcio Suzuki. São Paulo: Editora Iluminuras, 2002.

SOBRE OS AUTORES:

John Karley de Sousa Aquino

Graduando em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Bolsista pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID.
E-mail: john_rpg2811@hotmail.com.

Alberto Dias Gadanha

Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Professor Dedicção exclusiva na Universidade Estadual do Ceará – UECE.

Engenharias

CATÓLICA DE QUIXADÁ

MODELAGEM DE PROCESSOS UTILIZANDO O BPMN NA FACULDADE CATÓLICA RAINHA DO SERTÃO

Antonio Neuton da Silva Júnior
Carlos Henrique Leitão Cavalcante
Gabriela Cíntia Cavalcante de Lima
Thiago Almeida Costa
Stephanie Barros de Freitas

RESUMO

O presente artigo apresenta o gerenciamento de negócios por processos, suas perspectivas atuais, suas vantagens, o desenvolvimento do projeto Modelagem de Processos utilizando BPMN implementado na Faculdade Católica Rainha do Sertão, as ferramentas utilizadas no projeto, a metodologia e os resultados obtidos a partir do mesmo. Ainda foi descrito os setores utilizados, a modelagem resultante das pesquisas e entrevistas e as sugestões para as melhorias dos processos modelados.

Palavras-chave: BPM. Processos. BPMN. Modelagem.

ABSTRACT

This paper presents the business process management, their current perspectives, their advantages, the development of Process Modeling project using BPMN implemented in the Catholic Faculty Rainha do Sertão, the tools used in the project, the methodology and results from this project. Also, it described the sectors used, the resulting modeling of surveys and interviews and suggestions for improvements of the modeled processes.

Keywords: BPM. Processes. BPMN. Modeling.

1 INTRODUÇÃO

Evolução. Uma única palavra que define muitas coisas. Segundo o Dicionário online de Português, evolução significa “Desenvolvimento ou transformação de ideias, sistemas, costumes, hábitos, seres orgânicos e inorgânicos”, e desenvolvimento “Ação ou efeito de desenvolver; crescimento”, assim podemos concluir que Evolução e Desenvolvimento são sinônimos.

Esses sinônimos carregam em si características que estão constantemente sendo buscadas como objetivos pelas organizações empresariais, pois para se desenvolverem e se manterem no mercado, muitas vezes, elas necessitam se transformar. Como conseguir essa transformação e que meios utilizar para alcançá-la são questionamentos que necessitam ser respondidos pelas organizações.

Eugênio Mussak em seu artigo “Evoluir é fundamental para sobreviver na carreira”, publicado na Revista Exame diz que:

[...] as empresas [...] também vivem em um ecossistema altamente mutante: o mercado. E todos os dias ele apresenta novidades. Novas técnicas e tecnologias, novas exigências do consumidor e, o mais grave, novos concorrentes. Nesse cenário, a empresa que não evoluir desaparecerá — é a lei da vida. Às vezes não deixa nem pegadas (MUSSAK, 2013).

O mercado e a concorrência exigem que as empresas estejam em constante aperfeiçoamento e busquem novas técnicas e procedimentos em relação ao seu trabalho. Eles ainda exigem que elas se adaptem às suas novas regras, assim como também realizem a melhoria dos seus processos executados, tendo como foco a satisfação dos seus clientes. Essa evolução pode ser auxiliada através elementos como ferramentas de negócio, gestão estratégica e modelos de gestão que envolvam a organização, que busca o aprimoramento dos processos de negócios.

Um desses elementos auxiliares na evolução das empresas é a *Business Process Management* (BPM) ou Gestão de Negócio por Processo em português. Segundo o site Infosistema, o BPM é uma solução que através do conhecimento dos processos organizacionais, permite aos gerentes ou a diretoria da empresa tomarem decisões visando o melhoramento dos processos executados e como consequência o aumento da satisfação do cliente, resultando em um maior conhecimento da organização e um aumento nos lucros. Como complemento ao BPM foi criado o BPMN (*Business Process Modeling Notation*) permitindo o desenho dos processos padronizados da organização facilitando a compreensão do mesmo.

Nesse contexto, foi desenvolvido um projeto na Faculdade Católica Rainha do Sertão (FCRS), localizada na cidade de Quixadá-CE, onde foram escolhidos três setores internos para terem seus processos mapeados em BPMN.

O presente artigo é composto por cinco seções. A primeira seção é uma introdução ao tema, a segunda seção é o referencial teórico que apresenta os conceitos relativos ao BPM e suas especificidades, a terceira a metodologia onde serão descritas os procedimentos e recursos utilizados no decorrer do projeto, a quarta onde serão apresentados os resultados do projeto e a quinta refere-se à conclusão do projeto e onde serão sugeridos alguns trabalhos futuros.

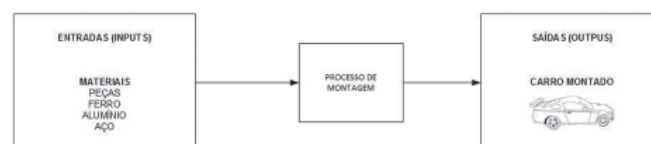
2 REFERENCIAL TEÓRICO

Toda empresa possui suas atividades rotineiras, processos formais que são executados para se obter um resultado. Um exemplo simples de processo se dá quando um aluno entra na biblioteca em busca de um livro, ao encontrá-lo retira o mesmo da prateleira e se dirige ao balcão para alugá-lo. Essa sequência de atividades organizadas para alugar um livro em uma biblioteca, poderia ser titulada como o processo de locação de livros. Mas o que é um processo?

Segundo Harrington (1991), processo é qualquer atividade ou conjunto de atividades que toma um *input*, adiciona valor a ele e fornece o *output* a um cliente específico. Hammer e Champy (1994) completam dizendo que “um processo é um grupo de atividades realizadas numa sequência lógica com o objetivo de produzir um bem ou serviço que tem valor para um grupo específico de clientes”. Os *inputs*¹ assim como os *outputs*² podem ser tanto físicos (materiais, equipamentos) como lógicos (informações).

Tendo como exemplo um processo de produção de um automóvel, podemos representá-lo da seguinte maneira:

Figura 1 – Exemplificando processo.



Fonte: Autores.

No exemplo acima, as entradas (*inputs*), são os materiais utilizados para a montagem do automóvel que iniciam o processo. Logo após a aquisição desses materiais, dá-se início o processo de montagem, que

¹ Os *inputs* são as entradas dos processos.

² Os *outputs* são os resultados dos processos.

são as atividades que resultam no produto, o automóvel montado.

Desse modo, citando o artigo de Gonçalves (2000a) para Revista de Administração de Empresas, as “empresas são grandes coleções de processos”. Isso é confirmado por Graham e LeBaron (1994) que afirmam que “todo trabalho importante realizado nas empresas faz parte de algum processo”. Complementado, Gonçalves (2000b) comenta que “não existe um produto ou um serviço oferecido por uma empresa sem um processo empresarial. Da mesma forma, não faz sentido existir um processo empresarial que não ofereça um produto ou um serviço”.

Processos e grupos de processos são ligados uns aos outros de alguma maneira para o fornecimento dos bens e serviços. Como essa ligação entre processos será realizada, quais ferramentas serão utilizadas e como tornar esses processos suficientes para que a empresa funcione corretamente trazendo satisfação ao cliente são perguntas respondidas através do conhecimento, modelagem e gerenciamento desses processos.

Os conhecimentos de como os processos ocorrem e se comunicam é fundamental para determinar como uma empresa funciona e como se comportar para atender às exigências do mercado. Entretanto, Gonçalves (2000c) cita alguns problemas que as empresas têm em relação ao gerenciamento de processos:

Muitas empresas querem organizar-se por processos, mas não têm uma noção clara dos passos a seguir e das providências que devem ser tomadas. Outras não estão certas da decisão a tomar a respeito da sua estruturação por processos e podem beneficiar-se de um raciocínio que as ajude a decidir. Existem também as empresas que não sabem ao certo o que significa serem organizadas por processos e as que não têm certeza se a sua forma organizacional atual é adequada para a gestão por processos. Finalmente, temos, ainda, as empresas que precisam de mais esclarecimentos sobre o assunto para que possam analisar as vantagens da gestão por processos (GONÇALVES, 2000c, p.7).

Uma solução para esses problemas seria a utilização do BPM, uma metodologia voltada para o gerenciamento de processos, isto é, o alinhamento dos processos da empresa com as necessidades do cliente³. Esta metodologia pode ser utilizada por qualquer empresa, seja esta de pequeno, médio ou grande porte e divide-se basicamente em três etapas:

1. Mapeamento dos processos, permitindo o conhecimento de todos os processos executados na organização.

2. Análise dos processos, que permite a avaliação do processo visando sempre a melhoria e com isso a satisfação do cliente. Nesta etapa podem ser detectadas falhas que ocorrem durante a execução de um determinado processo, se for o caso.
3. Implantação e Avaliação das melhorias, no decorrer dessa fase pode-se avaliar novamente o processo e verificar se houve melhoramento quanto a execução do bem e aumento da satisfação do cliente.

A empresa Duo Tecnologia⁴ cita alguns benefícios da utilização do BPM para gestão dos seus processos:

- agilidade organizacional;
- suporte aos esforços das pessoas para conduzir mudanças e inovação rápida nos processos;
- aumento da retenção de clientes, provendo melhor acesso aos recursos e informações disponíveis;
- redução dos tempos de ciclo de trabalho por meio da otimização contínua dos processos;
- aprimoramento da conformidade regulatória, diminuindo o risco de erros com processos manuais;
- diminuição do custo total de propriedade (TCO), conectando usuários e aplicações dentro de um ambiente unificado de gestão de processos;
- aceleração do tempo de resposta para oportunidades de negócio ou eventos de transação com processos automatizados e repetíveis;
- retorno imediato do investimento.

Como forma de complemento ao BPM, a BPMI (*Business Process Management Initiative*) desenvolveu uma notação para a metodologia de gerenciamento de processos de negócios, o *Business Process Modeling Notation* (Notação da Modelagem do Processo de Negócios, em português), atualmente o BPMN é mantido pela *Object Management Group* uma vez que as duas organizações se fundiram em 2005.

William Roque Pizza em sua monografia “A metodologia Business Process Management (BPM) e sua importância para as organizações”, cita os benefícios da utilização do BPMN:

O BPMN possibilita um maior entendimento dos processos da empresa por parte dos usuários, uma vez que são utilizados um conjunto de ícones para representar os processos. O seu objetivo, é servir de apoio ao uso do BPM, representando os

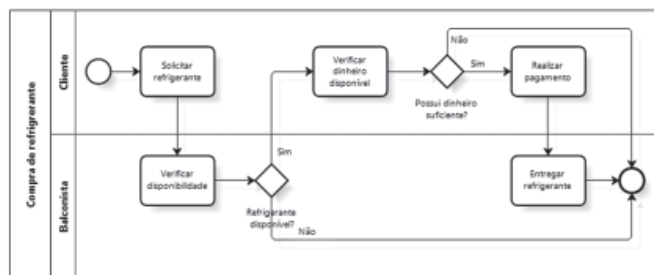
³ Informação disponível no site <http://www.efagundes.com>.

⁴ Empresa que comercializa e presta serviços de consultoria em softwares de gestão empresarial. Site: <http://www.duotecnologia.com.br>

processos por meio de representações gráficas, com isso é possível visualizar o processo de negócio em seu estado atual, [...] e após analisado o processo representar como ficará com a alteração do processo (PIZZA, 2012, p.16).

De acordo com o estudo de Pizza (2012), a representação BPMN possibilita de forma fácil e clara a detecção dos elementos que compõem um processo. Na Figura 2, são observados todos os elementos presentes num processo de compra de um refrigerante através da notação BPMN.

Figura 2 – Notação BPMN.



Fonte: <http://blog.iprocess.com.br>.

Observando a Figura 2, são identificados os seguintes elementos:

- Atores do processo: Cliente e Balconista
- Atividades: solicitar refrigerante, verificar disponibilidade, verificar dinheiro disponível, realizar pagamento, entregar refrigerante.

Os elementos principais utilizados no BPMN são:

Figura 3 – Elementos BPMN.

Elemento	Funcionalidade	Representação
Evento	Define algo que já aconteceu	
Atividade	Representa um serviço do processo	
Gateway	Utilizado na tomada de decisões ou tratamento de divergências	

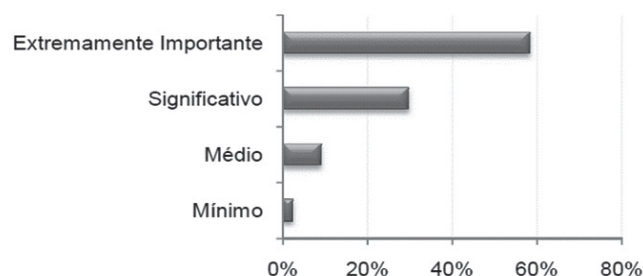
Fonte: Business Process Management: Concepts, Languages, Architectures⁵.

No ano 2000, empresas como a IBM, a HP e a Texas Instruments se organizaram por processos no esforço para alcançar um patamar em termos de desempenho empresarial, de atendimento aos seus clientes e

de resultados para seus acionistas (GONÇALVES, 1997 apud GONÇALVES, 2000a). Atualmente, a IBM e a HP apresenta ao mercado soluções para a automatização de processos de negócio⁶, de forma a melhorar a execução dos processos organizacionais e com isso obter uma maior satisfação dos seus clientes.

Nas empresas brasileiras esse cenário não é diferente. Uma pesquisa realizada pela IBM Brasil, em maio de 2010, com 230 empresas brasileiras demonstrou que aproximadamente 60% das entrevistadas consideravam a solução BPM como **Extremamente Importante**.

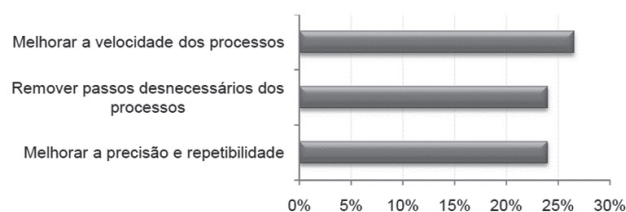
Gráfico 1 – Gráfico do Grau de Importância atribuído à solução BPM.



Fonte: IBM Brasil.

Quando questionadas sobre “Quais os principais motivadores à adoção do BPM”, as empresas citaram como principal razão o **Melhoramento da velocidade dos processos**, conforme pode ser visto no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Gráfico dos principais motivadores da adoção do BPM.



Fonte: IBM Brasil.

Contudo, apesar dos resultados mostrados nos Gráficos 1 e 2, apenas 12% das empresas pesquisadas realmente tinham uma solução BPM implantada. Isso é consequência da falta do conhecimento da solução BPM pelas empresas. Por isso, é necessário uma maior difusão do conceito de BPM perante as organizações, mostrando o quanto é benéfico a utilização da gestão de processos em um ambiente organizacional.

⁵ WESKE, Mathias. Business Process Management: Concepts, Languages, Architectures. 2ª ed. Berlim: Springer, 2007.

⁶ Informações verificadas nos sites: https://www14.software.ibm.com/webapp/iwm/web/signup.do?source=swg-Blueworks_Whitepaper e <http://www8.hp.com/br/pt/software-solutions/software.html?compURI=1174783#UvV2RmJdXK1> Acesso em: 07 de fev. 2014

3 METODOLOGIA

Esse trabalho é em um estudo do tipo pesquisa-ação que de acordo Tripp (2005) é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática.

A metodologia utilizada nesse trabalho consiste em realizar o mapeamento dos processos dos setores escolhidos, através da realização de entrevistas semanais, com o objetivo de identificar os processos. Após o reconhecimento inicial foi dado início ao processo de modelagem, descrito a seguir.

3.1 SETORES A TEREM SEUS PROCESSOS MAPEADOS

Ao se iniciar o projeto de mapeamento, foram escolhidos, dentro dos setores da Faculdade, aqueles que possuíam disponibilidade para receber os alunos e participar de todos os métodos para a realização dos projetos. Assim, foram escolhidos os seguintes setores para terem seus processos mapeados:

- **Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ):** setor que presta serviço jurídico gratuito à comunidade. Nele são os alunos do curso de Direito da FCRS que fazem o atendimento juntamente com o defensor público e o coordenador do setor. Seu objetivo é auxiliar a comunidade com processos de casos jurídicos onde a comunidade não sabe onde procurar ajuda.
- **Órgão de Defesa e Proteção ao Consumidor (PROCON FCRS):** setor responsável por receber reclamações do consumidor, ele atende qualquer pessoa da comunidade e tenta fazer a conciliação entre as partes, caso não seja alcançada essa conciliação o setor informa o reclamante suas possíveis ações.
- **Serviço de Psicologia Aplicada (SPA):** setor que oferece atendimento psicológico gratuito de qualidade à população, à comunidade acadêmica e aos colaboradores da FCRS. Além disso, possibilita aos alunos de Psicologia da FCRS realizarem seus estágios, requisito obrigatório para a aquisição do grau de graduado no curso de Psicologia.

Os setores citados possuem serviços que atendem à comunidade em geral e possuem um grande fluxo de atividades. Dessa forma, observou-se a oportunidade do conhecimento dos processos desses setores, visando à detecção de possíveis falhas durante a execução dos mesmos.

3.2 FERRAMENTAS UTILIZADAS

Para a realização do projeto foram utilizadas as seguintes ferramentas:

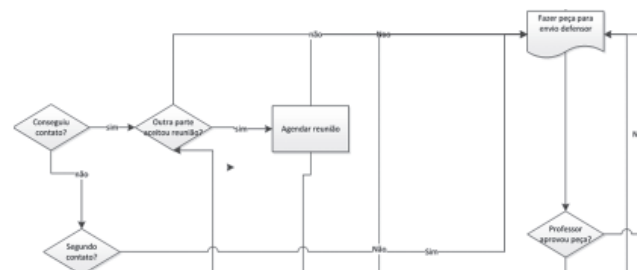
- O Microsoft Office Visio⁷, para criação dos fluxogramas.
- O Facebook⁸, por ser uma rede social no qual todos os membros do projeto têm acesso, possibilitando a comunicação dos membros do projeto.
- O Ambiente Virtual de Aprendizagem FCRS, baseado no Moodle⁹, como repositório de arquivos.
- O BonitaSoft¹⁰, para a modelagem dos processos, por ter um grande acervo de vídeos aulas, manuais e ser um software robusto para a modelagem de processos.

3.3 PROCESSO DE MODELAGEM

Para o reconhecimento inicial dos processos foram utilizadas técnicas de entrevistas e questionários. As entrevistas ocorreram semanalmente com os funcionários de cada setor e eram direcionadas por questionários elaborados antecipadamente pela equipe, visando assim a identificação dos processos de maneira eficaz e rápida.

Logo em seguida, os processos foram organizados em fluxogramas, utilizando o software Microsoft Office Vision, possibilitando uma visão geral dos mesmos.

Figura 4 – Fluxograma de processo do setor NPJ.



Fonte: Autores.

⁷ Software do pacote Microsoft Office utilizado para criar diagramas.

⁸ O Facebook é uma rede social que reúne pessoas a seus amigos e àqueles com quem trabalham, estudam e convivem.

⁹ O Moodle é uma plataforma de aprendizagem projetada para fornecer um único sistema robusto, seguro e integrado para educadores, administradores e alunos para criar ambientes de aprendizagem personalizados.

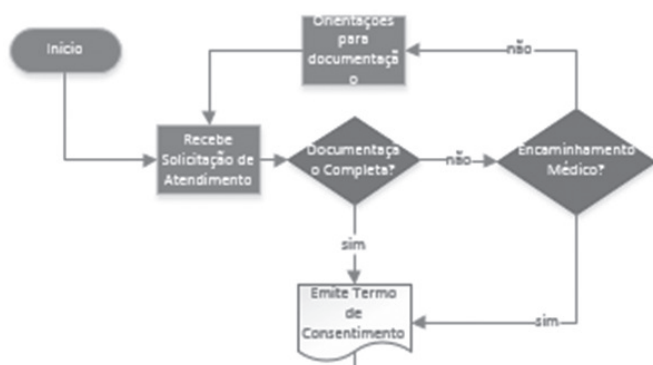
¹⁰ Software *open source* que permite a modelagem de processos utilizando o BPM.

Figura 5 – Fluxograma de processo do setor PROCON.



Fonte: Autores.

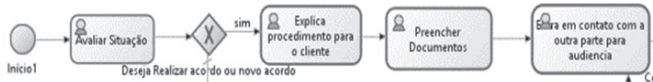
Figura 6 – Fluxograma de processo do setor SPA.



O fluxograma do NPJ na Figura 3 foi exposto aos representantes do setor e aprovado, permitindo, assim, um rápido entendimento do processo como um todo. Na Figura 4, o fluxograma do PROCON foi mudado algumas vezes devido a problemas de interpretação do contexto do setor, contudo após alguns reajustes o fluxograma foi aprovado pelo setor. O fluxograma do SPA, na Figura 5, representou de forma genérica o setor, obtendo êxito com poucos ajustes.

Esses fluxogramas foram submetidos a *feedbacks* sucessivos para a aplicação de melhorias e correções, possibilitando para os alunos um maior entendimento do funcionamento de cada setor. A partir disso, iniciou-se a segunda etapa do projeto que consistiu na modelagem dos processos utilizando a notação BPMN no BonitaSoft. Foram usados os recursos do programa que possibilitaram um maior detalhamento de cada tarefa e seus processos.

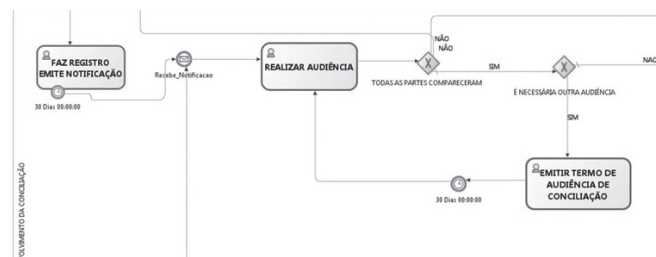
Figura 7 – Modelagem dos Processos em BPM do setor NPJ.



A figura 6 mostra os processos modelados em

BPMN do NPJ, além de todos seus subprocessos. Para cada tarefa foram representados os dados, o tempo, os atores, as ligações correspondentes com outras tarefas, sua sequência de passos, seus limites de ocorrência, suas decisões e seus desvios. Todas essas representações são relevantes para o entendimento do processo e seus problemas como um todo.

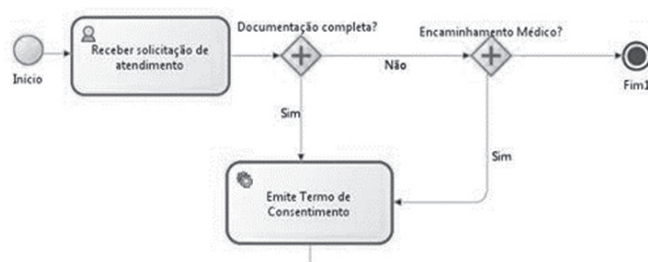
Figura 8 – Modelagem dos Processos em BPM do setor PROCON.



Fonte: Autores.

Na modelagem do PROCON representada na Figura 7, ocorreram mudanças na transcrição do fluxograma para BPMN. A modelagem dos subprocessos proporcionou maior entendimento no processo como um todo inclusive para os representantes do setor, uma vez que o mesmo encontrava-se em processo de implantação.

Figura 9 – Modelagem dos Processos em BPM do setor SPA.



A Figura 8 representa uma parte o processo do SPA, sendo que era de fácil interpretação das pessoas em geral. A modelagem BPMN representou o processo de forma completa, abrangendo também todos os elementos que foram citados na modelagem do NPJ.

Uma das vantagens da modelagem de processos em BPM é facilidade na compreensão e visualização as mensagens enviadas e recebidas e os tempos de espera de cada tarefa, o que possibilita uma previsão de duração dos processos. Outra vantagem é a visão e o entendimento dos processos como um todo. Relacionado às desvantagens, um fator crítico que se encontrou foi à modelagem do programa utilizado, onde foi neces-

sários recorrer a vídeos e apostilas de treinamento que impactaram um pouco no tempo de finalização. Outra desvantagem foi dificuldade na compreensão do que significa BPM por parte das pessoas da instituição, dificultando a participação no projeto. Logo se pode perceber que a disseminação do BPM e a e um treinamento mais amplo no software poderia facilitar a modelagem dos processos.

4 RESULTADOS

Como resultado do trabalho executado, obteve-se: as especificações das tarefas realizadas em cada processo, seus dados, documentos, atores que as realizavam, mensagens enviadas e recebidas e tempos de espera de cada tarefa. A seguir resultados que se obtiveram em cada setor:

- **NPJ:** neste setor foi identificado que o processo de atendimento está bem desenvolvido, porém com o gerenciamento de processo foi possível analisar onde poderia haver melhorias. O setor aprovou o projeto e irá usar para apresentar aos novos estagiários e em seu funcionamento. Neste processo, foram identificadas e modeladas as seguintes atividades: avaliar situação, explicar procedimento ao cliente, preencher documentos, notificar a outra parte, agendar audiência, realizar audiência, confeccionar termo de acordo, assinatura do termo, fazer peça, verificação de peça, enviar peça para defensoria, defensor analisa peça, devolver peça ao NPJ, encaminhar peça ao fórum.
- **PROCON:** neste setor obteve-se os mesmos resultados do NPJ, além de se ter percebido que o setor é novo na Faculdade, o que representa um processo em desenvolvimento e com isso tarefas estão sendo refinadas diariamente, como por exemplo, eventos que ocorreram uma vez ou mesmo não se sabia a quantidade máxima aceita de remarcações de audiências pelas partes. Esses fatores mostram a relevância do gerenciamento dos processos do setor para seu melhor desenvolvimento e atendimento ao cliente. No processo de Atendimento foram identificados e modelados três subprocessos e dentro deles várias atividades, como:
 - **Subprocesso de Entrada de Reclamação:** entrada de reclamação, colher/analisar relato/ apresentar escolhas, tentar resolução por comunicação, informar ação de entrada na via judiciária, preencher formulário para controle de atendimento, arquivar em registro de atendimento.
 - **Subprocesso de Desenvolvimento da**

conciliação: faz registro/emite notificação, realizar audiência, emitir termo de audiência de conciliação, fazer termo de acordo/arquivamento, monitorar termo e arquivar caso.

- **Subprocesso de Desarquivamento:** pedir desarquivamento, fazer termo de desarquivamento e criar e emitir para as partes nova notificação.
- **SPA:** neste setor foi identificado que os processos já são suficientemente sólidos e objetivos e foram identificadas as seguintes atividades no atendimento do paciente, são elas: receber solicitação de atendimento, emitir termo de consentimento, avaliação NEAPSI, encaminhar para área específica, iniciar tratamento, encaminhamento externo, concluir tratamento, arquivamento do prontuário, dar alta.

5 CONCLUSÕES

A partir da identificação e modelagem dos processos pode-se notar que algumas atividades podiam ser melhoradas. Sendo assim foram criadas algumas ações tidas como sugestões aos setores modelados, segue abaixo essas sugestões:

- **PROCON:**
 - Na atividade “Informar Ação” poderia haver uma troca de mensagens entre PROCON e NPJ, fazendo com que os setores trabalhem em equipe.
 - Poderia haver uma marcação de horários para atendimento, que ajudaria na manutenção dos processos e no trabalho do conciliador.
 - Deixar claro o máximo de vezes que uma atividade pode se repetir.
- **NPJ:**
 - Poderia ter uma melhoria na documentação, criando-se um documento único com os dados necessários do cliente, sendo preenchida na recepção.
 - Receber um retorno da defensoria quando uma peça for aceita e enviada ao fórum, a fim de finalizar o processo.
- **SPA:**
 - O setor necessita de um gerenciamento automatizado mais eficaz no tocante as condições do sistema atual. Sabe-se que o sigilo é fundamental para as atividades clínicas realizadas naquele setor, sendo assim vital para a segurança níveis de acesso as informações dos pacientes.
 - Referente a documentação emitida, percebemos que nos formulários apresentados não há especificações relativas á faixa

etária dos pacientes, o que pode provocar certa confusão na divisão de horários/pacientes para as consultas dos pacientes.

Como trabalhos futuros, sugere-se implantar as mudanças e verificar se o nível de satisfação do cliente aumentou após essas mudanças, realizar o mapeamento de outros setores da faculdade e por último, a criação de sistemas para os setores que utilizem a documentação gerada pelo projeto como documentação de requisitos guiando suas funcionalidades.

REFERÊNCIAS

BONITASOFT. **Vantagens Do BPM Com O Bonita Open Solution**. Disponível em: < <http://br.bonitasoft.com/produtos/vantagens-do-bpm-com-o-bonita-open-solution>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Evolução**. Disponível em: < <http://www.dicio.com.br/evolucao/>> Acesso em: 08 nov. 2013.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Desenvolvimento**. Disponível em: < <http://www.dicio.com.br/desenvolvimento/>> Acesso em: 08 nov. 2013.

DUO TECNOLOGIA. **Gestão de Processos de Negócio [BPM]**. Disponível em: <<http://www.duotecnologia.com.br/sesuite-softexpert/gestao-de-processos-de-negocio-bpm/>> Acesso em: 08 nov. 2013.

EFAGUNDES.COM. **Gestão de processos de negócios (BPM)**. Disponível em: < http://www.efagundes.com/tecnologias/Gestao_de_processos_de_negocios.htm > Acesso em: 08 nov. 2013.

HARRINGTON, H. James. **Business process improvement**. New York: McGraw Hill, 1991.

HAMMER, Michael; CHAMPY, James. **Reengineering the corporation**. New York: HarperBusiness, 1994.

IBM BRASIL. **Mapa atual de utilização de BPM nas empresas brasileiras**: Resumo Executivo. Disponível em: <<http://www.companyweb.com.br/2010/11/05/pesquisa-mapa-atual-de-utilizacao-de-bpm-nas-empresas-brasileiras/>>. Acesso em: 07 nov. 2013.

INFOSISTEMA. **BPM- O QUE É?** Disponível em: < <http://www.infosistema.com/bpm-o-que-e/>> Acesso em: 07 fev. 2014.

GONÇALVES, José Ernesto Lima. As empresas são grandes coleções de processo. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 40, n. 1, Jan./Mar. 2000.

GONÇALVES, José Ernesto Lima. Processo, que Processo? **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 40, n. 4, Out./Dez. 2000.

GRAHAM, Morris, LEBARON, Melvin. **The horizontal revolution**. San Francisco: Jossey-Bass, 1994.

MICROSOFT CORPORATION. **Software de diagramação profissional - Microsoft Visio - Office.com**. Disponível em: <<http://office.microsoft.com/pt-br/visio/>>. Acesso em 07 fev. 2014

MOODLE.ORG. **About Moodle**. Disponível em <http://docs.moodle.org/26/en/About_Moodle>. Acesso em 12 fev. 2014

MUSSAK, Eugênio. **Evoluir é fundamental para sobreviver na carreira**. Disponível em <<http://exame.abril.com.br/revista-voce-sa/edicoes/179/noticias/evoluir-e-fundamental-para-sobreviver-na-carreira>> Acesso em: 06 nov. 2013

PIZZA, William Roque. **A metodologia Business Process Management (BPM) e sua importância para as organizações**. São Paulo: Faculdade de Tecnologia de São Paulo, 2012, p.16.

TRIPP, David. **Pesquisa-Ação: Uma Introdução Metodológica**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf>> Acesso em: 15 fev. 2014.

SOBRE OS AUTORES:

Antonio Neuton da Silva Júnior

Discente do curso de Sistemas de Informação da Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS.

E-mail: neutonjrep@gmail.com.

Carlos Henrique Leitão Cavalcante

Docente do curso de Sistemas de Informação da Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS.

Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE.

Especialista em Engenharia de Software pela Universidade Estadual do Ceará – UECE.

E-mail: henriqueleitao@fcrs.edu.br

Gabriela Cíntia Cavalcante de Lima

Discente do curso de Sistemas de Informação da Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS.

E-mail: gabililium@gmail.com.

Thiago Almeida Costa

Discente do curso de Sistemas de Informação da Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS.

E-mail: thgac@hotmail.com.

Stephanie Barros de Freitas

Discente do curso de Sistemas de Informação da Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS.

E-mail: tefinhabarros13@gmail.com.

TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS: UM CENÁRIO PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INOVADORA

Leonardo Rocha Moreira
Francisca Linéia de Lima
Cavalcante
Alandson Mendonça Ribeiro
Meireles

RESUMO

Este trabalho apresenta uma avaliação crítica sistematizada sobre a utilização das tecnologias como uma prática pedagógica inovadora, com o intuito de substituir os métodos tradicionais de ensino, baseados no Instrucionismo, pelos aspectos relacionados ao Construcionismo. Nessa perspectiva é abordada uma evolução das tecnologias, desde as máquinas de ensinar, propostas por Skinner, até a utilização do computador e da robótica educacional, enfatizando os princípios da teoria Construcionista como mecanismos para uma inovação pedagógica, ressaltando o pensamento pedagógico de um dos estudiosos se- minais do século XX que é Seymour Papert, contextualizando a importância da análise das suas ideias pedagógicas para o contexto social dos séculos XX e XXI. São apresentadas algumas seções que abordam mecanismos sobre a relação entre educação e tecnologia, robótica educacional, construcionismo e inovação pedagógica.

Palavras-chave: Tecnologia. Instrucionismo. Construcionismo. Inovação.

ABSTRACT

This presents paper a assessment critical evaluation on the use of technology as an innovative educational practice, in order to replace teaching traditional methods , based Instructionism, on the relates aspects Constructionism. This perspective is addressed an evolution of technologies , from teaching machines , proposed by Skinner , to the use of computer and educational robotics, empha- sizing the principles of constructionism theory as mechanisms for pedagogical innovation, emphasizing the pedagogical thinking of one of the seminal scholars of the century XX that is Seymour Papert, contextualizing the importance of ana- lyzing their pedagogical ideas for the social context of the centuries XX and XXI. It presented some sections that address mechanisms of the relationship between education and technology, educational robotics, constructionism and pedagogi- cal innovation.

Keywords: Technology. Instructionism. Constructionism. Innovative

1 INTRODUÇÃO

A evolução da tecnologia possibilitou o surgimento e aperfeiçoamento de diversos artefatos tecnológicos que visam ao atendimento de aplicações, com qualidades, para as necessidades dos alunos. No princípio, o ensino através de máquinas foi tomado como base para a implantação dos computadores na educação. Em 1924, uma máquina para a correção de atividades de múltipla escolha foi projetada por Sidney Pressey. Na década de 50 do século XX, uma máquina de ensinar baseada na instrução programada foi apresentada por Frederic Skinner (SOUZA; FINO, 2001). Em decorrência das diligências de atendimento particular aos aprendizes, as máquinas de ensinar foram apresentadas por Skinner como possibilidades aos impasses que surgiram.

Dentre os pensadores, numa teoria oposta a de Skinner, que se destacam no âmbito tecnológico educacional, destaca-se Seymour Papert que foi um dos fundadores do laboratório de inteligência artificial do MIT (Massachusetts Institute of Technology), responsável pela criação de uma linguagem de programação educacional, pela utilização da robótica para as crianças e pelo projeto de introdução de computadores nas escolas da Costa Rica, baseado na utilização da linguagem de programação Logo.

De acordo com Papert (1988), em virtude do poder e sofisticação tecnológica, os computadores fascina professores, pais e estudantes que concordam que a tecnologia tem acrescentado uma importante presença e dimensão para os ambientes educacionais.

Vale ressaltar, que a utilização de computadores como máquinas de repassar informações não garante uma disseminação do conhecimento de maneira quantitativa e qualitativa. A satisfação da sociedade, a que se refere o autor, é em relação à utilização do aparato tecnológico, através de técnicas que permitam aos alunos uma melhoria na aquisição do conhecimento. Os professores e/ou alunos que utilizam, por exemplo, os computadores de maneira inadequada, tornam-se esses uma ferramenta subutilizada, implicando, provavelmente, no não incremento do conhecimento por parte dos sujeitos dos processos.

Na área da tecnologia, constantemente surgem mecanismos para auxiliar os professores e alunos no processo de ensino e aprendizagem. Enfatizando a importância de que as crianças possuem uma maior facilidade em aprender com as informações visuais, ressalta-se a motivação da aplicação de aparatos tecnológicos, como por exemplo, o computador, nos processos de construção do conhecimento dos alunos, de maneira tal que os aprendizes sejam o sujeito no procedimento de ensino e aprendizagem.

A utilização do computador como ferramenta educacional se destaca, pois, dessa maneira não é mais o instrumento que ensina o aprendiz, mas a ferramenta que possibilita ao aluno o desenvolvimento de alguma aplicação e, conseqüentemente, o aprendizado ocorre em virtude de executar uma atividade por intermédio do computador. Conforme postula Valente (2000, p.13),

Estas tarefas podem ser a elaboração de textos, usando os processadores de texto; pesquisa de banco de dados já existentes ou criação de um novo banco de dados; resolução de problemas de diversos domínios do conhecimento e representação desta resolução segundo uma linguagem de programação; controle de processos em tempo real, como objetos que se movem no espaço ou experimentos de um laboratório de física ou química; produção de música; comunicação e uso de rede de computadores; e controle administrativo da classe e dos alunos.

A visão construcionista proposta por Papert foi averiguada como uma maneira de integrar a educação com as tecnologias da informação e comunicação, principalmente no envolvimento da programação de computadores com as dinâmicas educacionais, então, tem que pensar na arte de aprender de modo que tenha o máximo de aprendizado com o mínimo de ensino. Vale ressaltar, que em virtude da disseminação da tecnologia computacional, os computadores estão alocados em diversas atividades, mas, o desafio consiste na utilização de técnicas para utilizar essa tecnologia da melhor maneira, conseqüentemente é necessário aplicá-la dentro do contexto sócioeducacional.

Segundo Papert (1980), no atual contexto, o sistema educativo deve alterar o enfoque de ensino em relação à educação tradicional, levando em consideração a flexibilidade do novo recurso bem como os avanços nas tecnologias de rede e ensino à distância. Tentar formatar o ensino computadorizado nos moldes do tradicional não só não é viável, como não é, de forma alguma, produtivo. O computador é uma ferramenta que oferece um leque de novos recursos, mas, para que sejam bem aproveitados é preciso adotar novas técnicas e formas de ensino.

Dentre os recursos, o que se destaca é a robótica educacional, pois o ensino pode possibilitar que o aluno interaja com o *hardware*, concreto, e com o *software*, abstrato, para a construção do conhecimento e solução de problemas. Podem ser criados alguns cenários que possuam diversos componentes para montagem, como sensores, atuadores, estruturas, motores, engrenagens e outros, possibilitando o controle via *software*.

A utilização dos computadores na educação abre diversas possibilidades para o professor, destacando-se o trabalho com a Robótica Educacional. Esta, possibilita

a utilização do computador para implementar ações nos objetos através de ferramentas de programação. Dessa forma, a Robótica Educacional, utiliza dos artefatos tecnológicos para impulsionar exercícios que potencializam ações mentais e físicas dos sujeitos da aprendizagem, em virtude de trabalhar com o desenvolvimento e construção de objetos.

Notam-se, com muita limpidez, significativos progressos na performance de diversas atividades humanas, protagonizadas pela utilização da tecnologia, contudo, por outro lado, percebe-se que diversos professores das escolas públicas e estaduais não utilizam a tecnologia de maneira adequada, consequentemente os alunos não conseguem construir o conhecimento, portanto não são o sujeito da aprendizagem. (PAPERT, 1996).

A motivação em relação ao referido trabalho é a utilização inadequada das tecnologias por meio do modelo instrucionista. Vale ressaltar, que nas escolas estaduais e públicas, o método de ensino utilizado é o tradicional, de modo que o computador é utilizado como instrumento de ensino e aprendizagem, ressaltando que o enfoque é somente a emissão do conhecimento, repassando à tecnologia a tarefa de ensinar, sendo o professor somente um transmissor de informações e o aluno um receptor do conhecimento, esse impossibilitado de possuir um pensamento crítico e de ser ativo nessa transferência de informações, pois nesse modelo, leva-se em consideração a quantidade e não a qualidade.

Quanto ao objetivo é uma avaliação crítica e sistemática da utilização das tecnologias como uma possibilidade para uma prática pedagógica inovadora, enfatizando a substituição dos métodos tradicionais de ensino pela fundamentação teórica e prática do Construcionismo. No entanto, em virtude dos motivos mencionados, justifica-se a realização deste trabalho, almejando cooperar para reduzir as deficiências no processo de ensino e aprendizagem, através da utilização da tecnologia como uma proposta de inovação pedagógica.

2 PROBLEMÁTICA

Quanto à questão dos conceitos educacionais vinculados à tecnologia, a formação dos professores é deficiente nesse ponto de vista, pois a função primordial de um professor não é a transmissão de informação sobre os artefatos tecnológicos, mas, de ensinar os alunos a pensarem. Muitas vezes os professores mais experientes por não terem utilizado as tecnologias durante a sua formação acadêmica, possuem dificuldades em utilizá-las e quando as usam, as suas aplicações acontecem utilizando métodos de ensinamentos tradicionais, ou seja, apesar dos professores estarem ministrando aulas no século XXI, os métodos de ensino são os mesmos dos séculos anteriores.

O instrucionismo refere-se à utilização das teorias educacionais, baseada na ideia do ensino pelo professor, normalmente, conforme um cronograma estabelecido. Vale ressaltar, que nesse modelo, os alunos não aprendem pelas suas próprias experiências e nem de acordo com o seu ritmo, mas, a aprendizagem acontece de forma mecânica, em virtude do foco está no ensino.

A abordagem pedagógica acima é a que mais Armando Valente critica do ponto de vista da utilização da informática na educação. Para ele, a diferença entre essa abordagem e as outras utilizações mais eficientes da tecnologia na educação, deu-se através da oportunidade de conhecer o Logo.

É perceptível que as escolas, principalmente, as públicas possuem um grave problema na integração entre a tecnologia e a educação, tendo em vista a grande resistência ao novo, quais sejam, as enormes dificuldades materiais, a difícil adaptação curricular e a perceptível e insipiente formação e capacitação docente quanto ao uso intensivo da tecnologia como facilitadora do ensino e da aprendizagem.

Os fatores mencionados acima tem respaldo nas mudanças que alcançam a sociedade, consubstanciadas no desenvolvimento tecnológico das áreas de informática em conjunto com a microeletrônica, com as telecomunicações, com a cibernética, a neurociência, a biotecnologia, a robótica e a nanotecnologia que interferem na produção, na socialização e na exploração do conhecimento e de seus novos espaços, exigindo dos ensinamentos tradicionais novas competências, que sejam capazes de transformar a escola em instituição geradora da ciência, na qual seus alunos sejam construtores do seu próprio conhecimento e não apenas transmissores de informações.

As novas tecnologias da informação estão integrando o mundo em redes globais de instrumentalidade. A comunicação mediada por computadores gera uma gama enorme de comunidades virtuais. Isso implica que é a escola a responsável pela preparação dos alunos no sentido do pensar, do resolver problemas e do responder às mudanças contínuas do mundo, enfim, da competência.

Vale ressaltar, que o grande problema é que muitos professores continuam ensinando do mesmo modo que foram ensinados, ou seja, enfatizando ainda os métodos tradicionais, impedindo o aluno de ser o sujeito do processo de construção do conhecimento, perpetuando assim, um paradigma de sociedade que reproduz pessoas incompetentes e incapazes de construir o seu próprio saber.

Deve-se ter em mente que a utilização de novas ferramentas tecnológicas dentro da escola constitui um marco de referência na busca por uma qualidade educacional. Freire (1994, p. 42), disserta acerca das

questões de mudança no ambiente escolar, para isso é preciso que:

[...] não nos deixemos cair nesse sonho do chamado pragmatismo de achar que o que serve é dar um pouco de conhecimento técnico ao trabalhador para que ele consiga um emprego melhor. Isso não basta, e é cientificamente um absurdo, porque na medida em que a gente se pergunta o que significa o processo de conhecer, do qual somos sujeitos e objetos – afinal de contas o que é a curiosidade, para o conhecimento? – percebemos que uma das grandes invenções das mulheres e dos homens, ao longo da história, foi exatamente transformar a vida em existência – e a existência não se faria jamais em linguagem, sem produção de conhecimento, sem transformação. Mas jamais com transferência de conhecimento, Conhecimento não se transfere, conhecimento se discute. Implica uma curiosidade que me abre, sempre fazendo perguntas ao mundo. Nunca demasiado satisfeito, ou em paz com a própria certeza.

A utilização das tecnologias, como o *software*, o *hardware* e a internet são mecanismos considerados importantíssimos para a utilização de maneira adequada pelos professores, transformando constantemente as relações humanas em vários níveis, inclusive o educacional. Para Fino (2003, p. 06) um bom *software* educativo deve permitir uma atividade:

Situada e significativa;
Que estimule o desenvolvimento cognitivo, permitindo a aplicação, com a ajuda de um outro mais capaz (par ou professor), de um conhecimento mais elevado do que aquele que cada aprendiz poderia aplicar sem assistência (zona de desenvolvimento proximal, segundo Vygotsky);
Que permita a colaboração, igualmente significativa em termos de desenvolvimento cognitivo, entre aprendizes empenhados em realizar a mesma tarefa ou desenvolver o mesmo projecto;
Que estimule transacções de informação em que os outros possam funcionar como recursos;
Que estimule a intervenção do aprendiz como agente metacognitivo, o que acontece com maior intensidade quando o aprendiz actua como tutor;
Que permita a criação de artefactos que sejam externos e partilháveis com os outros;
Que favoreça a negociação social do conhecimento (que é o processo pelo qual os aprendizes formam e testam as suas construções em diálogo com outros indivíduos e com a sociedade em geral);
Que estimule a colaboração com os outros (elemento indispensável para que o conhecimento possa ser negociado e testado).

É importante lembrar que o modo como as escolas utilizam os computadores é considerado um problema, pois como o investimento é alto e os professores não estão preparados para utilizá-los, como recursos para a construção do conhecimento dos alunos em sala de aula, a escola contrata um profissional da área da informática e acresce nas atividades uma disciplina sobre computadores chamada de Informática Básica, sendo o professor responsável por essa disciplina chamado de professor do LEI (Laboratório Escolar de Informática). O problema continua em virtude desses professores utilizarem o conceito de instrução programada, na qual recebem um texto que dever ser estudado e para comprovar que os conceitos tinham sido assimilados, os alunos realizam posteriormente a prova (VALENTE, 2005).

De acordo com o que foi mencionado na seção problemática, percebe-se que, atualmente, a visão instrucionista teve e continua possuindo espaço dentro do cenário educacional, pois foi a partir da mesma que os computadores se disseminaram dentro do ambiente escolar, consequentemente sendo um gatilho para o início de novas possibilidades e reflexões. Destaca-se que a utilização do computador num cenário de aprendizagem pode e precisa exceder a automatização da emissão de conteúdos estabelecidos, pois os ambientes educacionais precisam de recursos que incentivem a reflexão crítica e a expressão de ideias de maneira individual e coletiva. Não se trata de desconsiderar a instrução, mas, que sozinha é insuficiente para a realização da construção do conhecimento.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

Os princípios da escola estão relacionados ao paradigma fabril de Khun (1962), no qual Fino (2000, p. 1) afirma que “a nova ordem industrial precisava de um novo tipo de homem, equipado com aptidões que nem a família nem a igreja eram capazes, só por si, facultar”.

De acordo com Toffler (1973), a visão que muitas pessoas tinham sobre a tecnologia é que essa está relacionada ao surgimento das imagens de indústrias e fábricas de aço expelindo fumaças ou então ao barulho das máquinas. Para Toffler (1973), a ideia integral de reunir massas de estudantes, matéria prima, para serem trabalhadas por professores, operários, numa escola localizada numa área central, fábricas, foi um golpe genialmente industrial. Quanto à organização do conhecimento em departamentos permanentes era baseada em pressupostos industriais, ressaltando que a hierarquia administrativa da educação à medida que crescia seguia o modelo de burocracia industrial.

De acordo com Dewey (2010), a escola tradicional é baseada na reprodução do conhecimento registrado pelas gerações anteriores, que, por questões óbvias, está naquele tempo e espaço, incluindo a dinâmica social da época em que foram projetados. A principal metodologia desse modelo é a utilização de um produto pronto e acabado para o processo de ensino-aprendizagem, de forma processual e dura.

A evolução das tecnologias educacionais possibilitou o nascimento de diversos recursos tecnológicos que visam ao atendimento de aplicações, com qualidades, para as necessidades dos alunos. No princípio foram criados equipamentos que permitiam a utilização dos sistemas, por uma quantidade pequena de alunos, mas, com a evolução das tecnologias, as redes de computadores com fio foram criadas, permitindo que os professores e alunos disseminassem o conhecimento numa rede local. Em virtude da necessidade de organização e mobilidade, por parte dos alunos e professores, surgiram os equipamentos sem fio educacionais.

Na área da tecnologia, constantemente, surgem inovações para contribuir com o trabalho dos professores, no intuito de tornar mais construtiva a aprendizagem do aluno. Em virtude dos aprendizes conseguirem captar as informações visuais mais fáceis, percebe-se a importância da utilização dos artefatos tecnológicos.

3.2 ROBÓTICA EDUCACIONAL

Os alunos estão localizados num ambiente concentrado pelas novas tecnologias e muitas dessas são utilizadas pelos aprendizes, mas, poucos sabem como esses artefatos tecnológicos funcionam. Na escola, os alunos estudam diversas matérias, como matemática, física, biologia e outras, mas para os estudantes, muitas vezes, essas disciplinas não fazem nenhuma conexão com as suas necessidades. Com a utilização da robótica educacional pode-se criar um cenário que possibilite o conhecimento científico-tecnológico e incentive a inovação e a criatividade de modo lúdico. Assim, o aprendiz faz a integração do conteúdo teórico com a aplicação prática através da utilização da tecnologia.

Corroborando com a afirmação do parágrafo anterior, a inserção do computador na educação possibilitou uma verdadeira revolução na concepção de ensino e aprendizagem. Em virtude do grande quantitativo de *softwares* voltados para essa área demonstra a sua utilização efetiva no processo de ensino-aprendizagem. Os primeiros aplicativos eram versões computadorizadas da experiência de sala de aula, entretanto à medida que a utilização foi disseminada, outras modalidades da utilização do computador tem-se desenvolvido de acordo com as necessidades dos usuários e aplicações que possam ser realizadas (VALENTE, 2005).

A robótica educacional está relacionada ao desenvolvimento de projetos educacionais, compreendendo as ações de manipulação e construção de robôs, mas, no intuito de propiciar ao aprendiz mais um ambiente de aprendizagem que possibilite ser desenvolvido o conhecimento e o raciocínio em diversas áreas, a interagir em equipe, proporcionando o interesse pela inteligência artificial. Conforme afirma Papert (1988), a robótica na escola servirá de plataforma para fazer conexões com outras áreas intelectuais, inclusive com a Biologia, a Psicologia, a Economia, a História e a Filosofia.

Corroborando com essa ideia, (PAPERT, 1994, p.160) assevera que:

O esboço desta nova disciplina surgirá gradualmente, e o problema de situá-la no contexto da Escola e no ambiente de aprendizagem maior, será melhor apresentado quando o tivermos na nossa frente. Apresento aqui uma definição preliminar da disciplina – porém apenas como uma semente para discussão – como aquele grão de conhecimento necessário para que uma criança invente (e, evidentemente, construa) entidades com qualidades evocativamente semelhantes à vida dos mísseis inteligentes. Se este grão constituísse a disciplina inteira um nome adequado seria “engenharia de controle” ou até mesmo “robótica”.

Assim, em virtude da ampliação das oportunidades de aprendizagem e de conhecimento, através da robótica educacional, em que o professor deixou de ser o “dono” do conhecimento, a tecnologia foi capaz de facilitar a construção do conhecimento, transformando o docente em um agente de aprendizagem.

Atualmente, nas escolas públicas, percebe-se que o modelo pedagógico utilizado é o instrucionismo, mas, o intuito da utilização da robótica educacional é que o aluno construa o conhecimento com o auxílio da tecnologia para resolver problemas da sua necessidade e refletir sobre a organização do saber produzido, o que implica numa incisiva participação na construção do conhecimento. Conforme postula Papert (1988), a utilização da robótica educacional possibilita a redução dos problemas educacionais sobre a aprendizagem, precisando, principalmente, das escolas a modificação e aceitação do ensino tradicional à *matética*.

A criação da linguagem de programação LOGO é um marco importantíssimo para a integração da tecnologia educacional, pois possibilitou aos alunos a interação com os objetos concretos para auxiliar na construção do conhecimento, visto que o objetivo principal dessa linguagem é que os aprendizes ensinassem os computadores. Enfatizando a ideia de Papert (1985, p. 35), “e ao ensinar o computador a “pensar”, a criança embarca numa exploração sobre maneira como ela própria

pensa. Pensar sobre modos de pensar faz-se a criança torna-se um epistemólogo, uma experiência que poucos adultos tiveram.”.

Com o decorrer das análises nos laboratórios que foram realizadas com os alunos no manuseio da linguagem de programação LOGO, Papert percebeu que as informações apenas no computador não é algo tão concreto para o sujeito da aprendizagem quanto ele pensava, conseqüentemente houve a junção da linguagem LOGO com os materiais do tipo LEGO, proporcionando a visualização de movimentos de objetos concretos no ambiente real, iniciando uma proposta para a utilização da robótica educacional proposta por Papert, nomeando esse projeto de LEGO-LOGO. Corroborando a ideia de Papert (1980, p.25):

Nas primeiras páginas desse livro descrevi como as engrenagens facilitaram a entrada de idéias matemáticas em minha vida. Muitas condições contribuíram para sua efetividade. Primeiro, elas faziam parte de meu —cenário natural, estavam embutidas no mundo ao meu redor. Por isto pude encontrá-las sozinho e me relacionar com elas à minha própria maneira. Segundo, as engrenagens faziam parte do mundo dos adultos que me cercavam e através delas eu podia sentir como as engrenagens giravam imaginando meu corpo girando. Isso me possibilitou usar o meu —conhecimento do corpo para pensar sistemas de engrenagens. E finalmente, porque em todos os sentidos reais a relação entre engrenagens contém grande quantidade de informação matemática, eu podia usá-las para pensar sistemas formais. Isso mostra como as engrenagens me serviam como um —objeto de pensar. Foi assim que as utilizei em meu desenvolvimento como matemático. As engrenagens me serviram também como um —objeto de pensar em meu trabalho de pesquisa educacional.

Depois de criado o projeto LEGO-LOGO foi desenvolvido o kit de robótica educacional LEGO Mindstorms e a imagem da tartaruga passou a ser visualizada além do ambiente virtual num cenário real, proporcionando aos alunos a construção de animais, carros e outros dispositivos de acordo com as suas necessidades.

3.3 CONSTRUCIONISMO

Quanto ao construcionismo, a utilização dessa teoria na robótica educacional se destaca, pois o ensinar significa criar condições para que o indivíduo aprenda a aprender, aprenda a se apropriar do conhecimento. O professor atua como um facilitador deste processo de aprendizagem, devendo atuar de forma criativa com o intuito de proporcionar um ambiente propício ao estímulo para a produção de conexões intelectuais, individu-

ais e coletivas. As experiências vivenciadas pelo aluno fora da sala de aula deverão ser relacionadas com as experiências vivenciadas no ambiente escolar. Nesse contexto, o aluno tem o foco da aprendizagem direcionado para si, como aprendiz, pois de acordo com Papert (1993) o objetivo dessa teoria é alcançar meios de aprendizagem que valorizem a construção mental do aluno, apoiadas em suas próprias necessidades.

Conforme postula Almeida (2000, p. 19-20), em relação à definição de construcionismo, explica que: “[...] o conhecimento não é mais fornecido ao aluno para que ele dê as respostas. É o aluno que coloca o conhecimento no computador e indica as operações que devem ser executadas para produzir as respostas desejadas”.

Corroborando com essa ideia Papert (2008, p. 137):

O construcionismo possui uma conotação de um “conjunto de peças para a construção”, iniciando com conjunto no sentido literal, como o Lego, e ampliando-se para incluir linguagens de programação consideradas como “conjuntos” a partir dos quais os programas podem ser feitos, até cozinhas como “conjuntos” com os quais são construídas não apenas tortas, mas receitas e formas matemática-em-uso. Um dos meus princípios matemáticos centrais é que a construção que ocorre “na cabeça” ocorre por frequência de modo especialmente prazeroso quando é apoiada por um tipo de construção mais pública, “no mundo” — um castelo de areia ou torta, uma casa Lego ou uma empresa, um programa de computador, um poema ou uma teoria do universo. Parte do que tento dizer com “no mundo” é que o produto pode ser mostrado, discutido, examinado, sondado e admirado. Ele está lá fora.

É perceptível que o trabalho com robótica educacional é uma atividade construcionista, conforme proposta por Papert, visto que esse é o teórico que desenvolveu as bases para que a utilização dos kits de robótica educacional pudessem ser implementados, ressaltando que a sua teoria proporciona o trabalho da robótica educacional na escola.

A utilização da teoria Construcionista proposta por Papert possui diferenças em relação à concepção do Construtivismo de Piaget (1972). Serão ressaltadas três ideias que contribuem para essas diferenças. Primeiro, o aprendiz constrói um produto, ou seja, a construção do conhecimento é baseada no fazer, no “colocar a mão na massa”. Segundo, o fato de o aprendiz está construindo algo significativo, do seu interesse e para o qual está bastante motivado. O terceiro, o fato de o aprendiz está construindo algo por intermédio do computador (VALENTE, 2005).

Diante disto, Papert (1993) preocupou-se em investigar de que maneira o conhecimento era construído pelas crianças, após diversas pesquisas percebeu

que a construção do conhecimento está relacionada a uma aprendizagem contextualizada, assim, os sujeitos da aprendizagem testam e elaboram as suas construções na interação social. Nesse ambiente a utilização robótica educacional deve ser visualizada como uma facilidade no processo de construção do conhecimento pelo aluno e o professor que deve possuir um papel de agente de aprendizagem que possibilite um cenário que favoreça a aprendizagem com bases nas realidades de cada sujeito da aprendizagem.

Em virtude do discernimento dos parágrafos anteriores, percebe-se que a teoria construcionista contribui bastante para o desenvolvimento de ambientes relacionados à robótica educacional, em virtude dos alunos aprenderem contextualizações, através dos desenvolvimentos práticos de objetos manipulados ou não por computadores, onde possibilitem emulações ou simulações em tempo real das ações aplicadas pelos aprendizes e a compreensão de informações que julga necessárias para as resoluções de problemas.

Um aspecto muito importante para a construção do conhecimento é o modo da interação entre o aprendiz e o objeto ser mediada por uma linguagem de programação, pois através dessa, o aprendiz pode construir as suas ideias, a tecnologia executa e o aluno depura a concepção original tanto em termos de estratégias quanto de conceitos. Nas atividades que envolvem linguagem de programação existe um mediador para atuar em conjunto com as estruturas mentais do aluno e esse é um grande desafio para quem trabalha com essas linguagens. De acordo com esse modo o mediador é efetivo quando atua dentro da Zona Proximal de Desenvolvimento (ZPD), conceituada por Vygotsky, como: “a distância entre o nível de desenvolvimento atual, determinado pela resolução de problema independente e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da resolução de problema sob auxílio do adulto ou em colaboração com colegas mais capazes” (Vygotsky, 1978, p.86). Então, de acordo com a definição de Vygotsky, percebe-se que o mediador tem que atuar dentro da ZPD, pois caso atue dentro no nível de desenvolvimento atual do aprendiz não haverá nenhuma construção do conhecimento, pois o aluno sabe o que está sendo proposto e caso a atuação seja acima do nível de potencial de desenvolvimento, o aprendiz não entenderá o mediador.

A visão construcionista proposta por Papert foi averiguada como uma maneira de integrar a educação com as tecnologias da informação e comunicação, principalmente no envolvimento da programação de computadores com as dinâmicas educacionais, então se tem que pensar na arte de aprender de modo que tenha o máximo de aprendizado com o mínimo de ensino. Em virtude da disseminação da robótica educacional, esses

equipamentos estão sendo alocados em diversas atividades, mas o desafio consiste na utilização de técnicas para utilizar essa tecnologia da melhor maneira, consequentemente é necessário aplicá-la dentro do contexto sócioeducacional.

Segundo Papert (1980), no atual contexto, o sistema educativo deve alterar o enfoque de ensino em relação à educação tradicional, levando em consideração a flexibilidade do novo recurso bem como os avanços nas tecnologias de rede e ensino à distância. Tentar formar o ensino computadorizado nos moldes do tradicional não só não é viável, como não é, de forma alguma, produtivo. O computador é uma ferramenta que oferece um leque de novos recursos, mas, para que sejam bem aproveitados, é preciso adotar novas técnicas e formas de ensino.

Dessa forma, torna-se evidente a necessidade de um inovar pedagógico, da reciclagem docente através de uma mudança na postura tradicional de ensinar, transformando o professor num mediador, num problematizador do conhecimento, ou seja, especializando-se em *matética*, termo que se vincula à aprendizagem em contraposição ao termo didática que tem íntima relação com o ensino. (PAPERT, 1993).

3.4 INOVAÇÃO PEDAGÓGICA

De acordo com Fino (2008), a inovação pedagógica se destaca, pois, está relacionada com as modificações nas práticas pedagógicas e essas alternâncias circundam sempre um posicionamento crítico face às práticas pedagógicas tradicionais, consequentemente existem fatores que fundamentam as mudanças, mas, a inovação mesmo dependendo de diversos fatores, como por exemplo, a tecnologia da informação e comunicação, não é neles que reside.

Através do pensamento acima de Fino, percebe-se que para haver uma inovação pedagógica alguns padrões precisam ser quebrados, como por exemplo, o rompimento do paradigma fabril de Kuhn (1962), permitindo assim, um ambiente de aprendizagem na qual seja o inverso dos modelos fabris.

A simples utilização da tecnologia da informação e comunicação não significa inovação pedagógica. É exigida uma metamorfose de todos os processos e atores envolvidos no ambiente de aprendizagem. A tecnologia deve ser utilizada para auxiliar o aluno na construção do conhecimento. De acordo com Papert (1993), a aprendizagem possui alguns pré-requisitos como a motivação intrínseca do indivíduo, participação da cultura ao seu redor, o desenvolvimento de projetos pessoais e a inserção numa sociedade que favorece a estimulação do processo de aprendizagem e reúna pessoas de várias faixas etárias.

Ressalta-se que a sistemática de ensino e as práticas pedagógicas não podem ser aquelas de anos atrás em que o professor repassava seu conhecimento para a cabeça dos alunos, como um dia Freire (1970, p. 33) chamou de “concepção bancária de educação”, se referindo e comparando o ensino com os lançamentos de crédito e débito nas fichas contábeis.

O aspecto pedagógico da tecnologia Logo se destaca, pois possibilita um cenário de aquisição em que o conhecimento não é passado para o aluno, mas onde a criança inter-relaciona-se com os objetos desse ambiente, possibilitando o desenvolvimento de outros conceitos, como, por exemplo, da geometria. Segundo Valente (2000), do ponto de vista pedagógico existem alguns aspectos na metodologia Logo que devem ser enfatizados, como o controle do processo de aprendizagem que está nas mãos dos alunos e não na do professor e o cenário que propicia à criança a chance de aprender fazendo.

O controle do processo de aprendizagem nas mãos dos alunos é relevante, pois, a criança pode explorar o computador do seu método e não de um modo pré-estabelecido pelo professor. São os alunos que determinam os projetos a serem desenvolvidos com o Logo e estas são propostas que as crianças estão empenhadas em solucionar. De acordo com Valente, (2000, p. 24),

[...] A atividade Logo, portanto, torna explícito o processo de aprender de modo que é possível refletir sobre o mesmo fim de compreendê-lo e depurá-lo. Tanto a representação da solução do problema quanto a sua depuração são muito difíceis de serem conseguidas através dos meios tradicionais de ensino e, portanto, estão omitidos do processo de ensino. Assim, o uso do Logo pode resgatar a aprendizagem e tentar provocar uma mudança profunda na abordagem dos trabalhos das escolas. Uma mudança que coloca ênfase na aprendizagem ao invés de colocar no ensino.

De acordo com Sousa e Fino (2001), a inovação pedagógica passa por modificações na atitude do docente, que presta uma maior atenção à criação dos contextos da aprendizagem para os seus alunos do que aquela tradicionalmente comum, sendo o essencial dos processos centrado neles e na atividade deles.

Vale ressaltar, que as propostas educacionais estão amparadas na perspectiva comportamental, que considera o aluno suscetível às contingências do meio e a sabedoria como uma duplicata que é dada a partir do mundo externo e concebida indutivamente, desconhecendo as condições de reflexão reais dos alunos, a essência de seus processos cognitivos.

Na inovação pedagógica o processo de ensino e aprendizagem ultrapassa o ambiente escolar a procura de uma escola expandida, que estende os espaços de

convivência e aprendizagem, que rompe as paredes da escola em direção à sociedade e exige uma modificação da postura tradicional do professor que deve assumir uma visão mais reflexiva e crítica na sua ação pedagógica, enquanto os alunos serão responsáveis pelo seu aprendizado.

Conforme mencionado, essa abordagem determina que o professor não possua mais o papel de apenas transmissor do conhecimento, mas, também, de facilitador, de maneira tal que auxilie o aluno na construção da sabedoria, consequentemente percebe-se a importância da inovação pedagógica que busca mudanças nos paradigmas tradicionais da educação e a visão conservadora passa a ser trocada por outra que auxilie na construção do conhecimento através de técnicas de inovação pedagógica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação do computador no âmbito educacional não foi diferente do que aconteceu com outras tecnologias, como, por exemplo, a televisão, desde a sua concepção na educação, os educadores debatem sobre a sua conveniência. As críticas foram dirigidas ao potencial da nova tecnologia e sobre sua eficácia na ação educacional. Acredita-se que o combate é muito mais à mudança do paradigma educacional que relativamente à tecnologia, pois vários educadores demonstram resistência ao desenvolvimento da utilização das tecnologias em prol da educação.

Diante da efetiva adesão à tecnologia computacional, os mesmos estão alocados em diversas atividades, mas o desafio consiste na utilização de técnicas para utilizar essa tecnologia da melhor maneira, consequentemente é necessário aplicá-la dentro do contexto sócio-educacional. Segundo Papert (1980), no atual contexto, o sistema educativo deve alterar o enfoque de ensino em relação à educação tradicional, levando em consideração a flexibilidade do novo recurso bem como os avanços nas tecnologias de rede e ensino à distância. Tentar formatar o ensino computadorizado nos moldes do tradicional não é viável, como não é, de forma alguma, produtivo. O computador é uma ferramenta que oferece um leque de novos recursos, mas para que sejam bem aproveitados é preciso adotar novas técnicas e formas de ensino. É importante lembrar que a utilização das tecnologias pode ser ruim, dependendo de alguns fatores, como o público alvo, ausência de estratégias metodológicas, aulas muito estáticas e da formação dos professores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elizabeth Bianconcini de. **Informática e formação de professores**. Coleção Informática para a mudança na Educação. Brasília: Ministério da Educação e Cultura (MEC), Proinfo, 2000.

DEWEY, John. **Experiência e educação: textos fundantes de educação**. Petrópolis: Vozes, 2010.

FINO, Carlos Nogueira. **Inovação Pedagógica: Significado e Campo (de investigação)**. In Alice Mendonça & António V. Bento (Org). Educação em Tempo de Mudança. Funchal: Grafimadeira, pp 277-287, 2008.

FINO, Carlos Nogueira. **Convergência entre a teoria de Vygotsky e o construtivismo/construcionismo** (draft). Ilha da Madeira (PT): Universidade da Madeira, 2004.

FINO, Carlos Nogueira. **Avaliar Software “Educativo”**. In: Actas da III Conferência Internacional de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação. Braga: Universidade do Minho, 2003.

FINO, Carlos Nogueira. **Novas tecnologias, cognição e cultura: um estudo no primeiro ciclo do ensino básico (4,16 Mbytes)** (tese de Doutoramento). Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

KUHN, T. S. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

PAPERT, S. **A Família em Rede - Ultrapassando a barreira digital entre gerações**. Lisboa: Relógio D'água Editores, 1996.

PAPERT, S. **The children's machine: Rethinking schools in the age of computer**. New York: Basic Books, 1993.

PAPERT, S. **Computer as Material: Messing with Time**. In R. P. Taylor (Ed.) The computer in the school: Tutor, tool, tutee. New York: Teachers College Press, 1988.

PAPERT, S. **Mindstorms - Children, Computers and Powerful Ideas**. New York: Basic Books, Inc., 1980.

PIAGET, J. **Fazer e Compreender**. São Paulo: Editora Melhoramentos e Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

SOUSA, M. J; FINO, C. N. **As Tic abrindo caminho a um novo paradigma educacional**, In Actas do VI Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia, I Volume (p. 371 - 381). Braga: Universidade do Minho, 2001.

TOFFLER, Alvin. **O choque do futuro**. Editora Artenova: Rio de Janeiro, 1973.

VALENTE, José Armando . **Diferentes usos do Computador na Educação**. http://www.proinfo.gov.br/didatica/testosie/prf_txtie2.shtm. 2000. Acesso em 25 de novembro de 2013.

VALENTE, José Armando. **“A Espiral da Espiral de Aprendizagem: o processo de compreensão do papel das tecnologias de informação e comunicação na educação”**, Tese (Livre Docência) – Instituto de Artes, UNICAMP, Campinas, abril 2005.

VYGOTSKY, L. S. **Mind in society: The development of higher psychological processes**. Cambridge: Harvard University Press, 1978.

SOBRE OS AUTORES:

Leonardo Rocha Moreira

Especialista em Administração e Segurança de Redes. Professor do curso de Sistemas de Informação da FCRS.

Email: meca_leo2004@yahoo.com.br.

Francisca Linéia de Lima Cavalcante

Especialista em Gestão Pública. Professora do curso de Ciências Contábeis da FCRS.

Email: lineia_l_c@hotmail.com.

Alandson Mendonça Ribeiro Meireles

Mestre em Informática Aplicada. Professor do curso de Sistemas de Informação da FCRS.

Email: alandson.mendonca@gmail.com.

NORMAS PARA SUBMISSÃO DE MANUSCRITOS NA REVISTA EXPRESSÃO CATÓLICA DA FACULDADE CATÓLICA RAINHA DO SERTÃO - 2014.1

1 NORMAS GERAIS

1.1 Os artigos que forem submetidos à publicação na **Revista Expressão Católica**, deverão seguir as normas estabelecidas pela mesma, caso contrário, O TRABALHO SERÁ AUTOMATICAMENTE ELIMINADO.

1.2 Todos os manuscritos submetidos devem ser **inéditos**. A publicação simultânea do mesmo manuscrito em diferentes periódicos não é aceitável. Os direitos de publicação passam a ser da *Revista Expressão Católica* da Faculdade Católica Rainha do Sertão.

1.3 A *Revista Expressão Católica* da Faculdade Católica Rainha do Sertão recebe para publicação trabalhos científicos, revisões e relatos de casos em Português, Inglês, Espanhol e Italiano. O conteúdo dos trabalhos é de total responsabilidade do(s) autor(es) e não reflete necessariamente a opinião do Editor Chefe ou dos membros do Conselho Editorial.

1.3.1. Artigo original - constará de relatos de investigações científicas de natureza empírica, experimental ou conceitual. (até 20 páginas).

1.3.2. Artigo de revisão - avaliação crítica sistematizada da literatura sobre temas específicos, devendo conter conclusões (até 16 páginas).

1.3.3. Relatos de experiência - descrições de experiências acadêmicas (até 10 páginas).

1.4 A Revista submeterá todos os manuscritos recebidos à análise de consultores “ad hoc”, cujos nomes permanecerão em sigilo e que terão autoridade para decidir sobre a pertinência de sua aceitação, podendo inclusive, reapresentá-los ao(s) autor(es) para que sejam feitas alterações necessárias e/ou para que os mesmos sejam adequados às normas editoriais da revista.

1.5 Todos os artigos envolvendo estudos com seres humanos ou animais deverão ter pareceres dos Comitês de Ética de Pesquisa das instituições a que pertencem os autores, autorizando tais estudos.

2 APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

2.1 Os originais deverão ser submetidos, exclusivamente, por via eletrônica, através do site: revistaexpressaocatolica@fcrs.edu.br

2.2 O artigo completo não deve exceder 20 páginas de papel no formato A-4 (21 cm x 29,7 cm), incluindo as referências, tabelas, gráficos ou figuras, escritas em letra Times New Roman, de tamanho 12, espaço 1,5, entrelinhas com margens: superior e esquerda 3 cm, margem inferior e direita 2 cm. Se o revisor considerar pertinente poderá sugerir ao autor a supressão de gráficos e tabelas ou mesmo condensação de texto.

2.3 Na paginação, a contagem das folhas é feita a partir da Introdução. A numeração, em algarismos arábicos, deve ser colocada no campo superior direito da folha, a 2 cm da borda superior.

2.4 Cada parágrafo deve vir recuado de 1,25 cm da margem esquerda.

2.5 Resumos, citações com mais de três linhas, notas de rodapé, legenda das ilustrações e tabelas devem ser digitadas em espaço simples com tamanho menor e uniforme (10). As referências, ao final do trabalho, devem ser separadas entre si por um espaço simples. Os títulos das seções e subseções devem ser separados dos textos que os antecedem, ou que os sucedem, por dois espaços de 1,5 cm entrelinhas.

2.6 Quadros, gráficos, mapas, desenhos, fotografias, plantas, fluxogramas e outros: quaisquer destas ilustrações devem ser identificadas na parte inferior, precedida da palavra designativa, seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, do respectivo título e/ou legenda explicativa de forma breve e cla-

ra, dispensando consulta ao texto, e da fonte. A ilustração deve ser inserida o mais próximo possível do trecho a que se refere, conforme o projeto gráfico, em letra menor que a do texto (10). Entre o final e o início da ilustração recomenda-se espaço simples. Na parte inferior deve conter a fonte de onde foi extraída, em letras maiúsculas e minúsculas e alinhada à esquerda.

2.7 Tabelas deverão ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos com suas respectivas legendas que deverão ser claras, concisas, sem abreviaturas e localizadas na parte superior dos mesmos. Os locais no texto onde estes se encontram deverão ser indicados, preferentemente, logo após sua citação no corpo do trabalho.

3 APRESENTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO MANUSCRITO

3.1 Os artigos originais, de maneira geral, deverão seguir o esquema formal científico contendo: título, resumo (palavras-chave), título em língua estrangeira, resumo em língua estrangeira, introdução, material e métodos, resultados, discussão, conclusão e referências.

3.2 Título e subtítulo: Deverão estar de acordo com o conteúdo do trabalho, levando em conta o âmbito e objetivos da Revista. O título deverá vir com letras maiúsculas e negritas. Os trabalhos redigidos também deverão apresentar título em uma língua estrangeira escolhida pelo autor. Os títulos das seções primárias deverão vir escritos com letras maiúsculas e negritas (**1 SEÇÃO PRIMÁRIA**). Os títulos das seções secundárias deverão vir escritos com letras maiúsculas e sem negritas (**1.1 SEÇÃO SECUNDÁRIA**). Os títulos das seções terciárias deverão vir escritos em negrito e com a primeira letra maiúscula (**1.1.1 Seção terciária**). Todos deverão vir com fonte tipo Times New Roman, tamanho 12, alinhado à esquerda.

3.3 Autores e filiação: Os nomes dos autores devem vir abaixo do título, alinhados à direita e deverão aparecer completos e devem vir ordenados por ordem de importância (autor, co-autor, orientador). Após o nome de cada autor deverá constar um número Arábico, sobrescrito, indicando a titulação, instituição de procedência e endereço eletrônico que deverão aparecer em nota de rodapé.

3.4 Resumo e unitermos: Deverá ser apresentado, com espaço simples e fonte 10, de forma concisa destacando as informações mais importantes, sendo composto por introdução, objetivos, metodologia, resultados e considerações finais com no máximo de 250 palavras. O(s) Unitermo(s) deverão representar o conteúdo do artigo observando o limite máximo de 5 e o mínimo de 3 palavras-chave, separados por ponto e vírgula. O resumo e unitermos deverão também acompanhar sua versão em língua estrangeira. Quando não houver o domínio da língua escolhida, consultar pessoas qualificadas.

3.5 Resumo em Língua Estrangeira: Os trabalhos redigidos nas línguas estrangeira deverão também acompanhar a versão do resumo em língua portuguesa. Quando não houver domínio deste idioma, consultar pessoas qualificadas.

1.6 Texto: A estruturação do texto deve se adequar ao tipo de artigo abaixo:

- a) **Artigos originais:** Distribuído em introdução, material e método, resultados, discussão, conclusão. Cada categoria de artigo poderá adequar os tópicos do texto às suas próprias necessidades.
- b) Lembremos que fotografias de casos clínicos nos quais as pessoas podem ser identificadas devem ser encaminhadas com o Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelo paciente, permitindo o uso das mesmas.

3.6.1 Introdução: Deverá estabelecer com clareza o objetivo do trabalho e sua relação com outros trabalhos na mesma área. Extensas revisões da literatura deverão ser substituídas por referências a publicações mais recentes, onde estas revisões tenham sido apresentadas e estejam disponíveis.

3.6.2 Material e Métodos: A descrição dos materiais e dos métodos usados deverá ser breve, porém suficientemente clara para possibilitar a perfeita compreensão e a reprodução do trabalho. Processos e técnicas já publicados, a menos que tenham sido extensamente modificados, deverão ser referenciados por citação.

3.6.3 Resultados: Deverão ser apresentados com o mínimo possível de discussão ou interpretação pessoal e, sempre que possível, ser acompanhados de tabelas, quadros e/ou figuras adequadas, e quando pertinente, os dados deverão ser submetidos a uma análise estatística.

3.6.4 Discussão: Deverá ser restrita ao significado dos dados obtidos e resultados alcançados, evitando-se inferências não baseadas nos mesmos.

Nos trabalhos com **abordagem qualitativa**, os resultados poderão ser descritos, analisados e discutidos conjuntamente, devendo neste caso receber a denominação: **resultados e discussão**. Da mesma forma, serão aceitas **considerações finais**, substituindo o tópico **conclusões**, como forma de síntese dos objetivos alcançados.

b) Artigos de revisão: Sugere-se que contenha uma **introdução** onde seja justificada a importância daquele tema, abordando algum aspecto específico do mesmo; a **síntese das informações** (que pode ser subdividida em seções/tópicos); e as **conclusões**, baseadas nas informações analisadas.

C) Relatos de casos: devem conter de forma sintetizada: **introdução, relato(s) do(s) caso(s) e discussão**.

1. Introdução: deve conter a relevância (justificativa) da descrição do(s) caso(s) e uma breve revisão sobre o assunto abordado. Deve adiantar os achados a serem descritos.

2. Relato de Caso: o(s) caso(s) deve(m) ser apresentado(s) de forma detalhada permitindo a compreensão dos fatores condicionantes e da sua evolução.

3. Discussão: deve conter a discussão dos aspectos originais do(s) caso(s), relacionando-o(s) com dados existentes na literatura (outros casos semelhantes descritos etc). Devem-se enfatizar as novas informações obtidas a partir do(s) caso(s), bem como as possíveis implicações dos achados em termos de aplicação prática.

1.7 Agradecimentos: Este item é opcional e deverá vir antes das Referências.

4 REFERÊNCIAS

A Revista segue os critérios e parâmetros estabelecidos segundo a normatização da ABNT devendo as referências serem padronizadas em conformidade com a formatação exigida pela revista, como demonstrado abaixo:

4.1 Referência dentro do texto:

- No início da citação: autor em caixa baixa, seguido do ano entre parênteses. Ex: Oliveira (2009).

- No final da citação: autor em caixa alta e ano – ambos entre parênteses. Ex: (OLIVEIRA, 2008) ou (OLIVEIRA et al., 2008).

- Caso o mesmo autor tenha mais de uma citação de um mesmo ano, identifica-se as referências por letras. Ex: Oliveira et al., 1995a,b.

- Citação textual: colocar, também, a página. Ex: (OLIVEIRA, 1999, p.24)

- Citação de citação: citação direta ou indireta de um texto em que não se teve acesso ao original. Assim, a indicação é feita pela expressão latina “apud”, cujo sentido se atém a “citado por”. Ex: Segundo Silva (1983 apud ABREU, 1999, p. 3) diz ser [...]

4.2 Referências: devem ser ordenadas alfabeticamente pelo sobrenome do primeiro autor, em caixa alta e em ordem crescente de data de publicação, considerando as seguintes indicações:

4.2.1 Livro:

Ex: FERRETTI, E.R. **Turismo e meio ambiente: uma abordagem integrada**. São Paulo: Roca, 2002.

- **Capítulo de livro:** CARDOSO, G. P. Sociedade cearense, história e turismo, além do sol e do mar. In: MARTINS, C. (Org.). **Turismo, cultura e identidade**. São Paulo: Roca, p. 77–91, 2003.

4.2.2 Revista:

Ex: SAVIANI, Demerval. A Universidade e a Problemática da Educação e Cultura. **Educação Brasileira**, Brasília, v. 1, n. 3, p. 35-58, maio/ago. 1979.

4.2.3 Congressos:

Ex: Augustowski, M.; Francine, J.R. O mergulho recreacional como ferramenta para o turismo sustentável em unidades de conservação marinhas. In: III CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, Fortaleza, Brasil, p. 443–53, 2002.

4.2.4 Tese e Dissertação:

Ex: Mota, N. **Diagnóstico para implantação do turismo rural no município de Itapipoca-Ceará**. Fortaleza, 2000, 198p. Dissertação de Mestrado em Gestão Pública do Turismo: sustentabilidade e competitividade, Universidad Internacional de Andalucia, Espanha, 2000.

4.2.5 Páginas Internet:

Ex: Autor(es), título, Disponível em: <<http://www.bdt.org.br/sma/entendendo/atual.htm>> Acesso em: 08/03/11.

4.2.5 Documentos Bíblicos:

- Bíblia Ecumênica – TEB. São Paulo, Paulinas, 1995.

Exemplo: *João Paulo II, Papa. Carta Apostólica “Orientale Lumen”*. São Paulo, Paulinas 1995.

- Documentos do Pontifício Conselho.

Exemplo: *Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos. Diálogo Católico*. São Paulo, Paulinas, 1999.

- Documento das Comissões Bilaterais

Exemplo: *Comissão Internacional Anglicana-Católica Romana. O Dom da Autoridade*. São Paulo, 1999.

- Documentos

Exemplo: *Compêndio do Vaticano*. Constituições, Decretos e Declarações. Petrópolis, Vozes, 1984.

- Estudos CNBB

Exemplo: **A Igreja Católica Diante do Pluralismo Religioso no Brasil**, l. n. 62. São Paulo, Paulinas, 1991.

- Livros: *SOBRENOME, Nome. Título da Publicação*. Editora, Local, Ano.

Exemplo: *BIZON, J. e DRUBI, R. A Unidade na Diversidade, coletânea de artigos em comemoração aos 40 anos do decreto Unitatis redintegratio sobre o ecumenismo*. Ed. Loyola, São Paulo, 2004.

5 ENCAMINHAMENTO DO MANUSCRITO

Os artigos deverão ser enviados por via eletrônica, para o site: revistaexpressaocatolica@fcrs.edu.br.

6 CUSTOS

A Revista custeará integralmente os trabalhos de até 20 páginas, incluindo tabelas e figuras, qualquer trabalho que exceda a quantidade de páginas estabelecidas será desclassificado. Não serão aceitas fotografias coloridas, todas as figuras, tabelas e gráficos deverão seguir a escala de cores preta e cinza.

Stânia Nágila Vasconcelos Carneiro
Editora Chefe - Revista Expressão Católica

